

# O MUNDO RURAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE PORTUGAL





**O MUNDO RURAL  
E O DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E SOCIAL DE  
PORTUGAL**



## PREFÁCIO

Os grandes desafios do futuro do Planeta Terra significam hoje oportunidades para o Mundo Rural. As alterações climáticas são uma preocupação presente, que implica que minimizemos as suas consequências, reduzindo emissões de carbono e que nos adaptemos a uma nova realidade quotidiana. As áreas rurais, reservas e espaços naturais apresentam-se como os pulmões de um Mundo doente a necessitar de oxigénio vital para sobreviver. É, assim, urgente que se preservem estas áreas, desenvolvendo novas políticas assentes em novas economias, sustentáveis, que contribuam para o Desenvolvimento Global. É mais do que nunca a oportunidade para que o Mundo Rural e Urbano se desenvolvam em melhor ligação e equilíbrio.

Realidades como estas comprovam a necessidade de captar novas populações, centros de competências, de investigação e desenvolvimento para as áreas rurais, de forma a dinamizar atividades agrícolas, animal, florestal, agroalimentar e agroindustrial de excelência, com novas abordagens, como a produção biológica, outras atividades de economia verde, de gestão de qualidade ambiental, da produção de energia sustentável, preservação da qualidade da água, das paisagens e da biodiversidade, atividades de economia circular, de desenvolvimento de circuitos curtos de produção e comercialização, de comércio justo, indústrias criativas e inovadoras, dinâmicas de turismo rural, de natureza, de experiências e emoções.

Portugal é um país onde cerca de 2/3 do território têm características rurais. Temos assim um grande potencial de desenvolvimento destas áreas rurais, de paisagens classificadas e protegidas, contribuindo para um melhor desenvolvimento económico e social do País no seu todo.

O desafio afigura-se complexo, é certo, mas tem neste estudo uma abordagem e um suporte importantes para melhor conhecer a realidade atual do País, município a município. O trabalho aqui apresentado, “Mundo Rural Porque Sim”, desvenda muito desta realidade, e, sobretudo, aponta caminhos para o que pode ser o futuro do País. Abre novas possibilidades de diálogo entre o rural e o urbano e, nesse desiderato, revela novos e auspiciosos caminhos. Acima de tudo, apoia-se em enfoques e metodologias inovadoras que nos permitem, a partir de agora, um olhar mais esclarecido sobre as potencialidades do território português. Limpo de apriorismos e preconceitos sem fundamento.

Hoje, o Mundo Rural é um espaço de oportunidade para a captação de investimento, para a criação de riqueza e emprego, de uma forma diferenciadora e especializada. Os municípios classificados neste estudo como Rurais podem e devem representar uma oportunidade para a mais qualificada geração desenvolver os seus projetos de vida familiar e profissional, combatendo o despovoamento, a desertificação de solos e as assimetrias regionais.

Essa é a visão que defendemos no Município de Idanha-a-Nova, onde o investimento passa por estratégias inovadoras, da economia verde às indústrias criativas, do turismo sustentável a novos conceitos como as Bio Regiões. O objetivo é posicionar este Município como um território onde é possível conciliar o bem-estar e a proximidade da natureza com o empreendedorismo, a inovação e o profissionalismo.

Olhamos para outros países europeus - a França, a Suíça, a Alemanha, a Áustria, entre outros - como exemplos maiores de valorização do Mundo Rural. Admiramos o seu papel na coesão económica, social e territorial destes países. Em Portugal temos as mesmas potencialidades. A diversidade dos nossos recursos naturais e culturais é hoje reconhecidos em todo Mundo. É hora de colocá-los definitivamente ao serviço do desenvolvimento sustentável de todo o País Continental e Ilhas.

Este estudo é um contributo para o debate sobre a coesão territorial, económica e social de todo o País e contou com a colaboração dos Municípios Portugueses, dos associados da Federação Portuguesa de Turismo Rural e de muitos outros intervenientes, com o Professor Augusto Mateus e a sua equipa.

A todos o nosso agradecimento.

***Armindo Moreira Palma Jacinto***

Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

# ÍNDICE

## DEFINIÇÃO METODOLÓGICA DE ABORDAGEM AO MUNDO RURAL EM PORTUGAL

1.	Abordagens clássicas à leitura do mundo rural.....	09
1.1.	Evolução das leituras do mundo rural.....	10
1.2.	Uma evidente tendência de declínio dos territórios rurais agrícolas em Portugal.....	18
1.3.	O potencial de ascensão das atividades envolventes do mundo rural clássico.....	23
2.	Definição de uma metodologia de abordagem moderna do mundo rural.....	27
2.1.	Tópicos a considerar na leitura do mundo rural.....	27
2.2.	Modelo analítico de abordagem à classificação dos territórios.....	28

## O MUNDO RURAL EM PORTUGAL

3.	Portugal urbano e Portugal rural: da compreensão da segmentação à valorização da interação..	39
4.	Caracterização do mundo rural em Portugal: as tipologias estruturadoras da sua diversidade..	51
5.	Um apontamento sobre a ruralidade das capitais de distrito.....	83
6.	O mundo rural e o turismo: exemplos nacionais e internacionais.....	91
6.1.	Características distintivas do turismo em espaço rural.....	91
6.2.	Boas práticas na valorização económica do mundo rural.....	97

## AGENDA DE MÉDIO PRAZO PARA A VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

7.	Roteiro de futuro para o mundo rural: 4 alavancas de desenvolvimento.....	105
7.1.	De um passado de ruturas a um futuro de convergência urbano-rural.....	105
7.2.	As alavancas da mudança para a valorização do mundo rural.....	111

## ANEXOS

Anexo 1.	Sistematização da evolução das leituras do mundo rural.....	121
Anexo 2.	Indicadores aplicados na metodologia de classificação territorial urbano-rural.....	131

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>ACP</b>	Análise de Componentes Principais	<b>IMR</b>	Instituto do Mundo Rural
<b>ADXTUR</b>	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto	<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>AML</b>	Área Metropolitana de Lisboa	<b>KMO</b>	Kaiser-Meyer-Olkin
<b>AM&amp;A</b>	Augusto Mateus & Associados	<b>NUTS</b>	Nomenclature of Territorial Units for Statistics
<b>AMP</b>	Área Metropolitana do Porto	<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>AMU</b>	Áreas Medianamente Urbanas	<b>PAC</b>	Política Agrícola Comum
<b>ANCSUB</b>	Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara	<b>PDR</b>	Plano de Desenvolvimento Rural
<b>Animar</b>	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	<b>PENT</b>	Plano Estratégico Nacional do Turismo
<b>ANMP</b>	Associação Nacional de Municípios Portugueses	<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>APR</b>	Áreas Predominantemente Rurais	<b>PNCT</b>	Programa Nacional para a Coesão Territorial
<b>APU</b>	Áreas Predominantemente Urbanas	<b>PROVERE</b>	Programa de Valorização de Recursos Endógenos
<b>ASPP</b>	Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca	<b>PT</b>	Portugal
<b>CATPCA</b>	Categorical Principal Components Analysis	<b>Q</b>	Quadrante
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia	<b>QCA</b>	Quadro Comunitário de Apoio
<b>CL</b>	Companhia das Lezírias	<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégica Nacional
<b>DGADR</b>	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	<b>RCM</b>	Resolução de Conselho de Ministros
<b>DL</b>	Decreto Lei	<b>SAU</b>	Superfície Agrícola Utilizada
<b>DOP</b>	Denominação de Origem Protegida	<b>SPSS</b>	Statistical Package for the Social Sciences
<b>EN</b>	Estrada Nacional	<b>TER</b>	Turismo no Espaço Rural
<b>ES</b>	Espanha	<b>TIPAU</b>	Tipologia de Áreas Urbanas
<b>IBR</b>	Incubadora de Base Rural	<b>TN</b>	Turismo de Natureza
<b>ICNF</b>	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	<b>TRI</b>	Turismo Rural Integrado
<b>IE&amp;D</b>	Integrated Engineering & Design	<b>UE</b>	União Europeia
<b>IEFP</b>	Instituto de Emprego e Formação Profissional	<b>UMVI</b>	Unidade de Missão para a Valorização do Interior
<b>IGP</b>	Indicação Geográfica Protegida	<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
		<b>VAB</b>	Valor Acrescentado Bruto

## NOTA INTRODUTÓRIA

O desafio colocado à Augusto Mateus & Associados foi, desde o início, muito interessante. Olhar para o mundo rural português, de forma crítica, e propor uma metodologia coerente de classificação destes territórios, que fosse construtiva, que valorizasse o muito que o rural tem de positivo, que articulasse a inegável articulação que estes territórios estabelecem com o mundo urbano, e que propusesse mecanismos para a plena valorização destes territórios, à semelhança do que se vê pelo mundo.

A abordagem exploratória efetuada ao tema confirmou a necessidade de propor uma metodologia de abordagem moderna do mundo rural. As diversas classificações existentes sobre o mundo rural português são demasiado genéricas, pouco coerentes entre si e, sobretudo, insuficientemente orientadas para otimizar o potencial de valorização do mundo rural. Continuar a assistir ao definimento de espaços territoriais onde existem condições de sustentabilidade (económica e social, em particular) que, até agora, não têm sido valorizadas, apenas porque diferem substancialmente das condições de competitividade do mundo urbano, não é uma opção viável.

“**Mundo rural Porque Sim**” foi uma expressão que surgiu ao longo do trabalho, como forma de adjetivar o objetivo com que se apresenta a **Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais**, isto é, uma metodologia que efetivamente reconheça os diferentes perfis dos territórios rurais e que internalize a inegável articulação que estes estabelecem com os territórios urbanos. “**Mundo rural Porque Sim**” significa assumir que o urbano e o rural são realidades territoriais cuja fronteira se tem tornado difusa, o que justifica a definição de categorias territoriais intermédias (não puramente rurais nem urbanas). “**Mundo Rural Porque Sim**” significa valorizar a presença de diferentes territórios no âmbito rural (e urbano), diferenciados por características específicas anteriormente não observadas, por exemplo, de natureza económica, social, funcional, entre outras.

A primeira parte deste Estudo apresenta estas considerações, desde os limites das abordagens clássicas à leitura do mundo rural até à pertinência de uma abordagem afirmativa e robusta do rural em Portugal, bem como aos princípios de abordagem dos territórios rurais que orientaram a metodologia definida.

A **metodologia** adotada foi aplicada ao universo dos 308 concelhos do país, em três etapas, da qual resultaram 5 tipologias e 11 subtipologias dos territórios portugueses, que se detalham e analisam do ponto de vista regional na segunda parte do Estudo.

O modelo que suportou a Análise de Componentes Principais (ACP) utilizada, foi testado com mais de uma centena de variáveis e indicadores. Estabilizou-se na utilização de 32 indicadores, na sequência de diversas iterações onde foi testada a robustez do modelo de ACP a diversas combinações de variáveis e indicadores potencialmente explicativos do perfil dos territórios portugueses, na sua dimensão urbana e rural. No critério de decisão subjacente à estabilização das variáveis e indicadores finais do modelo ACP prevaleceu um necessário compromisso entre a obtenção da maior robustez possível nos resultados econométricos, desde que ficasse garantida a capacidade explicativa do modelo às realidades territoriais concretas. Nalguns casos, a inclusão de determinada variável ou indicador acrescenta de forma marginal, apenas, capacidade econométrica explicativa ao modelo, assumindo-se como critério de incorporação dessa variável/indicador no modelo a coerência empírica que oferece na aderência territorial.

As três etapas que se apresentam no âmbito da Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais refletem o detalhe e precisão metodológicos que, desde sempre, caracterizaram a Augusto Mateus & Associados. Era perfeitamente possível ter apresentado este estudo apenas com os resultados agregados das tipologias e subtipologias de classificação do mundo urbano e rural a que se chegou, beneficiando, até, de uma redução do número global de páginas do Estudo. Contudo, perder-se-ia necessariamente a robustez da coerência metodológica que suportou a definição da sua metodologia. Optou-se, pois, por também apresentar alguns resultados e algumas análises sintéticas das etapas 1 e 3, ainda que de uma forma bastante sintetizada, dedicando na etapa 2 o detalhe de aprofundamento do mundo rural.

Ao longo do estudo são apresentadas caixas com exemplos de referência a considerar na abordagem e na valorização do mundo rural. A especificidade do turismo em espaço rural e do seu papel enquanto alavanca de atuação eficaz na valorização económica dos recursos, dos elementos identitários e dos patrimónios do mundo rural, justifica que um capítulo lhe tenha sido especificamente dedicado, onde se inclui um exercício de *benchmarking* nacional e internacional com exemplos de boas práticas.

Finalmente, na terceira parte do Estudo, sistematizam-se as alavancas consideradas cruciais ao estabelecimento de um roteiro de futuro para o mundo rural, em que se acentua que o percurso do mundo rural se faz em conjugação com o mundo urbano. As quatro alavancas definidas abordam em primeiro lugar, as questões da identidade e dos recursos endógenos, com o objetivo de povoar e atrair pessoas, criando mais riqueza para mercados e procuras mais vastos, a todos os níveis (local – regional – nacional – ibérico – europeu – mundial). Em segundo lugar, uma alavanca focada na inovação e produção, com o objetivo de criar riqueza e atrair empresas e investimento, por via da especialização/focalização das atividades para aumentar a produtividade combinando bens e serviços em soluções desenvolvidas por empresas mais eficientes e organizadas. A terceira alavanca mobiliza o turismo, a cultura e o património, para valorizar uma internacionalização com base na resposta às procuras de consumo centradas na cultura e no património (consumo como plataforma avançada). Finalmente, a quarta alavanca está centrada na sustentabilidade ambiental, para explorar a valorização do mundo rural no desenvolvimento do capital natural, nos novos serviços públicos ambientais (onde devem ser pagos) e nos novos paradigmas do desenvolvimento sustentável. Incontornável será a atuação concertada que se conseguir despoletar em torno destes objetivos, que lhe confere uma importante dimensão de governação e de trabalho em parceria.

A grande mensagem que se pretende difundir através dos resultados deste Estudo é que o progresso do mundo rural não é “transformar-se” numa cidade. O progresso do mundo rural faz-se considerando a existência do mundo urbano, estabelecendo com este as necessárias articulações funcionais e temáticas, e sobretudo, atribuindo valorização económica e objetivos de coesão territorial aos trunfos que o diferenciam do urbano.

**O MUNDO RURAL  
E O DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E SOCIAL DE  
PORTUGAL**

**DEFINIÇÃO METODOLÓGICA**

**DE ABORDAGEM AO**

**MUNDO RURAL**

**EM PORTUGAL**

## 1. ABORDAGENS CLÁSSICAS À LEITURA DO MUNDO RURAL

A **definição do conceito de “rural” não é consensual**, tanto na literatura, como entre as organizações nacionais e internacionais que se debruçam sobre esta temática. A matriz elementar prevalecente distingue o espaço rural pela baixa densidade populacional e pela importância relativa das atividades do setor primário. A complexidade que está associada à evolução do mundo rural tem conduzido a esforços de acompanhamento dessas mesmas dinâmicas e a novas métricas para a sua delimitação.

A compreensão das abordagens clássicas à leitura do mundo rural é um passo crucial à conceção e desenvolvimento de uma leitura modernizada e abrangente da verdadeira dimensão dos territórios que assim se devem perceber, tendo em conta as mudanças que se têm assistido nas sociedades rurais e no seu relacionamento com a dimensão urbana. O argumento que justifica a pertinência de adotar uma nova abordagem do mundo rural constrói-se a partir da **sistematização metodológica** da evolução das leituras que têm sido feitas sobre o mundo rural, com a conjugação de três constatações:

- o “declínio” do rural, que constitui uma realidade factual quando se reduz a sua interpretação à abordagem agrícola clássica do território (superfície agrícola, sobretudo);
- a existência de atividades alicerçadas no rural que não são encaradas como tal (como é o caso das atividades industriais do ramo agroalimentar);
- a existência de oportunidades de ascensão potencial de atividades alicerçadas no rural e que importa desenvolver (como é o caso das atividades turísticas sustentadas nas características intrínsecas de um território tipicamente não urbano, e onde as paisagens natural e rural constituem fortes argumentos de valorização turística).

A alteração nas correntes prevaletentes tem vindo, progressivamente, a incorporar perspetivas de diferenciação e, simultaneamente, de valorização dos territórios rurais ou da baixa densidade. Da mesma forma, a abordagem nacional aplicada ao turismo evoluiu no sentido da valorização dos segmentos turísticos ligados à natureza e à paisagem, ao mesmo tempo que se desenvolveram abordagens específicas de valorização do turismo em contexto de baixa densidade.

A abordagem do mundo rural em Portugal que se pretende construir, simultaneamente realista, moderna e sustentada por uma visão prospetiva para estes territórios, conjuga as dimensões social, económica, demográfica, habitacional e territorial. Nesta proposta de abordagem, parte-se dos limites ao desenvolvimento do mundo rural, que ressaltam dos indicadores de caracterização e dos **fatores inibidores de crescimento**, para se concretizarem novas alavancas para uma ruralidade renovada, assente em **novos fatores indutores de desenvolvimento e de desbloqueio** de atritos estruturais.

A caracterização do mundo rural português passa pela distinção das tipologias territoriais dos concelhos do continente e das ilhas e sustenta-se no pressuposto de que, apesar dos limites existentes, os territórios rurais **incorporam um conjunto diverso de fatores de competitividade** que permitem a sua **afirmação em si e por si**. Ou seja, não se trata de um programa de recuperação de atraso ou de aceleração no sentido da aproximação à realidade urbana, mas antes de consolidação dos valores endógenos, através do aprofundamento dos aspetos positivos, das aptidões específicas e de uma justa recompensa pelos bens e serviços que produz com externalidades positivas, para

além destes territórios se constituírem como **alternativa credível à cidade**, com a qual **constroem interações que resultam em novas realidades**, mais apelativas a uma simbiose eficaz dos espaços de vivência quotidiana, de trabalho e de lazer.

### 1.1. EVOLUÇÃO DAS LEITURAS DO MUNDO RURAL

Nas metodologias de classificação e distinção do território rural aplicáveis à realidade portuguesa, destacam-se diferentes abordagens e delimitações (Figura 1). A complexificação do conceito traduz-se, não só, num progressivo robustecimento das metodologias aplicadas na delimitação e diferenciação do rural (das abordagens clássicas às setoriais/temáticas, passando pelas compósitas e multidisciplinares), como na sua mais recente e tendencial assunção como espaço de valorização económica que se exerce pelos seus vetores distintivos<sup>1</sup>:

- **abordagens clássicas** da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do Instituto Nacional de Estatística (INE);
- **abordagens compósitas e multidisciplinares**, tais como as propostas da Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (Rolo & Cordovil, 2014)<sup>2</sup> e da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP, 2014)<sup>3</sup>;
- **abordagens setoriais/temáticas aplicadas na definição e aplicação de política pública e de desenvolvimento setorial**, subjacentes ao Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)<sup>4</sup>; ao estudo do *“Turismo no Espaço Rural e de Natureza no mundo rural”* da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR, 2008)<sup>5</sup>; à *“Estratégia Nacional para o Turismo em Espaços de Baixa Densidade”* num apontamento contemplado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (*PENT, 2009*)<sup>6</sup>, e reafirmado no *“Relatório de Sustentabilidade: Atuar para o Desenvolvimento Sustentável”* (2011)<sup>7</sup> do Turismo de Portugal; e mais recentemente, aos objetivos assumidos no Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)<sup>8</sup>.

<sup>1</sup> O histórico das diversas abordagens de delimitação e classificação do mundo rural tem um objetivo de enquadramento e será desenvolvido de forma resumida, procurando sistematizar a respetiva natureza, os elementos que as diferenciam e os contributos que têm dado ao aperfeiçoamento desta discussão e das suas metodologias - ver descrição mais detalhada em anexo.

<sup>2</sup> Rolo, Joaquim C. e Cordovil, Francisco (2014) “Rural, Agriculturas e Políticas”, Animar - Associação Portuguesa para desenvolvimento Local.

<sup>3</sup> Proposta da secção da Baixa Densidade e do Mundo Rural, da ANMP.

<sup>4</sup> Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (2008), “PROVERE: Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - Das ideias à ação: visão e parceria”.

<sup>5</sup> Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2008), “Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal”.

<sup>6</sup> Turismo de Portugal (2009), “A Estratégia Nacional para o Turismo em Espaços de Baixa Densidade”.

<sup>7</sup> Turismo de Portugal (2011), “Relatório de Sustentabilidade: Atuar para o Desenvolvimento Sustentável”.

<sup>8</sup> A identificação dos denominados territórios do interior (aos quais se aplica o PNCT) resulta da adoção da definição de “territórios de baixa densidade” em vigor no Portugal 2020 (Deliberação n.º55/2015 de 1 de julho, da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020), a qual advém da classificação proposta pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses para Portugal Continental.

## ABORDAGENS CLÁSSICAS

As **abordagens clássicas** estabilizam uma tipologia geral dos territórios, partindo de critérios quantitativos puros, que ponderam a (i) concentração populacional dos territórios, tendo como ponto de partida a unidade administrativa considerada pertinente (NUTS III, concelhos ou freguesias); (ii) a afetação predominante das áreas (espaços urbanos ou rurais); (iii) a presença populacional relativa nas unidades territoriais rurais (ou urbanas) e (iv) a centralidade administrativa (proximidade a centros urbanos de significativa relevância populacional e institucional). São abordagens que aportam uma filosofia de homogeneidade e indiferenciação dos territórios rurais, uma vez que não captam os traços determinantes na distinção urbana e rural, ou as tipicidades dentro das tipologias territoriais tendencialmente similares, procedimento que permitiria a definição de categorias intraterritoriais dentro da tipologia urbana e rural.

A **tipologia regional da OCDE** classifica as regiões como predominantemente rurais, intermediárias e predominantemente urbanas, de acordo com três critérios: densidade populacional para identificação de unidades rurais, proporção da população residente em unidades rurais e dimensão dos centros urbanos localizados nas regiões (Mapa 18 – Anexo 1).

A **tipologia de áreas urbanas** (TIPAU, 2014)<sup>9</sup> do INE assenta numa classificação tripartida das freguesias do território nacional – Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Medianamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR) – a partir de critérios quantitativos: (i) população residente; (ii) relação entre a população residente na freguesia e no concelho; (iii) relação entre a área da freguesia e do concelho; (iv) relação entre a área em espaço de ocupação predominante (rural ou urbano) face à freguesia e o (v) tipo de integração da sede da câmara municipal. Aqui, a classificação do rural é realizada numa lógica de exclusão de partes, face ao que é predominantemente ou medianamente urbano (Mapa 19 – Anexo 1).

## ABORDAGENS COMPÓSITAS E MULTIDISCIPLINARES

As **abordagens compósitas e multidisciplinares** já refletem a necessidade de diferenciar o rural, tendo em conta alguma da diversidade que lhe está subjacente. São abordagens também de pendor predominantemente quantitativo, mas que introduzem a expressão da atividade agrícola e da capacidade de sustentação económica dos territórios rurais como elementos de diferenciação dos contextos de ruralidade. Os resultados finais apresentam uma lógica de regionalização da ruralidade, descortinando padrões rurais diferenciados, mas ainda assim, relativamente coladas às tradicionais dicotomias urbano-rurais (norte, centro e sul; interior-litoral).

O estudo da Animar (Rolo & Cordovil, 2014) assume parte da delimitação do rural como os aglomerados populacionais de pequena dimensão (população residente isolada ou em aglomerados populacionais com menos de 2.000 habitantes), resultando daqui a população e superfície rural (Mapa 20 - Anexo 1). Identifica **três dimensões de delimitação da morfologia territorial** – a organização do povoamento e dos espaços residenciais; as atividades das pessoas e o ordenamento e uso do espaço biofísico envolvente. Destes pressupostos, distingue, a partir da unidade administrativa “concelho”, **sete tipos de rural** – baixa densidade distinguindo as tipicidades regionais (norte, centro e sul); territórios de transição setorial (agrícola ou indústria e serviços) e nichos rurais em territórios de alta densidade (rural denso e rural metropolitano).

<sup>9</sup> A tipologia de áreas urbanas, para fins estatísticos, foi objeto de revisão em 2014, substituindo a anterior versão de 2009 Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014).

A abordagem da **ANMP** parte do reconhecimento da importância da identificação dos concelhos que têm na matriz rural o respetivo eixo de desenvolvimento e que fazem parte da secção da baixa densidade e do mundo rural. A corrente prevaiente pressupõe uma estratégia de desenvolvimento rural não pela “procura de qualquer linha fraturante entre o rural e o urbano, mas, antes, a percepção de que o urbano constitui uma âncora nuclear do rural e que a coesão passará pela procura das modalidades mais ajustadas a cada situação de articulação”.

A partir daqui, foi desenvolvida uma abordagem quantitativa que incorpora na métrica de classificação de concelhos rurais critérios de densidade populacional (rural e global) e a dimensão dos aglomerados populacionais, identificando diferentes tipologias de rural, não necessariamente indexadas à localização norte, centro ou sul. Esta abordagem classifica 125 municípios de baixa densidade e do mundo rural, sendo os restantes territórios enquadrados como municípios em transição ou de alta densidade (Mapa 21 – Anexo 1).

### ABORDAGENS SETORIAIS E TEMÁTICAS

As **abordagens setoriais e temáticas** refletem uma internalização do rural na definição de política pública e a sua utilização como suporte ao desenvolvimento económico, nomeadamente, pela valorização dos elementos distintivos do território rural ultrapassando as incapacidades que se têm sentido na respetiva catalisação para o desenvolvimento integrado e identitário do rural.

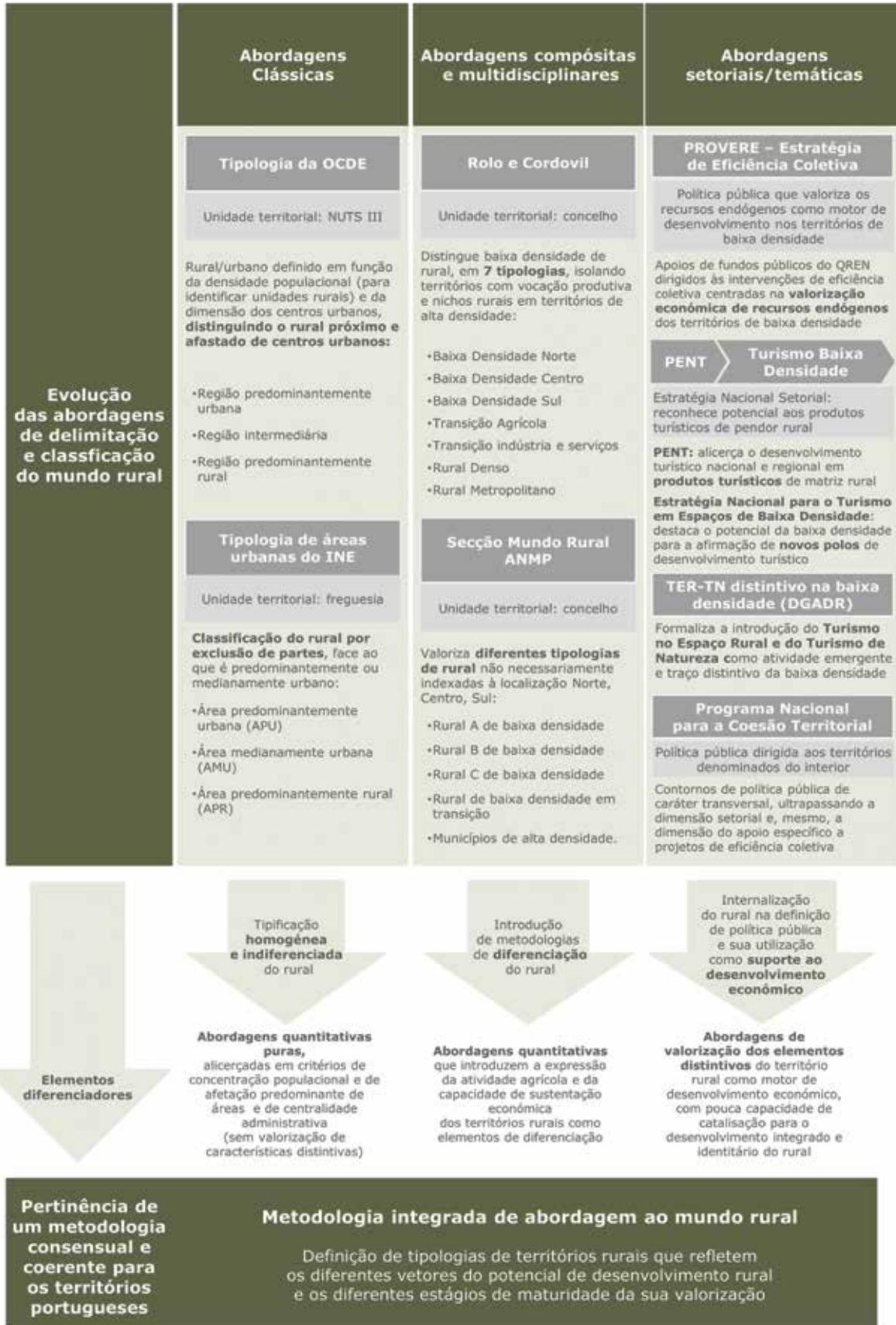
As preocupações referentes aos territórios rurais e a convicção dos respetivos constrangimentos e potencialidades têm justificado **programas específicos de desenvolvimento rural e estratégias setoriais incidentes sobre áreas de afirmação potencial nestes territórios**.

O **PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos**, visava a promoção da construção e implementação de **Estratégias de Eficiência Coletiva** em áreas de baixa densidade, sendo exemplificativo da importância que a política pública tem crescentemente atribuído aos territórios rurais e às suas potencialidades endógenas. Surge emoldurado no contexto dos apoios públicos do QREN que concetualmente equiparam as intervenções da eficiência coletiva centradas na valorização económica dos recursos endógenos dos territórios de baixa densidade, às práticas sofisticadas de eficiência coletiva (exemplo dos *clusters*).

O documento enquadrador deste programa traduz uma visão mais atual do mundo rural, partindo, obviamente dos bloqueios estruturais que o caracteriza, passando pela evidência da baixa densidade (populacional, urbana, económica, social e relacional) como sua característica indissociável e chegando à relevância da valorização económica dos recursos endógenos como forma de tornar mais competitivos os territórios de baixa densidade (Figura 11 – Anexo 1). Em suma, o PROVERE, que encontrou seguimento no Portugal 2020, dirigiu-se a espaços de baixa densidade com o objetivo de fomentar a sua competitividade através da **dinamização de atividades de base económica**, inovadoras e alicerçadas na **valorização de recursos endógenos**, com sustentabilidade, visando a **criação de emprego e a fixação e renovação de população**.

Neste seguimento, importa destacar também o papel que o património natural e o perfil rural desempenham no desenvolvimento da atratividade turística do país, quer no quadro global dos objetivos fixados pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) em termos de produtos turísticos, quer pelo facto de terem sido especificamente abordadas questões estratégicas para o desenvolvimento do turismo em territórios de baixa densidade. Nesta linha de **raciocínio**, o **PENT**

Figura 1. Quadro teórico de evolução das abordagens ao mundo rural



Fonte: Augusto Mateus & Associados.

reforçou apostas em produtos turísticos alicerçados no mundo rural e que conferem força à tipologia de Turismo no Espaço Rural (TER), concedendo a este domínio um papel de destaque no desenvolvimento do turismo em Portugal (Mapa 22 – Anexo 1), destacando-se um conjunto de produtos muito dependentes da baixa densidade, tais como o *Touring*; o Turismo de Natureza, a Gastronomia e vinhos ou o Turismo de saúde.

A **Estratégia Nacional para o Turismo em Espaços de Baixa Densidade** corresponde a uma concretização específica desta temática, reafirmando o rural como motor da estratégia nacional para o turismo e onde é destacado o potencial da baixa densidade para a afirmação de polos de desenvolvimento turístico com claras particularidades rurais (Mapa 23 – Anexo 1). Esta convicção é reafirmada no “Relatório de Sustentabilidade: Atuar para o Desenvolvimento Sustentável” (2011) do Turismo de Portugal.

Por sua vez, o estudo da DGADR formaliza a introdução do TER e do turismo de natureza (TN) como **atividade emergente e traço distintivo da baixa densidade**, considerada nas abordagens modernas de delimitação do rural. Refere o início desta tendência na década de 70 “como resposta ao aumento e diversificação da procura turística, assim como a busca de soluções para o declínio e desagregação das sociedades rurais”, assistindo-se “ao desenvolvimento do turismo e de atividades de lazer em espaço rural, constituindo-se estas como um meio privilegiado de promoção dos recursos existentes nos territórios rurais, um fator de revitalização do tecido económico e social e uma oportunidade para o desenvolvimento destes territórios”, muito apoiada nos elementos ambientais e paisagísticos que os definem.

Este estudo considera, assim, que a presença de estabelecimentos de TER – Turismo Rural, Casas de Campo, Turismo de Habitação, Agroturismo, Hotel Rural, Turismo de Aldeia, Parque de Campismo Rural – e de TN – Casa-Retiro, Centro de Acolhimento, Casa-Abrigo – é característico dos territórios de baixa densidade e um elemento relevante no reforço da capacidade de renovação das atividades económicas predominantes em territórios de baixa densidade.

Finalmente, destaque para o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), criado em 2016<sup>10</sup>, com o objetivo de definir uma estratégia nacional para o desenvolvimento e a coesão territorial nos denominados territórios do interior (165 municípios aos quais se somam 73 freguesias noutros municípios não abrangidos). Corporiza a assunção pela política pública da pertinência de uma abordagem específica, transversal e não meramente setorial, aos territórios do interior. A identificação destes territórios do interior traduz um processo evolutivo: resulta da definição de “territórios de baixa densidade” assumida no Portugal 2020<sup>11</sup>, a qual evoluiu da classificação proposta pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses para Portugal Continental (no seguimento da criação da Secção do Mundo Rural e da Baixa Densidade).

<sup>10</sup> Aprovado pela RCM n.º72/2016, de 24 de novembro, dando sequência à RCM n.º3/2016, de 14 de janeiro.

<sup>11</sup> Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 (Deliberação n.º55/2015 de 1 de julho).

### A PERTINÊNCIA DE UMA ABORDAGEM AFIRMATIVA E ROBUSTA DO RURAL

As sucessivas variantes e abordagens complementares às metodologias de classificação e distinção do território rural aplicáveis à realidade portuguesa, têm vindo **progressivamente a incorporar perspetivas de diferenciação e, simultaneamente, de valorização dos territórios rurais ou da baixa densidade**. Este maior grau de valorização identitária que se reconhece ter vindo a ser atribuído em Portugal à valorização dos territórios rurais resulta de uma análise conjunta sobre abordagens conhecidas sobre o tema, que retratam a pertinência de incorporar leituras mais diferenciadoras do rural, mas que, no entanto, se mantêm ainda razoavelmente autónomas entre si e confinadas à abordagem focalizada em determinados temas.

Note-se que **estas abordagens não têm evoluído de forma cumulativa**, continuando a coexistir em paralelo e a ser aplicadas em função do critério para o qual foram definidas. Mesmo beneficiando das abordagens mais recentes introduzidas pelo Programa Nacional para a Coesão Territorial, pelo PROVERE, e pelas classificações desenvolvidos por Rolo e Cordovil e pela ANMP, não existe, ainda, uma metodologia unificada que traduza as diferenças e as especificidades intrínsecas destes territórios.

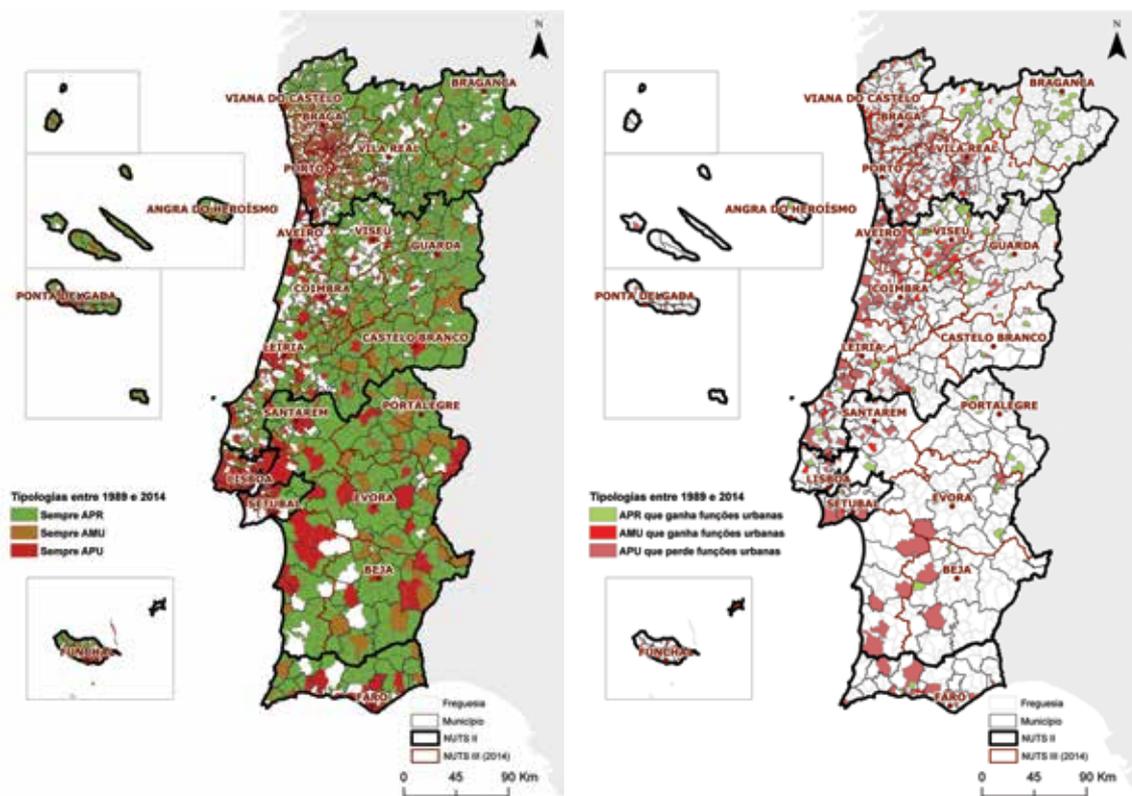
Segundo as **classificações territoriais que têm vindo a ser sucessivamente atualizadas pelo INE**, 85% da população portuguesa vive em territórios cujo perfil não mudou entre 1981 e 2001 (Mapa 1), permanecendo em 2011 como áreas predominantemente rurais (APR), áreas medianamente urbanas (AMU) e áreas predominantemente urbanas (APU), 3.348 das freguesias que já em 1981 assim eram classificadas (num total de 4.260 freguesias). As atualizações publicadas pelo INE sobre as Tipologias de Áreas urbanas (1989, 1998 e 2014) refletem os fenómenos de alteração do modelo de concentração e dispersão populacional em 912 freguesias, que abrangem uma percentagem muito estável de cerca de 15% da população portuguesa ao longo destes 40 anos (1981-2011).

**Não é razoável considerar que o perfil destas freguesias não se alterou em 40 anos**. Este perfil ter-se-á mantido, é certo, mas apenas com base nos critérios subjacentes a uma metodologia de classificação que apenas pondera critérios quantitativos ligados à relação entre a população residente na freguesia e no concelho, entre as áreas de ocupação predominantemente rurais ou urbanas, e a integração da sede da Câmara Municipal (ver critérios no Anexo 1 – Tipologia de áreas urbanas do INE), e que não incorpora vetores dinâmicos de mudança nem, em particular, critérios ligados à dinâmica produtiva e económica.

É preciso, portanto, estabilizar uma **metodologia integrada de abordagem ao mundo rural**, que reflita os diferentes vetores do potencial de desenvolvimento rural e os diferentes estágios de maturidade da sua valorização. Esta metodologia deverá ter a capacidade de ponderar distinções sobre os próprios elementos explicativos dos diferentes tipos de rural e dos diversos motores que sustentam as suas especificidades, oferecendo robustez quer na diferenciação geral face aos territórios de pendor urbano, quer na diferenciação específica entre os diferentes territórios rurais, quer ainda na correta apreensão das desejáveis zonas de forte sobreposição de características de ambos.

É preciso, também, que as abordagens conceituais subjacentes às políticas públicas especificamente criadas para sustentar uma discriminação positiva dos territórios de baixa densidade, se traduzam na **estabilização de uma classificação una e coerente do território português**, onde o urbano e o rural necessariamente coexistem, muito em particular, dentro das fronteiras administrativas de territórios (concelhos, em particular) que não podem, em rigor, ser considerados nem puramente urbanos nem puramente rurais.

Mapa 1. Uma evolução estável das classificações do perfil das freguesias do território português que não retrata a realidade efetiva - 1989-2014

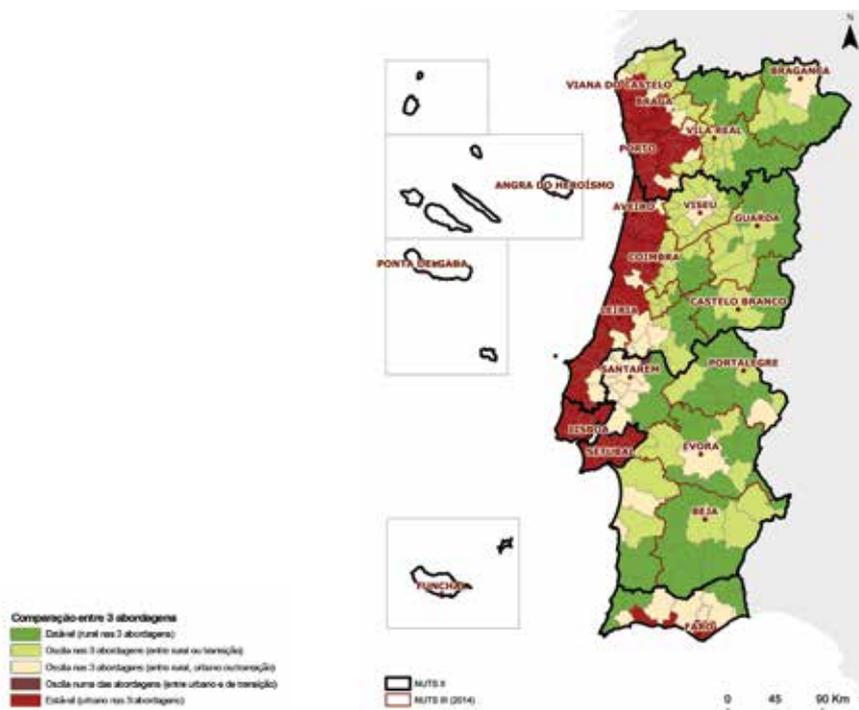


As cores representam as tipologias de freguesias, não havendo representação da população a elas associada.  
 Nota: APR - Áreas predominantemente rurais; AMU - Áreas medianamente urbanas; APU - Áreas predominantemente urbanas.  
 Fonte: Tipologias de Áreas Urbanas (INE, 1989, 1998, 2014).

Veja-se a representação meramente académica da **oscilação da classificação de diversos municípios**, quando comparada a sua categorização em três das propostas anteriormente referidas de classificações de territórios rurais (Mapa 2): a classificação proposta no estudo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (onde 109 concelhos são classificados como rurais/baixa densidade e 76 concelhos considerados em transição); a classificação que sustentou a constituição em 2014 da Secção da Baixa Densidade e do Mundo Rural da ANMP (146 municípios rurais/baixa densidade e 32 em transição); e a classificação subjacente ao Programa Nacional para a Coesão Territorial (165 municípios rurais/baixa densidade e algumas freguesias). Estas três classificações são representativas, por um lado, da tentativa de diferenciar os territórios rurais e de baixa densidade e, por outro lado, dos reflexos dessa constatação nas políticas públicas.

Neste exercício simplificado de comparação, apenas possível de se efetuar em relação aos 278 municípios do Continente, constata-se, quer a divergência global quanto ao número de municípios considerados rurais (e em transição), quer a própria oscilação da posição de um número relativamente substancial de municípios entre as três abordagens. Note-se que apenas 79 municípios são consensualmente considerados rurais nas três abordagens, que 74 municípios oscilam a sua classificação entre rural e de transição, e que 37 municípios chegam a oscilar a sua classificação entre rural, de transição e mesmo urbano. Os restantes municípios são classificados como urbanos (86) ou oscilam entre urbanos e de transição (2).

Mapa 2. A oscilação de classificação de territórios rurais em diferentes abordagens: a urgência de estabilização de uma metodologia consensual e coerente



Nota: efetua-se um exercício simplificado de comparação dos 278 municípios do Continente, entre: a classificação proposta no estudo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (onde 109 concelhos são classificados como rurais/baixa densidade e 76 concelhos considerados em transição); a classificação que sustentou a constituição da Secção da Baixa Densidade e do Mundo Rural da ANMP (146 municípios rurais/baixa densidade e 32 em transição); a classificação subjacente ao Programa Nacional para a Coesão Territorial (165 município rurais/baixa densidade).

Fonte: AM&A, com base em: Rolo, Joaquim C. e Cordovil, Francisco (2014) "Rural, Agriculturas e Políticas", Animar - Associação Portuguesa para o desenvolvimento Local; Associação Nacional de Municípios Portugueses; Programa Nacional para a Coesão Territorial.

É preciso, finalmente, que esta **abordagem moderna do mundo rural** incorpore uma leitura realista, distintiva e proativa dos seus vetores específicos de desenvolvimento, **valorizando em conjunto as dimensões social, económica, cultural, demográfica, habitacional e territorial**, que as abordagens clássicas têm considerado de forma tendencialmente isolada e aplicada em função de objetivos temáticos, como no caso das políticas públicas já referidas.

Aqui se enquadra a **pertinência de desenvolver uma nova abordagem de delimitação do mundo rural**, pela construção de uma visão renovada sobre a baixa densidade, reconhecendo que não é uma realidade homogénea e onde podem ser encontradas diferenças assinaláveis e importantes no desenvolvimento de políticas de atuação adequadas.

Esta abordagem corresponde a uma nova fase de estudo destes territórios em Portugal. O objetivo central será a **definição de tipologias de territórios rurais** que reflitam as diferentes áreas do potencial de desenvolvimento rural e os diferentes estágios de maturidade da sua valorização. Paralelamente, envidar-se-ão esforços para uma delimitação sustentada, identificando-se áreas de desenvolvimento que terão que ser obviamente alicerçadas no que é distinto e inimitável, percorrendo outras dimensões, menos diferenciadas, mas que se afirmam por contágio.

## 1.2. UMA EVIDENTE TENDÊNCIA DE DECLÍNIO DOS TERRITÓRIOS RURAIS AGRÍCOLAS EM PORTUGAL

A **reflexão sobre o declínio rural agrícola** pretende circunscrever as tendências vivenciadas nos territórios rurais de especialização agrícola e a evolução observada nos territórios onde esta se assume como a principal atividade económica. Para tal, sistematiza-se o retrato das tendências gerais observadas nestes territórios e fundamenta o que se entende por tendência de declínio dos territórios rurais agrícolas em Portugal.

O século XX marcou o apogeu da agricultura e da sociedade rural em Portugal, com significativa expressão demográfica e económica enfrentando, até à atualidade, uma acelerada transformação estrutural e social, em que transparecem diversos problemas que se têm adensado ao longo do tempo. Este declínio tem-se materializado **em tendências regressivas transversais** que descortinam a **urgência da implementação de estratégias integradas de desenvolvimento rural**, tendo presente os ainda muitos recursos e características cujo valor é inquestionável.

As tendências observadas nestes territórios foram analisadas considerando os **diferentes tipos de rural**, que se distinguem por diversos critérios – entre os quais, a localização geográfica (litoral ou interior; proximidade a centros urbanos relevantes, etc.), o enfoque produtivo (agrícola, floresta, pesca, silvicultura, turismo, etc.), estrutura territorial (património natural, redes hidrográficas, etc.), regime de povoamento (disperso, baixa densidade, etc.) – e que configuram diversos quadros teóricos explicativos dessas evoluções.

O rural português está longe de ser homogéneo, reagindo “às pressões da evolução moderna” segundo 4 processos negativos que, globalmente, conjugam efeitos de **desertificação, abandono rural, despovoamento** e a **perda de competitividade das atividades económicas** que se desenvolvem nessas áreas de baixa densidade.

Os dois primeiros processos, de **desertificação física** e **abandono rural**, são intimamente relacionados e prendem-se com a debilidade dos instrumentos necessários à dinamização dos territórios rurais pelo despojamento dos fatores de desenvolvimento (serviços, recursos humanos, instituições, recursos naturais), com consequências ao nível da sustentabilidade:

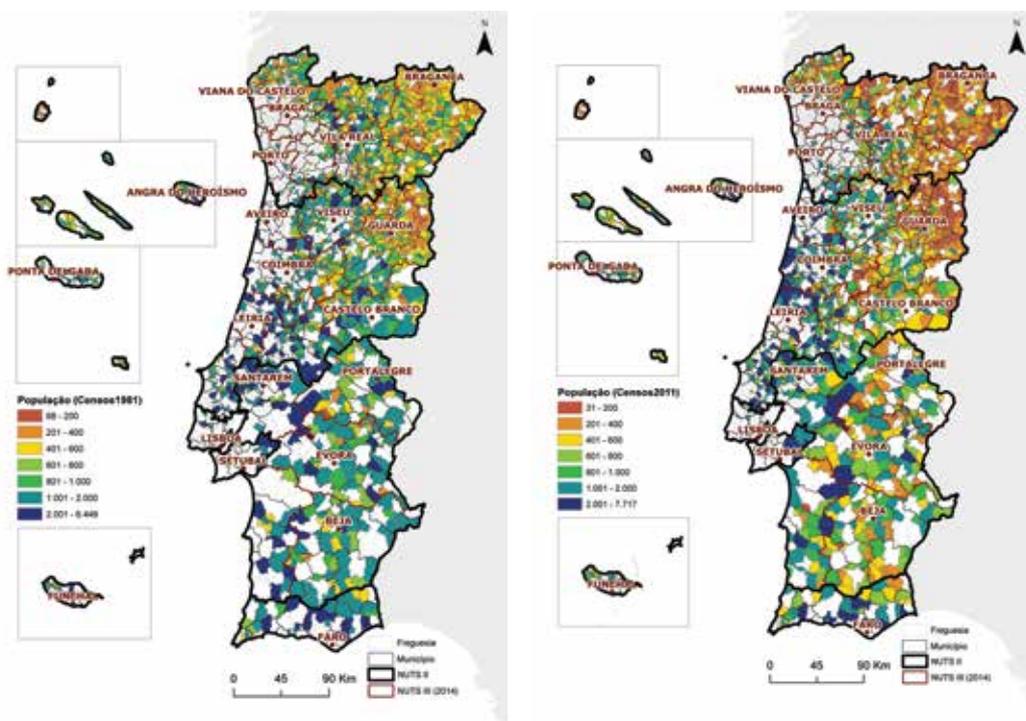
- **ambiental**, em resultado do abandono de territórios anteriormente humanizados, com impactos: na biodiversidade (flora e fauna) pela ausência de vigilância e preservação (nomeadamente, florestas); nos solos pela erosão e perda de capacidade produtiva; nos recursos hídricos e na deterioração do ambiente, dos recursos naturais e da paisagem em geral;
- **social**, uma vez que com o êxodo populacional e de serviços surgem situações de: isolamento, nomeadamente de idosos; a diminuição da qualidade de vida; o aumento da pobreza com a desestruturação das famílias como unidades produtivas; e com consequente desestruturação das áreas urbanas para onde se encaminha uma elevada proporção desta população;
- **económica**, com a queda da produtividade das atividades prevaletentes no mundo rural, a ausência de capacidade produtiva e massa crítica das produções, devido a incapacidades de modernização e de progresso na cadeia de valor e reduzidos níveis de rentabilidade das atividades associadas ao setor primário;
- **política e institucional**, onde a perda de massa crítica tem ditado a redução do peso dos territórios de baixa densidade nas decisões centrais, uma cada vez menor viabilização de projetos e investimentos com capacidade de gerar dinamismos, o aumento dos custos

de garantia de infraestruturas e de equipamentos e a deslocalização/encerramento de serviços públicos.

O processo de **despovoamento** é consequência direta destas dinâmicas, podendo destacar-se os três fenómenos seguintes, captados com base nos dados intercensitários de 1981-2011:

- **dinâmica demográfica do espaço rural muito negativa**, saldando-se por um declínio da população residente em áreas predominantemente rurais de perto de 500 mil pessoas, equivalente a uma diminuição de 24,6%. O Mapa 3 mostra como se acentua, entre 1981 e 2011, a mancha de territórios classificados como predominantemente rurais (mancha mais alaranjada em 2011 no nordeste de Portugal) e como, em geral, estes territórios perdem dimensão (muitas freguesias regredem uma classe de dimensão populacional);
- **aumento da população urbana** em cerca de 1,1 milhões de pessoas. Segundo Rolo e Cordovil, o “*esvaziamento do rural em benefício do urbano decorreu em paralelo com uma muito expressiva intensificação das deslocações inter concelhias da população ativa e estudantil*”. O Mapa 4 mostram a tendência de concentração populacional e os consequentes reflexos, também, no facto de alguns territórios deixarem de ser considerados predominantemente urbanos (critérios no Anexo 1 – Tipologia de áreas urbanas do INE).
- **desequilíbrios no ordenamento do território** com uma muito forte extensão de vazios urbanos, que corresponde a espaços rurais de baixa densidade e de transição “*que não contam com a presença de qualquer aglomerado populacional com 2.000 ou mais habitantes*” (Mapa 5), sendo que aumentou 13,4% a população dos concelhos com lugares onde residem pelo menos 2.000 pessoas.

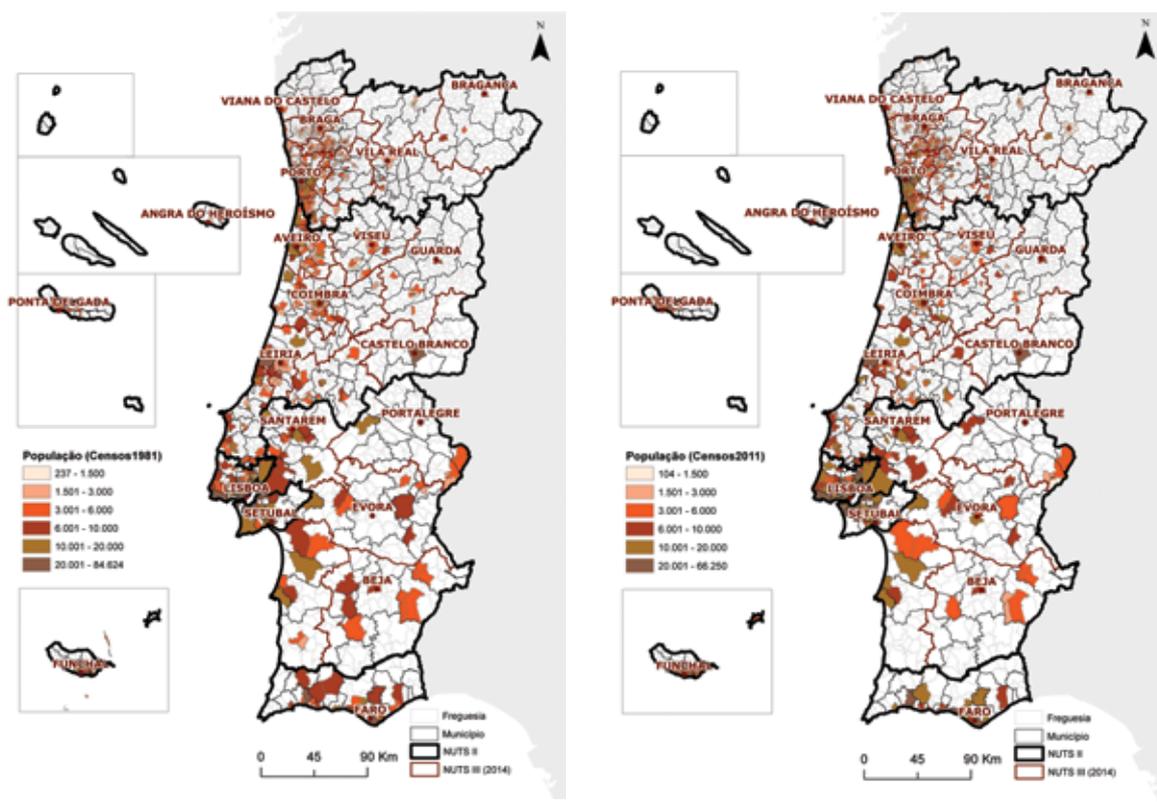
Mapa 3. Os territórios predominantemente rurais: evolução 1981-2011



Nota: Representam-se as classificações vigentes em 1981 e em 2011, sendo que houve oscilações nesta classificação.

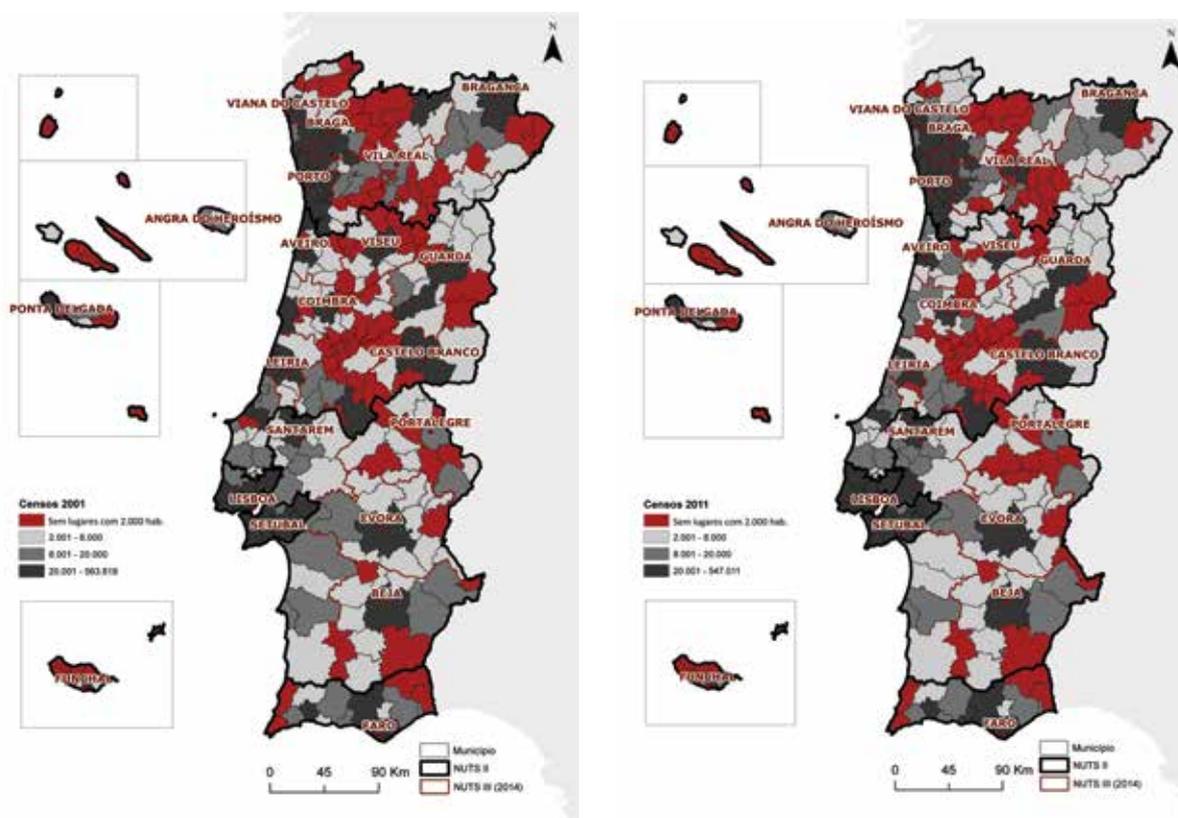
Fonte: Áreas predominantemente rurais da Tipologias de Áreas Urbanas (INE, 1989, 1998, 2014); INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011.

Mapa 4. Os territórios predominantemente urbanos: evolução 1981-2011



Nota: Representam-se as classificações vigentes em 1981 e em 2011, sendo que houve oscilações nesta classificação.  
 Fonte: Áreas predominantemente urbanas da Tipologias de Áreas Urbanas do INE (INE, 1989, 2014); INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011.

Mapa 5. Presença de lugares com 2.000 ou mais habitantes: evolução 2001-2011



Fonte: População nos concelhos com lugares com 2.000 ou mais habitantes, INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011.

A progressiva **perda de competitividade das atividades económicas que se desenvolvem nos territórios de baixa densidade** constitui um facto particularmente preocupante num contexto cada vez mais globalizado.

A economia rural tem assentado fundamentalmente em atividades do setor primário, ligados à valorização dos recursos naturais, com destaque para a agricultura e floresta. Nos últimos anos, o contexto de crise tem mudado o modo de olhar para o ambiente rural, com o reforço da sua importância, o redescobrimento das vantagens da aposta agroalimentar, nomeadamente, enquanto setor produtor de natureza transacionável, potencialmente exportadora e garante da subsistência alimentar, e o incentivo à utilização da terra por parte de outros atores, muitos destes com um vínculo familiar recente ao espaço rural ou à atividade agrícola.

No contexto rural nacional, a **agricultura** (em sentido lato) e a **agroflorestal são as atividades com maior preponderância na estrutura económica**. Este perfil setorial tem sido um traço distintivo destes territórios, comprovado pela relevância dos usos do solo agrícolas e ou florestais, uma vez que são áreas que dispõem dos recursos e condições adequadas ao desenvolvimento destes setores e, por isso, muito dificilmente reprodutíveis noutras localizações com mesmo nível de produtividade e eficiência.

Os espaços rurais agrícolas têm sofrido, de forma especial, os reveses verificados nos territórios de baixa densidade em geral. A estrutura económica pouco diversificada, aliada a insuficientes esforços de atualização tecnológica e à estagnação da composição e do valor económico dos produtos oriundos do setor agrícola em Portugal, conduziram a uma **agricultura pouco competitiva e à decadência das atividades produtivas conexas**. De facto, a importância da agricultura e também do complexo agroflorestal decresceu de forma notória tanto no PIB (7,5% no ano de 2000, face a 6,0% em 2014) como no emprego (16,1% em 2000 e 14,0% em 2014), traduzido numa **perda de capacidade de geração de riqueza** para os espaços rurais e, conseqüentemente, na redução dos níveis de atratividade empresarial e populacional (Quadro 1).

Quadro 1. Importância do complexo agroflorestal no PIB e no emprego (%)

	VAB (preços base)				Emprego (Nº de indivíduos)			
	2000	2010	2012	2014	2000	2010	2012	2014
Agricultura	2,5%	1,6%	1,5%	1,6%	11,5%	10,6%	11,2%	10,1%
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	2,1%	2,3%	2,3%	2,5%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%
Silvicultura	0,8%	0,4%	0,5%	0,5%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Indústria Florestal	2,2%	1,5%	1,4%	1,4%	2,0%	1,4%	1,3%	1,3%
<b>Complexo agroflorestal</b>	<b>7,5%</b>	<b>5,8%</b>	<b>5,7%</b>	<b>6,0%</b>	<b>16,1%</b>	<b>14,5%</b>	<b>15,0%</b>	<b>14,0%</b>

Fonte: INE, Contas Nacionais.

Caixa 1. Principais mudanças nos espaços rurais agrícolas em Portugal

A retração espacial da agricultura (e da floresta) que desde 2000 se tem registado em Portugal teve impactos significativos:

- ✓ Uma pesada quebra da população ligada a explorações agrícolas, pelo trabalho ou apenas pela vivência quotidiana (a população agrícola), que foi acompanhada por um aumento, em todos os territórios do rural, da inserção das famílias agrícolas no mercado de trabalho exterior à exploração.
- ✓ O esvaziamento de população agrícola decorreu de uma muito expressiva diminuição do emprego nas explorações agrícolas, com abatimentos mais pronunciados na componente do trabalho familiar - que persiste, no panorama global, maioritária (80%) - do que no assalariamento.
- ✓ A saída de gentes e a extinção/inatividade de explorações agrícolas proporcionou um aumento generalizado da dimensão média da base fundiária das explorações, que, todavia, não atenuou os fortes contrastes entre os tipos de rural da sua relação com as unidades de trabalho que mobilizam.

Se, por um lado, o impacto no já reduzido (e em declínio) contributo macroeconómico da agricultura para o VAB da economia portuguesa não foi muito visível, uma vez que o volume (em valor económico) da produção nacional primária agrícola e florestal manteve-se praticamente inalterado nos anos 2000, já ao nível da sua composição ocorreram mudanças importantes. Entre estas mudanças importantes assinala-se a regressão dos pequenos ruminantes, das culturas cerealíferas e das plantas industriais e reforço das quotas de produção de granívoros, de hortícolas, de frutos frescos, do olival e da vinha, e também, nos fatores mobilizados, de que se destaca o incremento da importância dos gastos em serviços - a “terciarização” da agricultura.

Fonte: Rolo, Joaquim C. e Cordovil, Francisco (2014) “Rural, Agriculturas e Políticas”, Animar - Associação Portuguesa para o desenvolvimento Local.

Tal como referido por Rolo e Cordovil (2014), o **recuo territorial da agricultura** (e da floresta) é visível nos dados sobre a evolução estrutural das explorações agrícolas (INE, Recenseamento Agrícola de 1999 e 2009), onde se regista uma diminuição da superfície total das explorações, da superfície agrícola utilizada (-5%) e, sobretudo, da superfície agrícola em cultivo (-10%), o que culmina com perto de 50% de superfície agrícola utilizada não submetida a qualquer intervenção humana.

A particular intensidade que o fenómeno de declínio rural tem tido nas áreas mais agrícolas encontra correspondência numa **diminuição da população agrícola** (-36% na média do Continente) superior à verificada na população rural (-12%), entre 1999 e 2009, facto sintomático da perda de atratividade dos territórios com vocação agrícola, tanto pelo desaparecimento de emprego e de funções básicas, com impacto na qualidade de vida, motivadores de mudanças muito relevantes tais como as sistematizadas na Caixa 1.

Este quadro de declínio que envolve a reflexão teórica sobre o desenvolvimento rural em Portugal, pode ser perspetivado como oportunidade, à luz do seu posicionamento no sul de uma Europa para a qual as características agrárias do sul<sup>12</sup> podem ser lidas como um quadro de soluções para as economias do Norte, num contexto de forte competição que as economias americana e australiana introduzem nas trocas comerciais de alimentos ou produtos de base. O quadro de declínio descrito não foi vivenciado a Norte com a mesma intensidade que no sul mediterrânico e, portanto, terá resguardado mais os espaços rurais do Sul de uma degradação ambiental induzida pelo perfil produtivo da agricultura do Norte. A dualidade centro-periferia que tantos anos caracterizou a questão agrícola na União Europeia e a discussão das reformas da PAC, ao ponto de em 1997 se ensaiar a distinção “agricultura do Norte” *versus* “agricultura do Sul” na preparação da viragem do milénio, é hoje favorável às economias do Sul.

Mesmo perante o processo de declínio e de afastamento das lides associadas ao setor agrícola, avizinham-se novas oportunidades de desenvolvimento rural alicerçado nas diversas atividades que se devem assumir como englobadas nesta atividade económica em sentido lato, complementadas com outras de última geração.

<sup>12</sup> Em resumo, pequena dimensão das explorações agrícolas; grande proporção de território rural com alto valor; os produtos típicos da dieta mediterrânica que determinaram a cultura do Sul; e a capacidade de reinvenção de linhas de produção, na enorme diversidade de condições locais.

### 1.3. O POTENCIAL DE ASCENSÃO DAS ATIVIDADES ENVOLVENTES DO MUNDO RURAL CLÁSSICO

As novas dinâmicas observadas no mundo rural impõem o desenvolvimento de uma **renovada linha concetual, delimitadora e caracterizadora da ruralidade em Portugal**. Os diversos ciclos de reflexão temática sobre esta matéria foram incorporando nas dissertações relativas ao mundo rural, de forma relativamente sequencial e complementar, realidades até então pouco consideradas, ou mesmo tentaram antecipar novos desafios que se têm vindo a desenhar para estes contextos territoriais.

A **clarificação dos contornos do mundo rural** em Portugal é de crucial importância, na medida em que apenas o seu correto entendimento permitirá encontrar respostas cabais às exigências que se lhe impõem. O ponto de partida é o reconhecimento que hoje o rural é mais complexo, internamente diferenciado, e que estabelece novas relações entre si e com os territórios urbanos. É, por isso, essencial sistematizar e caracterizar essa diversidade, construir uma nova abordagem a estes territórios e adequar-lhes as políticas de atuação estratégica e operacional. Perante este panorama, uma proposta de uma nova abordagem deverá considerar as **especificidades dos diferentes “rurais”**, os **novos fatores de desenvolvimento rural** e as **complementaridades territoriais** a estabelecer.

A incorporação das diversas dimensões que concorrem para o desenvolvimento rural, numa nova análise do perfil destes contextos territoriais, implica identificar um conjunto de indicadores que aproximadamente traduzam as contemplações que são essenciais considerar numa abordagem renovada do mundo rural. A natureza das variáveis utilizadas é, contudo, diferenciada, uma vez que:

- captam **realidades distintas** (na sua medição quanto à coesão, à competitividade, ou à sustentabilidade);
- estão associadas a **fases específicas**, embora interativas, da caracterização dos territórios (crescimento, transição, maturação, reorientação, consolidação);
- deverão permitir uma leitura concreta do **encadeamento entre a existência de condições e a produção de resultados**, que seja consequente para a extrapolação de mecanismos eficazes de atuação na sua melhoria ou eventual correção.

Assim, esta abordagem permite alcançar uma análise sistematizada e abrangente do rural e a identificação das respetivas tipologias, tendo por base indicadores relacionados com:

- as **condições**, que correspondem às características estruturais do elemento caracterizado, grosso modo, o ponto de partida *ou status* quo que serve de enquadramento ao estudo do fenómeno e que pode ser, desde já, indiciador das potencialidades que podem estar associadas ao mundo rural. Traduz também as circunstâncias de base, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis, e que são manifestação do grau de dificuldade subjacente ao alcance determinados objetivos;
- os **processos**, reveladores do ritmo dos acontecimentos e das tendências manifestadas nas diversas áreas de estudo. Correspondem às trajetórias percorridas e às mutações que se observam, estabelecendo a ponte entre as condições e os resultados. Revelam-se através de tendências fortes e sistemas de atuação (setoriais, demográficas, ambientais, entre outras), descortinando os percursos e as opções voluntária ou involuntariamente assumidas;
- os **resultados**, consequências decorrentes das condições e do processo de evolução desenhado, direta ou indiretamente dependentes da orientação dos desempenhos em diversas áreas relevantes na personalização os processos de desenvolvimento.

A lógica inerente à relação entre estes indicadores reverte para um encadeamento circular dos fatores, situação em que os resultados geram novas condições, donde partem novos processos que conduzem a novos resultados.

A agricultura permanece como o sustentáculo socioeconómico das áreas rurais, contudo, o evidente declínio do mundo rural agrícola e as tendências regressivas em termos demográficos, empresariais e sociais que se observam nos espaços de baixa densidade, aguçaram a consciência para a **reconversão das apostas nestes territórios**, descortinando novas oportunidades. Entre estes novos desafios estão, nomeadamente, a **diversificação da estrutura socioeconómica** com a extensão da estrutura produtiva a atividades do setor primário associadas ou externas às explorações agrícolas, conduzindo à criação de novas fontes de rendimento e de novas alternativas de emprego, com impacto na capacidade de geração de riqueza, na fixação da população e na reorganização da ocupação do território, assim como no reforço da economia rural.

Contudo, a constatação do “declínio” do rural, que constitui uma realidade factual quando se reduz a sua interpretação à abordagem agrícola clássica do território, esconde as alterações vivenciadas nas formas de promoção do setor primário com o surgimento de novos vetores de desenvolvimento, o que permite avistar um potencial significativo de atividades inovadoras a desenvolver no mundo rural. Neste âmbito, reforça-se a **importância da sustentabilidade da agricultura** com a aplicação de boas práticas agrícolas na preservação dos ecossistemas e norteada por modos de produção integrada e biológica, com impacto positivo na salvaguarda do ambiente e na saúde pública, com investimentos e inovações no processo produtivo e a proteção das culturas. A proteção da biodiversidade, da paisagem, dos recursos naturais e a produção de bens de qualidade diferenciada são também variáveis a ter em consideração acrescentando a respetiva **valorização no mercado**.

Assim, em complemento a uma **visão mais dinâmica sobre a agricultura** (setor primário, em sentido lato), o avanço de um núcleo de atividades potencialmente afirmáveis em contexto rural demonstra o perfilar de orientações relevantes para o desenvolvimento rural, até agora embrionárias, com reduzida massa crítica, ou mesmo inusitadas e essenciais à reconversão dos territórios rurais, destacando-se as dimensões:

- da **coesão**, assumida de forma transversal (económica, social e territorial), conciliando a qualidade de vida e as condições de acesso (a equipamentos e serviços), as oportunidades de desenvolvimento económico e de geração de emprego (sectorialmente diversificado), a gestão do território (garantida de forma eficiente e considerando o património natural como um ativo valorizável) e a mensuração dos seus aspetos distintivos;
- da **competitividade** económica e empresarial, identificando a matriz produtiva das áreas rurais, aprofundando a especialização predominante (agricultura) com vetores de diferenciação e de maior valor acrescentado, progredindo para outras atividades económicas nas quais a baixa densidade oferece vantagens competitivas praticamente inigualáveis com os mesmos padrões de qualidade e autenticidade;
- da **sustentabilidade**, considerado no sentido transversal do termo, incorporando a ponderação das problemáticas da sustentabilidade não somente ambiental e patrimonial, mas também demográfica, económica e empresarial.

Uma abordagem modernizada e mais realista do mundo rural retrata, pois, estes dois pares de dimensões: por um lado, incorporando na análise a diferenciação entre o que são as condições existentes, os processos aplicados e os resultados obtidos e, por outro lado, também garantindo

que o referencial de análise assegura a sua interpretação do ponto de vista da coesão, da competitividade e da sustentabilidade.

Deste modo, constrói-se uma abordagem mais robusta e, naturalmente, mais complexa, com reflexos práticos concretos no recurso a métricas mais inovadoras para a sua caracterização e no recurso a variáveis mais abrangentes na respetiva quantificação.

A abordagem modernizada do mundo rural deverá incorporar variáveis e indicadores que tornem mensurável uma diferenciação do mundo rural com enfoque no “**Porque Sim, Porque Tem**”, valorizando positivamente elementos que existem nestes territórios e que não são considerados nas abordagens típicas de classificação territorial, nas quais o mundo rural tende a ser remetido aos últimos lugares do *ranking*, “Porque não tem” um conjunto expressivo de indicadores que são selecionados para diferenciar territórios tendencialmente urbanos.

Uma observação atenta do mundo rural permite estabelecer as seguintes **constatações**, das quais se retiram **ilações consequentes em termos de abordagem metodológica** e de seleção de indicadores:

- o **mundo rural e o mundo urbano são diferentes entre si**, quanto à paisagem, quanto ao tipo de habitação, quanto ao conceito de qualidade de vida, quanto à tipologia de atividades económicas dominantes, etc., não sendo, portanto, expectável nem desejável, que se encontrem em ambos os mundos os mesmos fatores de caracterização, mas já sendo expectável, e igualmente desejável, que existam fatores que os consigam, em primeiro lugar, distinguir em dois grandes blocos e, em segundo lugar, diferenciar dentro de cada bloco. Em termos metodológicos, deverão ser abrangidas variáveis de segmentação extrema, mais sensíveis aos grandes elementos de antagonismo entre o mundo urbano e o mundo rural;
- o **capital natural** é um elemento de valorização e de diferenciação dos territórios, cuja preservação e valorização económica constituem um **ativo determinante** dos territórios rurais, com fortes potencialidades no desenvolvimento territorial, funcionando como argumento de atratividade turística, científica e educativa e, como elemento enaltecedor destes territórios. Em termos metodológicos, deverão ser abrangidas variáveis que retratem a presença dos diversos tipos de capital natural, e prevendo a distinção entre a sua dotação em termos de condições (ex: florestas, corpos de água e áreas naturais), a sua valorização económica (tipologia de atividades económicas associadas) e os resultados atingidos (nível de atividade da população ou situação quanto ao emprego);
- o **capital arquitetónico** constitui um fator de atratividade integrado, não sendo um aspeto exclusivo da baixa densidade, mas que pode ser agigantado pelo enquadramento paisagístico e de experiência que lhe pode ser acoplado. Em termos metodológicos, encontra ligação forte à atratividade dos territórios, nomeadamente perante a existência de reconhecimento formal, como símbolo de pertinência e excelência (ex: classificação como Património Mundial);
- a **atratividade dos territórios rurais** é sensível a um conjunto diverso de fatores, e retrata os resultados de um modelo económico-social que abrange: a capacidade de captar população, empresas e turistas/visitantes; o perfil familiar prevaletente; e o modo como tem provido o sustento às famílias, tendo em atenção a evidente recomposição das fontes de rendimento da população rural ou as tendências de êxodo. Em termos metodológicos, devem ser consideradas variáveis de segmentação que retratem os traços extremados do

perfil da população (os mais jovens e os mais idosos, os sem habilitações e os com mais habilitações, ...), a dimensão das famílias e a população com sustento agrícola;

- as **condições de vivência e habitação em território rural** são distintas do urbano, e traduzem um perfil de qualidade de vida apontado como uma das principais vantagens da baixa densidade, seja nas tipologias, concentração e dimensão de habitação prevaletentes, seja na opção entre arrendamento e propriedade, seja ainda na forte interação com o espaço natural que constitui um mote de atração para quem aprecia o modelo residencial típico do espaço rural. Em termos metodológicos devem ser consideradas variáveis que retratem os níveis de urbanização e de dispersão populacional, a tipologia de habitação e a dimensão das famílias, etc.;
- o **rural estrutura uma base produtiva** que abrange um conjunto significativo de atividades que configuram um elemento importante de diferenciação dos territórios rurais, partindo da consolidação económica pelo avanço na cadeia de valor agrícola (novas produções, agroalimentar, organização setorial, entre outras) e incluindo outras áreas produtivas, relacionadas ou eminentemente diversas, que permitam complementar a riqueza gerada (extrativas, comércio e serviços, entre outros). Em termos metodológicos devem ser consideradas variáveis que retratem a intensidade do VAB e emprego gerado nos setores primário, secundário e terciário, bem como a afetação de solos aos diferentes usos possíveis de enquadrar no rural;
- o **rural induz um inegável efeito de atratividade turística**, que oferece um quadro amplo de atividades com potencial de afirmação em zonas rurais, com particular destaque para o efeito complementar que pode exercer na composição do rendimento de pessoas residentes nestes territórios, bem como na própria fixação de pessoas e na dinamização mais expressiva de atividades económicas formalmente associadas ao turismo em espaço rural, destacando-se o respetivo papel de charneira entre a sustentabilidade e a valorização económica ou da aproximação de público urbano às atratividades rurais. Em termos metodológicos, implica o aprofundamento das especificidades subjacentes à afetação dos usos do solo, ao reconhecimento de características de excelência, e ao potencial futuro de aprofundamento de atividades complementares;
- finalmente, salientar a **cada vez maior dificuldade em identificar “territórios puros”**, puramente urbanos ou puramente rurais, verificando-se uma crescente intersecção de características de urbanidade e de ruralidade. Em termos metodológicos, importa assumir a existência de territórios rurais com particularidades mistas ou de transição, num efeito misto suscitado pela conjugação e, mesmo, eventual sobreposição, de diferentes motores possíveis.

Perante isto, é importante internalizar nas novas abordagens de delimitação e caracterização do mundo rural as diversas *nuances* que extravasam as reflexões clássicas e alicerçadas nas linhas usuais de caracterização do mundo rural.

A ascensão potencial das atividades não tipicamente envolvidas do mundo rural clássico resulta, assim, da interação de dinâmicas locais, regionais, nacionais e internacionais, numa lógica económica, social e de sustentabilidade, que incorporam variáveis complexas e robustas na definição dos instrumentos mais eficazes ao desenvolvimento do rural, num processo de aprofundamento do seu potencial pleno.

## 2. DEFINIÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ABORDAGEM MODERNA DO MUNDO RURAL

### 2.1. TÓPICOS A CONSIDERAR NA LEITURA DO MUNDO RURAL

O **mundo rural está em mutação**, é hoje significativamente distinto das leituras tradicionais, reconhecendo-se que as suas tipicidades e limites, assim como a dicotomia urbano-rural, apresentam contornos substancialmente diferentes dos que outrora foram assumidos.

Os objetivos centrais deste estudo estão relacionados com a **delimitação do rural em Portugal**, ambicionando compreender a dimensão e as características que o distingue entre si e, em geral, face às restantes tipologias de territórios a nível nacional.

A análise desenvolvida parte de uma **prévia concetualização sobre a natureza do mundo rural**. É de ressaltar a crescente **complexificação no estabelecimento de uma fronteira** consensualmente assumida **entre o urbano e o rural**, por um lado, porque estas realidades têm-se tornado difusas, o que justifica a definição de uma série de outras **categorias territoriais intermédias** (não puramente rurais nem urbanas) e, por outro lado, porque se configura a presença de diferentes territórios no âmbito rural (e urbano), diferenciados por características específicas anteriormente não observadas, por exemplo, de natureza económica, social, funcional, entre outras.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se nas leituras tradicionais e incorpora-lhe perspetivas de desenvolvimento futuro e sustentado dos territórios rurais, no sentido da **construção de uma leitura de nova geração** que identifique e acomode as novas necessidades que estruturam os desafios modernos destes territórios. A disponibilidade de **informação estatística** assume especial relevância na captação objetiva das particularidades que caracterizam os territórios e que os distinguem de forma mais ou menos evidente.

Tendo por base elementos de senso comum relativos a esta temática, ou indicações descritivas da situação atual ou da evolução tendencial da ruralidade, dar-se-á particular atenção aos domínios que historicamente têm permitido individualizar os territórios rurais e que se prendem, de forma geral, com as seguintes temáticas:

- **coesão social**, onde se tem em consideração a evolução demográfica, as tendências observadas na pirâmide etária, o grau de qualificação da população, a configuração da estrutura familiar, as formas de ocupação territorial e as tipologias de habitação predominantes;
- **competitividade económica**, que capta a especialização produtiva dos territórios pela análise da incidência do emprego e da geração de riqueza por setores de atividade económica (primário, secundário e terciário);
- **sustentabilidade**, que tem como foco os modos de utilização do solo e as condicionantes paisagísticas, como *proxy* do potencial natural e ambiental dos territórios analisados.

A **dimensão qualitativa** é também de redobrada importância, uma vez que alguns fenómenos muito relevantes na caracterização do rural e na distinção urbano-rural não são traduzíveis em dados quantificáveis, sendo por isso, de mais difícil sistematização, como são o caso, das funções governativas e das instituições ou da qualidade de vida. A dimensão estatística e a dimensão qualitativa são metodologicamente tratadas de forma complementar e, no caso da segunda, poderá mesmo justificar pequenos apontamentos com maior nível de aprofundamento teórico.

## 2.2. MODELO ANALÍTICO DE ABORDAGEM À CLASSIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

O modelo analítico de classificação dos territórios utilizado baseia-se numa Análise de Componentes Principais (ACP – Caixa 2). É um dos métodos estatísticos mais usados na análise de dados multivariados. O objetivo é o de **sumarizar as particularidades** mais visíveis (ou consistentes) de um **conjunto de observações**, posicionando-as num referencial que relaciona as características extraídas dos dados, retendo o máximo possível da informação contida nas variáveis originais e organizando-os tendo em conta as similaridades e oposições sugeridas nos processos de rotação.

A ACP parte do **universo dos 308 concelhos do país** e de um conjunto de indicadores considerados válidos na distinção entre o perfil urbano e o rural, donde se obtém uma primeira etapa que oferece uma segmentação urbano-rural, realizando-se posteriormente o aprofundamento de cada uma destas realidades territoriais (rural na segunda etapa e urbano na terceira), validados por testes de robustez estatística. Efetuam-se **três etapas sequenciais de análise dos territórios portugueses** – a Figura 2 sistematiza a articulação entre etapas – a que estão inerentes tratamentos estatísticos diferenciados (amostra e indicadores considerados), que visam captar as respetivas particularidades territoriais:

- **Etapa 1. Segmentação urbano-rural:** estabelece uma fronteira coerente e estatisticamente robusta entre o mundo urbano e o rural, tendo por base uma seleção de indicadores com capacidade de estabelecer esta linha de segmentação grossa;
- **Etapa 2. Aprofundamento rural:** constitui o objetivo do trabalho, de caracterizar a realidade rural em Portugal, numa segmentação pormenorizada, através de um conjunto de variáveis teoricamente explicativas do mundo rural atual;
- **Etapa 3. Aprofundamento urbano:** o mundo urbano não é o *core* deste estudo, contudo, considera-se pertinente para confirmar a metodologia definida e para enquadrar o tema do rural, apresentar um apontamento sobre a dimensão urbana em Portugal, através de indicadores de aprofundamento da caracterização dessa dimensão.

A **seleção dos indicadores usados** nas três etapas baseou-se na sua pertinência para a abordagem pretendida, na sua capacidade explicativa, na sua possibilidade de quantificação e na respetiva conformidade e validade estatística. Os indicadores utilizados em cada etapa estão identificados no Quadro 2, e detalhados no Anexo 2, tendo em conta que:

- há uma **matriz de indicadores comuns** às três etapas – emprego no setor primário, emprego em serviços avançados e taxa de analfabetismo;
- na matriz de indicadores de segmentação urbana-rural **há indicadores partilhados, respetivamente, com a (i) perspectiva rural** – tipologias de habitação, emprego terciário, urbanização e habilitações – e com a (ii) perspectiva urbana – idade da população, dimensão familiar e habilitações nos jovens, e **indicadores específicos** a esta segmentação – presença de famílias clássicas e densidade populacional corrigida;
- **há indicadores exclusivamente usados no aprofundamento da segmentação dos territórios rurais**, relacionados com as dinâmicas populacionais, os usos do solo, a relevância do setor primário na riqueza e no emprego, as formas e dimensão das explorações agrícolas, a qualificação do trabalho associado à indústria, o envelhecimento, o nível de atividade da população e a relevância das áreas naturais;
- **há indicadores exclusivamente usados no aprofundamento da segmentação dos territórios urbanos**, relacionados com a habitação e respetiva ocupação e custos, estrutura demográfica e pendularidade;
- há um **indicador comum** às etapas 2 e 3 – emprego na indústria transformadora.

Caixa 2. Análise de componentes principais em síntese

**Enquadramento**

A Análise de Componentes Principais (ACP) é uma técnica de análise explanatória multivariada que transforma um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes, combinações lineares das variáveis originais, designadas por “componentes principais”. A ACP é geralmente encarada como um método de redução da complexidade dos dados. Para além deste objetivo, uma das principais utilizações da ACP é o resumo da informação de várias variáveis correlacionadas (e, portanto, com alguma redundância) em uma ou mais combinações lineares independentes (as componentes principais) que representam a maior parte da informação presente nas variáveis originais. Estas componentes podem ser depois utilizadas como “índices” ou indicadores que resumem a informação disponível nas variáveis originais.

**O modelo das Componentes Principais**

De um ponto de vista puramente algébrico, as componentes principais populacionais são combinações lineares de  $p$  variáveis populacionais originais correlacionadas e o objetivo da análise é formar  $p$  combinações lineares independentes do tipo:

$$\xi_1 = \gamma_{11}X_1 + \gamma_{12}X_2 + \dots + \gamma_{1p}X_p; \xi_2 = \gamma_{21}X_1 + \gamma_{22}X_2 + \dots + \gamma_{2p}X_p; \dots; \xi_p = \gamma_{p1}X_1 + \gamma_{p2}X_2 + \dots + \gamma_{pp}X_p, \text{ onde } X_1, X_2, \dots, X_p$$

são as  $p$  variáveis populacionais originais,  $\xi_1, \xi_2, \dots, \xi_p$  são as  $p$  componentes principais e  $\gamma_{ij}$  é o “peso” da variável  $j$  na componente principal  $i$ . Os pesos  $\gamma_{ij}$  são estimados de modo a que:

- ✓ A primeira componente principal explique a maior proporção da variância total das variáveis originais;
- ✓ A componente seguinte explique a maior proporção da variância não explicada pela primeira componente independente da primeira. Esta condição pode formalizar-se matematicamente por;  $\gamma_{i1}\gamma_{j1} + \gamma_{i2}\gamma_{j2} + \dots + \gamma_{ip}\gamma_{jp} = 0$   
 $\gamma_{i1}^2 + \gamma_{i2}^2 + \dots + \gamma_{ip}^2 = 1 (i = 1, \dots, p)$ .
- ✓ Finalmente, que a escala das novas componentes seja fixa de modo a manter constante a variância total. Esta condição é expressa matematicamente por.  $\gamma_{i1}^2 + \gamma_{i2}^2 + \dots + \gamma_{ip}^2 = 1 (i = 1, \dots, p)$ .

**As etapas da Análise de Componentes Principais**

A ACP pressupõe: a existência de um número menor de variáveis não observáveis subjacentes aos dados, que expressam o que existe de comum nas variáveis originais; que a dimensão da amostra seja “suficientemente grande”, i. e.  $N=50$  se  $K<5$ ,  $N=10*K$  se  $5<K<15$ ,  $N=5*K$  se  $K>15$ , sendo  $N$  o número de respostas válidas e  $K$  o número de variáveis; a existência de variáveis quantitativas; a normalidade das distribuições das variáveis, embora seja robusta à violação dessa normalidade; a linearidade das relações entre as variáveis.

A primeira etapa é a validação do modelo ACP que corresponde ao cálculo da matriz de correlação para a verificação do grau de associação entre as variáveis (duas a duas) onde se deve verificar que as variáveis tenham um grau de correlação que varie entre 0,3 e 0,7. O objetivo é ter alguns componentes que representem grande parte da variabilidade dos dados. Seguidamente, é necessário avaliar a medida de adequação da amostragem *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), que indica se a correlação entre os pares de variáveis pode ser explicada por outras variáveis. Só para valores acima de 0,6 é recomendável o uso da ACP. É, depois, necessário fazer o teste da esfericidade de Bertlett, que testa a hipótese da matriz das correlações ser a matriz identidade. Para valores inferiores a 0,05 é recomendável o uso das ACP. Finalmente, é necessário garantir que os valores da diagonal da matriz Anti-imagem sejam superiores a 0,5.

A segunda etapa corresponde à extração das componentes principais, com o objetivo de evidenciar a estrutura fundamental dos dados iniciais e interpretar o significado dos fatores comuns considerados. Isto pode ser feito com recurso a vários métodos, tendo-se optado, neste caso, pelas componentes principais. Para determinar o número de componentes principais a reter pode-se utilizar o método de Kaiser ou o *scree plot*. O primeiro deve ser utilizado sempre que o número de variáveis seja inferior ou igual a 30 e escolhem-se as componentes cujo valor próprio seja superior a 1. O *scree plot*, que é um método gráfico onde os pontos de maior declive são indicativos do número total de componentes, deve ser utilizado quando o número de variáveis for superior a 30. Deverá decidir-se o número de componentes que são capazes de explicar uma percentagem apreciável dos dados originais e averiguar que dimensões predominam no eixo do  $x$  e  $y$ .

A terceira etapa corresponde à rotação dos fatores que tem por objetivo melhorar a sua interpretação, i. e., fazer com que cada variável seja explicada pelo menor número possível de fatores, podendo ser:

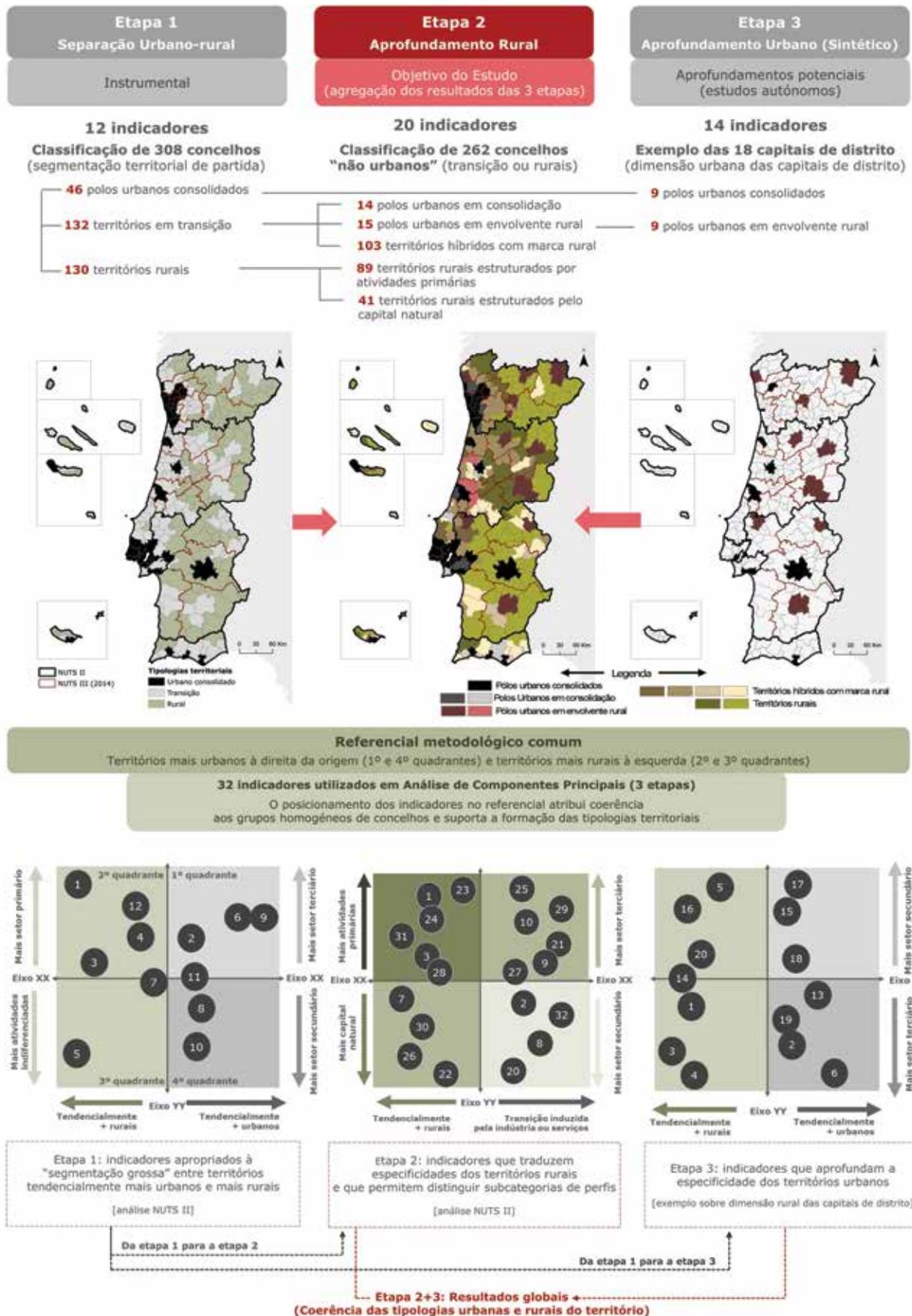
- ✓ ortogonal - gera fatores que não se correlacionam e aqui são preservados as distâncias e os ângulos, sendo que os eixos entre as variáveis permanecem perpendiculares. Esta foi a opção tomada na presente aplicação, especificamente o método *varimax* que procura minimizar o número de variáveis que apresentam elevados valores nos ponderadores associados a um determinado fator comum - torna *loadings* próximos de 0 ou de 1.
- ✓ Oblíqua - não são preservadas nem as distâncias nem os ângulos, estando alguns fatores correlacionados entre si. Para interpretar a solução é necessário considerar simultaneamente a matriz de correlações e os *loadings*.

Ambos os métodos de rotação tornam os fatores (*loadings*) elevados mais elevados, os baixos mais baixos e fazem desaparecer os *loadings* com valores médios. De notar que, em geral, consideram-se significativos os *loadings* maiores ou iguais a 0,5 (Sharma, 1996).

Assim, enquanto a solução original apresenta vários fatores correlacionados com as mesmas variáveis, a rotação transforma a matriz dos ponderadores numa outra mais facilmente interpretável (matriz de componentes rodada). Este procedimento não altera os valores da variância comum das variáveis, apenas redistribui a variância explicada pelos diferentes fatores comuns.

Fonte: Marôco, João (2011)“Análise Estatística com o SPSS”, Pero Pinheiro, Reporter Number; Moreira, António Carrizo (2007), “Comparação da Análise de Componentes Principais e da CATPCA na Avaliação da Satisfação do Passageiro de uma Transportadora Aérea”, Departamento de Economia da Universidade de Aveiro.

Figura 2. Objetivos e leitura global do Estudo: metodologia e resultados obtidos



Quadro 2. Metodologia de classificação territorial urbano-rural: indicadores usados

	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Indicadores comuns e específicos
Indicador	Segmentação Urbano-Rural	Aprofundamento Rural	Aprofundamento Urbano	
1 Emprego no setor primário (%)	●	●	●	Comuns às 3 etapas
2 Emprego em serviços avançados (%)	●	●	●	
3 Taxa de analfabetismo (%)	●	●	●	
4 Idade média da população (anos)	●		●	Comuns às etapas 1 (urbano-rural) e 3 (urbano)
5 Dimensão média das famílias (número)	●		●	
6 População entre 20-24 anos com ensino sec. ou mais (%)	●		●	
7 Edifício com 1 alojamento (% do total de edifícios)	●	●		Comuns às etapas 1 (urbano-rural) e 2 (rural)
8 Emprego no comércio/distribuição (%)	●	●		
9 População residente com ensino superior (%)	●	●		
10 Taxa de urbanização (%)	●	●		
11 Densidade populacional corrigida (hab./km <sup>2</sup> )	●			Específicos da etapa 1 (urbano-rural)
12 Peso das famílias clássicas (% do total)	●			Específicos da etapa 3 (urbano)
13 Densidade Populacional (hab./km <sup>2</sup> )			●	
14 N° de divisões por alojamento			●	
15 Alojamentos sobrelotados (%)			●	
16 Edifícios com 10 ou menos anos (% do total)			●	
17 População Jovem (0-14 anos) (%)			●	
18 Valor médio da renda da habitação (euros)			●	
19 Duração média dos movimentos pendulares (minutos)			●	
20 Emprego na indústria transformadora (%)		●	●	Comum às etapas 2 (rural) e 3 (urbano)
21 Nível de atividade da população (%)		●		Específicos da etapa 2 (rural)
22 Minifúndio (explorações < 5 ha) (%)		●		
23 Superfície Agrícola Utilizada – SAU (em % área total)		●		
24 VAB agricultura em % VAB total		●		
25 Solos agrícolas e agroflorestais (% da área total)		●		
26 Florestas e áreas naturais (% da área total)		●		
27 Zonas húmidas e corpos de água (% da área total)		●		
28 Índice de envelhecimento (Índice)		●		
29 Alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (% total)		●		
30 Alojamentos familiares clássicos de habitação própria (% do total)		●		
31 População agrícola familiar (% da população total)		●		
32 Variação populacional 2001-11 (%)		●		

Nota: o conceito/fórmula, ano de referência da informação e fonte dos indicadores está detalhado no Anexo 2.  
 Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

## ETAPA 1: SEGMENTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS

A primeira etapa do processo de **classificação dos territórios rurais** em Portugal passa, necessariamente, pelo estabelecimento de uma fronteira coerente e fundamentada face ao Portugal urbano. Foram considerados os **308 concelhos do país**, através de uma análise de componentes principais onde se incorporaram **indicadores relevantes** para a distinção entre o urbano e o rural português (num total de **12 indicadores** – Figura 2 e Quadro 2).

A estabilização do **referencial metodológico** de posicionamento dos concelhos do país nas tipologias urbanas ou rurais (Figura 3) implicou, primeiro, a **apreensão das tipicidades** destas formas territoriais, seguida pela estabilização dos indicadores estatisticamente mais robustos nessa distinção (num compromisso entre a robustez econométrica e a capacidade de aplicar o modelo às realidades territoriais concretas), tendo em conta o senso comum e as **tendências tecnicamente assumidas na comunidade científica** que aborda estes fenómenos em profundidade. Embora seja de ressaltar a **inexistência de uma definição consensual dos conceitos de urbano e rural**, é possível tecer as seguintes considerações:

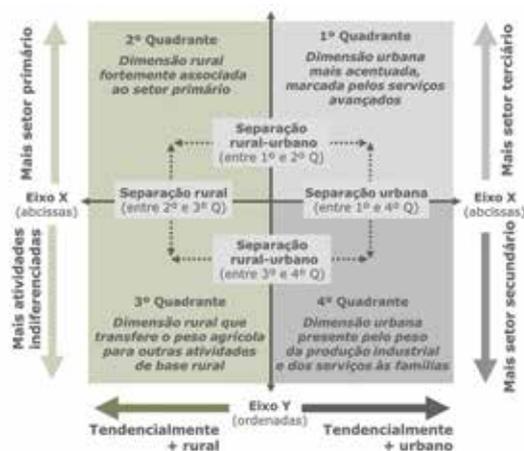
- os **territórios urbanos** caracterizam-se, grosso modo, por uma elevada densidade populacional, económica, habitacional e institucional; dispõem de uma rede estruturada de infraestruturas, vias de comunicação e de transporte; revelam uma visível humanização da paisagem e uma predominante componente de urbanização; possuem uma forte ligação económica às atividades associadas ao setor secundário e terciário; exercem efeitos de polarização face aos territórios envolventes;
- os **territórios rurais**, por outro lado, distinguem-se por uma baixa densidade populacional, económica, habitacional e institucional; o perfil de povoamento é de baixa densidade, podendo ser do tipo concentrado, disperso ou linear; predominam as atividades ligadas aos recursos naturais (agricultura, silvicultura, pecuária ou pesca); prevalece uma forte matriz natural e de autenticidade paisagística; registam, nos últimos anos, tendências de desertificação e de despovoamento, entre outras evoluções estruturais desfavoráveis, nomeadamente ao nível da demografia e qualificações;
- as **complementaridades entre o urbano e o rural** são uma realidade ancestral e funcionalmente assumida, nomeadamente no relacionamento administrativo e institucional, e na transação de bens e serviços, mas que vai oscilando no seu sentido e intensidade pela evolução dos seus motores explicativos, nomeadamente, os eixos viários estruturantes e a centralidade dos polos administrativos e de emprego.

O referencial metodológico subjacente a esta etapa 1 (Figura 3) segmenta os concelhos como **tendencialmente mais urbanos** (1º e 4º quadrantes (Q)) ou **tendencialmente mais rurais** (2ºQ e 3ºQ). Na base desta segmentação estão os indicadores especificados, nos quais os concelhos urbanos e rurais surgem em situações factualmente distintas e que são, por esta razão, assumidos como explicativos na distinção dos perfis destes grandes grupos territoriais.

A análise que se efetua no **capítulo 3**, referente à delimitação do Portugal urbano e do Portugal rural, posiciona os concelhos do País nos respetivos contextos regionais – Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Esta é uma **análise de panorama**, pouco aprofundada. Saliente-se, em particular, o que significam as análises retiradas da segmentação gerada a partir desta etapa 1. Sendo uma **segmentação grossa** (isto é, uma primeira segmentação, a afinar em etapas seguintes), oferece, naturalmente, uma separação entre os concelhos que traduz um primeiro patamar de robustez, onde é possível identificar grupos de concelhos que partilham características semelhantes entre si (e para os quais é possível definir tipologias de classificação), mas que ainda verificam entre si um nível de heterogeneidade significativo. Nas etapas 2 e 3 faz-se o aprofundamento destas características, com recurso a indicadores complementares.

Figura 3. Etapa 1: segmentação dos territórios urbanos e rurais - indicadores e referencial das dimensões explicativas

**1 Tipologias de territórios urbano-rurais**



**2 Indicadores explicativos (modelo ACP)**



**3 INDICADORES CONSIDERADOS NA SEGMENTAÇÃO URBANO-RURAL**

- 1. Emprego no setor primário:** bolsa de emprego gerada pelos concelhos no setor da “agricultura, silvicultura, pecuária e pesca”, que pode ser preenchida por população residente e não residente.
- 2. Emprego em serviços avançados:** bolsa de emprego gerada pelos concelhos nos “serviços avançados” (consultoria, engenharia, informática, entre outros), que pode ser preenchida por população residente e não residente.
- 3. Taxa de analfabetismo:** definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.
- 4. Idade média:** definida como a média de idade da população residente num determinado momento.
- 5. Dimensão média das famílias:** quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes.
- 6. População 20-24 anos com ensino secundário ou mais:** indicador de nível de escolaridade, neste caso, o ensino secundário.
- 7. Edifícios com 1 alojamento:** caracteriza o perfil de habitação prevalente, neste caso, a tipologia “moradia”.
- 8. Emprego no comércio e distribuição:** bolsa de emprego gerada pelos concelhos no setor do “comércio e distribuição”, que pode ser preenchida por população residente e não residente.
- 9. População residente com ensino superior:** indicador de nível de escolaridade, neste caso do ensino superior.
- 10. Taxa de urbanização:** percentagem da população que reside em lugares com 2.000 ou mais habitantes, permitindo medir o grau de concentração ou dispersão do povoamento.
- 11. Densidade populacional:** intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial e a superfície desse território (expressa em hab./km²).
- 12. Famílias clássicas:** conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco.

**GUIA DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS REFERENCIAIS:**

- 1**, **2** e **3** constituem o referencial de leitura da nuvem de pontos representada no Gráfico 1 e no Mapa 6.
- 1** e **2** partilham o mesmo referencial e devem ser lidos em conjunto, em complemento com **3** (referencial dos indicadores posicionado em **2**).
- 1** Classifica o perfil dominante dos territórios posicionados em cada um dos quatro quadrantes, com base na Análise de Componentes Principais (ACP) efetuada (em articulação com os 12 indicadores usados no referencial **2**):
- ✓ A separação urbano-rural lê-se no eixo dos YY;
  - ✓ A separação dentro dos territórios urbanos e dos territórios rurais lê-se no eixo dos XX;
  - ✓ quadrante 1 - dimensão urbana mais acentuada, marcada pelos serviços avançados;
  - ✓ quadrante 4 dimensão urbana presente pelo peso da produção industrial e dos serviços às famílias;
  - ✓ quadrante 3 - dimensão rural que transfere o peso agrícola para outras atividades de base rural;
  - ✓ quadrante 2 - dimensão rural fortemente associada ao setor primário.
- 2** Identifica os grupos de indicadores que oferecem uma explicação homogénea dos concelhos posicionados em cada um dos quadrantes (os próprios que suportaram a definição desses quadrantes).
- 3** Indicadores usados na “segmentação grossa” entre territórios urbanos e rurais (Etapa 1). Definição completa dos indicadores disponível no Anexo 2.

Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

## ETAPA 2: APROFUNDAMENTO SOBRE OS TERRITÓRIOS DE PERFIL RURAL

A **segunda etapa do processo de classificação dos territórios urbanos e rurais** é efetuada a partir dos resultados da primeira etapa, onde se obteve uma fronteira preliminar entre o pendur urbano e rural dos territórios, à qual se aplicam exercícios de aprofundamento em relação aos territórios rurais. Foram analisados os **262 concelhos** que não foram classificados como territórios estritamente urbanos na etapa 1, ou seja, os **concelhos de transição e os concelhos rurais**, com recurso a uma análise de componentes principais onde se incorporaram novos indicadores determinantes na apreensão abrangente das **especificidades dos territórios rurais** (num total de **20 indicadores** – Figura 2 e Quadro 2).

A estabilização do **referencial metodológico de posicionamento dos concelhos rurais** resulta da análise combinada de indicadores que **evidenciam as tipicidades de um mundo rural** que é diferente na sua diversidade cultural e patrimonial, nas suas dinâmicas socioeconómicas e nas suas identidades.

O referencial metodológico de posicionamento dos concelhos que aqui se adota (Figura 4) assimila as relações funcionais entre territórios com uma malha urbana suficientemente densa que exerce um efeito polarizador sobre os territórios de proximidade com características marcadamente rurais. **Não se procura construir um modelo de análise que sublinhe a oposição entre o mundo rural e o mundo urbano**, mas um modelo que permita **salientar a relação de complementaridade que emerge dessa dicotomia**.

O universo de concelhos usado nesta análise é suficientemente alargado para perceber as suas dinâmicas próprias e as articulações urbano-rural. O objetivo consiste em ir para além de uma oposição urbano-rural que foi sendo acentuada ao longo do tempo, identificando os pontos de contacto entre os dois mundos, as características distintivas dos concelhos e as tendências recentes de desenvolvimento que vão induzindo diferentes tipos de territórios do mundo rural.

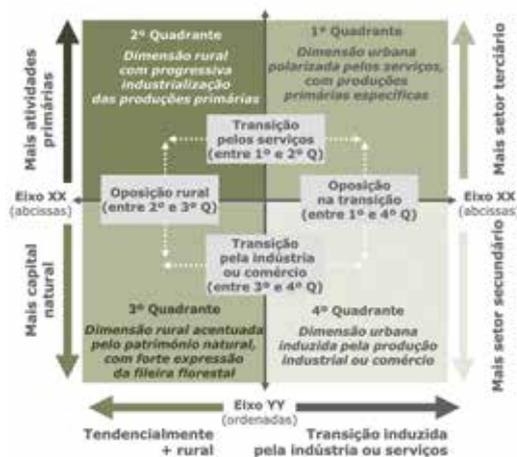
O referencial metodológico construído segmenta, de acordo com os indicadores apresentados, as seguintes realidades territoriais:

- os territórios rurais estruturados quer sejam aqueles onde **predominam as atividades primárias (2º quadrante (Q))**, sejam aqueles onde o **património natural emerge como elemento distintivo (3º Q)**;
- os **territórios híbridos**, que na segmentação urbano-rural não foram inequivocamente classificados, ficando indistintamente enquadrados nos “territórios de transição”, agora distinguidos pela intensidade urbana e rural e pela incidência setorial, nomeadamente, o **especial enfoque na indústria transformadora (1º Q) ou nos serviços (4º Q)**, com destaque para o comércio e para a hotelaria e restauração;
- e os **territórios em consolidação urbana** que se dispõem de forma ponderada, embora pouco criteriosa, nos diferentes quadrantes e que se distanciam do rural por características específicas, nomeadamente setoriais ou relativos à envolvente;
- Assinalam-se ainda situações pontuais de mudanças de classificação (quadrantes) nos territórios anteriormente designados de transição ou rurais, uma vez que os indicadores usados no aprofundamento desta terceira etapa, permitiram clarificar posicionamentos.

O **capítulo 4** apresenta o quadro detalhado de caracterização do território rural português, com a compatibilização das etapas 1, 2 e 3 (urbano e rural) e aprofunda, para cada região NUTS II, o quadro de conjugação, intensidade e relevância das tipologias de territórios urbanos e rurais definidas.

Figura 4. Etapa 2: aprofundamento dos territórios rurais - indicadores e referencial das dimensões explicativas

**1 Tipologias de territórios rurais**



**2 Indicadores explicativos (modelo ACP)**



**3 INDICADORES CONSIDERADOS NA SEGMENTAÇÃO RURAL**

1. Emprego no setor primário: bolsa de emprego gerada no setor da “agricultura, silvicultura, pecuária e pesca” (preenchida por população residente e não residente).
2. Emprego em serviços avançados: bolsa de emprego gerada nos serviços avançado” (engenharia, consultoria, informática), preenchida por população residente e não residente.
3. Taxa de analfabetismo: tem referência à idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se os 10 anos, equivalentes à conclusão do 1º ciclo do ensino básico.
4. Edifícios com 1 alojamento: caracteriza o perfil de habitação prevalente, neste caso a tipologia “moradia”.
5. Emprego no comércio e distribuição: bolsa de emprego gerada no setor do “comércio e distribuição” (preenchida por população residente e não residente).
6. População residente com ensino superior, corresponde a um indicador de escolaridade, neste caso o ensino superior.
7. Taxa de urbanização: percentagem da população que reside em lugares com 2.000 ou mais habitantes, permitindo medir o grau de concentração ou dispersão do povoamento.
8. Emprego na indústria transformadora: gerado no setor da indústria (preenchida por população residente e não residente).
9. Taxa de atividade: bolsa de recursos humanos disponíveis para o trabalho num determinado território.
10. Dimensão das explorações agrícolas: representatividade dos minifúndios (com menos de 5 ha).
11. Superfície Agrícola Utilizada: inclui terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.
12. Contributo do setor primário para o VAB: aferição sobre a mobilização de recursos endógenos para a produção de riqueza.
- 13, 14 e 15. Tipologias de ocupação do território: proporção do território afeto às áreas agrícolas e agroflorestais; às florestas e áreas naturais; e às zonas húmidas e corpos de água.
16. Índice de envelhecimento: é a relação entre a população idosa e a população jovem.
- 17 e 18. Tipologia de ocupação dos alojamentos, que permite compreender a condição de ocupação de um alojamento (arrendatário ou proprietário).
19. Proporção da mão-de-obra agrícola familiar, permite aferir a intensidade de profissionalização da atividade agrícola.
20. Dinâmica populacional, ou seja, a variação da população no período 2001-11, avaliando a evolução demográfica.

**GUIA DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS REFERENCIAIS**

1, 2 e 3 constituem o referencial de leitura da nuvem de pontos representada no Gráfico 9 e Mapa 7.

1 e 2 partilham o mesmo referencial e devem ser lidos em conjunto, em complemento com 3 (referencial dos indicadores posicionado em 2).

1 Classifica o perfil dominante dos territórios posicionados em cada um dos quatro quadrantes, com base na Análise de Componentes Principais (ACP) efetuada (em articulação com os 20 indicadores posicionados no referencial 2):

- ✓ A separação entre territórios predominantemente rurais e territórios rurais de transição (pela indústria e serviços) lê-se no eixo dos YY;
- ✓ A separação dentro dos territórios rurais e dos rurais em transição lê-se no eixo dos XX;
- ✓ quadrante 1 - dimensão rural onde a transição urbana é marcada pelos serviços avançados;
- ✓ quadrante 4 dimensão rural com transição urbana ligada à produção industrial e aos serviços às famílias;
- ✓ quadrante 3 - dimensão rural que transfere o peso agrícola para outras atividades de base rural;
- ✓ quadrante 2 - dimensão rural fortemente associada ao setor primário.

2 Identifica os grupos de indicadores que oferecem uma explicação homogênea dos concelhos posicionados em cada um dos quadrantes (os próprios que suportaram a definição desses quadrantes).

3 Indicadores usados na “segmentação fina” entre territórios rurais (Etapa 3). Definição completa dos indicadores disponível no Anexo 2.

Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 2).

### ETAPA 3: APROFUNDAMENTO SOBRE OS TERRITÓRIOS DE PERFIL URBANO

A terceira etapa do processo de classificação dos territórios urbanos e rurais é efetuada a partir dos resultados da primeira etapa, onde se obteve uma fronteira preliminar entre o pendor urbano e rural dos territórios, aos quais se aplica um exercício de aprofundamento dos territórios urbanos. Foram analisados os **46 concelhos** considerados na etapa 1 como urbanos, com recurso a uma análise de componentes principais onde se incorporaram indicadores considerados relevantes para a correta apreensão dos territórios com perfil urbano (num total de **14 indicadores** – Figura 2 e Quadro 2).

No referencial metodológico estabilizado para a etapa 3 (Figura 5), duas grandes segmentações resultam evidentes das variáveis que explicam o posicionamento dos territórios urbanos:

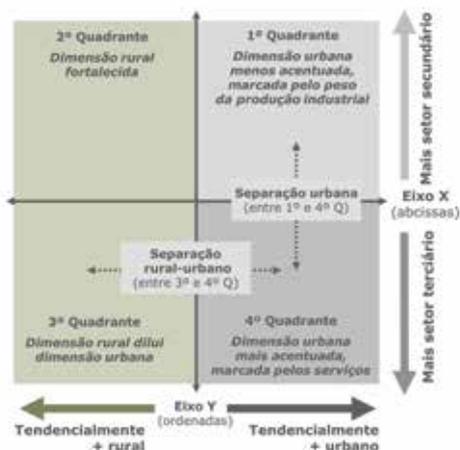
- O plano restrito da **segmentação dos territórios urbanos**, exercido no domínio da competitividade e da grande distinção criada pelo predomínio de postos de trabalho gerados pelos sectores terciário ou secundário (posicionamento entre o 4º e o 1º quadrantes) – entre territórios de **dimensão urbana mais acentuada, marcada pelo peso do emprego em serviços avançados**, a que está associada maior intensidade de contributo de variáveis que refletem um perfil de população mais instruída e um modelo residencial com traços de suburbanização sugeridos pela mais elevada densidade populacional e maior duração do tempo de pendularidade, e territórios de **dimensão urbana menos acentuada, marcada pelo peso da produção industrial**, a que está associada maior intensidade de contributo de variáveis que refletem uma estrutura etária mais jovem e um modelo residencial onde o preço mais alto do arrendamento explica a maior intensidade de casos de sobrelotação.
- O plano mais lato da identificação de **grupos mistos de territórios urbanos com traços rurais** dentro da segmentação efetuada na etapa 1, exercido no domínio da coesão, em particular resultante do posicionamento horizontal entre quadrantes – por um lado, os **territórios marcadamente mais urbanos**, posicionados no 4º e 1º quadrantes, e refletindo maior intensidade de variáveis tipicamente conotadas com modelos residenciais mais jovens, populosos e socialmente penalizantes, e por outro lado, os **territórios sobre os quais se fazem sentir influências mistas típicas de territórios mais rurais**, posicionados no 2º e 3º quadrantes, e refletindo maior intensidade de variáveis que acrescentam traços de qualidade de vida tipicamente rurais, como seja o modelo residencial mais independente e com famílias maiores, embora com traços de incompatibilidade face à respetiva sustentação (envelhecimento e baixo padrão de escolaridade) e que assim diluem a intensidade urbana.

O referencial teórico continua a situar-se no equilíbrio entre territórios tendencialmente mais urbanos e mais rurais, por razões de coerência metodológica global do estudo. Nesta terceira etapa, analisam-se apenas os concelhos considerados urbanos na primeira etapa, sendo que o aprofundamento efetuado salienta a diluição de algumas características urbanas implícitas à coexistência com traços de ruralidade. Outros aprofundamentos sobre os territórios urbanos serão efetuados em estudos autónomos.

Não sendo objetivo deste trabalho aprofundar o perfil dos territórios urbanos, interessa **salientar a forte influência que os territórios de pendor mais marcadamente rural exercem sobre os polos urbanos em torno dos quais gravitam e dependem funcionalmente**. A análise que se efetua no capítulo 5 reflete uma particularidade de territórios tendencialmente apreendidos como urbanos, como sejam as capitais de distrito, mas aos quais importa reconhecer uma evidente envolvência rural.

Figura 5. Etapa 3: aprofundamento dos territórios urbanos- indicadores e referencial das dimensões explicativas

**1** Tipologias de territórios urbanos



**2** Indicadores explicativos (modelo ACP)



**3** INDICADORES CONSIDERADOS NA SEGMENTAÇÃO URBANA

- Emprego no setor primário:** bolsa de emprego gerada no setor da “agricultura, silvicultura, pecuária e pesca”, que pode ser preenchida por população residente e não residente.
- Emprego em serviços avançados:** bolsa de emprego gerada em serviços avançados (engenharia, consultoria, informática, entre outros), que pode ser preenchida por população residente e não residente.
- Taxa de analfabetismo,** definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se os 10 anos, equivalentes à conclusão do 1º ciclo do ensino básico.
- Idade média:** definida como a média de idade da população residente num determinado momento.
- Dimensão média das famílias:** quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes.
- População 20-24 anos com ensino secundário ou mais:** indicador de escolaridade, neste caso, o ensino secundário.
- Densidade populacional corrigida:** calculada excluindo áreas não utilizáveis (áreas protegidas, naturais e florestais). É uma medida da concentração da população por km², restrita aos polos residenciais.
- Número de divisões por alojamento familiar clássico:** medida da dimensão dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual. Refere-se ao número de divisões.
- Alojamentos sobrelotados:** traduz a sobreocupação dos alojamentos, estabelecendo a relação entre o número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento.
- Edifícios novos:** peso de edifícios com 10 ou menos anos (indicador de juventude do edificado).
- População jovem:** indicador da estrutura etária dos territórios, calculando a representatividade da população com idades entre os 0 e os 14 anos.
- Valor médio da renda:** quantitativo mensal devido ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.
- Duração média dos movimentos pendulares (min):** tempo de deslocação diário da população residente em determinado concelho com motivações laborais/estudo.
- Emprego na indústria transformadora:** bolsa de emprego gerada no setor “indústria”, que pode ser preenchida por população residente e não residente.

GUIA DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS REFERENCIAIS

1, 2 e 3 constituem o referencial de leitura da nuvem de pontos representada no Gráfico 17.

1 e 2 partilham o mesmo referencial e devem ser lidos em conjunto, em complemento com 3 (referencial dos indicadores posicionado em 2).

1 Classifica o perfil dominante dos territórios posicionados em cada um dos quatro quadrantes, com base na Análise de Componentes Principais (ACP) efetuada (em articulação com os 14 indicadores usados no referencial 2):

- ✓ A separação entre territórios urbanos com perfil mais acentuado e perfil mais diluído lê-se no eixo dos YY;
- ✓ A separação, dentro dos territórios urbanos com perfil mais acentuado e com perfil mais diluído, lê-se no eixo dos XX;
- ✓ No 2º e 3º Q posicionam-se territórios onde o perfil urbano é diluído pela dimensão rural;
- ✓ quadrante 4 dimensão urbana acentuada, marcada pelos serviços;
- ✓ quadrante 1 - dimensão urbana menos acentuada que no quadrante 4, e marcada pelo perfil industrial;
- ✓ quadrante 3 - dimensão urbana diluída pela dimensão rural;
- ✓ quadrante 2 - dimensão urbana com forte traço rural.

2 Identifica os grupos de indicadores que oferecem uma explicação homogénea dos concelhos posicionados em cada um dos quadrantes (os próprios que suportaram a definição desses quadrantes).

3 Indicadores usados na “segmentação fina” entre territórios urbanos (Etapa 2). Definição completa dos indicadores disponível no Anexo 2.

Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 3).

**O MUNDO RURAL  
EM PORTUGAL**

### 3. PORTUGAL URBANO E PORTUGAL RURAL: DA COMPREENSÃO DA SEGMENTAÇÃO À VALORIZAÇÃO DA INTERAÇÃO

A delimitação objetiva quer dos contornos de um Portugal urbano e de um Portugal rural, quer dos respetivos elementos de afastamento, aproximação e interação, constitui o ponto de partida para o desenvolvimento do tema nuclear do presente estudo. Esta etapa é essencial para **evitar o erro comum de considerar todo o crescimento urbano como progresso** (e, dessa forma, também uma parte do definhamento rural como sendo uma consequência quase inevitável do progresso).

**O futuro do “campo” não é a “cidade”.** O futuro sustentável da humanidade é a **valorização e hibridação** dos modelos de produção, consumo e qualidade de vida, polarizados pelos referenciais urbanos e rurais, podem ser constituídos, interactivamente, respeitando os territórios, os recursos endógenos e favorecendo a mobilização ousada da cultura, da criatividade e do conhecimento para gerar diferentes “partituras” da eficiência, ecologia, equidade social e coesão territorial.

Os processos de transformação económica e social em Portugal e, também, em outros espaços (territórios) internacionais mais representativos não podem deixar de ser analisados, à partida, considerando em conjunto as condições e os resultados da evolução, quer do mundo urbano quer do mundo rural. O tratamento analítico rigoroso do mundo rural requer, assim, não só a valorização da sua diversidade, como, também, do papel da respetiva interação com o mundo urbano. É este **tratamento analítico que possibilita a construção de tipologias de classificação do mundo rural português** em linha com a exploração de vetores de modernidade, reforço da atratividade e com a diversificação económica e a qualificação dos territórios, dos agentes económicos e das suas instituições e organizações.

A segmentação entre territórios com perfil urbano e rural constitui, deste modo, uma primeira etapa no desenvolvimento do estudo.

A nuvem de territórios posicionados sobre o referencial de separação urbano-rural do Gráfico 1, permite estabelecer uma **categorização indicativa dos 308 concelhos do país** em tipologias territoriais de acordo com um conjunto de características homogéneas. O posicionamento dos territórios no Gráfico 1 está associado aos resultados da ACP efetuada (segundo metodologia detalhada no ponto 2.2, referente a esta etapa 1) e espelha o agrupamento homogéneo de concelhos que, em cada quadrante, é explicado pelos indicadores posicionados nesse mesmo quadrante. O posicionamento dos concelhos neste referencial metodológico permitiu distinguir duas grandes dimensões:

- **Concelhos (tendencialmente) mais rurais**, onde se agrupam concelhos com densidades populacionais e taxas de urbanização reduzidas, uma estrutura de habitação mais desafogada e individualizada, uma estrutura familiar predominantemente clássica e onde se assistem a tendências regressivas como o esvaziamento populacional, o reduzido índice de qualificação e o envelhecimento.

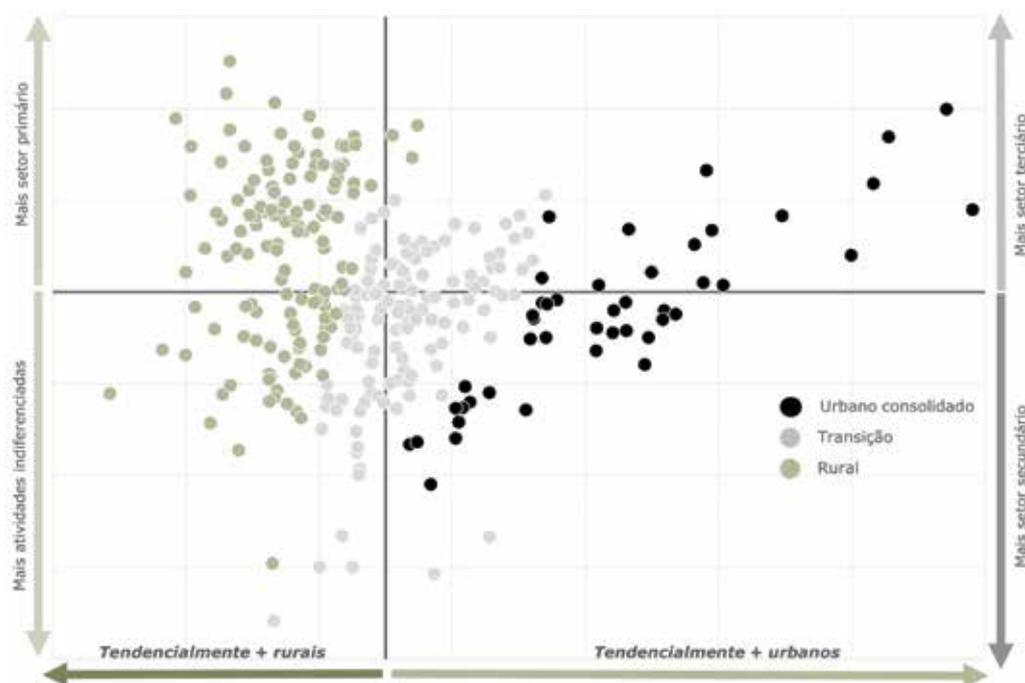
Aqui é possível distinguir entre as **áreas rurais com enfoque em atividades do setor primário (2ºQ)** – com destacada intensidade produtiva na agricultura silvicultura, pesca e pecuária e no potencial endógeno – e as **áreas rurais com enfoque noutras atividades rurais (3ºQ)** – engloba territórios que seguem a matriz económica tradicional assente no setor primário, mas aglomeram funções industriais vocacionadas para a transformação de produtos endógenos (agroindústria, agroflorestal, entre outras) ou atividades associadas à construção, entre outras atividades indiferenciadas.

- Concelhos (tendencialmente) mais urbanos**, grupo que em termos gerais, agrega concelhos com significativa relevância populacional, traduzida num denso modelo de povoamento e por um elevado grau de urbanização.

Distinguem-se os **territórios mais terciarizados (1ºQ)** – que oferecem serviços avançados, concentram recursos com maior nível de qualificação e assumem relevância institucional significativa – e os **territórios mais industrializados (4ºQ)** – correspondendo a zonas de alastramento dos centros urbanos de maior dimensão, em torno dos quais gravita e acede às atividades de suporte aí garantidas, mantendo alguma autonomia na oferta de serviços às famílias e comércio. Este é o grupo onde estão encaixados a grande maioria das capitais de distrito, dos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e das cidades de média dimensão.

O conceito “tendencialmente” é aqui metodologicamente assumido, salientando o facto de cada vez mais, **as dimensões urbanas e rurais se entrecruzarem** e partilharem características outrora exclusivas das respetivas tipologias. Atualmente é praticamente impossível encontrar situações puras do ponto vista da respetiva classificação como urbana ou rural, sendo muito mais usuais as situações ditas de transição, que agregam de forma assinalável, embora não determinante, particularidades de tipologias às quais, de forma global, não pertencem.

Gráfico 1. Classificação dos territórios urbanos e rurais em Portugal: o posicionamento dos 308 concelhos portugueses evidencia territórios de transição



Nota: o gráfico representa tipologias instrumentais definidas na etapa 1 da Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais. Apresenta-se uma segmentação dos territórios urbanos e rurais obtida pela aplicação da metodologia definida no ponto 2.2, aplicando a opção metodológica de considerar de “transição” os concelhos na fronteira entre o urbano e o rural. Estas tipologias serão estabilizadas nas etapas 2 e 3 (capítulos seguintes). Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

Podem, assim, definir-se **três tipologias de territórios** (instrumentais a esta etapa 1), representadas no Mapa 6, que traduzem uma “separação grossa” entre os tipos dominantes considerados (o urbano e o rural) que se caracterizam pelas seguintes particularidades:

- **Concelhos urbanos consolidados**, correspondente aos territórios que apresentam as características urbanas mais vincadas e na sua forma mais evidente, partilhando as dinâmicas económicas, sociais e territoriais que tipificam estas áreas a nível nacional. Salvo algumas exceções, correspondem aos concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, às cidades capitais de distrito e a outras cidades estruturantes do sistema urbano regional.
- **Concelhos de transição**, que incluem os **concelhos urbanos em consolidação**, justificada por alguma característica específica, como seja uma elevada concentração de serviços, comércio ou indústria e os **territórios híbridos** tendencialmente rurais, mas com particularidades a sinalizar.

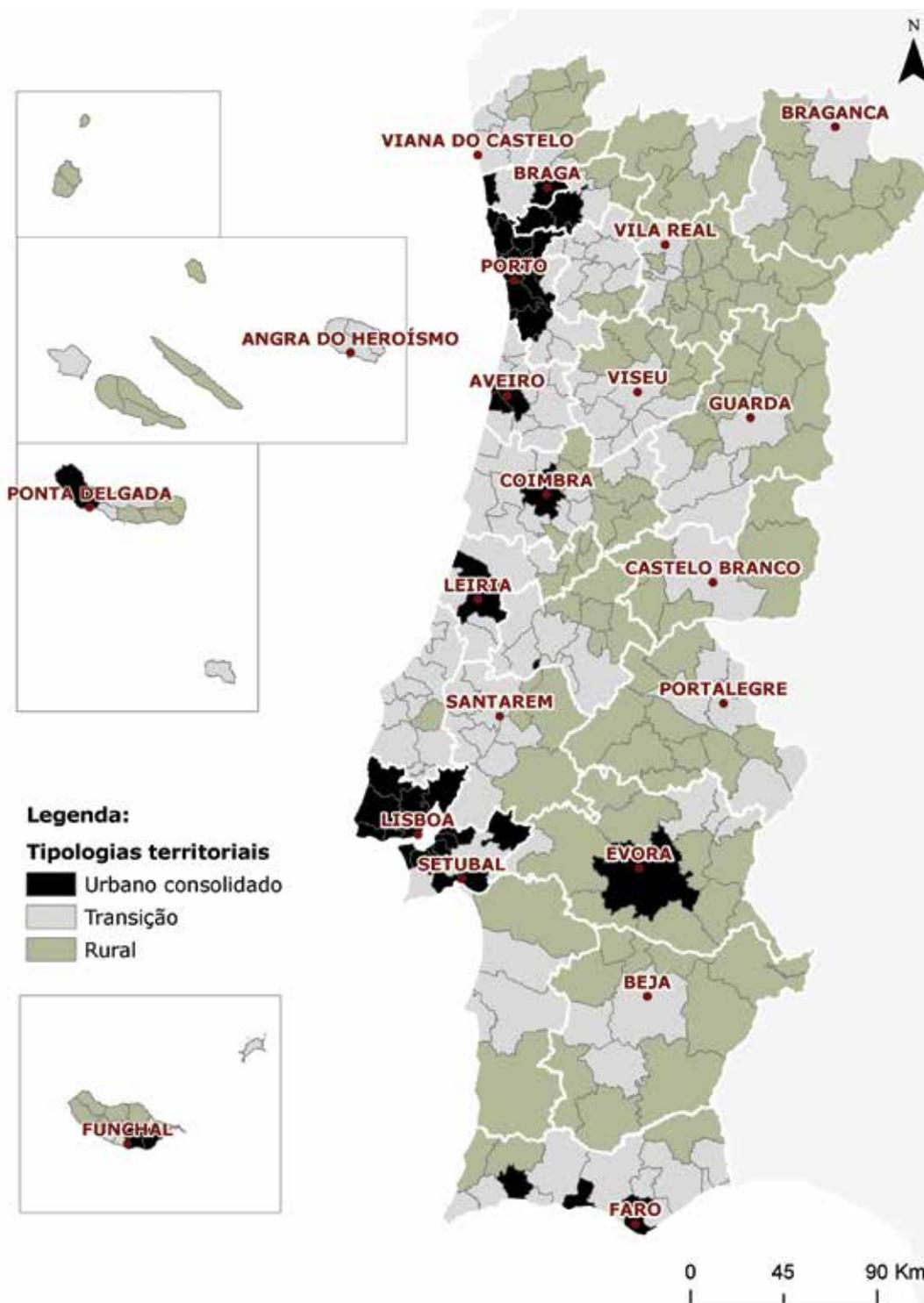
São concelhos na **fronteira entre o urbano e o rural**, onde a coexistência de atividades económicas e características económicas, sociais e territoriais de pendor rural e urbano tornam a sua classificação dúbia ou indiferenciada. Estes concelhos não são “puramente” rurais, mas resguardam inequívocas tipicidades rurais, nem “puramente” urbanos, embora sofram o efeito da proximidade a territórios de base urbana, e possam tender mais para uma destas tipologias territoriais. A análise mais aprofundada das características destes territórios, juntando-os ao estudo do mundo rural “inequívoco”, permite afinar a respetiva categorização.

- **Concelhos rurais**, incluem os territórios com uma matriz rural evidente, partilhando as tendências fortes observadas nas áreas de baixa densidade. Esta categoria será alvo de aprofundamento no capítulo específico do mundo rural (em tratamento estatístico conjunto com territórios urbanos e rurais considerados de transição).

Esta segmentação efetuada na **etapa 1** da análise de componentes principais permite fixar os concelhos urbanos consolidados (representados a cor preta no Mapa 6) e prosseguir para as **etapas 2 e 3**, de estabilização das tipologias do mundo urbano-rural em Portugal.

Opta-se por agregar numa categoria instrumental “de transição” (representada a cor cinzenta no Mapa 6), um conjunto de concelhos urbanos e rurais cujo perfil importa aprofundar com recurso a variáveis complementares (resultados a aprofundar nos capítulos seguintes), e que virão a **integrar-se numa das tipologias mais detalhadas de classificação do perfil do território português**, tal como os territórios que nesta etapa se denominam, ainda de forma genérica, como rurais (representados a cor verde no Mapa 6), e que mais adiante serão enquadrados em sub-tipologias territoriais mais ajustadas à especificidade dos respetivos perfis.

Mapa 6. Os territórios urbanos, rurais e de transição em Portugal: uma classificação instrumental



Nota: o mapa representa tipologias instrumentais definidas na etapa 1 da Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais. Apresenta-se uma segmentação dos territórios urbanos e rurais obtida pela aplicação da metodologia definida no ponto 2.2, aplicando a opção metodológica de considerar de “transição” os concelhos na fronteira entre o urbano e o rural. Estas tipologias serão estabilizadas nas etapas 2 e 3 (capítulos seguintes). As capitais de distrito foram assinaladas para facilitar a leitura do mapa e a referência geográfica dos municípios. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

## PORTUGAL URBANO, PORTUGAL RURAL E TERRITÓRIOS DE TRANSIÇÃO: REGIÕES NUTS II

No presente capítulo apresenta-se uma caracterização do perfil regional de segmentação urbano-rural, ao nível de NUTS II, que beneficia do panorama geral de identificação dos concelhos ditos de transição, em paralelo aos concelhos identificados genericamente como urbanos e como rurais.

Os **grupos homogêneos de concelhos** que, nos gráficos seguintes (Gráfico 2 a Gráfico 8), se assinalam por uma linha tracejada, podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores, e que justificam as “etiquetas genéricas” atribuídas a esse perfil geral.

Em termos gerais, de cada região NUTS II sobressai o seguinte:

- A **NUTS II Norte** é a região que apresenta uma distinção urbano-rural mais clara, ainda que subsistam situações indiferenciadas e de encaixe relativamente discutível, o que reflete posições em que a fronteira urbano-rural surge de forma ténue, observando-se territórios como aparentemente rurais, mas que assumem determinadas características que os encaminham para uma tipificação mais urbana (Gráfico 2).
- A **NUTS II Centro** é uma região onde transparece a significativa diversidade territorial existente. Coexiste um conjunto de realidades urbanas e rurais com diferentes intensidades e particularidades, sendo possível distinguir os territórios relativamente homogêneos do centro litoral, os núcleos urbanos do interior e as áreas de baixa densidade (Gráfico 3).
- A **AML** concentra algumas das mais importantes funções económicas, logísticas, empresariais, industriais e institucionais do país, com repercussões na elevada atratividade populacional e de investimento exercida por esta região. A **dimensão metropolitana e o exercício da capitalidade da AML** conferem-lhe uma dimensão urbana de destaque, conclusão retirada numa abordagem global onde a referência é o plano nacional (Gráfico 4).
- O **Alentejo** aparece como região onde as **segmentações urbano-rurais se manifestam de forma notória**, embora resultem evidentes os reflexos das transformações da base económica, das estruturas sociais e da organização territorial que têm transversalmente afetado o país (Gráfico 5).
- O **Algarve** é uma região que apresenta um **perfil de desenvolvimento económico e, consequentemente urbano, assimétrico**. A importância do mar e do turismo surge como marca distintiva comum e eleva a densidade de serviços presentes nesta região, orientados para essa realidade (Gráfico 6).
- As **Regiões Autónomas** dos Açores e da Madeira partilham, globalmente, um mais vincado peso rural face aos territórios do continente, parcialmente justificado pela respetiva insularidade, onde as atividades humanas e económicas são determinadas pela geomorfologia, pelas condições edafoclimáticas e pelas condicionantes de mobilidade e articulação com outras regiões (Gráfico 7 e Gráfico 8).

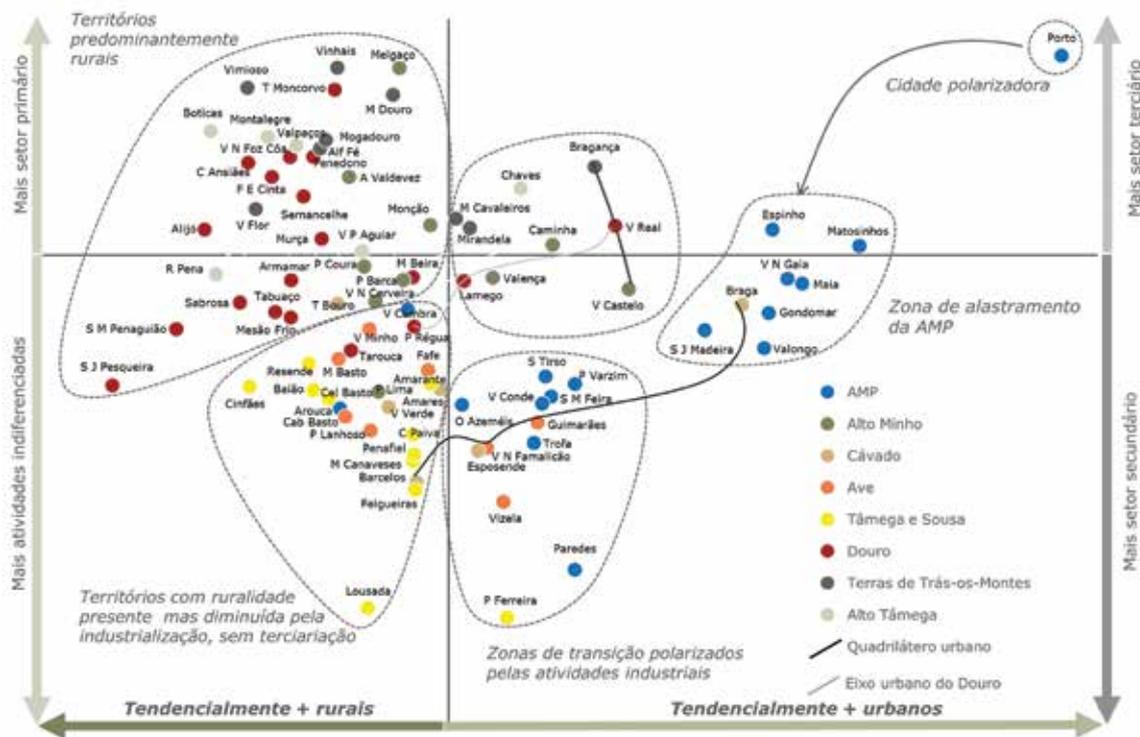
### REGIÃO NORTE

O espaço urbano de excelência da região Norte é a Área Metropolitana do Porto (AMP), liderada pela cidade e concelho do Porto, que tem exercido fortes efeitos de polarização nos territórios de proximidade, que se poderão designar por Zona de Alastramento – Espinho, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Maia, Gondomar, Valongo, Braga e São João da Madeira.

Salienta-se a relevância urbana das capitais de distrito transfronteiriças da região Norte – Viana do Castelo, Vila Real e Bragança. Em torno destas gravitam um conjunto de outros concelhos tendencialmente urbanos que desempenham papéis funcionais relevantes destacando-se o eixo Vila Real/Peso da Régua/Lamego, as cidades de Bragança, Chaves, Mirandela e Macedo de Cavaleiros ou o quadrilátero urbano Barcelos/Vila Nova de Famalicão/Guimarães/Braga. Aqui deverão ser também consideradas as zonas mistas, muito perto das realidades urbanas, uma vez que são polarizadas pelas atividades industriais realizadas nos concelhos mais desenvolvidos, pertencentes ao designado distrito industrial do norte e agindo de forma complementar às necessidades urbanas da envolvente.

Entre os concelhos tendencialmente rurais, referenciam-se concelhos localizados no Alto Minho, Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes, onde predomina a agro-silvo-pecuária e que partilham das tendências regressivas verificadas neste setor e na demografia. Podem ainda destacar-se os concelhos de transição, com características rurais, mas que apresentam alguma intensidade industrial direcionada para a transformação de produtos endógenos e que simultaneamente diversificam o core produtivo para outras atividades, mas que não encetaram o respetivo processo de terciarização.

Gráfico 2. Separação urbano-rural na região Norte



Nota: os grupos homogêneos de concelhos podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores. As “etiquetas” atribuídas nesta etapa 1 são meramente instrumentais. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

**REGIÃO CENTRO**

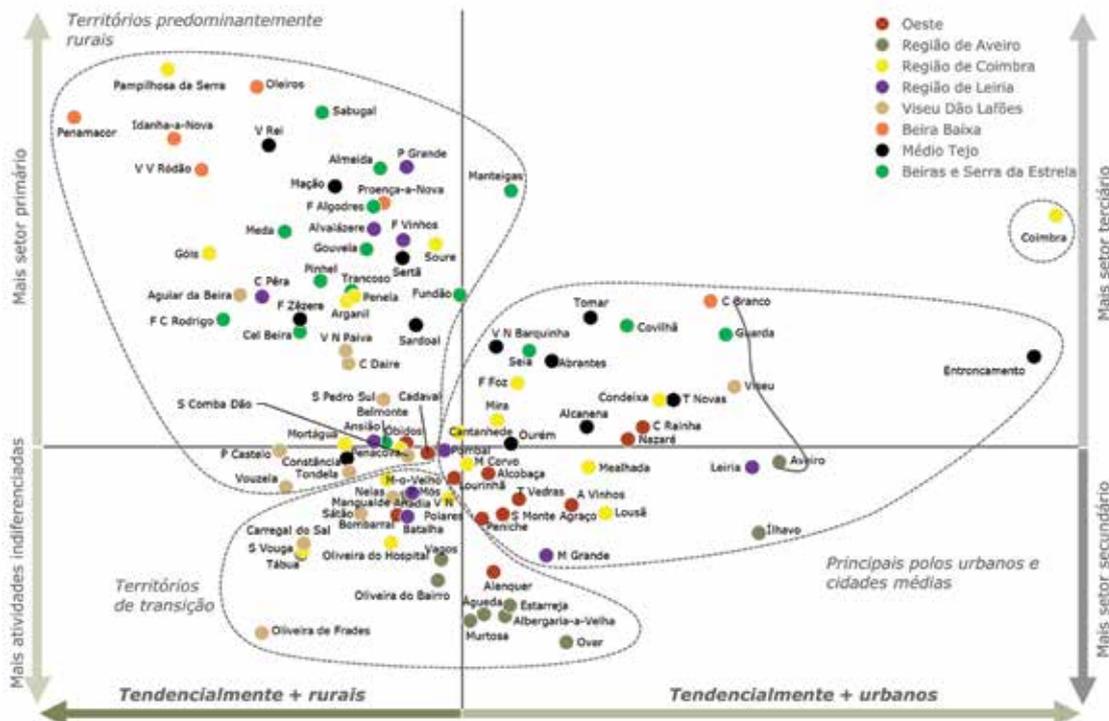
O sistema urbano policêntrico da região Centro articula centros urbanos de dimensão significativa destacando-se os concelhos de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco, relevantes na estruturação urbana da região, aos quais estão associados outros polos urbanos médios e complementares, que gravitam em torno das capitalidades distritais. O triângulo urbano Aveiro/Coimbra/Leiria é estruturante, onde o concelho de Coimbra surge num posicionamento de visível centralidade e destacado quanto à expressão da sua dimensão urbana. As NUTS III Coimbra e Médio Tejo são os que revelam, de forma mais assinalável, a coexistência da simetria urbano-rural, patente num posicionamento dos respetivos municípios em quadrantes simétricos do gráfico.

A região Oeste está entre os territórios de polarização metropolitana, apresentando territórios crescentemente urbanos, mas que, estando às “portas de Lisboa”, ainda preservam características agrícolas mas de maior valor acrescentado e mais completas do ponto de vista da abrangência da cadeia de valor, comparativamente a outros territórios que também apresentam este setor como predominante na respetiva estrutura económica.

A região de Aveiro posiciona-se no conjunto de concelhos de transição, homogeneamente caracterizados por um grau expressivo de urbanidade e muito puxados pelo dinamismo económico inerente à proximidade a concelhos litorais de importante relevância urbana.

Na região Centro existe um número significativo de concelhos “predominantemente rurais” e que pertencem, de forma mais expressiva, às NUTS III Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Leiria e Viseu Dão Lafões.

Gráfico 3. Separação urbano-rural na região Centro



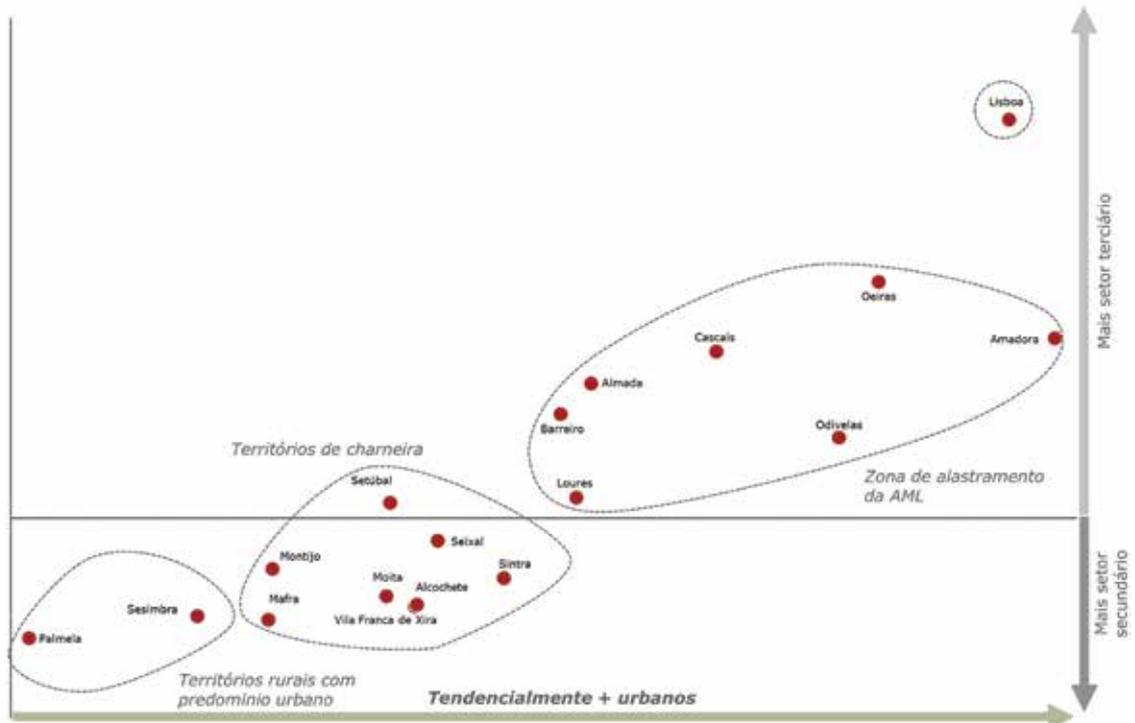
Nota: os grupos homogêneos de concelhos podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores. As “etiquetas” atribuídas nesta etapa 1 são meramente instrumentais. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

### REGIÃO LISBOA

Contudo, a utilidade analítica da distribuição dos concelhos no referencial resulta da consideração das **posições relativas face ao seu contexto regional de inserção**. Cingindo a análise à NUTS II de Lisboa, podem identificar-se territórios urbanos, com diferentes preponderâncias e intensidades de urbanidade, assim como outros territórios urbanos que partilham de vetores tipicamente rurais, sendo possível distinguir três coroas territoriais:

- **Zona de alastramento urbano**, que corresponde ao primeiro nível de contágio das dinâmicas da cidade-capital Lisboa, cuja influência alcança concelhos de proximidade localizados na margem norte (Amadora, Oeiras, Odivelas, Cascais e Loures) e sul do Tejo (Almada e Barreiro);
- **Territórios de charneira**, referindo-se a concelhos que se configuram como zonas periféricas à lógica urbana central (Sintra, Seixal, Setúbal), onde contrastam densos aglomerados populacionais em determinadas áreas do território, mas também espaços de baixa densidade socioeconómica e empresarial, o que indica uma concentração do dinamismo tipicamente urbano em zonas específicas e bem delimitadas dos respetivos territórios;
- **Territórios rurais com predomínio urbano**, que abrange concelhos cuja matriz original assenta em origens rurais, como agricultura, agroindústria, paisagem e baixa densidade, mas tendo presente que na AML os espaços rurais têm vindo a perder importância e a sofrer processos de substituição dos usos florestais e agrícolas por ocupações urbanas, industriais e outros, que tendem a reverter estes territórios.

Gráfico 4. Separação urbano-rural na AML



Nota: os grupos homogêneos de concelhos podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores. As "etiquetas" atribuídas nesta etapa 1 são meramente instrumentais. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

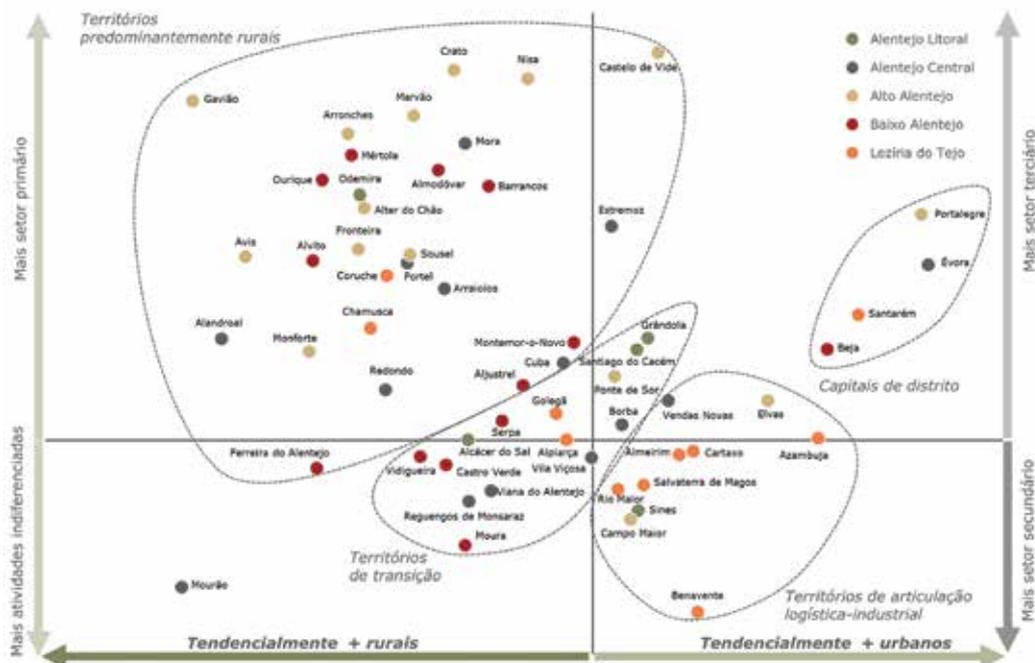
**REGIÃO ALENTEJO**

É evidente o destaque do perfil urbano das capitais de distrito – Portalegre, Évora, Santarém e Beja – que polarizam a oferta de serviços, as instituições, os equipamentos e as principais infraestruturas económicas e acessibilidades. No contexto de enquadramento urbano-rural, deverá dar-se especial atenção aos designados territórios de articulação logístico-industrial, que correspondem, grosso modo, aos concelhos de proximidade da AML, com destaque para os pertencentes à Lezíria do Tejo (Azambuja, Cartaxo, Benavente, Almeirim, Salvaterra de Magos e Rio Maior), a que se associam Campo Maior, Vendas Novas, Elvas e Sines, que fazem parte do importante eixo logístico e industrial regional.

A fronteira entre tipologias de território é ainda mais ténue na região do Alentejo no conjunto de polos que se encontram num posicionamento de enclave urbano-rural (em transição), imposto pelas respetivas atividades económicas de base primária (agrícolasilvopecuária, extrativas, entre outras) e pela manifestação de características típicas de territórios de baixa densidade, mas que acrescem particularidades associadas aos meios urbanos, tais como maior densidade de serviços e comércio e o dinamismo resultante da proximidade a polos económicos de relevância regional, cidades e/ou capitais de distrito.

Nas três últimas décadas, o Alentejo, não divergindo da evolução observada em Portugal, registou fortes mutações nos pressupostos socioeconómicos e espaciais, que têm culminado na rarefação das atividades agrícolas e rurais que lá prevaleceram durante muitos anos. A ruralidade é uma característica visível nos territórios alentejanos, onde é possível nomear um conjunto de territórios com forte peso rural, onde os concelhos do Alto Alentejo, do Baixo Alentejo e do Alentejo Central, se distanciam de forma mais evidente.

Gráfico 5. Separação urbano-rural no Alentejo



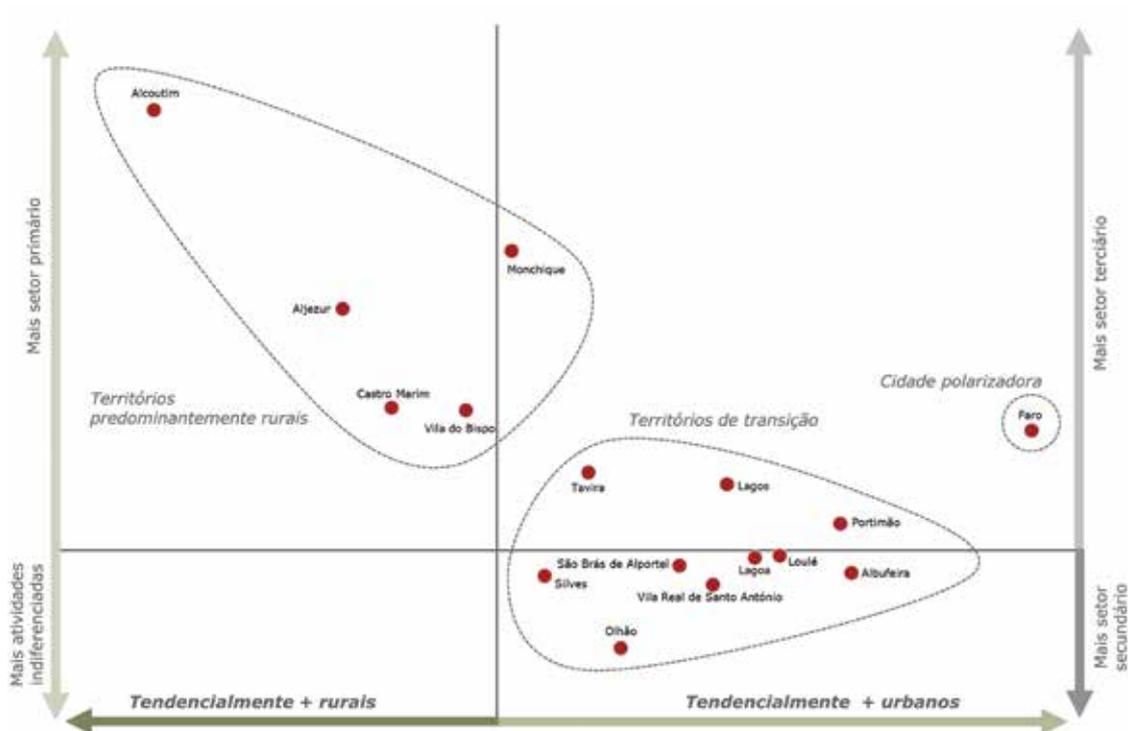
Nota: os grupos homogêneos de concelhos podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores. As “etiquetas” atribuídas nesta etapa 1 são meramente instrumentais. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

**REGIÃO ALGARVE**

O principal centro urbano da região é Faro, capital de distrito e por isso, polarizadora de importantes funções urbanas e de relevância regional. A rede urbana do Algarve tende para um sistema polinucleado, com diferenças de povoamento na faixa litoral sul e ocidente (com presença de espaços de povoamento disperso extensivo), no barrocal e na serra, que assumem especificidades a ter em consideração. A faixa litoral sul, delimitada entre Lagos e Vila Real de Santo António, mais parte do tradicional Barrocal, constituem o núcleo de concelhos que assumem um **pendor tendencialmente mais urbano**, detendo grande representatividade populacional, empresarial, no emprego e na geração de riqueza na região. São territórios onde se evidencia uma notória assimetria entre uma faixa marítima tipicamente mais urbana e o restante território que perde densidade (populacional, funcional, económica) à medida do afastamento do litoral, como reflexo evidente da pressão turística que se faz sentir sobre estes territórios. A sazonalidade que se denota de forma vincada nos meses de verão e em algumas épocas festivas tem vindo a atenuar-se, com a progressivamente mais expressiva vocação do Algarve para segunda residência, com uma crescente atratividade de população de diversas nacionalidades europeias em fase de reforma.

A ruralidade está manifestamente presente nos territórios do litoral ocidental – onde se incluem Aljezur e Vila do Bispo – e do interior serrano – nomeadamente, Monchique, Alcoutim e Castro Marim

Gráfico 6. Separação urbano-rural no Algarve



Nota: os grupos homogêneos de concelhos podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores. As “etiquetas” atribuídas nesta etapa 1 são meramente instrumentais. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

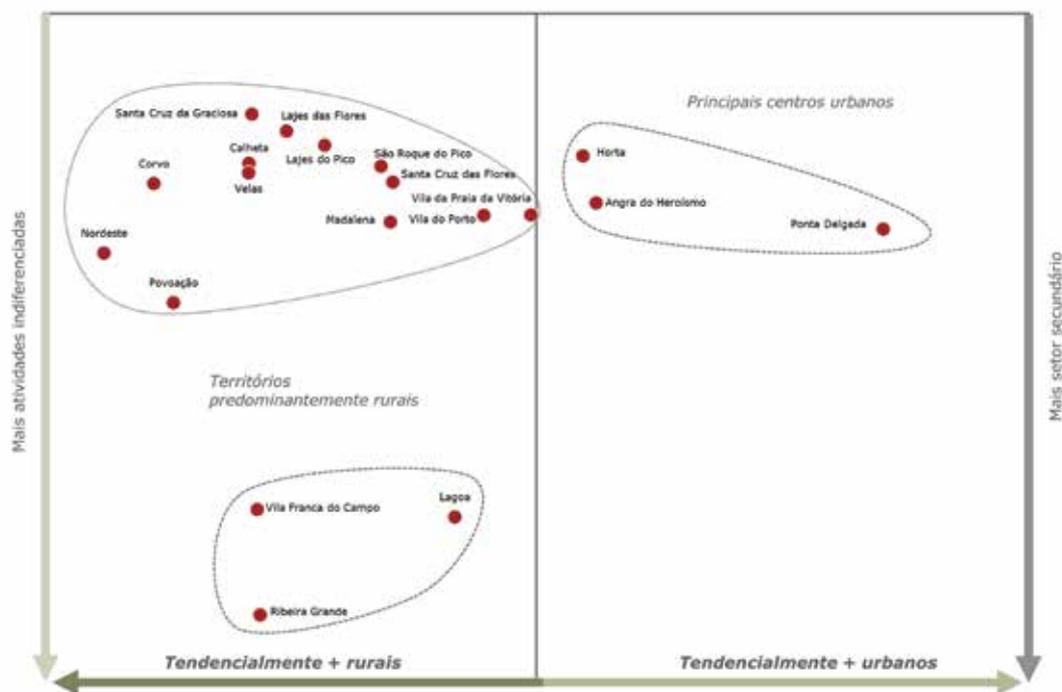
### REGIÕES AUTÓNOMAS DOS AÇORES E MADEIRA

No caso dos Açores, os principais centros urbanos são Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo. Os restantes concelhos apresentam **características marcadamente rurais**, sendo que em Vila Franca do Campo, Ribeira Grande e Lagoa configuram territórios com menor vocação agrícola, substituídas ou complementadas por outras atividades de base primária (Gráfico 7).

Na Madeira a **principal cidade é o Funchal**, concentrando uma elevada proporção da população e da oferta de serviços do arquipélago. **Santa Cruz aparece como o segundo concelho com maior pendor urbano**, beneficiando de um efeito de expansão da principal cidade, enquanto Porto Santo surge como território de forte incidência de serviços, com especial enfoque, no comércio, restauração e turismo, embora registe uma forte sazonalidade residencial (Gráfico 8).

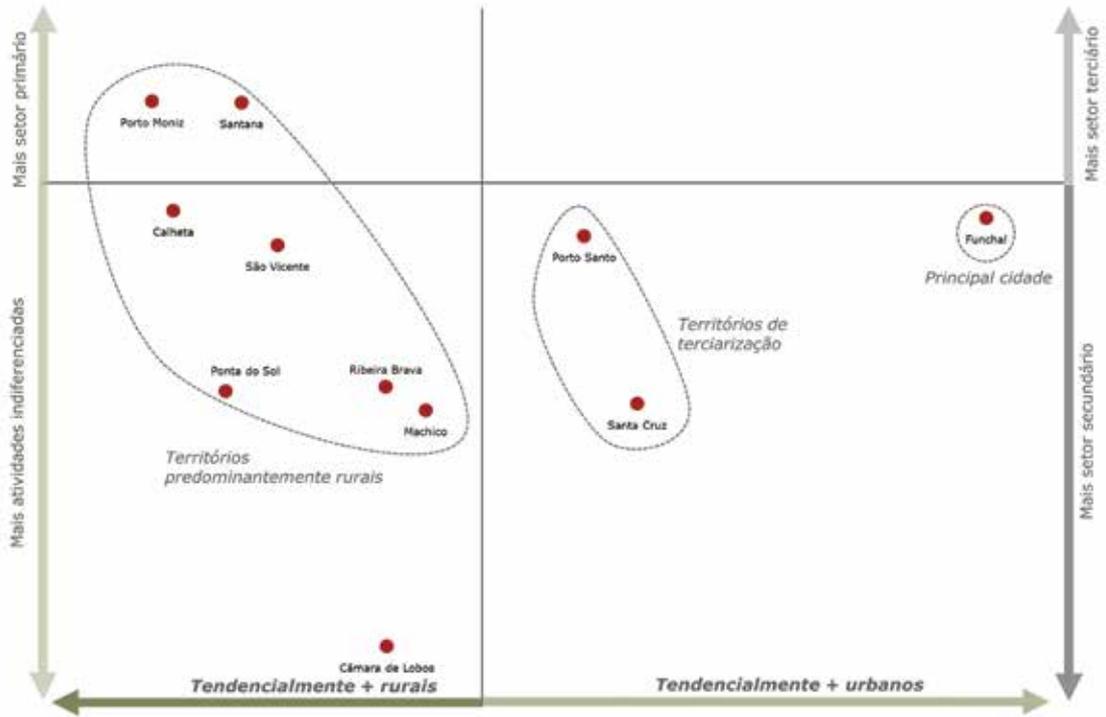
Porto Moniz e Santana representam territórios rurais com uma vertente mais agrícola e os restantes concelhos apresentam características rurais mas com pouca relevância da agricultura, com aposta em outras atividades de apetência rural.

Gráfico 7. Separação urbano-rural nos Açores



Nota: os grupos homogêneos de concelhos podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores. As “etiquetas” atribuídas nesta etapa 1 são meramente instrumentais. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

Gráfico 8. Separação urbano-rural na Madeira



Nota: os grupos homogêneos de concelhos podem abranger territórios posicionados em quadrantes diferentes, em função da coerência global que evidenciam nos respetivos indicadores. As “etiquetas” atribuídas nesta etapa 1 são meramente instrumentais. Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais (Etapa 1).

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNDO RURAL EM PORTUGAL: AS TIPOLOGIAS ESTRUTURADORAS DA SUA DIVERSIDADE

### UM RETRATO DO PORTUGAL RURAL: DINÂMICAS, ARTICULAÇÕES FUNCIONAIS E ASSIMETRIAS DE DESENVOLVIMENTO

A produção de um retrato conjunto do Portugal rural, das suas dinâmicas, articulações funcionais e assimetrias de desenvolvimento, constitui uma segunda etapa no desenvolvimento deste estudo. Esta etapa, desenvolvida depois de estabelecidos os traços essenciais da separação urbano-rural, constitui um instrumento metodológico relevante para fundamentar a valorização específica da diversidade do mundo rural.

Os territórios do mundo rural em Portugal verificam algumas das características que, ao longo das últimas décadas, se foram consolidando como seus traços exclusivos: têm baixa densidade populacional e funcional, encontram-se em regressão demográfica e têm dificuldade em sustentar processos de desenvolvimento geradores de emprego e riqueza nesses territórios. Independentemente desses traços se verificarem, ou não, **a grande questão que se deve colocar** é se não existirão outras características, positivas, igualmente distintivas destas realidades territoriais. Exercícios de *benchmarking* internacional comprovam a sua existência e a sua capacidade de minimizar, ou mesmo, inverter, parte significativa dos traços de rarefação populacional, funcional e económica que dificultam o desenvolvimento rural.

O mundo rural viu enfraquecer de forma intensa a sua capacidade de fixar população residente por via do emprego no setor primário: na globalidade dos territórios do continente **o emprego afeto às atividades primárias reduziu-se em mais de 40% entre 2001 e 2011**. A progressiva industrialização da agricultura contribuiu para o aumento da produtividade e permitiu combater algum definhamento económico destes territórios, mas com consequências na redução dos postos de trabalho criados e, inevitavelmente, da população residente.

Causa e consequência destas dinâmicas, os territórios do mundo rural entraram num ciclo vicioso em que a falta de emprego levou à busca de oportunidades nos grandes aglomerados urbanos do país. Este ciclo vicioso intensifica-se com a perda de dimensão populacional, que coloca um sério desafio à estruturação de uma oferta de serviços públicos e privados acessível e ajustada às necessidades de aglomerados populacionais dispersos e com reduzida dimensão, que comprometa o menos possível os níveis de eficiência e eficácia destes serviços.

Progressivamente diminuídos pelas atividades agrícolas, **os territórios rurais encetaram um processo de terciarização** como forma de sustentar uma bolsa de emprego capaz de amenizar o êxodo populacional, e também, como forma de responder às necessidades de consumo da população residente. O emprego nos serviços de educação, saúde e cultura e nas administrações públicas configura, pois, uma parte substancial dos postos de trabalho de muitos territórios rurais do país. Também o comércio e distribuição e a hotelaria e restauração, ainda que com diferentes graus de relevância na estrutura do emprego, constituem setores de atividade que têm contribuído para a criação de postos de trabalho nos territórios rurais, fomentando, em muitos deles, uma alteração do perfil de especialização produtiva.

O mosaico das diferentes tipologias de territórios permite observar um Portugal onde o mundo rural apresenta *nuances* e singularidades que vão para além de uma lógica rígida de classificação, que aloca ao litoral o mundo urbano e ao interior o mundo rural. Esta metodologia permitiu desenhar

um país onde a clivagem litoral-interior não se mostra tão evidente, sendo certo que é no litoral que se localizam os espaços “puramente urbanos”. As discontinuidades urbanas que se observam, desde o Alto Minho ao Algarve, reforçam o retrato de um país que mantém características e identidades rurais que foram sendo conjugadas com transições suportadas pela indústria ou pelas atividades terciárias.

É inegável que o interior do país concentra os territórios com perfil marcadamente rural, não obstante a existência de alguns núcleos urbanos – sobretudo as capitais de distrito – que polarizam as dinâmicas socioeconómicas e estabelecem relações funcionais muito relevantes para a dinamização dos territórios rurais que lhes estão próximos. Encontra-se, assim, um mosaico no território nacional em que o mundo rural estruturado pelas atividades primárias, como sejam as produções vitivinícolas e o agroalimentar, se difunde por todo o país, mas que assume maior relevância na região Norte e no Alentejo.

Os **territórios das produções primárias** apresentam mecanismos de produção diferenciados que “alimentam o mundo urbano”, beneficiando da logística moderna de distribuição, por um lado, mas gerando maior pressão sobre os recursos, por outro lado, e que, como tal, foram permitindo acomodar diferentes segmentos de qualidade, preços e certificação. Começam a surgir de forma estruturada novos modelos de produção que dispensam os canais pesados de distribuição, nomeadamente os produtos mais diferenciados (DOP – Denominação de Origem Protegida e IGP – Indicação Geográfica Protegida) que estão a potenciar uma relação urbano rural sem intermediação e que são fundamentais para a manutenção e desenvolvimento de atividades de pequena escala, geradoras de emprego e riqueza nos territórios rurais.

Os territórios estruturados pela floresta, em alguns casos com uma significativa preponderância das indústrias florestais, encontram-se essencialmente na região Centro, onde também é perceptível o acervo importante de património natural, conjuntamente com os territórios do Parque Nacional da Peneda Gerês na região Norte.

Estes territórios, onde a paisagem protegida e a biodiversidade ajudaram a criar identidade, são indiscutivelmente dotados de **características de bens públicos**, no sentido em que a contemplação das paisagens e o benefício da proximidade a espaços de inequívoca excelência ambiental e ecológica, estão acessíveis a todos quantos deles queiram fruir (com as devidas ressalvas para as restrições impostas com vista à garantia da sua preservação e conservação).

Mas o mundo rural assume-se como uma realidade mais complexa, que extravasa a simples análise das características económicas e/ou demográficas em sentido lato. Os territórios do mundo rural evidenciam-se como espaços onde o capital endógeno, patrimonial e identitário oferecem um potencial determinante para contrariar o definhamento que têm vivido. Neste sentido, o **turismo** assume um papel de charneira entre passado e futuro, entre capital físico e capital natural. A própria preservação da identidade do mundo rural (como sejam as tradições, usos e costumes), que fica posta em causa quando se analisam as tendências de abandono populacional, poderá encontrar no turismo uma fonte de revitalização, pelo auxílio que poderá prestar à perpetuação da memória e, mesmo, à recuperação genuína dessas tradições identitárias, através da valorização que o turismo atribui à valorização da experiência e do que é genuíno. Esta apropriação dos diferentes patrimónios pelo turismo não representa um remédio milagroso para os desafios colossais que os territórios do mundo rural têm pela frente, mas constitui uma alavanca crucial para o seu progresso.

As festas, as romarias, as aldeias (das mais desconhecidas e isoladas, às mais conhecidas e divulgadas em torno da força dos seus argumentos identitários, como as Aldeias de Xisto e as

Aldeias Históricas), as casas apalaçadas, a paisagem natural ou os parques naturais, entre outros, constituem elementos distintivos capazes de construir produtos turísticos com a necessária massa crítica e escala de projeção que permita atrair mais visitantes e/ou turistas para estes territórios, com efeitos positivos sobre as comunidades em termos da criação de oportunidades de emprego e de um envolvimento proactivo no progresso dos territórios.

O desafio está, assim, em **desenhar uma estratégia de desenvolvimento integrado** que, de forma articulada, seja capaz de potenciar as diferentes funções dos territórios rurais, numa lógica de progresso do mundo rural pelos seus argumentos de competitividade e atratividade, que se faz, não em combate, mas em sintonia com o mundo urbano.

De acordo com a metodologia já descrita, o posicionamento no referencial metodológico (Gráfico 9) permite identificar **duas tipologias de territórios rurais** (onde se distinguem os estruturados pelo capital natural e os estruturados pelas atividades primárias) e **duas tipologias de territórios híbridos com marca rural** (onde se distinguem os que são impulsionados por serviços, por atividades industriais, ou pelo comércio), de acordo com o seu posicionamento nos quatro quadrantes do gráfico:

- **Territórios rurais estruturados por produções primárias, com industrialização de algumas atividades (2º Q).** Inclui territórios com maior vocação agrícola, em alguns casos com a industrialização das atividades relacionadas, nomeadamente nas indústrias alimentares e das bebidas (onde se destaca a produção de vinho) e com relevância de produtos locais certificados (DOP e IGP). O emprego nestes concelhos está tendencialmente mais concentrado nos serviços e administrações públicas. Representam territórios de baixa densidade funcional e populacional, mais envelhecidos, menos qualificados e que observaram perdas populacionais significativas no último período intercensitário (2001-11).
- **Territórios rurais estruturados pelo capital natural, com expressão da silvicultura e indústrias da fileira da floresta (3º Q).** Integra os territórios onde as áreas naturais e as florestas dominam a paisagem e que, tendencialmente, evidenciam maior especialização na silvicultura e nas indústrias da fileira florestal. Agregam territórios com forte expressão da construção no emprego e alguma relevância do setor terciário. Constituem-se, também, como territórios de baixa densidade, envelhecidos e com perdas significativas da população residente face a 2001.

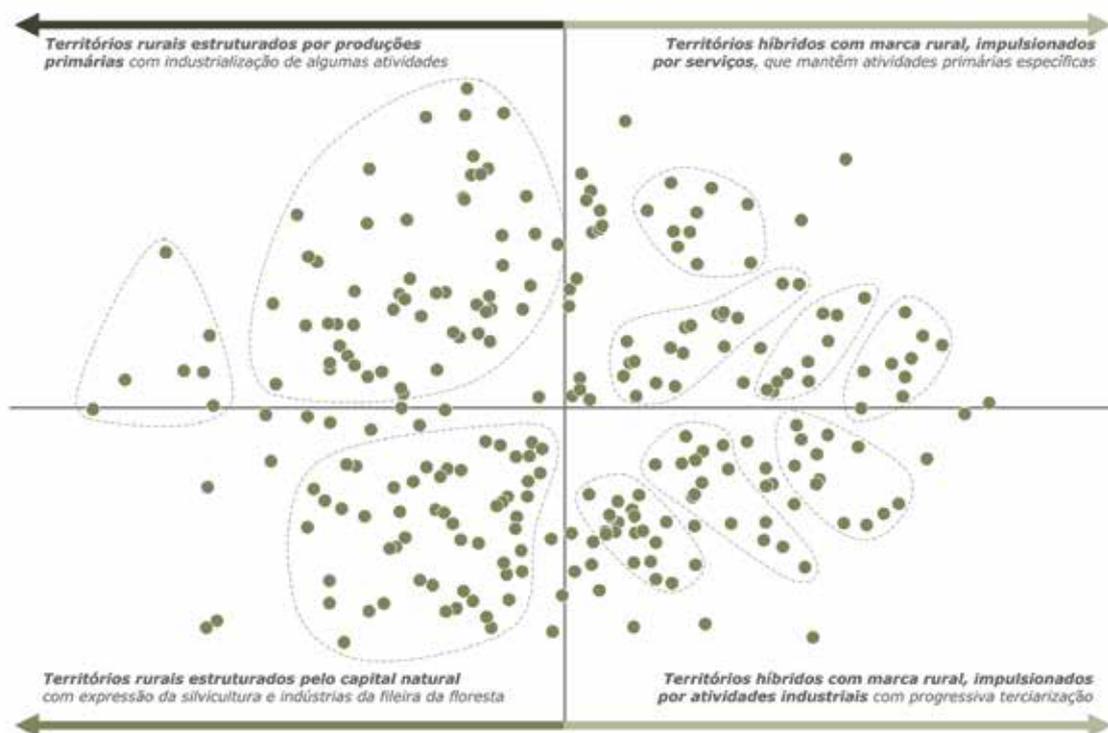
Neste grupo encontram-se as principais **comunidades piscatórias** e polos das **indústrias alimentares**, bem como os polos ligados à **indústria extrativa**. São territórios onde os traços de envelhecimento são menos marcantes, com maior densidade populacional, mais qualificados, com centros urbanos dinâmicos que polarizam os serviços às famílias e às empresas. Apresentam um modelo de habitação mais vertical com maior peso do arrendamento e, de forma geral, têm vindo a aumentar a sua população residente. Fazem parte deste grupo concelhos/cidades que observaram um crescimento populacional significativo derivado do alastramento urbano gerado pela proximidade às áreas metropolitanas ou principais cidades da região onde se inserem;

- **Territórios híbridos com marca rural, impulsionados por atividades industriais (4ºQ)** com progressiva terciarização, que reúne concelhos com uma vocação industrial mais vincada, seja nas indústrias ligadas à fileira florestal (madeira, cortiça, mobiliário, pasta e papel), seja nas indústrias têxtil, vestuário e calçado, nas metálicas e no material de transporte.

Conjugam duas subtipologias de territórios: territórios mais populosos, mais jovens, com emprego alicerçado nas atividades industriais que não estão diretamente ligadas à exploração dos recursos florestais. São territórios onde a especialização industrial determina uma menor relevância do emprego no setor terciário, inferior ao padrão nacional; e territórios menos populosos, com relevância industrial ou da construção, onde os serviços ganham peso, com destaque para o comércio e distribuição.

- **Territórios híbridos com marca rural, impulsionados por serviços, que mantêm atividades específicas (1º Q).** Configuram um grupo caracterizado por uma progressiva terciarização – geralmente associada ao comércio e à hotelaria e restauração – que, em alguns casos, é conjugada com uma especialização nas atividades primárias realizadas numa lógica industrial, assente em fatores competitivos mais avançados e tendencialmente mais orientada para o aprovisionamento de mercados com maior dimensão.

Gráfico 9. Os grupos homogêneos de territórios rurais à escala nacional



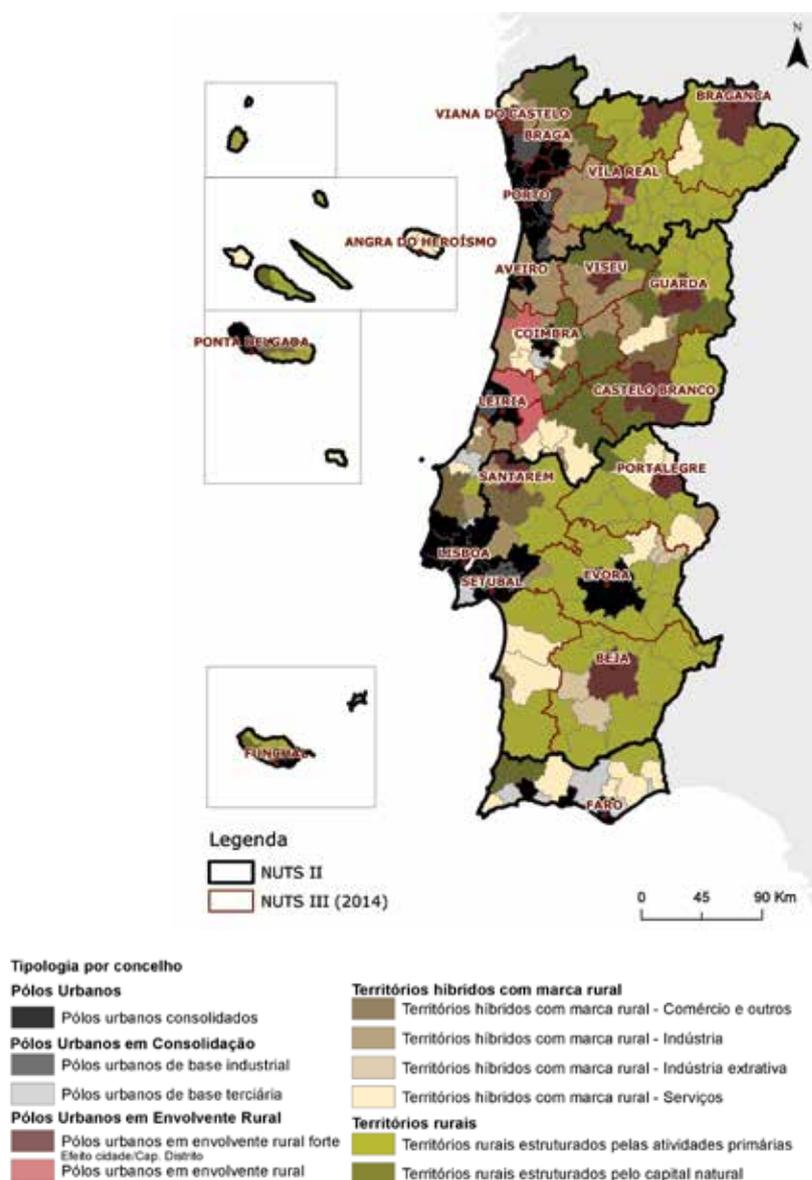
Nota: a tracejado estão representados grupos homogêneos de concelhos, de acordo com as respetivas referências em diversos subgrupos de indicadores considerados. Globalmente, estes grupos de concelhos inserem-se no perfil dominante do quadrante do gráfico onde se posicionam (1º, 2º, 3º ou 4º quadrante).  
 Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

Tendo em conta a metodologia adotada, foi assim possível **classificar os 308 concelhos do país em cinco tipologias e onze subtipologias territoriais**, agrupadas tendo em conta os referenciais metodológicos correspondentes à segmentação urbana-rural (etapa 1) e ao aprofundamento rural (etapa 2), donde resulta a sistematização efetuada no Mapa 7 e Quadro 3 (incorporando os resultados da etapa 3, por facilidade de representação e de compreensão da tipologia conjunta). A classificação aqui apresentada não pretende estabelecer fronteiras rígidas de classificação uma vez que, inevitavelmente, não apreende todas as singularidades e as diferentes identidades regionais,

ou até mesmo concelhias, mas estabelecer uma matriz operacional de caracterização do mundo rural e do mundo urbano, que reflita e valorize as suas especificidades, compatibilizando-a com a dimensão urbana com a qual inequivocamente comunica.

O Mapa 7 apresenta a classificação global dos concelhos portugueses à escala nacional, por forma a oferecer uma leitura conjunta do País e da **conjugação destas cinco tipologias e onze subtipologias de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais portugueses**. Nos subcapítulos seguintes apresenta-se uma análise focalizada na escala regional das NUTS II, no sentido de destacar as tendências no posicionamento dos concelhos face à respetiva região de inserção, bem como complementaridades e as articulações que caracterizam as suas dinâmicas. O enfoque da abordagem dos subcapítulos seguintes é dos territórios rurais, optando-se por não destacar nem representar, por isso, a classificação atribuída aos territórios urbanos.

Mapa 7. Classificação dos territórios urbanos e rurais em Portugal, por tipologia e subtipologia



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

Quadro 3. Concelhos urbanos e rurais em Portugal, por região NUTS II e por tipologia/subtipologia

Tipologias/Subtipologias territoriais	Portugal		Norte		Centro		AML		Alentejo		Algarve		Madeira		Açores		Definição
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Polos urbanos	46	15%	18	21%	5	5%	16	89%	1	2%	3	19%	2	18%	1	5%	Territórios fortemente urbanos, concentrando as características que distinguem estas áreas, tais como a elevada concentração populacional e de emprego, e uma vocação terciária e industrial
Polos urbanos consolidados	46	15%	18	21%	5	5%	16	89%	1	2%	3	19%	2	18%	1	5%	
Polos urbanos em consolidação	14	5%	3	3%	4	4%	2	11%	0	0%	5	31%					Territórios que apresentam um pendor urbano, em resultado da concentração setorial de atividades típicas de espaço urbano. Ainda assim, não apresentam traços definitivamente urbanos
Polos urbanos de base industrial	5	2%	3	3%	1	1%	1	6%		0%							
Polos urbanos de base terciária	9	3%	0%	0%	3	3%	1	6%		0%	5	31%					
Polos urbanos em envolvente rural	15	5%	6	7%	6	6%			3	5%							Territórios de pendor urbano mas enquadrados numa envolvente rural, o que conduz a situações de especialização funcional de acordo com as necessidades rurais, registando também algumas das tendências populacionais e económicas do mundo rural (com menos intensidade)
Polos urbanos em envolvente rural forte – Efeito cidade/Cap. Distrito	4	1%	1	1%	3	3%				0%							
Polos urbanos em envolvente rural forte – Efeito cidade/Cap. Distrito	11	4%	5	6%	3	3%			3	5%							
Territórios híbridos com marca rural	103	33%	20	23%	48	48%			20	34%	5	31%	4	36%	6	32%	Territórios oscilantes do ponto de vista da relação urbana-rural, apresentando características rurais vinculadas. São áreas de charneira e que se destacam pela relevância dos serviços, nomeadamente às famílias, o comércio, o turismo e as atividades industriais relacionadas com o setor primário, em fases mais adiantadas da cadeia de produção, nomeadamente, as indústrias alimentares e extrativas
Territórios híbridos com marca rural – Comércio e outros	15	5%	1	1%	7	7%			4	7%			1	9%	2	11%	
Territórios híbridos com marca rural – Indústria	52	17%	17	20%	30	30%			5	9%							
Territórios híbridos com marca rural – Indústria extrativa	4	1%							4	7%							
Territórios híbridos com marca rural – Serviços	32	10%	2	2%	11	11%			7	12%	5	31%	3	27%	4	21%	
Territórios rurais	130	42%	39	45%	37	37%			34	59%	3	19%	5	45%	12	63%	Territórios com uma clara matriz rural, partilhando das particularidades socioeconómicas e territoriais que tipificam estas áreas.
Territórios rurais estruturados pelas atividades primárias	89	29%	30	35%	10	10%			33	57%	1	6%	4	36%	11	58%	Distinguem-se pela incidência de atividades no setor primário, ou pela relevância do capital natural na estrutura ambiental e económica do território
Territórios rurais estruturados pelo capital natural	41	13%	9	10%	27	27%			1	2%	2	13%	1	9%	1	5%	
Total	308	100%	86	100%	100	100%	18	100%	58	100%	16	100%	11	100%	19	100%	

Fonte: Metodologia AMBA de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

## UMA REGIÃO NORTE COM UM RURAL POLARIZADO PELA DIMENSÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E DAS ATIVIDADES PRIMÁRIAS

A NUTS II Norte apresenta uma distinção clara das diferentes realidades dos concelhos que a integram (Gráfico 10 e Mapa 8). Nesta região coexistem concelhos com uma vocação produtiva ligada às atividades primárias, tendencialmente localizados no interior e polos urbanos em consolidação e híbridos com marca rural com enfoque na indústria, preferencialmente localizados no litoral, que acomodaram um processo de industrialização mais desordenado face ao resto do país, bem como concelhos em progressiva terciarização que ainda sustentam um emprego relevante no setor primário.

Paisagem natural protegida, património civilizacional, regiões demarcadas de produção vitivinícola constituem alguns dos traços distintivos dos territórios predominantemente rurais da região Norte.

No mundo rural de atividades primárias posicionam-se a generalidade dos concelhos das **regiões do Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega**. Configuram territórios com baixa densidade populacional e funcional – a sua população residente varia entre os 3.780 habitantes de Freixo de Espada à Cinta e os 16.882 de Valpaços –, bastante envelhecidos e que observaram perdas significativas da população residente.

O emprego na agricultura assume um peso relevante (varia entre 10% em Miranda do Douro e 40% em São João da Pesqueira) e está afeto, na maioria dos concelhos, a uma produção vitivinícola (mais presente nos concelhos do Douro) plenamente industrializada e competitiva nos mercados internacionais. Assumem, também, alguma relevância a **olivicultura** (nas Terras de Trás-os-Montes), as **culturas de frutos de casca rija** (amêndoa e castanha), a produção de cereja e a **produção de fumeiro (Caixa 3)** e a transformação de outros **produtos endógenos de origem animal com certificação DOP ou IGP**, mais dispersas por estas três regiões.

No mundo rural de capital natural encontramos os territórios cuja **paisagem é dominada pelas florestas ou áreas protegidas**, com destaque para o Parque Nacional da Peneda Gerês (Melgaço, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Terras de Bouro). Constituem territórios de baixa densidade populacional e funcional – a população residente varia entre os 2.952 habitantes de Penedono e os 22.847 de Arcos de Valdevez, envelhecidos e com tendências significativamente regressivas na sua dinâmica populacional.

Neste grupo, as **atividades do setor primário estão mais associadas à silvicultura**, com uma consequente deslocação a jusante na cadeia de valor da fileira florestal para as atividades industriais de produção de madeira, mobiliário, pasta e papel. Subsistem, no entanto, um conjunto de atividades com relevância específica nestes concelhos: a **produção vitivinícola na região demarcada dos vinhos verdes**; a **indústria extrativa** (Vila Pouca de Aguiar, Mondim de Basto, Penedono e Sernancelhe); e as **atividades ligadas à construção**.

A especialização nas indústrias da **madeira, mobiliário, pasta e papel, têxtil, vestuário e calçado, metálicas e material de transporte** marca inexoravelmente o perfil da territorial da região Norte, desenhando diversos “distritos” industriais às portas dos territórios de índole plenamente urbana.

Nos polos urbanos em consolidação e nos territórios híbridos com marca rural é possível identificar dois grandes eixos industriais que, de certa forma, justificam o seu dinamismo e dimensão populacional e que se conjuga com uma população tendencialmente mais jovem. São concelhos onde o peso do emprego nos serviços fica aquém do patamar médio nacional. O seu efeito polarizador sobre os territórios rurais no âmbito dos movimentos pendulares associados ao emprego na indústria

transformadora, essencialmente exercido pelos territórios urbanos industriais, é essencial para compreender os relacionamentos de complementaridade que se estabelecem entre territórios do mundo rural *tout court* e esses territórios de transição.

O eixo industrial das atividades relacionadas com a exploração económica dos recursos endógenos – **indústrias da madeira, cortiça e mobiliário, pasta e papel** – é constituído por concelhos com dimensões populacionais que oscilam entre os 22.864 habitantes de Vale de Cambra e os 88.725 de Viana do Castelo. Configuram territórios de elevada densidade, mais jovens e com dinâmicas populacionais diferenciadas: Paredes (4,2%) e Paços de Ferreira (6,3%), beneficiando de um processo de alastramento da AMP, registaram crescimentos do seu efetivo populacional; Viana do Castelo manteve a população residente; e Vale de Cambra registou uma perda significativa de cerca de 8%.

O **eixo industrial do têxtil, vestuário e calçado** combina territórios com uma dimensão populacional que oscila entre os 50 e os 70 mil habitantes – excetuando Barcelos (120 mil), Póvoa de Lanhoso (22 mil) e Castelo de Paiva (17 mil) – com elevadas densidades populacionais e tendencialmente mais jovens. É perceptível o efeito de alastramento da Área Metropolitana do Porto no último período intercensitário, com os concelhos do Tâmega e Sousa a constituírem-se como os únicos que observaram um crescimento da população residente.

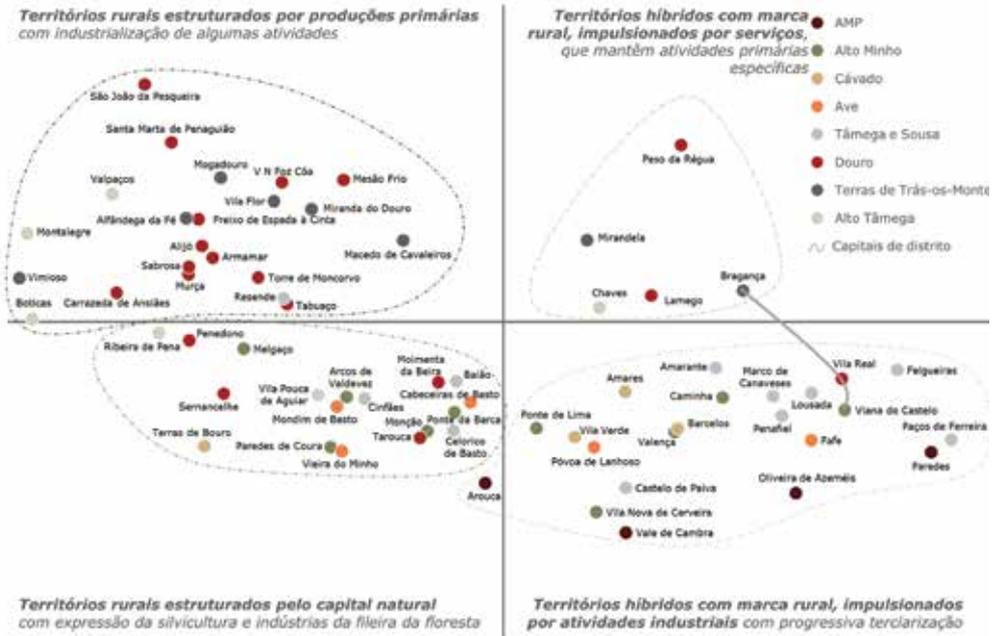
Importa também salientar o papel das **indústrias do material de transporte** para os territórios do Alto Minho (Vila Nova de Cerveira, Valença e Ponte de Lima) e para o concelho de Oliveira de Azeméis e das **indústrias metálicas** para os concelhos de Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Amarante.

Os concelhos de Caminha e Valença combinam as características de territórios híbridos com marca rural, inicialmente, pela indústria e que, progressivamente, tem vindo a ser impulsionada por uma terciarização do tecido económico, nomeadamente pelo comércio e pela hotelaria e restauração, beneficiando da sua posição de fronteira com a Galiza. São concelhos com menos de 17 mil habitantes, com uma estrutura etária jovem no contexto do mundo rural, com elevada densidade populacional, que, não obstante, viram reduzir o número de residentes face a 2001.

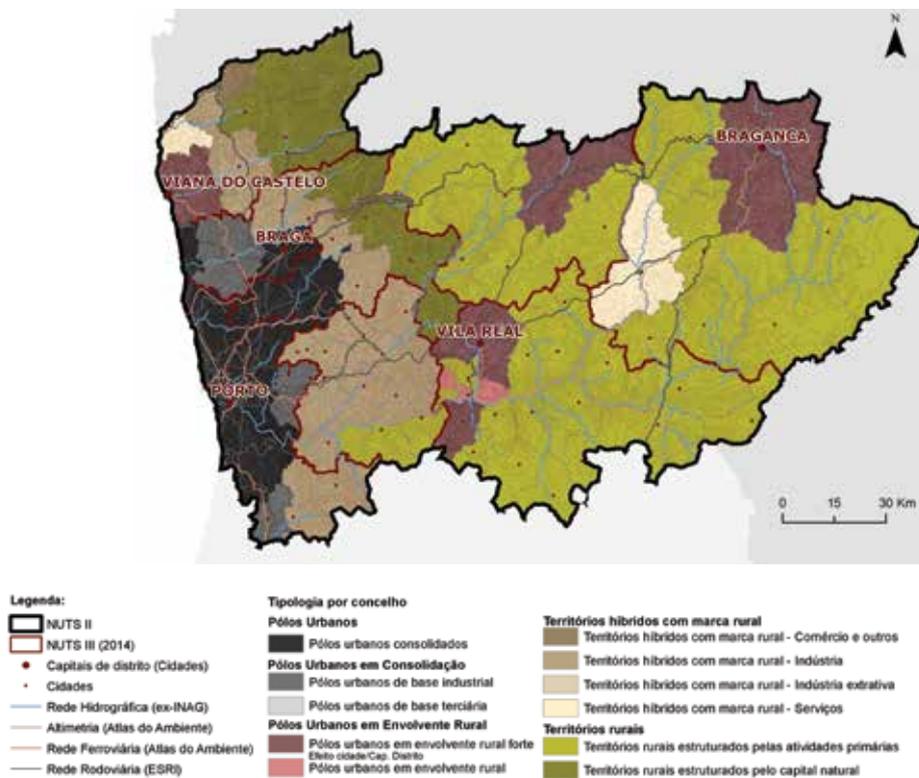
**Chaves, Lamego, Mirandela e Peso da Régua** são as cidades polarizadoras, que não são capitais de distrito, das respetivas NUTS III. São concelhos de baixa densidade com acentuadas perdas populacionais e com um perfil de recursos humanos tendencialmente mais qualificado. O seu tecido económico é mais terceirizado, sobretudo nos serviços ligados à educação, saúde e cultura, mas mantêm alguma relevância do setor primário, nomeadamente na produção vitivinícola (Peso da Régua e Lamego) e na transformação de produtos endógenos certificados (Chaves e Mirandela).

**Bragança, Viana do Castelo e Vila Real** integram o grupo das capitais de distrito da região Norte analisadas no contexto do mundo rural. O seu papel polarizador da oferta de serviços às famílias e às empresas nas regiões onde se inserem é fundamental para responder à procura por parte do mundo rural. Por outro lado, configuram uma procura urbana por produtos endógenos, espaços naturais, cultura e identidade dos territórios rurais que gravitam na sua proximidade. A sua dimensão populacional varia entre os 35 mil habitantes de Bragança e os 89 mil de Viana do Castelo, que resultou de um crescimento da sua população residente, com destaque para Vila Real (3,8%); apresentam um perfil de recursos humanos mais qualificado e uma especialização nos serviços públicos - mais expressiva em Vila Real e Bragança, enquanto Viana do Castelo apresenta uma vocação mais industrial.

Gráfico 10. Mundo rural da região Norte: tipologia dominante, por concelhos



Mapa 8. Os territórios urbanos e rurais do Norte de Portugal



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

**Introdução**

O concelho de Vinhais tem registado um forte despovoamento ao longo do tempo, nele residindo atualmente 9.166 pessoas, o que corresponde a cerca de um-terço da população de 1960. Situado no interior transmontano no nordeste de Portugal Continental, tem um clima caracterizado por fortes contrastes de temperatura e de pluviosidade ao longo do ano e um relevo muito acidentado, localiza-se numa posição periférica e de difícil acesso aos principais centros urbanos e dispõe de poucas infraestruturas e de um potencial de diversificação económica aparentemente limitado.

As tentativas de desenvolver a região no passado não foram bem-sucedidas. Nos últimos tempos, fruto da mobilização de alguns agentes, com a Autarquia Local à cabeça, o fenómeno do declínio rural tem vindo a ser amortecido, como se pode constatar no quadro seguinte:

*Evolução da população residente em Vinhais*

Ano	N.º pessoas	%	%	%
1960	26 577	100		
1970	17 868	67		
1981	16 165	61	100	
1991	12 727	48	78	100
2001	10 632	40	66	84
2011	9 166	35	57	72

*Fonte: INE, Censos da População.*

Num esforço contínuo que é inevitavelmente lento, a Autarquia Local tem sabido implementar uma estratégia assente na manutenção das populações ainda residentes no concelho, tirando partido de uma agricultura extensiva, do reforço de produções artesanais e de pequenas indústrias existentes e do desenvolvimento progressivo de uma cadeia floresta-madeira. Têm sido ainda preocupações centrais da autarquia a proteção do ambiente natural e a preservação do património cultural, como elementos-chave para o desenvolvimento do turismo.

Uma vez que cingiremos a análise à fileira do fumeiro, projetos como a constituição de uma empresa para exploração de madeiras nobres (o concelho tem uma significativa área florestal, nela sobressaindo mais de 9 000 ha de carvalhos e outras folhosas) e uma outra para castanha (cerca de 5 000 ha de soutos), impulsionadas numa fase inicial pela Câmara Municipal e atualmente já assumidos pela iniciativa privada, bem como a criação do Parque Biológico, não serão aqui abordados.

**Vinhais - capital do fumeiro**

No concelho de Vinhais desenvolvem a atividade agrícola mais de 2 000 agricultores, predominando os de pequena e média dimensão, como se poderá constatar no quadro seguinte:

*Agricultores por classes de dimensão*

Classes de área (ha)	N.º	%
<1	73	3,3
1-5	1035	47,4
5-20	901	41,2
>20	177	8,1

*Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 2009.*

A grande maioria destes agricultores (72,5%) vive principalmente de rendimentos com origem exterior à exploração agrícola. Apenas cerca de 8,2% vivem exclusivamente da atividade da exploração.

Uma proporção significativa das explorações agrícolas do concelho possui suínos, o que mostra a importância desta atividade na agricultura regional.

Este facto esteve na base da constituição em 1994, impulsionada pela Câmara Municipal, da Associação Nacional dos Criadores de Suínos da Raça Bísara. Tal passo mostrar-se-ia decisivo no desenvolvimento do que é hoje considerado um dos mais conceituados fumeiros a nível nacional.

Em 1981 a Câmara Municipal de Vinhais lançou-se na realização da Feira do Fumeiro, a celebra mais de três décadas e que, desde a criação da Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bísara (ANCSUB) é coorganizada por estas duas entidades. Tendo como objetivo a promoção e venda de fumeiro, estima-se que na última edição se possa ter vendido cerca de 350 mil euros de fumeiro e presunto, num volume total de negócios (restauração, compras e estadias) estimado em perto de 2 milhões de euros.

Ao longo do ano, são várias as ações de promoção em que a Autarquia e a ANCSUB participam para fomentar a comercialização dos produtos de fumeiro, apoiando os produtores a encontrar canais de escoamento para os seus produtos. A Feira do Fumeiro de Vinhais é a principal “montra”, mas participam noutros certames, como a Mostra do Fumeiro de Vinhais em Oeiras, a Feira de Produtos Portugueses em Nanterre (França) e a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, onde também se realiza o Concurso Nacional da Raça Bísara.

O enquadramento propiciado pela ANCSUB aos produtores tem-se mostrado diversificado, cobrindo domínios decisivos como o melhoramento animal (a associação é responsável pela gestão do Livro Genealógico da raça) e a gestão das indicações geográficas dos produtos do fumeiro, ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 2081/92. Em termos operacionais, os produtores têm podido beneficiar do apoio da ANCSUB, entre outros, na oferta de animais da raça bísara, na proteção comunitária das indicações geográficas (salpicão, chouriça de carne, alheira, butelo, chouriço azedo, chouriço doce e presunto), no apoio à execução de projetos de financiamento e na execução de projetos de licenciamento da atividade industrial.

A Câmara Municipal, para além do já referido primeiro passo, com o lançamento da feira do fumeiro, apoiou os produtores na disponibilização de projetos para a construção de pocilgas-tipo, na simplificação do processo de licenciamento para as cozinhas regionais de fumeiro e no transporte de animais para o abate no matadouro de Vinhais. Este último foi promovido por uma sociedade constituída pela Câmara Municipal, privados, com destaque para talhantes, e pela ANCSUB.

Como não poderia deixar de ser, o Estado desempenhou um papel importante ao nível das políticas públicas para a região. Designadamente, do ponto de vista legislativo foi possível conceber legislação adaptada à dimensão das pequenas quantidades comercializadas por produtor. Assim, o Decreto-Lei n.º 57/99, de 1 de março, veio simplificar as exigências e critérios de licenciamento para as pequenas unidades de fabrico artesanal de produtos alimentares, laborando/ano um máximo de 3000 kg de carne como matéria-prima, permitindo-lhe a venda direta ao consumidor num raio de 40 km.

Estes estabelecimentos de venda direta encontram-se legalmente constituídos, com atividade registada nas finanças, e cumprem a legislação nas variadas vertentes, nomeadamente de higiene e segurança no trabalho, de ambiente e de saúde pública.

O Estado concebeu ainda instrumentos financeiros de apoio ao investimento, com destaque para a ação 1 do AGRIS (III QCA), bem adaptado à diversificação de atividades na pequena agricultura, como é o caso presente.

O investimento total realizado nos últimos anos na fileira do fumeiro no concelho elevou-se a cerca de 5 milhões de euros, dos quais 60% de autofinanciamento, sendo os restantes 40% de apoio público. Com este investimento, o concelho conta atualmente com um conjunto importante de infraestruturas para a manutenção e desenvolvimento da fileira do fumeiro, de que destacamos: 140 pocilgas licenciadas, 20 estabelecimentos de venda direta ao abrigo do DL n.º 57/99, presentemente organizados num “Roteiro do fumeiro de Vinhais” (instrumento promocional para facilitar ao turista ou ao consumidor interessado encontrar mais facilmente estes locais), 5 unidades industriais de produção de fumeiro licenciadas, 1 matadouro junto à produção, com abate mais tradicional (chamusco) e ações de formação profissional para os diferentes agentes da fileira.

#### **O futuro continua a ser planeado em Vinhais**

O futuro continua a ser cuidadosamente preparado em Vinhais. O recente reconhecimento da Denominação de Origem Protegida ‘Carne de Bísaro Transmontano’ vem permitir a valorização do leitão e das carcaças mais leves, o que poderá contribuir para um novo e significativo impulso na atividade.

O facto dos pequenos transformadores não possuírem salas de cura para o presunto fez com que o matadouro começasse a preparar um investimento numa sala de desmancha e numa de cura de presuntos.

Por outro lado, sendo necessário continuar a assegurar a preservação genética do bísaro, ainda ameaçado de extinção, prevê-se a construção de um centro de melhoramento do porco bísaro no Parque Biológico, incluído no circuito da visita.

Por último e por forma a valorizar cada vez mais as propriedades organolépticas e nutricionais dos produtos tradicionais do fumeiro, a ANCSUB promoverá, em parceria com o Instituto Politécnico de Bragança, o estudo tecnológico do Presunto de Vinhais, IGP.

A notoriedade do fumeiro, que usufrui atualmente de proteção comunitária, foi edificada a partir do saber-fazer transmitido de geração em geração e de um conjunto vasto de políticas públicas, concebidas por diferentes instituições, que tiveram o mérito de as saber adaptar às tipologias dos agentes em presença no território. Trata-se de um caso de verdadeiro sucesso, integrando pequenos agricultores e transformadores de reduzida dimensão que, porque beneficiaram de um enquadramento técnico e económico, proporcionado pela ANCSUB, entretanto por eles criada, e pela Câmara Municipal, tiveram a capacidade de se modernizar, respondendo, assim, à procura dos consumidores.

## UMA REGIÃO CENTRO ONDE O RURAL LIGADO AO CAPITAL NATURAL EVOLUI POR VIA DA AFIRMAÇÃO INDUSTRIAL

O perfil do mundo rural da região Centro difere substancialmente do perfil dos concelhos rurais da região Norte (Gráfico 11 e Mapa 9). Um modelo de industrialização mais ordenado, com destaque para as indústrias metálicas, que fez emergir um conjunto de territórios industriais no litoral e uma paisagem marcada pelo pinhal que define os concelhos do interior.

A região Centro configura, assim, um território com diferentes dinâmicas urbanas e rurais que se interpenetram e complementam num sistema urbano policêntrico, polarizado pelas capitais de distrito no interior e que beneficia do efeito de alastramento urbano da Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo nas regiões do Oeste e Médio Tejo.

O extenso coberto florestal, que marca a paisagem da região Centro, promoveu uma especialização produtiva mais orientada para a silvicultura, sobretudo nas regiões do interior, que progressivamente viu reforçada a preponderância no emprego local das indústrias ligadas à fileira florestal. Nestes territórios subsistem, ainda, explorações especializadas na olivicultura e fruticultura.

Os territórios da “faixa litoral”, tendencialmente menos vocacionados para a silvicultura e mais orientados para a transformação industrial dos recursos florestais, apresentam maior especialização na orizicultura, nomeadamente na Região de Coimbra, na atividade pecuária (suinicultura e pecuária de leite de bovinos), sobretudo na região de Aveiro e na horticultura, fruticultura e viticultura na região Oeste (Caixa 4).

O mundo rural de atividades primárias integra os concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel, Almeida, Celorico da Beira e Trancoso. São territórios de baixa densidade populacional, com menos de 10 mil habitantes, muito envelhecidos, menos qualificados e em perda severa de população – perderam mais de 10% da população residente entre 2001 e 2011. O setor primário (com destaque para a **olivicultura, fruticultura e a produção de queijo**) concentra uma parte relevante do emprego, mas identifica-se uma maior dificuldade em encetar um processo de industrialização destas atividades gerador de mais emprego e mais valor acrescentado. Apenas Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Trancoso mostram uma relevância mais expressiva da produção vitivinícola.

Causa e consequência do esvaziamento populacional e do definhamento das atividades primárias, a estrutura do emprego tende a inclinar-se para os serviços públicos (administração pública, saúde, educação e cultura) e, no caso de Idanha-a-Nova, Almeida e Celorico da Beira, observa-se alguma relevância do setor da restauração.

O mundo rural estruturado pelo capital natural integra, na generalidade, concelhos da região Centro com uma elevada proporção de florestas e áreas naturais – na maioria dos concelhos a proporção destas áreas supera os 70%. Representam concelhos com uma reduzida dimensão populacional – Tondela é o concelho com mais habitantes neste grupo (29 mil habitantes) – e que se situam, sobretudo, nas NUTS III Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Região de Coimbra, Região de Leiria e Viseu Dão Lafões. Constituem territórios de baixa densidade, bastante envelhecidos e com recursos humanos menos qualificados, que assistiram a um esvaziamento populacional significativo, com exceção de Vila de Rei que viu aumentar a população residente em cerca de 3%.

Identifica-se, em primeiro lugar, nestes territórios uma **especialização produtiva na silvicultura com continuidade nas indústrias ligadas à valorização dos recursos florestais** – mais expressiva nos concelhos de Oleiros, Vila Velha de Ródão, Vila de Rei, Mação, Carregal do Sal, Oliveira de Frades, Arganil, Sever do Vouga, Tábua, Sertã, Ansião e Pedrógão Grande –, no **agroalimentar**,

com destaque para os concelhos de Mação, Ferreira do Zêzere e Fornos de Algodres, nas **indústrias metálicas** (Oliveira de Frades, Sever do Vouga, Oleiros e Carregal do Sal) e no **material de transporte** (Vouzela). Pampilhosa da Serra, Sardoal, Vila Velha de Ródão, Vila de Rei, Figueiró dos Vinhos, Vila Nova de Paiva e Soure são concelhos onde a bolsa de emprego é polarizada pelos serviços públicos.

A evolução territorial da região Centro é também impulsionado pela indústria transformadora (sobretudo a ligada à fileira florestal) e por uma progressiva terciarização, ancorada no comércio. Mais industriais, diminuem substancialmente a componente da silvicultura, ou em progressiva terciarização, os polos urbanos em consolidação e os territórios híbridos com marca rural assumem diferentes dimensões e dinâmicas que importa identificar.

Os concelhos com uma reduzida dimensão populacional – **Constância, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Poiares e Santa Comba Dão**. Constância e Vila Nova de Poiares são territórios jovens que registaram um crescimento da população residente, de 6 e 3% respetivamente, ao passo que os restantes perderam população e são mais envelhecidos. Constância e Vila Nova da Barquinha apresentam uma bolsa de emprego dominada pelas administrações públicas – mais de 40% dos postos de trabalho gerados no concelho – mantendo, no entanto, uma especialização na indústria da pasta e do papel. Santa Comba Dão apresenta uma situação de território híbrido com marca rural bastante ancorada na indústria da madeira e do mobiliário, enquanto Vila Nova de Poiares é assenta no comércio.

Os territórios de média dimensão, varia entre 12 mil e os 24 mil habitantes, com elevada densidade populacional, mais jovens e com um perfil de habilitações tendencialmente mais elevado. **Alcanena, Oliveira do Bairro, Vagos, Mealhada, Lousã, Mira, Oliveira do Hospital, Batalha, Mangualde e Nelas** configuram os territórios de maior pendor industrial – sobretudo nas indústrias alimentares, bebidas, fileira florestal, têxtil, metálicas e material de transporte. Neste grupo apenas Oliveira do Bairro (9%), Vagos (4%) e Batalha (5%) assistiram a um aumento da população residente. **Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo** representam os territórios em que o fenómeno de alastramento urbano do concelho de Coimbra induziu um estatuto de polos urbano em consolidação e território híbrido com marca rural, respetivamente, por ação dos serviços de educação, saúde e cultura.

Os territórios com maior dimensão populacional – entre os 24 mil habitantes de Porto de Mós e os 62 mil da Figueira da Foz –, em que o posicionamento enquanto territórios híbridos com marca rural é induzida pela indústria ou pelo efeito polarizador das suas cidades. **Alcobaça, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ovar, Figueira da Foz e Porto de Mós** apresentam uma elevada densidade populacional, são mais jovens e com uma população mais qualificada, onde as indústrias da fileira florestal, metálicas e material de transporte assumem protagonismo na bolsa de emprego. No entanto, são concelhos que assistiram a uma redução do seu efetivo populacional entre 2001 e 2011, com exceção da Marinha Grande - registou um crescimento de 9% da população residente -, de Albergaria-a-Velha (2,5%) e Alcobaça (2,4%).

A terciarização do tecido económico, essencialmente as atividades de saúde, educação e cultura e a hotelaria e restauração, marca o perfil a natureza de territórios híbridos com marca rural como a **Covilhã, Abrantes, Tomar e dos polos urbanos** com envolvente rural como **Ourém, Cantanhede e Pombal**, não obstante a existência de algumas atividades industriais com tradição como é o caso do têxtil na Covilhã e Seia. Estes territórios apresentam menor densidade populacional, são mais envelhecidos e os recursos humanos tendencialmente menos qualificados face aos concelhos do grupo anterior. Apenas Ourém conseguiu sustentar as perdas populacionais (perdeu 0,6% da população residente face a 2001) enquanto os restantes observaram perdas iguais ou superiores a 5%.

O perfil das capitais de distritos que incluem esta análise do mundo rural, e que se situam no interior da região Centro, é diferenciado. Estas cidades, mais do que área administrativa do concelho, constituem-se como polos funcionais que localizam um conjunto de serviços que respondem à procura dos territórios de génese rural de proximidade.

**Castelo Branco** mantém, não obstante um perfil económico que concentra a maior parte do emprego nos serviços, um conjunto de atividades industriais com tradição e um peso importante no emprego (têxtil e material de transporte). É um território com mais de 55 mil habitantes que registou um crescimento inferior a 1% da população residente, mais envelhecido, com menor densidade populacional e com recursos humanos menos qualificados face às duas capitais de distrito do interior do Centro.

O concelho da **Guarda**, com cerca de 43 mil habitantes, assistiu a uma perda populacional de 3%, com uma população menos envelhecida e mais qualificada que Castelo Branco e um tecido económico que concentra mais de três quartos do emprego nos serviços, com destaque para a saúde, educação e cultura.

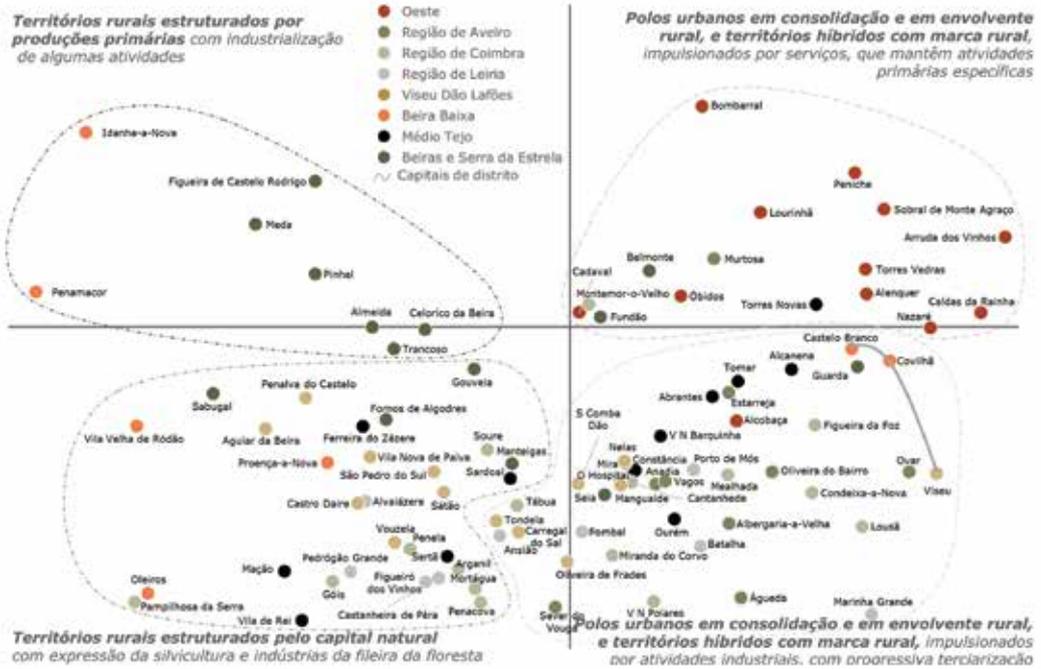
**Viseu**, com perto de 100 mil habitantes, surge neste contexto como o concelho com maior dinamismo populacional - viu a sua população aumentar mais de 6%. É também o concelho com maior densidade populacional, mais jovem e mais qualificado das capitais de distrito do interior da região Centro. As dinâmicas económicas estão ancoradas nos serviços, com destaque para a educação, saúde e cultura e para o comércio, apresentando também alguma relevância na produção de vinho.

Por fim, os territórios urbanos em consolidação ou híbridos com marca rural caracterizados pela importância do setor terciário da região Centro encontram-se, na grande maioria, os concelhos com maior dinamismo populacional, menor expressão no emprego da indústria transformadora e que, nalguns casos, beneficiaram do efeito de alastramento urbano, sobretudo da AML. **Caldas da Rainha, Nazaré, Peniche, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras** são concelhos jovens e dinâmicos, com os últimos quatro a absorverem de forma mais visível o efeito de alastramento da AML, com crescimentos populacionais significativos. Constituem-se como territórios onde o comércio e a restauração contribuem de forma expressiva para a criação de postos de trabalho e as atividades ligadas à pesca (Peniche e Nazaré) e à indústria agroalimentar (Peniche, Alenquer e Sobral de Monte Agraço) estão orientadas para a valorização económica dos recursos endógenos, sejam os recursos marinhos, sejam as características edafoclimáticas que alavancam as produções hortícolas e frutícolas.

**Belmonte, Fundão, Torres Novas, Bombarral, Óbidos, Cadaval, Lourinhã, Murtosa e Montemor-o-Velho**, são concelhos onde se observa um aumento da preponderância no emprego do setor terciário, por via essencialmente do comércio. No entanto, mantêm algumas indústrias relevantes no emprego, a fileira florestal (Torres Novas e Murtosa), o agroalimentar (Cadaval) e o têxtil (Belmonte). Importa ainda relevar a importância da pesca para os concelhos de Murtosa – o concelho com maior peso no emprego da pesca – e da Lourinhã.

O dinamismo deste grupo de concelhos é diferenciado. Os concelhos do Oeste – com exceção do Bombarral –, juntamente com Murtosa e Montemor-o-Velho foram os que registaram aumentos da população residente, beneficiando provavelmente do alastramento da AML e das cidades de Aveiro e Coimbra, respetivamente. Configuram, também, territórios mais jovens com um perfil de povoamento com uma densidade tendencialmente baixa, com exceção do concelho de Murtosa.

Gráfico 11. Mundo rural da região Centro: tipologia dominante, por concelhos



Mapa 9. Os territórios urbanos e rurais da região Centro de Portugal



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

*Caixa 4. Incubadora de base rural (Idanha-a-Nova)*

Idanha-a-Nova é um concelho do rural, situado junto à fronteira. Equidistante de Lisboa, Porto e Madrid. Quarto maior do país em área, é também um dos que possui menor densidade populacional. Aqui, o setor primário é preponderante para a economia local, beneficiando de uma área de regadio de cerca de 8.000 ha. Em tempos recentes, o concelho foi responsável pela produção de tomate em regime extensivo, e pela produção nacional de cerca de 70% do tabaco Virginia. O abandono da cultura do tabaco, face ao desincentivo da UE, e a perda de quota na produção do tomate, trouxeram problemas económicos, de emprego e de aproveitamento dos recursos agrícolas e agroindustriais.

A Herdade da Várzea situa-se em plena área de regadio da Campina de Idanha-a-Nova, dispondo de terras de aptidão agrícola. Propriedade do Estado Português, nacionalizada em 1964, para apoiar e incentivar o desenvolvimento agrícola, a experimentação de novas culturas e novos métodos agrícolas, deixou de ser explorada em 2007, ficando inativa. Em 2009, surge um desafio: criar a Incubadora de Base Rural (IBR), transformando potencial existente em valor para a região e para o país.

Para implementar e desenvolver a ideia, o Município de Idanha-a-Nova estabeleceu com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco um protocolo de colaboração, cujo principal objetivo visa a análise do mérito e viabilidade das candidaturas apresentadas para efeitos de atribuição de projetos.

**A ideia - germinação e crescimento**

Em 15/06/2011, o Município de Idanha-a-Nova celebrou com o Estado Português um contrato de arrendamento da Herdade da Várzea, iniciando um projeto inédito no país.

A estratégia: proporcionar o acesso à terra, de forma acessível, através de parcelas destinadas a promover o desenvolvimento de projetos agrícolas sustentáveis, tendo em vista a promoção do empreendedorismo, desenvolvimento económico, criação de emprego, fixação de população, fomento de sinergias, criação de valor e incremento da inovação e competitividade na atividade agrícola e agroindustrial.

Através da IBR impulsiona-se o espírito inovador e empreendedor e o desenvolvimento da economia local, mediante criação de empresas e emprego, majorando as candidaturas apresentadas por jovens. É criado um espaço de excelência para que os jovens formados nas diversas instituições de ensino, particularmente os oriundos da Escola Superior Agrária de Castelo Branco, possam aplicar os seus conhecimentos e desenvolver projetos de vida, para o seu futuro profissional. Potencia-se a agricultura sustentável, privilegiando o modo de produção biológica.

**Objetivos**

O projeto IBR destina-se a apoiar a constituição, instalação e desenvolvimento de empresários e empresas, preferencialmente de base agrícola, tendo como principais objetivos:

- ✓ Constituir um mecanismo de acesso a terra, que contribua para a ampliação e consolidação da agricultura local, regional e nacional;
- ✓ Criar condições para o aparecimento de empresas de base rural produtivas e sustentáveis que venham a estimular indiretamente outros setores da economia;
- ✓ Contribuir para o rejuvenescimento do setor primário no território e do seu tecido empresarial dando prioridade aos jovens agricultores;
- ✓ Promover a ligação entre o meio científico e a comunidade, através da concretização de ideias inovadoras;
- ✓ Fomentar a ligação a redes homólogas internacionais, para partilha de conhecimento e estimular a exportação;
- ✓ Criar um conjunto de serviços de apoio às empresas em incubação e mecanismos de acesso ao meio científico e tecnológico.

**O processo de candidatura**

A submissão de projetos desencadeia-se com a apresentação de uma manifestação de interesse e posterior entrega de candidatura. Para efeitos de apreciação do mérito e viabilidade dos projetos apresentados são ponderados os seguintes critérios de avaliação: idade dos promotores do projeto, majorando os mais jovens e a criação do próprio emprego; caráter inovador dos equipamentos utilizados e da cultura a instalar; enquadramento do investimento no âmbito das prioridades definidas para a região; criação de postos de trabalho; sustentabilidade ambiental do projeto; fixação de residência na exploração ou no concelho; formação académica obtida na Escola Superior Agrária de Castelo Branco; eficiência no uso da água; percentagem de capitais próprios no financiamento; apresentação de valor acrescentado para o desenvolvimento local; integração no âmbito de área estratégica.

Através da IBR procura-se também promover a criação de estabilidade e sustentabilidade a médio e longo prazo, celebrando contratos com duração de 10 a 20 anos, tendo em consideração as características específicas dos projetos, nomeadamente quanto ao tipo de investimento e volume financeiro.

## O resultado

Através da IBR foram disponibilizados um total de 547 ha para implementação de projetos agrícolas nas áreas de horticultura, fruticultura, genética e melhoramento animal, aromáticas, apicultura. Presentemente, encontra-se distribuída 98,7% da área disponibilizada. Do total de área já atribuída, 89% diz respeito a projetos apresentados por jovens agricultores, o que reforça a pertinência do projeto e da sua configuração. Os promotores dos projetos são maioritariamente originários da região, mas o nosso apelo surtiu efeito, pois mais de 25% provêm de fora do Distrito de Castelo Branco e 2% respeitam a promotores originários do estrangeiro.

Nas duas fases de candidaturas já decorridas foram apresentadas um total de 146 manifestações de interesse tendo em vista a implementação de projetos de índole empresarial, sendo que a área procurada excedeu a oferta existente em mais de 11 vezes. Até ao momento, foram celebrados contratos com 44 promotores, resultando na instalação de projetos de figo da Índia; dióspiros; mirtilos; amoras e groselhas; uva de mesa; genética e melhoramento animal; hortícolas (melancia, melão, brócolos, grão de bico, entre outros). Prevê-se que 80% da área dedicada às explorações instaladas seja trabalhada com base no método de produção biológico.

Os contratos celebrados representam um investimento total de cerca de quatro milhões de euros e a criação de mais de 1000 postos de trabalho, entre postos permanentes e postos sazonais. Prevê-se ainda que, em plena produção, a IBR gere receitas brutas diretas de mais de dez milhões de euros anuais.

A IBR tem sido alvo de curiosidade, visitada por pessoas, grupos e organizações, tendo por finalidade replicar a sua aplicação noutros pontos do país e do estrangeiro, como é o caso de Angola e da Polónia, fazendo da iniciativa um exemplo e uma fonte de inspiração.

A iniciativa IBR tem tido grande destaque nos diversos meios da comunicação social, nomeadamente televisão, rádio, imprensa escrita, internet, suscitando grande interesse e gerando elevado número de notícias e conteúdos nos media.

A iniciativa tem sido apresentada em diversas sessões públicas, como sejam seminários, workshops, conferências e reuniões, partilhando a experiência, lições aprendidas e recolhendo contributos para a sua própria melhoria e de outros projetos que possa vir a inspirar.

O projeto da IBR tem tido uma amplitude extraordinária, atraindo empreendedores não só da região e do país, mas também do estrangeiro. É o caso de um empresário inovador, estabelecido em França, a quem foi atribuída a medalha de Mérito Agrícola pelo Ministro Francês da Agricultura, representando o Grupo Korin (korin.com.br), de Origem Japonesa, presente em 65 Países. O Grupo vai fazer o seu maior investimento na Europa, respetivamente em Idanha-a-Nova. O projeto visa implementar hortícolas e vegetais japoneses, olivicultura e pinho manso, em ambiente natural, baseado no uso de três elementos: terra - água - sol. Através do mesmo serão produzidos e canalizados produtos hortícolas para o mercado gourmet, restauração e hotelaria, para o mercado local, nacional e internacional, em circuitos que o Grupo conhece e possui. Produtos em fresco, embalados, rotulados e transformados.

### Acrescentar valor

Este é um projeto integrado, pelo que se complementa e fortalece com outras iniciativas municipais, dado que pretendemos que quem dele participa e dele faz parte se sinta apoiado no decurso de todas as fases de implementação. Assim, os produtores que integram a IBR podem organizar a sua atividade e dispor de todas as valências e funcionalidades do Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, que dispõe de uma central hortofrutícola e de estruturas e equipamentos adequados à conservação e tratamento logístico das suas produções. Para além disso, no mesmo local, existem áreas de localização empresarial e pavilhões para agroindústrias que, a par com os espaços existentes nas áreas industriais do concelho e nas Incubadoras de Empresas, generalista e de indústrias criativas, podem assumir-se como facilitadores e fatores de consolidação dos projetos.

A fixação de pessoas e sobretudo a criação de condições para que tal aconteça também mereceu atenção, pelo que todas estas iniciativas se conjugam e complementam com projeto “Casa Sustentável Modelo Idanha”. Trata-se de um projeto de bioconstrução, que visa proporcionar habitação sustentável e ecológica de baixo custo, suscetível de implementação nos mais variados ambientes rurais e perfeitamente enquadrável na paisagem.

As amenidades locais são consideradas fatores de sustentabilidade, de diferenciação, de criação de valor, aliado a uma identidade forte, que certifique a sua origem, a sua proveniência genuína e ateste a sua qualidade.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco e a sua Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova têm sido parceiros da maior relevância neste processo de primar pelo desenvolvimento do Mundo Rural. Este projeto ambiciona que o ensino superior seja parte do mundo rural gerador de ideias e dinamizador de conhecimento e um instrumento de diferenciação e de valor acrescentado, em diversas áreas, nomeadamente atividades relacionadas com os recursos endógenos e o turismo.

## UMA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA COMO REGIÃO URBANA ONDE SE IDENTIFICAM TRAÇOS DE RURALIDADE

A Área Metropolitana de Lisboa configura um território predominantemente urbano, com cidades consolidadas que concentram cerca de 14% da população portuguesa. Este contexto territorial extravasa os contornos da abordagem de estudo do mundo que adotamos neste relatório. Contudo, neste quadro urbano é possível identificar traços de ruralidade em alguns dos territórios urbanos da AML e, sobretudo, incluir na análise aqueles que se apresentam como polos urbanos em consolidação e que, nesse sentido, sustentam um conjunto de características que importa identificar e perceber no contexto de uma abordagem moderna do mundo rural (Gráfico 12 e Mapa 10).

**Palmela e Sesimbra** são os concelhos da AML portadores dessas características. Com cerca de 63 mil e 50 mil habitantes, respetivamente, constituem-se como territórios com elevada densidade populacional, no contexto dos restantes concelhos que integram esta abordagem, com ganhos significativos de população no último período intercensitário e com uma população mais jovem e mais qualificada. Mas é o perfil das atividades económicas que justifica a inclusão destes concelhos na análise assim como a posição relevância de algumas características rurais peculiares num contexto fortemente urbano.

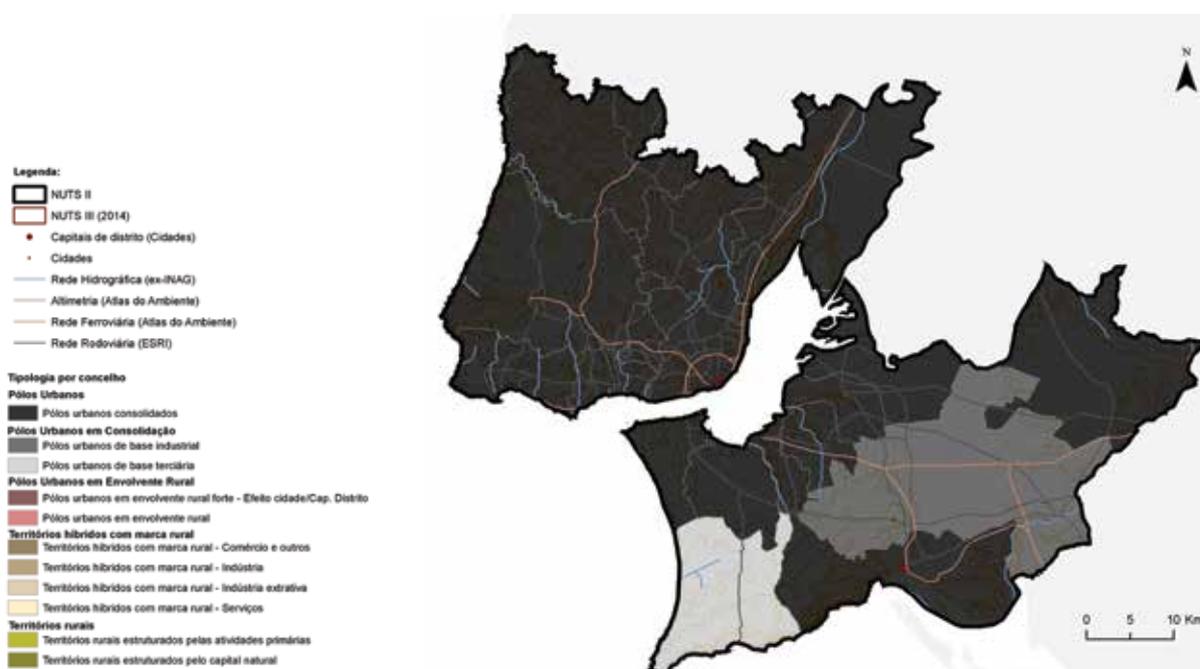
**Palmela é um concelho em afirmação urbana pela indústria, na qual o material de transporte assume o protagonismo** — é responsável por mais de um quinto dos postos de trabalho do concelho —, sendo também relevantes as atividades de logística. Mas é a superfície afeta à agricultura, mais de 60% da área total do território, que confere ao concelho de Palmela os contornos de ruralidade. Com efeito, o concelho constitui-se como um dos principais produtores de vinho à escala nacional, com efeitos positivos na criação de emprego na indústria das bebidas e com um peso do emprego no setor primário superior ao padrão nacional. Causa e consequência deste perfil de especialização, o peso do emprego nos serviços fica aquém da maioria dos concelhos em análise nesta abordagem, próximo do peso dos concelhos industriais da região Norte.

Sesimbra apresenta um perfil económico distinto de Palmela. O peso do emprego no setor primário em Sesimbra resulta, quase exclusivamente, dos postos de trabalho gerados nas atividades ligadas à pesca — cerca de 5% do emprego no concelho — o que torna o território na sétima comunidade piscatória do país em termos relativos. Mas **são os serviços que motivam o pendor tendencialmente mais urbano do concelho de Sesimbra**: cerca de três quartos dos postos de trabalho do concelho estão afetos ao setor terciário, com destaque para os serviços de educação, saúde e cultura, o comércio e a hotelaria e restauração.

Gráfico 12. Mundo rural da AML: tipologia dominante, por concelhos



Mapa 10. Os territórios urbanos e rurais da AML



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

### REGIÃO ALENTEJO COM UM RURAL ORIENTADO PARA A PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO, ONDE EMERGEM TRAÇOS DE AFIRMAÇÃO TERCIÁRIA

Os territórios alentejanos possuem uma realidade bastante específica e mais homogénea face às regiões Norte e Centro do país. São territórios em que os recursos endógenos mobilizados para as produções primárias, com diferentes estádios de profissionalização e industrialização das atividades económicas com eles relacionados, assumem maior protagonismo face ao património natural protegido, num quadro de menor vocação industrial que justifica, grosso modo, transições motivadas pela progressiva terciarização do tecido económico (Gráfico 13 e Mapa 11).

São sobretudo os concelhos do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo que assumem de forma mais vincada as características de territórios polarizados pelas atividades primárias. São territórios com uma reduzida dimensão populacional – varia entre os 1.834 habitantes de Barrancos e os 26 mil de Odemira – tendencialmente muito envelhecidos e que assistem a um esvaziamento populacional significativo. Configuram territórios de baixa densidade, em que uma grande área do território é, tendencialmente, ocupada por áreas de produção agrícola e agroflorestal.

Estes concelhos são caracterizados pelas **explorações agrícolas de grande dimensão**, tradicionalmente afetas à olivicultura e à especialização em herbívoros, numa paisagem marcada pelos sistemas extensivos de sequeiro. O emprego na agricultura assume uma importância significativa na grande maioria destes concelhos – atinge os 27% em Ferreira do Alentejo –, sendo ainda relevante o emprego na silvicultura nos concelhos da Chamusca e de Coruche que encetaram um processo de deslocamento a jusante na cadeia de valor da fileira florestal onde se mantêm competitivos (Caixa 5).

Por seu lado, o emprego na indústria transformadora está, quase exclusivamente, concentrado nas indústrias ligadas à exploração de recursos endógenos (alimentares, bebidas, madeira, cortiça e pasta e papel), mas com um peso inferior ao padrão nacional.

Os produtos endógenos constituem um dos domínios diferenciadores destes territórios, com uma multiplicidade de produtos certificados, com produtos de origem animal (queijos e carnes) e vegetal (azeites) que gozam de um reconhecimento nacional e constituem elementos de projeção que ajudam a estruturar a atratividade destes concelhos.

Com uma reduzida vocação industrial, estes territórios apresentam uma progressiva terciarização do seu tecido económico – na maioria dos concelhos os serviços são responsáveis por mais de dois terços do emprego gerado – essencialmente ancorada nos setores da educação, saúde e cultura e nas administrações públicas.

Os concelhos de **Arraiolos, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Ponte de Sor e Cuba** representam territórios em que o peso e a tradição agrícola não tem continuidade em modelos de produção mais industrializados: a tradição agrícola não tem reflexos significativos nas indústrias com ele relacionados. Os concelhos de Arraiolos, Montemor-o-Novo, Ponte Sor e Cuba observaram perdas da população residente, são territórios mais envelhecidos, de baixa densidade populacional e menos qualificados.

A evolução urbano-rural dos territórios alentejanos é explicada por quatro fatores fundamentais. Uma progressiva industrialização das atividades primárias (alimentares e bebidas, com destaque para a produção de vinho) que permitiu criar massa crítica para sustentar, em maior ou menor grau, um modelo de desenvolvimento ancorado na capacidade de abastecer diferentes mercados com produtos endógenos e que é mais visível nos concelhos de Borba, Redondo, Reguengos de

Monsaraz, Golegã, Campo Maior e Alpiarça. São territórios de pequena dimensão – não mais de 11 mil habitantes – tendencialmente mais jovens que os territórios rurais de atividades primárias e que viram diminuir os seus residentes face a 2001.

**A valorização de recursos naturais por via das indústrias extrativas**, é especialmente relevante nos concelhos de **Castro Verde, Vila Viçosa, Borba e Aljustrel**, este com características mais associadas aos territórios de produções primárias. Constituem concelhos com menos de 10 mil habitantes, de baixa densidade populacional, envelhecidos e que evidenciam um esvaziamento demográfico.

Uma vocação industrial que combina atividades industriais ou de logística para além das associadas à valorização económica dos recursos endógenos e que é patenteada pelos concelhos de Vendas Novas, Sines, Benavente, Cartaxo e Rio Maior. Estes concelhos configuram territórios de baixa densidade populacional, mais jovens e tendencialmente mais qualificados que observaram crescimentos da população residente face a 2001, com destaque para Benavente que cresceu 25%.

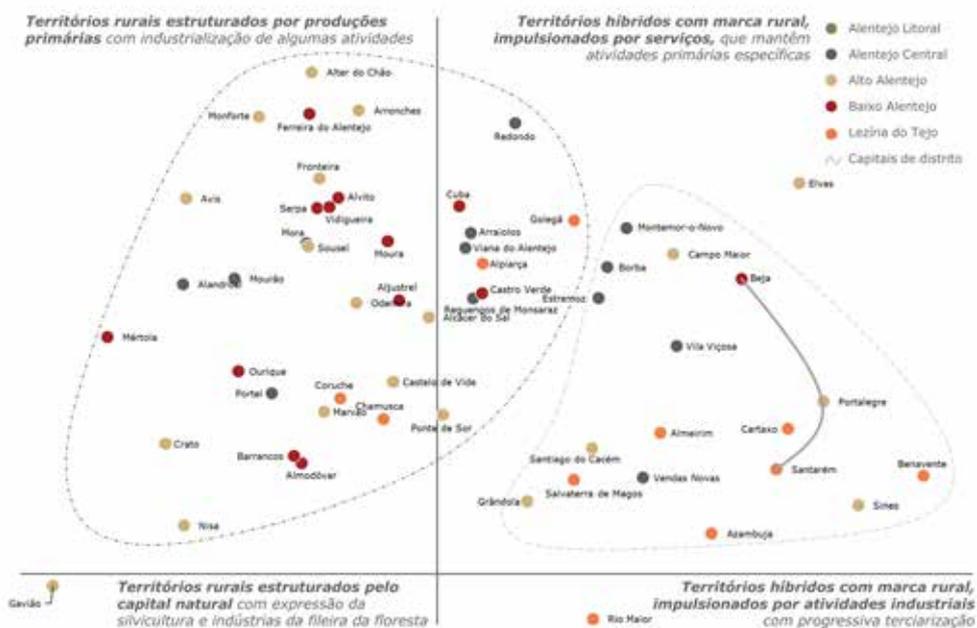
**Uma afirmação impulsionada pelos serviços** que pode ser observada nos concelhos de **Almeirim, Estremoz, Grândola, Santiago do Cacém, Elvas, Azambuja e Salvaterra de Magos**. Representam territórios híbridos com marca rural onde as atividades de logística ainda assumem alguma relevância mas com os serviços a representarem mais de dois terços do emprego, nomeadamente o comércio (Azambuja, Salvaterra de Magos e Estremoz), a restauração (Elvas e Grândola) e os serviços de educação, saúde e cultura (Santiago do Cacém e Elvas). As perdas de população e uma estrutura etária mais envelhecida dos concelhos do interior alentejano contrasta com o crescimento populacional e uma população mais jovem dos concelhos da Azambuja e Santiago do Cacém.

**Portalegre, Beja e Santarém** são as capitais de distrito incluídas na abordagem do mundo rural da região do Alentejo. São concelhos com maior dimensão populacional, mais jovens e tendencialmente mais qualificados. **Santarém, com mais de 62 mil habitantes, registou uma perda de população de mais de 2% face a 2001**. Apesar de apresentar uma elevada proporção de áreas agrícolas e agroflorestais e uma maior vocação industrial em relação a Portalegre e Beja, a grande fatia dos postos de trabalho – mais de 70% – é gerada pelos serviços, com destaque para o comércio.

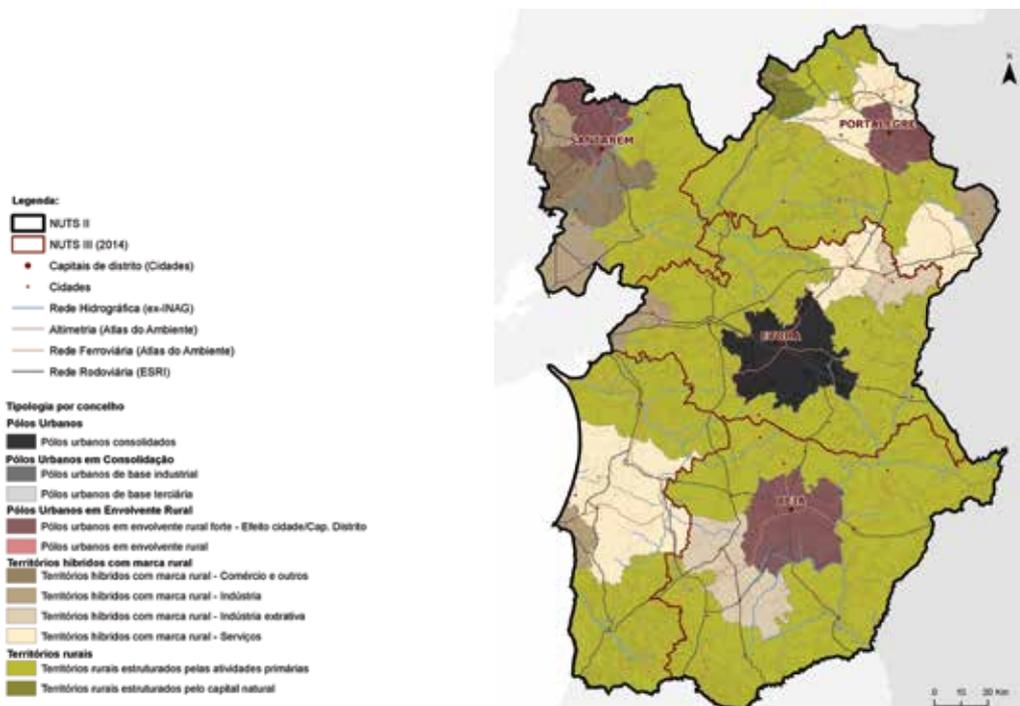
**Beja, com mais de 35 mil habitantes, conseguiu sustentar as perdas populacionais** – aumentou ligeiramente (0,3%) a população residente – e apresenta um modelo de povoamento que concentra grande parte da população na cidade. A elevada proporção de áreas agrícolas e agroflorestais do concelho não se traduz em dinâmicas económicas geradoras de emprego: mais de 80% do emprego do concelho está concentrado nos serviços, com destaque para os serviços de educação, saúde e cultura e para as administrações públicas.

**Portalegre, com uma população de cerca de 25 mil habitantes**, registou a maior redução da população residente no contexto destas capitais de distrito. Como Beja, concentra mais de 80% do emprego do concelho nos serviços, com forte peso do setor da educação, saúde e cultura e das administrações públicas.

Gráfico 13. Mundo rural da região Alentejo: tipologia dominante, por concelhos



Mapa 11. Os territórios urbanos e rurais da região Alentejo de Portugal



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

## Caixa 5. Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias (CL) é a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, compreendendo a Lezíria de Vila Franca de Xira, a Charneca do Infantado, o Catapereiro e os Pauis (Magos, Belmonte e Lavouras). A Lezíria está compreendida entre os rios Tejo e Sorraia e é dividida pela Reta do Cabo (E.N. 10 entre Vila Franca de Xira e Porto Alto) em Lezíria Norte e Lezíria Sul.

A CL passou por várias transformações ao longo da sua existência, sendo nacionalizada em 1975 e tendo passado, em 1989, a Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. Desde 1997, a Companhia das Lezírias vem consolidando a sua situação, quer sob o ponto de vista tecnológico, quer financeiro, baseada numa filosofia de desenvolvimento sustentado. A partir do dia 2 de agosto de 2013, a CL passou a gerir a Coudelaria de Alter e a Coudelaria Nacional, por determinação do DL 109/2013 de 1 de agosto, alterado pelo DL 171/2014 de 10 de novembro. Atualmente a Companhia das Lezírias atua em diversas áreas relacionadas com o setor primário e o seu desenvolvimento, nomeadamente:

- ✓ **Floresta:** com cerca de 8.680 ha, a área florestal da CL, apresenta povoamentos das quatro principais espécies de árvores da floresta portuguesa — montado de sobro; povoamentos de pinheiro bravo; pinheiro manso e eucalipto. Apesar dessa diversidade, verifica-se um predomínio do sobreiro, o que justifica que, para além dos produtos florestais como a cortiça, a madeira para serração, rolaria, as lenhas e as pinhas, seja possível fazer um uso múltiplo destas áreas através de atividades como a silvo pastorícia, a caça, a apicultura, o sequestro de carbono, a pesca e diversas atividades de lazer.  
Devido a esta diversidade de atividades, essencialmente relacionadas com o montado de sobro, grande parte da área florestal da CL foi classificada como “Floresta Modelo” pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo, passando a desempenhar um papel de referência e demonstração das melhores práticas de gestão.
- ✓ **Agricultura:** a Lezíria Norte é constituída por solos explorados indiretamente (rendeiros), enquanto a Lezíria Sul, é maioritariamente vocacionado para pastagens e cultivo de arroz.
- ✓ **Pecuária:** distinto ao nível da carne de bovino que, pela sua vinculação restrita a uma área geográfica delimitada — área da CL — e pelas suas condições específicas de produção, se diferencia de outros produtos similares existentes no mercado.
- ✓ **Vinhos:** possui atualmente cerca de 130 ha de vinha, dos quais 65% da área é composta por castas tintas (Alicante-Bouschet, Castelão, Trincadeira, Aragonez, Touriga-Nacional, Cabernet Sauvignon, Syrah, Merlot, Touriga-Franca, Tinta Barroca e Tinto Cão) e os restantes 35% por castas brancas (Fernão Pires, Trincadeira das Pratas, Arinto, Roupeiro, Tália, Verdelho e Vital). Neste setor tem vindo a ser feita uma grande reestruturação e diversificação da oferta.
- ✓ **Olival:** o azeite da CL é uma nova área de negócio, embora a produção de azeitona seja uma tradição secular, recorrendo a novas tecnologias e tem em conta a crescente procura deste produto. Produz variedades de azeitona como a Galega e a Cobrançosa, ambas nacionais, e a Arbequina, espanhola. São utilizados os sistemas de cultura Intensivo e Super-Intensivo.
- ✓ **Turismo:** outra área de aposta da CL é o turismo, com enfoque no turismo de natureza, provas e vinho.
- ✓ **Projetos IE&D:** a CL tem uma longa tradição de pioneirismo e inovação no sector agroflorestal, tendo vindo a apoiar diversos projetos de investigação relacionados com as suas áreas de atividade, quer participando ativamente quer financiando ou, apenas, disponibilizando espaço e recursos. No âmbito da iniciativa Business & Biodiversity, a Companhia das Lezírias estabeleceu um compromisso com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) para o desenvolvimento de várias linhas de investigação aplicada.

Fonte: Site institucional.

### REGIÃO ALGARVE COM TRAÇOS DE UMA RURALIDADE POUCO ACENTUADA, ONDE O TURISMO TEM SUSTENTADO A TRANSIÇÃO PARA UM PERFIL MAIS URBANO

A NUTS II Algarve apresenta um modelo territorial menos vocacionado para a produção agrícola, onde as pressões urbanísticas e os consequentes efeitos do alastramento urbano que, combinados com uma especialização nas atividades relacionadas com o turismo, desenharam uma realidade progressivamente mais urbana que tem sustentado um tendencial urbano em diálogo com o rural dos concelhos (Gráfico 14 e Mapa 12).

O mundo rural da região do Algarve é caracterizado pela predominância das culturas permanentes, nomeadamente os citrinos nos frutos de casca rija e nos frutos tropicais com maior representação no centro e sotavento algarvios. **Alcoutim, Aljezur e Monchique** representam os territórios predominantemente rurais do Algarve. Configuram territórios onde a paisagem é dominada pelas áreas naturais e florestas com uma componente de produção menos vinculada face às regiões do Norte, Centro e Alentejo, ainda que as atividades de silvicultura (Alcoutim e Monchique) e da pesca (Aljezur) tenham algum peso no emprego dos respetivos concelhos. Já os serviços concentram mais de 70% do emprego nestes concelhos, com destaque para a administração pública mas também para a hotelaria e restauração. Representam territórios com reduzida dimensão populacional – o maior concelho, Monchique, tem pouco mais de 6 mil habitantes – com uma população envelhecida e menos qualificada. Aljezur foi, no seio destes concelhos, o único que beneficiou do alastramento urbano algarvio – a sua população cresceu 11% face a 2011 – que contrasta com as perdas populacionais significativas registadas por Alcoutim (perdeu 22% da população residente) e Monchique (-13%).

O perfil de evolução territorial dos concelhos algarvios é inexoravelmente marcado por uma progressiva terciarização do seu tecido económico, ancorado nas atividades relacionadas com o turismo. Neste processo, identificam-se quatro grupos de concelhos.

**Castro Marim e Vila do Bispo** são territórios com menos de sete mil habitantes, com baixa densidade populacional, envelhecidos e com um perfil de recursos humanos tendencialmente menos qualificado. Apresentam, no entanto, dinâmicas populacionais distintas: Castro Marim assistiu a um crescimento populacional de 2,3%; Vila do Bispo perdeu 1,7% dos residentes face a 2001.

Mais de três quartos do emprego gerado por estes concelhos está afeto aos serviços, com maior preponderância do setor da hotelaria e restauração, que em Castro Marim é responsável por cerca de 20% dos postos de trabalho gerados no concelho e em Vila do Bispo responde por cerca de dois terços do emprego. Vila do Bispo apresenta um peso relevante das atividades ligadas à pesca, constitui-se como a terceira comunidade piscatória, em termos relativos, do país.

**São Brás de Alportel** constitui-se como um concelho de pequena dimensão – menos de 11 mil habitantes – com um crescimento da população residente face a 2001 de mais de 6%. Como a maioria dos concelhos algarvios apresenta uma bolsa de emprego dominada pelos serviços – mais de 70% dos postos de trabalho do concelho – mas que, aproveitando um mosaico de áreas naturais e florestas, apresenta uma bolsa de emprego relevante na silvicultura e, mais a jusante da fileira florestal, nas indústrias da madeira, cortiça e mobiliário.

**Silves e Tavira** representam concelhos de dimensão intermédia no Algarve – com 37 mil e 26 mil habitantes, respetivamente – com um crescimento da população residente face a 2001 e baixa densidade populacional. São territórios com um perfil etário mais jovem e, no caso de Tavira, mais qualificado. Sustentam a sua classificação de territórios híbridos com marca rural pelos serviços, com maior especialização na hotelaria e restauração que, em Silves, é acompanhada pelo comércio.

**Loulé (Caixa 6), Olhão, Lagos, Lagoa e Vila Real de Santo António** configuram concelhos com maior dimensão populacional, com exceção de Vila Real de Santo António, que observaram crescimentos significativos da população residente. São territórios com elevada densidade populacional, mais jovens e uma população tendencialmente mais qualificada.

Constituem territórios predominantemente urbanos polarizados pelos serviços – concentram mais de três quartos do emprego no setor terciário, nomeadamente nos serviços orientados para responder à procura turística (hotelaria e restauração e comércio). O seu posicionamento geográfico justifica, também, a relevância das atividades piscatórias no emprego destes, com destaque para as comunidades piscatórias de Olhão e Vila Real de Santo António.

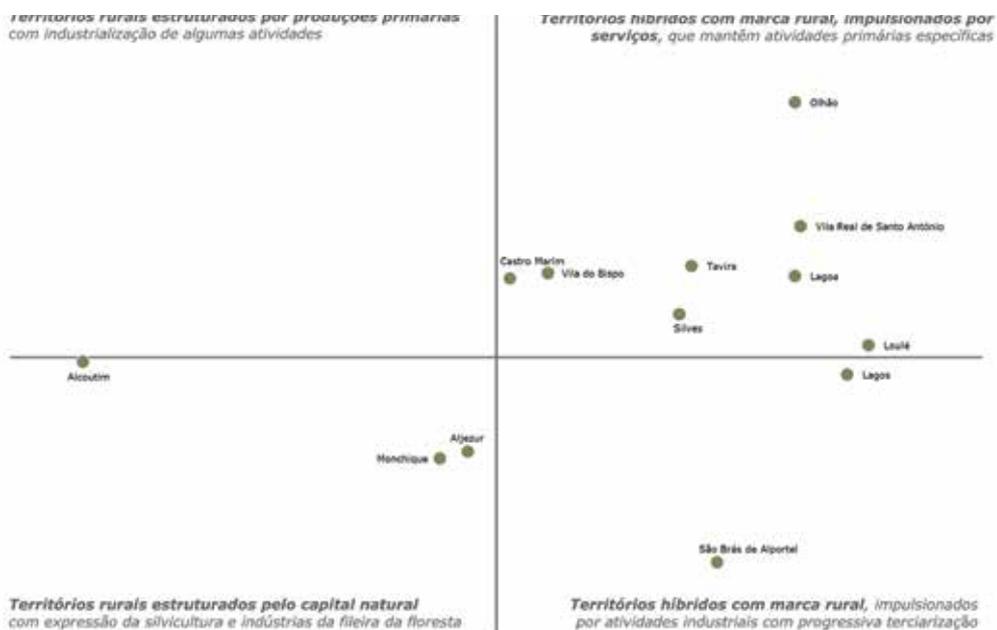
#### *Caixa 6. Projeto Querença - Valorização de recursos endógenos*

O Projeto Querença surgiu do reconhecimento da relevância económica e social dos territórios de baixa densidade e dos desafios de sustentabilidade que enfrenta numa tendência manifestamente desfavorável nestas áreas, pretendendo ser uma nova abordagem ao desenvolvimento do mundo rural. Tal como referenciando no site institucional, este projeto está assim, orientado para as áreas rurais de baixa densidade, aldeias, grupos de aldeias ou mesmo de municípios, de geometria variável e de acordo com uma análise de pertinência dos recursos existentes, potenciais e disponíveis. Este tem um propósito fundamental, qual seja, o de alargar o campo de possibilidades desses territórios em estado crítico e, ao mesmo tempo, promover o emprego de jovens licenciados em situação profissional precária, usando uma abordagem territorial inovadora, criatividade dinâmica que visa fixar no interior aquela população universitária recém-licenciada.

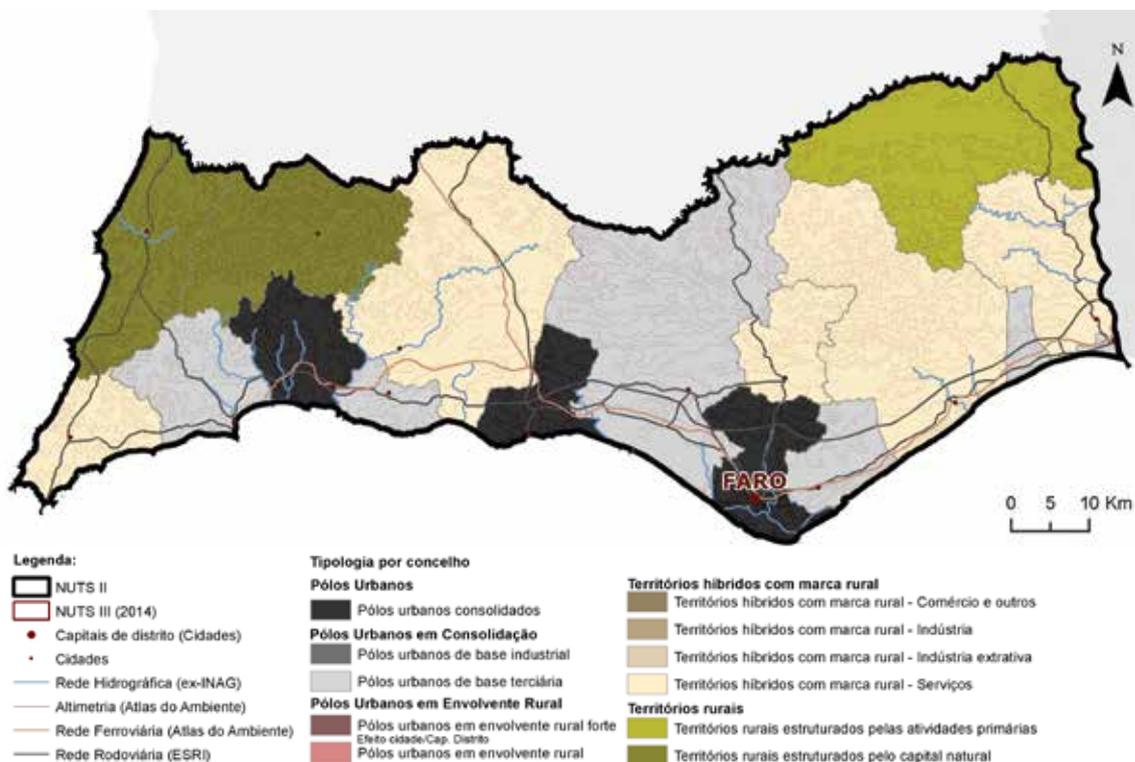
O Projeto Querença tem um lema geral: da teoria à Ação, aprender a empreender; trata-se de uma Ação-piloto de problem-solving, investigação-ação e dinâmica de grupo. O projeto foi delineado em finais de 2010 com o objetivo de dinamizar o interior da região algarvia, numa diferente abordagem de intervenção, e apoiar a empregabilidade de jovens licenciados, através da busca de soluções sustentáveis de dinamização dos recursos endógenos e a criação de oportunidades de emprego. Em 2011 deu-se início à sua implementação, centrada em dois promotores principais: a Fundação Viegas Guerreiro de Querença, que se constitui como a promotora direta do projeto, e a Universidade do Algarve. Contou, desde início, com o apoio da Câmara Municipal de Loulé, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e da Junta de Freguesia de Querença. Juntaram-se, mais tarde, o apoio da Caixa Geral de Depósitos, Portugal Telecom, Fundação Calouste Gulbenkian e da Honda, SA.

Após uma prévia avaliação do potencial do território, ao nível de recursos naturais, agrícolas, culturais, sociais, paisagísticos, turísticos, empresariais, infraestruturas de apoio, alojamento, etc., é lançado um anúncio na Universidade do Algarve com o propósito de constituir uma equipa de nove elementos, nas áreas da agronomia, *marketing, design* e comunicação, gestão de empresas, arquitetura paisagista, ambiente, ecoturismo e biotecnologia. Junto com o envio do currículo, foi solicitado uma carta de motivação aos candidatos. Desse processo resultaram 75 candidaturas, 30 das quais foram sujeitas a entrevistas. Das mesmas chegou-se à atual equipa de missão que se instalou em Querença (Loulé), para aí residirem, numa primeira fase, durante 9 meses. Estes jovens foram integrados num estágio-profissional, apoiado pelo IEF, no âmbito de candidatura submetida pela Fundação Manuel Viegas Guerreiro. A esta jovem equipa foi atribuído o desafio de conhecer os recursos locais (naturais, rurais, culturais, sociais), estudá-los, testá-los e trabalhá-los numa perspetiva de valorização e rentabilização sustentável. Agricultura biológica, ecoturismo, jardinagem sustentável, utilização de novas tecnologias, criatividade, são apenas algumas das metodologias e técnicas em uso para gerar ideias que, no final, possam derivar em projetos viáveis economicamente. Pretende-se, por esta via, a recuperação deste território rural e a reocupação humana do mesmo, que se assumem como motivos âncora desta iniciativa.

Gráfico 14. Mundo rural da região Algarve: tipologia dominante, por concelhos



Mapa 12. Os territórios urbanos e rurais da região Algarve de Portugal



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

### AÇORES COMO REGIÃO VIRADA PARA AS ATIVIDADES PRIMÁRIAS

A Região Autónoma dos Açores constitui uma realidade singular no contexto nacional (Caixa 7). A sua insularidade determina as dinâmicas socioeconómicas das diferentes ilhas, num contexto territorial predominantemente rural caracterizado pelas atividades ligadas à pecuária e à pesca (Gráfico 15 e Mapa 13). A indústria transformadora assume um peso pouco expressivo no emprego face ao padrão nacional, estando maioritariamente concentrada nas atividades de transformação de produtos alimentares.

O mundo rural de atividades primárias da Região Autónoma dos Açores é claramente dominado pelas **explorações especializadas na pecuária de carne e leite**, com uma tendência recente de reconversão de muitas unidades produtivas de leite para carne. Estas explorações podem ser encontradas, grosso modo, por toda a região autónoma, mas é nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e São Jorge que o mosaico das explorações de herbívoros, especialmente bovinos, mais sobressai.

Nordeste e Povoação (São Miguel), Calheta e Velas (São Jorge), Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores (Flores), Santa Cruz da Graciosa (Graciosa) e Lajes do Pico, São Roque do Pico e Madalena (Pico) representam os territórios com uma vocação predominantemente rural, assente nas atividades primárias – com um peso significativo das atividades agrícolas (pecuária) no emprego e alguma expressão das atividades piscatórias. Calheta, Madalena, Lajes do Pico e Velas apresentam um tecido produtivo mais orientado para as atividades de transformação dos produtos agroalimentares, que detêm um peso importante no emprego destes concelhos. Estes territórios demonstram algumas das tendências regressivas comumente associadas aos territórios rurais: têm menos 6.500 habitantes, baixa densidade populacional que se acentua com as perdas de população registadas – apenas o concelho de Lajes das Flores conseguiu manter a população que tinha em 2001 – e com um perfil de população menos qualificado. Assumem-se, no contexto dos concelhos do mundo rural do país, como territórios tendencialmente mais jovens, com destaque para os concelhos de Povoação e Nordeste onde a população jovem (0-14 anos) supera a população idosa (64 ou mais anos).

A evolução territorial nos concelhos da Região Autónoma dos Açores ocorre, essencialmente, pela progressiva terciarização do tecido económico, com diferentes especificidades concelhias, ou pelas atividades ligadas à construção.

**Corvo e Vila Franca do Campo** são territórios com dimensões e densidades populacionais diferenciadas – o Corvo tem apenas 430 habitantes e cerca de 25 pessoas por km<sup>2</sup>, enquanto Vila Franca do Campo acolhe mais de 11 mil habitantes, com uma densidade populacional de 144 habitantes por km<sup>2</sup>. Mas são territórios que assistiram a um crescimento da população residente face a 2011, que é mais jovem, embora menos qualificada.

Por outro lado, apresentam um perfil económico semelhante. **A construção representa cerca de um quinto do emprego gerado nestes concelhos** e ambos os territórios mantêm algumas atividades agrícolas e piscatórias que são responsáveis por mais de 13% dos postos de trabalho. O peso industrial é diminuto, embora Vila Franca do Campo mantenha uma ligeira especialização nas indústrias alimentares. O emprego nos serviços é tendencialmente inferior ao padrão nacional, embora no Corvo as administrações públicas respondam por mais de 20% da bolsa de emprego.

O concelho de **Ribeira Grande** tem mais de 32 mil habitantes e, talvez beneficiando da proximidade a Ponta Delgada, observou um crescimento expressivo (cerca de 13%) da população residente face a 2001. É o concelho mais jovem no âmbito desta abordagem ao mundo rural – a população jovem

do concelho é mais do dobro da população idosa. Ribeira Grande mantém alguma expressão das atividades agrícolas e piscatórias (é a quinta comunidade piscatória do país em termos de emprego relativo no setor) e constitui-se como o segundo território açoriano onde é mais expressiva o peso da indústria transformadora (13%), com especialização mais vincada nas indústrias alimentares. Mas é o setor da construção, com um peso de mais de 18% no emprego, que cunha o perfil híbrido deste concelho.

**Lagoa, Vila do Porto, Angra do Heroísmo, Vila da Praia da Vitória e Horta constituem o núcleo-territórios o núcleo de territórios híbridos com marca rural pelos serviços.** Apresentam diferentes dimensões populacionais – variam entre os 5.552 habitantes de Vila do Porto e os 35.402 de Angra do Heroísmo – e modelos de povoamento. No entanto, são territórios mais jovens – em todos eles a população jovem (0-14) é superior à população idosa (64 ou mais anos) – e que observaram um aumento do número de residentes, ou pelo menos registaram perdas ligeiras da população. Lagoa (2%) – que beneficiou com algum alastramento urbano de Ponta Delgada – e Vila da Praia da Vitória (4%) são os concelhos mais dinâmicos neste grupo, ao passo que Vila do Porto, Angra do Heroísmo e Horta assistiram a uma redução de 0,5% do seu efetivo populacional face a 2001.

Nestes concelhos é o setor terciário que responde pela grande fatia dos postos de trabalho, pelo menos dois terços do emprego está concentrado nos serviços, em setores como as administrações públicas (Vila da Praia da Vitória e Horta), a educação saúde e cultura (Angra do Heroísmo), o comércio (Lagoa) e a logística (Vila do Porto). Apesar desta vocação terciária, ainda prevalecem algumas atividades agrícolas e piscatórias que geram, pelo menos, mais de 7% dos postos de trabalho nestes concelhos.

### Caixa 7. Geoparque Açores

O caso dos Açores é um exemplo flagrante do modo como a ruralidade pode estar fundamentada e preservada em fortes valias naturais, facto consubstanciado no reconhecimento do Geoparque dos Açores.

Um Geoparque é uma área com expressão territorial e limites bem definidos, que possui um notável Património Geológico, associado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Assim, o Geoparque integra um número significativo de sítios de interesse geológico que, pelas suas peculiaridades ou raridade, apresentam valor (ou relevância) científico, educativo, cultural, económico (e.g. turístico), cénico ou estético (e.g. paisagístico), ou seja, podem ser considerados como geossítios. Estes locais podem, também, possuir outros motivos de interesse e valor (e.g. ecológicos, históricos e culturais), parques temáticos e outras infraestruturas afins, que deverão estar ligados em rede, por trilhos e rotas.

Um Geoparque, dada a sua natureza, deverá cumprir com objetivos de:

- ✓ Conservação, pela preservação de geossítios de particular importância, explorando e desenvolvendo métodos de geoconservação, com o intuito de proteger o património geológico para as gerações futuras;
- ✓ Educação, promovendo a educação em geociências, do público em geral e da comunidade estudantil, organizando atividades e providenciando apoio logístico na comunicação do conhecimento científico e dos conceitos ambientais. O Geoparque deverá, também, apoiar a investigação científica, estimulando o diálogo entre os geocientistas e as populações locais;
- ✓ Desenvolvimento Regional, estimulando a atividade económica e o desenvolvimento sustentável das populações da sua área de influência, potenciando o desenvolvimento socioeconómico local através de uma imagem de excelência intrinsecamente relacionada com um reconhecido património geológico, que atrai um grande número de visitantes. Este facto tende a desenvolver atividades económicas ligadas ao artesanato e ao turismo de natureza (e.g. geoturismo), com produtos de qualidade reconhecida e certificada.

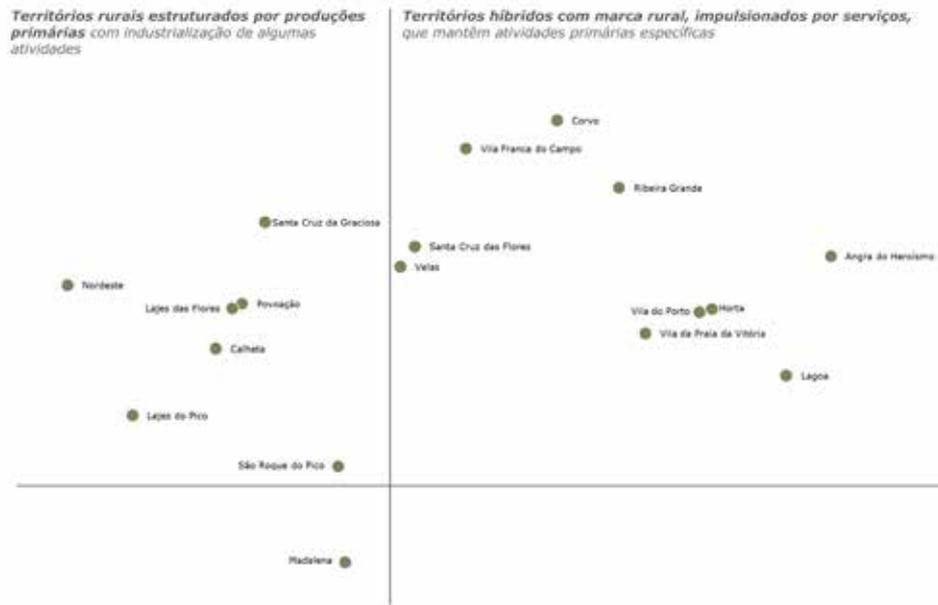
O arquipélago dos Açores apresenta uma rica e vasta geodiversidade e um importante património geológico, composto por diversos locais de interesse científico, pedagógico e turístico. Dado o carácter arquipelágico da Região, o Geoparque Açores assenta numa rede de geossítios, dispersos pelas nove ilhas e zona marinha envolvente, i) que garante a representatividade da geodiversidade que caracteriza o território açoriano, ii) que traduz a sua história geológica e eruptiva, iii) com estratégias de conservação e promoção comuns e iv) baseada numa estrutura de gestão descentralizada e com apoio em todas as ilhas.

Vulcões, caldeiras, lagoas, campos lávicos, fumarolas, águas termais, grutas e algares vulcânicos, fajãs, escarpas de falha e depósitos fossilíferos marinhos, entre tantos outros, são elementos caracterizadores do património geológico da Região.

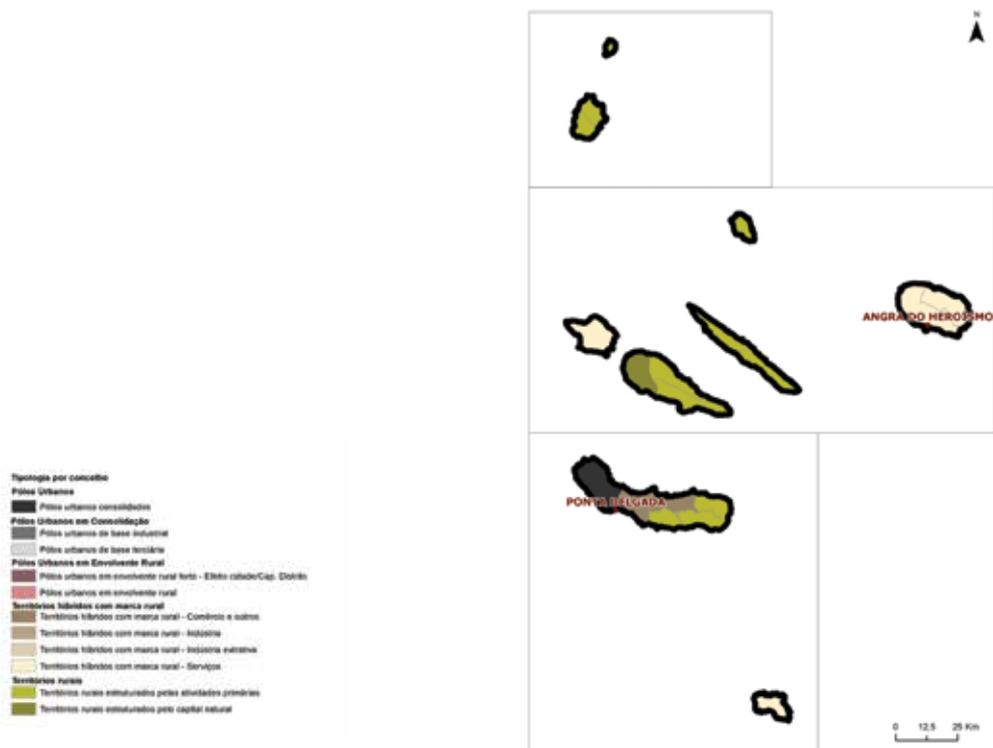
A par deste património, existem no arquipélago outros valores patrimoniais de referência, como é o caso de uma rica biodiversidade e património arquitetónico, cultural, etnográfico e imaterial de inegável valor.

Os Açores são um caso de sucesso de projeção turística e económica com base no património natural, colocando esta região entre as mais destacadas nesta tipologia rural.

Gráfico 15. Mundo rural da região Açores: tipologia dominante, por concelhos



Mapa 13. Os territórios urbanos e rurais da região Açores de Portugal



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

### MADEIRA COMO REGIÃO ONDE A VOCAÇÃO NATURAL DO SEU PATRIMÓNIO SE DESTACA

Se a realidade dos concelhos da Região Autónoma dos Açores apresenta contornos próprios, as dinâmicas socioeconómicas dos territórios da Região Autónoma da Madeira, são, também elas, singulares.

Nos concelhos madeirenses que integram a presente abordagem as atividades primárias traduzem-se quase exclusivamente em explorações especializadas em horticultura intensiva e floricultura e em fruticultura e viticultura, as primeiras mais presentes a sul, as segundas tendencialmente a norte (Gráfico 16 e Mapa 14).

Com um peso no emprego da indústria transformadora, que atinge no máximo os 10% no concelho de Câmara de Lobos, são a construção e o setor terciário os grandes responsáveis pelo emprego gerado nos concelhos e os que, nalguns deles, não permitem um encaixe imediato nas tipologias rurais.

O mundo rural madeirense apresenta um perfil mais de capital natural – mais de metade da área total destes territórios corresponde a áreas naturais ou florestas –, embora as atividades agrícolas contribuam com alguma intensidade para a criação de emprego.

**Porto Moniz, Santana, Ponta do Sol e Calheta** representam territórios onde o setor primário responde por mais de 10% dos postos de trabalho e aqueles onde o peso no emprego dos serviços é menor no contexto da região – não ultrapassa os 70% – com destaque para a especialização na hotelaria e restauração.

Correspondem a territórios com menos de 12 mil habitantes – Porto Moniz tem apenas 2.711 residentes –, de baixa densidade que perderam população no período intercensitário, com exceção de Ponta do Sol, com uma população tendencialmente mais jovem e com um perfil de habilitações pouco qualificado.

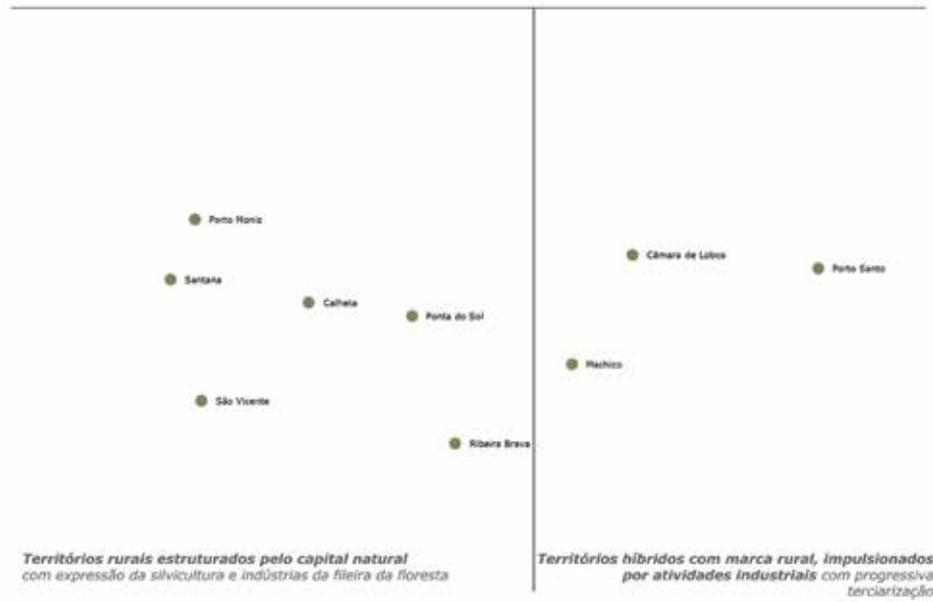
**São Vicente** tem pouco mais de 5.700 residentes, resultado de uma quebra da população de cerca de 8% face a 2001. Apresenta um perfil jovem da sua população residente mas menos qualificado. Distingue-se dos anteriores por apresentar uma levada área de património natural ou florestas e pelo peso menos expressivo do emprego na agricultura – cerca de 6% – que é compensado pelos postos de trabalho gerados nos serviços (educação, saúde e cultura, restauração) e na construção.

**Ribeira Brava, Machico, Câmara de Lobos e Porto Santo**, apesar das diferenças de dimensão populacional – Câmara de Lobos tem mais de 35 mil habitantes; Porto Santo tem cerca de 5.500 residentes –, partilham dinâmicas de crescimento demográfico favoráveis (mais expressivas em Porto Santo (22%)), uma população bastante jovem (a franja dos 0-14 anos é superior à faixa etária com 64 ou mais anos), mas tendencialmente menos qualificada.

**Ribeira Brava, Porto Santo e Machico** assumem-se como territórios híbridos com marca rural pelos serviços – responsável por mais de 70% da bolsa de emprego destes concelhos: Ribeira Brava apresenta maior especialização nos serviços de educação, saúde e cultura e no comércio; Porto Santo e Machico na hotelaria e restauração e na logística.

**O perfil de território híbrido com marca rural do concelho de Câmara de Lobos é, essencialmente, induzido pela construção:** é o concelho que integra esta abordagem em que este setor tem o maior peso relativo no emprego do concelho (mais de 21%). O emprego no setor terciário corresponde a pouco mais de 62% dos postos de trabalho do concelho, com destaque para os serviços de saúde, educação e cultura. Apenas o concelho de Ponta do Sol apresenta um perfil económico menos terceirizado.

Gráfico 16. Mundo rural da região Madeira: tipologia dominante, por concelhos



Mapa 14. Os territórios urbanos e rurais da região Madeira de Portugal



Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

## 5. UM APONTAMENTO SOBRE A RURALIDADE DAS CAPITALIS DE DISTRITO

De acordo com a metodologia já descrita, o posicionamento no referencial metodológico (Figura 5) permite identificar **duas tipologias de territórios urbanos**: polos urbanos consolidados e polos urbanos em consolidação (Mapa 15).

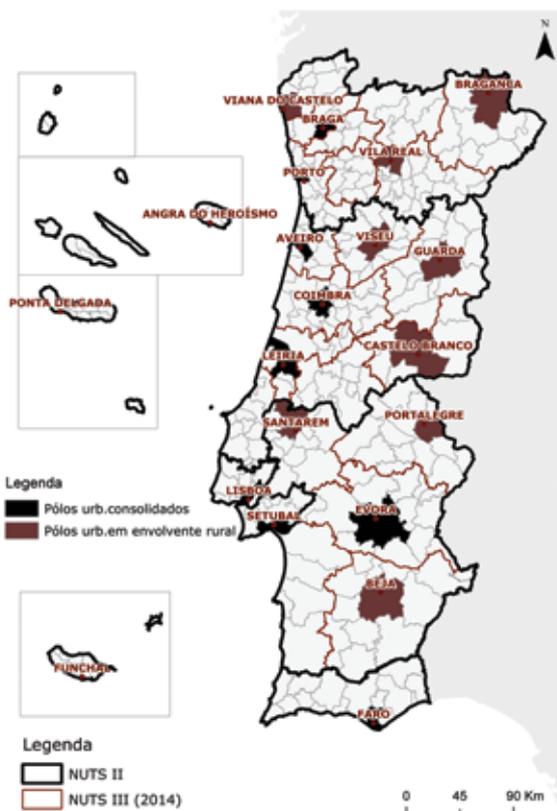
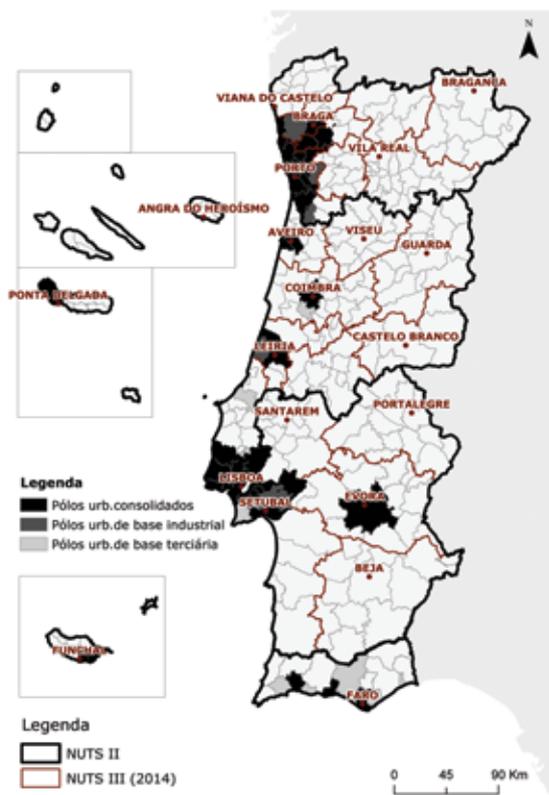
Esta classificação da etapa 3 (urbano) seguiu-se à segmentação urbana-rural (etapa 1), por compatibilização com a etapa 2 (rural), no respeitante aos territórios que foram considerados em transição, e cujo enquadramento nos perfis territoriais correspondentes foi alvo de clarificação, em função dos resultados do respetivo posicionamento nos referenciais metodológicos das etapas 2 e 3. Tal como já referido, os resultados obtidos na etapa 3 já foram, por facilidade de representação e de compreensão da tipologia conjunta, incorporados nos resultados globalmente apresentados no capítulo 4 (Mapa 7 e Quadro 3).

Não sendo objetivo deste estudo apresentar uma análise do perfil dos territórios urbanos, é interessante constatar, no entanto, que o próprio perfil dos territórios tipicamente perspetivados como urbanos incorporam dimensões de ruralidade bastante significativas.

Note-se, por exemplo, o caso das 18 capitais de distrito portuguesas, cuja classificação territorial se representa no Mapa 15. Sendo realidades territoriais que exercem funções de centralidade, a sua dimensão urbana tende a ser valorizada em termos conjuntos, à escala do concelho, remetendo para segundo plano a dimensão rural que, muitas vezes, e com intensidades diferentes, envolve as sedes destes concelhos.

Mapa 15. O mapa dos territórios urbanos em Portugal

Mapa 16. As 18 capitais de distrito portuguesas



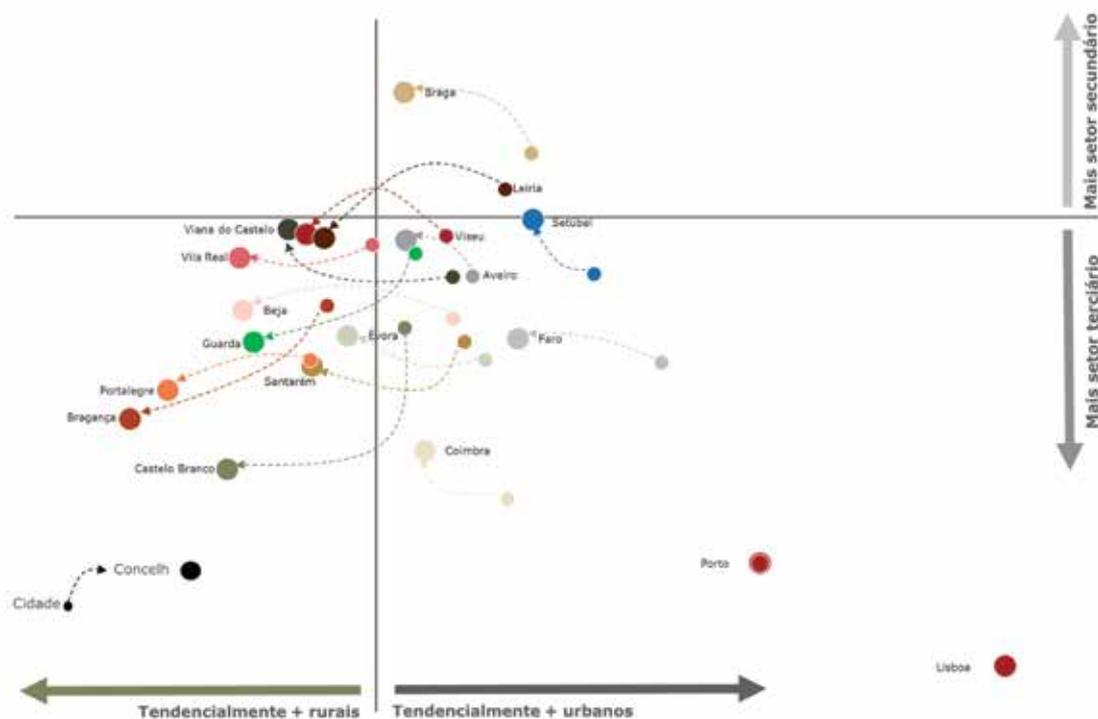
Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

O gráfico seguinte evidencia esta constatação, pela comparação do posicionamento relativamente diferenciado que as cidades capitais de distrito evidenciam face à totalidade dos respetivos concelhos. No gráfico está representado o posicionamento destes concelhos no referencial de análise estabilizado na ACP relativa à etapa 3, se apenas se considerasse a “cidade” (isto é, considerando indicadores confinados à cidade), a que se acrescenta a representação do posicionamento do território do concelho no seu conjunto (isto é, considerando indicadores correspondentes a todo o concelho).

A linearidade da tendência encontrada permite constatar que, independentemente do grau de urbanidade das cidades capitais de distrito portuguesas, **as restantes freguesias que compõem os respetivos concelhos** (naturalmente, com diferenças substanciais entre si) são **nitidamente mais rurais e suavizam a intensidade do pendor urbano das respetivas cidades**. Repare-se que:

- as **cidades capitais de distrito apresentam grande homogeneidade urbana** (entre as respetivas cidades): apenas Braga e Leiria posicionam as respetivas cidades fora do quadrante de Lisboa e do Porto, onde a dimensão rural não é incorporada, uma vez que a cidade coincide totalmente com o concelho.
- um **núcleo de territórios mantém a predominância da matriz urbana**, em termos globais – para além Lisboa e Porto, Coimbra, Faro, Aveiro e Setúbal.
- a **maioria dos concelhos “acrescenta” dimensão rural às respetivas cidades**, embora com evoluções diferenciadas, destacando-se a intensidade observada em Castelo Branco, Bragança e Portalegre.

Gráfico 17. Posicionamento urbano-rural das cidades capitais de distrito e dos respetivos concelhos de enquadramento



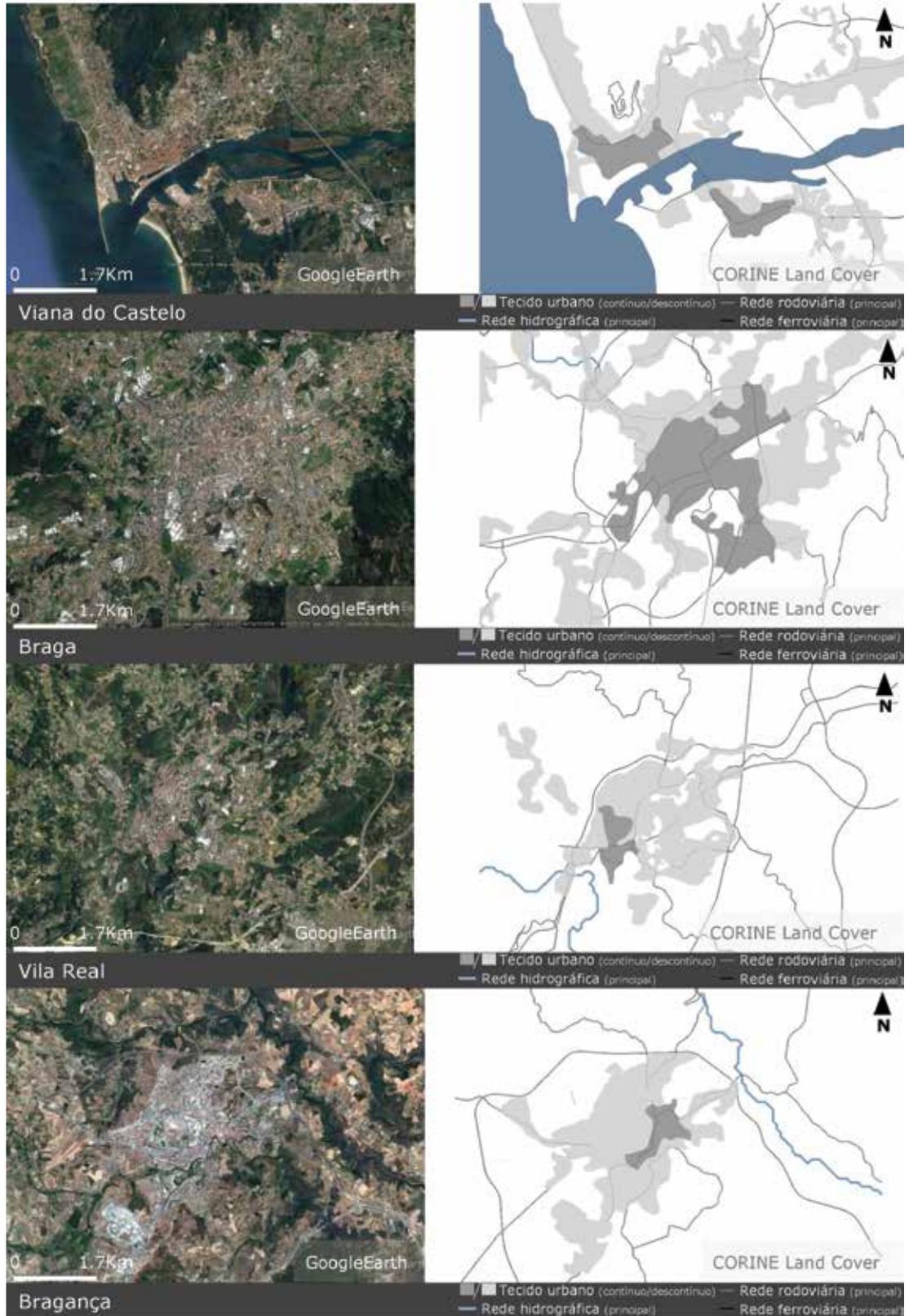
Nota auxiliar de leitura: o sentido das setas traduz, para cada capital de distrito, a trajetória de posicionamento quando se considera apenas o território abrangido pela cidade e quando se considera o concelho no seu todo.

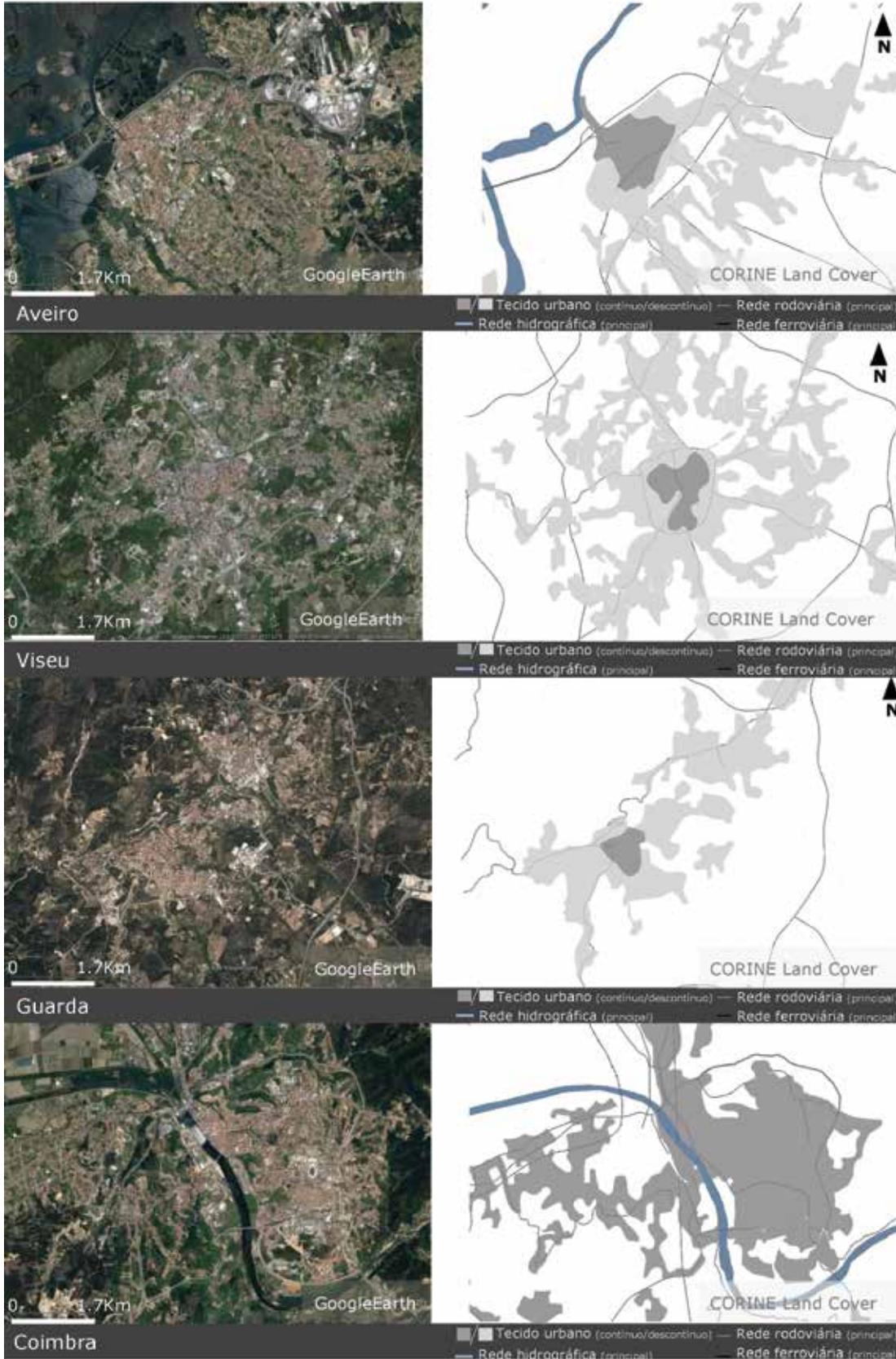
Fonte: Metodologia AM&A de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais.

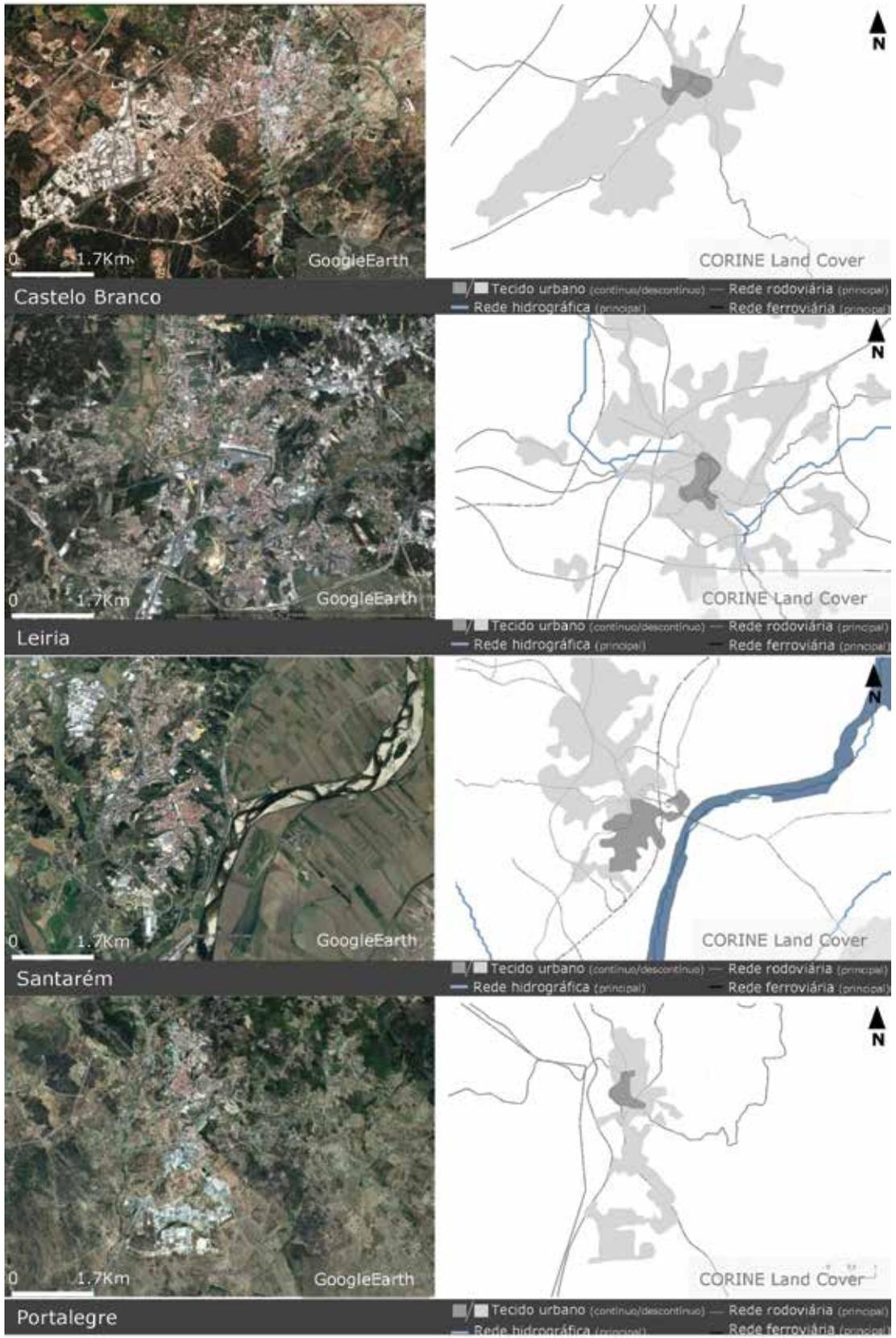
Esta constatação relativa à expressão que o mundo rural assume enquanto envolvente do mundo urbano, corrobora a importância de estabelecer um quadro diferenciador adequado do mundo rural português, ajustado em função das suas efetivas especificidades, que incorpore a coexistência de realidades mistas, nem puramente urbanas nem puramente rurais, e que retrate a coexistência de dimensões urbanas e rurais com diferentes intensidades, internamente à realidade administrativa concelhia.

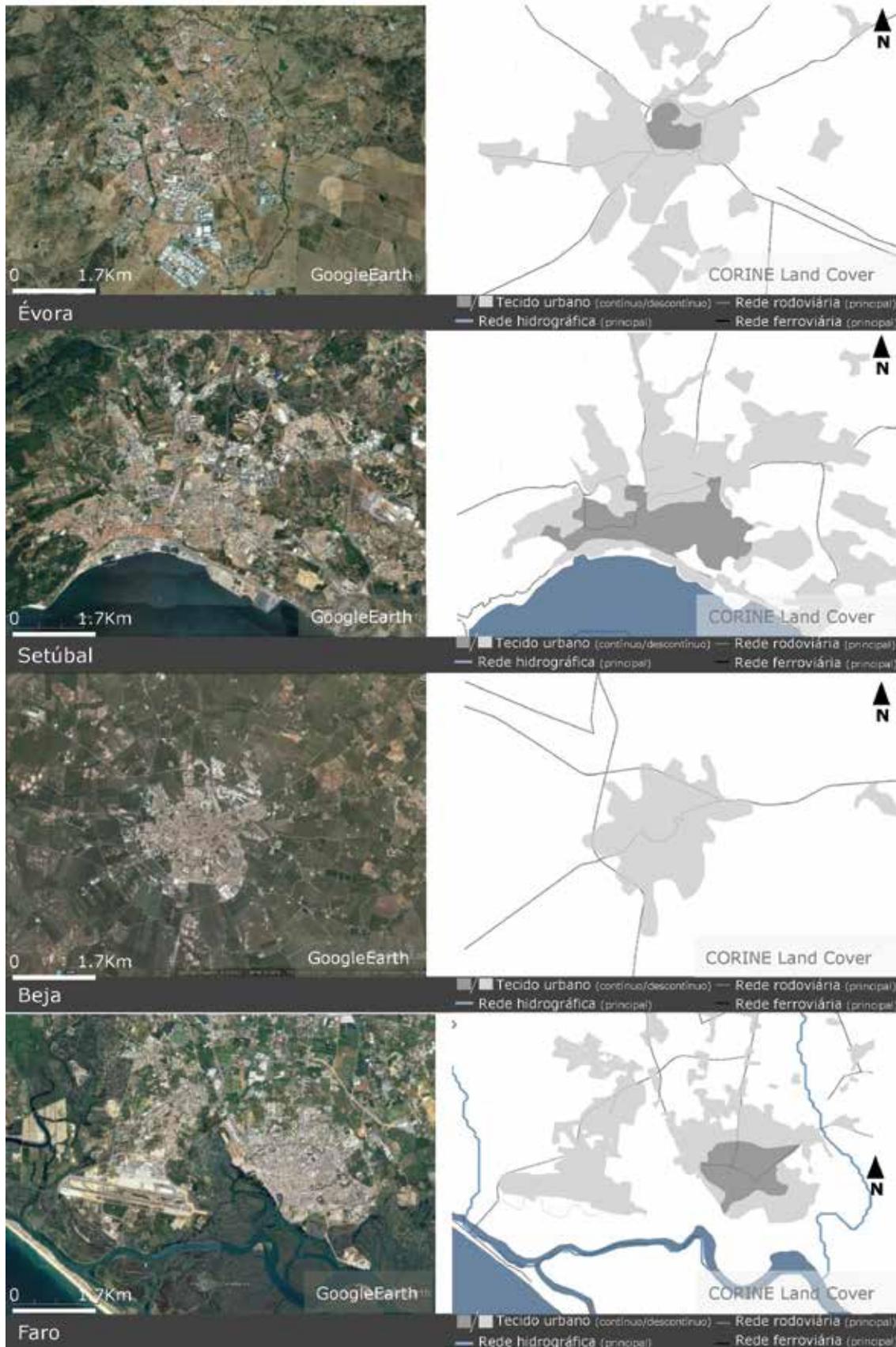
A própria relação de transição da cidade para o rural é, nuns casos, mais abrupta, e necessariamente influenciada pela geografia do território envolvente (barreiras físicas como cursos de água ou significativas curvas de nível), noutros casos mais aligeirada. Resulta, contudo, evidente uma transição da cidade para o rural que se revela relativamente evidente, conforme comprovam as imagens do Mapa 17, onde se apresentam fotografias aéreas (Google Earth) das 16 capitais de distrito portuguesas (não considerando Lisboa nem Porto, dada a sua dimensão inequivocamente urbana) em comparação com o tecido urbano (contínuo e descontínuo) com base na informação do Corine Land Cover de 2006.

Mapa 17. Áreas urbanas das capitais de distrito









Nota: Lisboa e Porto não se representam dada a sua inequívoca dimensão e contínuo urbanos.

Fonte: fotografias aéreas do Google Earth (dezembro de 2016); tecido urbano (contínuo e descontínuo) com base na informação do Corine Land Cover de 2006.

## 6. O MUNDO RURAL E O TURISMO: EXEMPLOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A evolução do perfil territorial e setorial do mundo rural em Portugal demonstra uma tendência recente de diversificação de atividades económicas, decorrente do reconhecimento das diversas potencialidades da baixa densidade, que conduziram ao aprofundamento da cadeia de valor do setor primário e a implementação de novos setores de atividade alicerçados nas especificidades destes territórios.

O Turismo em Espaço Rural (TER) é um caso flagrante das novas ocorrências vivenciadas nos espaços rurais, tendo vindo a assumir-se como uma atividade distintiva e relevante no desenvolvimento socioeconómico dos territórios de baixa densidade.

Em 2012, Portugal dispunha de cerca de 704 alojamentos de TER (cerca de 22% do total de empreendimentos turísticos), com uma capacidade de 9.708 camas (3,5% do total nacional) e uma elevada concentração nas zonas Norte, Centro e Alentejo. Nesse ano registaram-se 705 mil dormidas (2% do total no país) (INE, 2014). Apesar da dimensão ainda relativamente pequena deste segmento, desde 2003 regista-se um crescimento anual médio próximo dos 7%, claramente acima da média de procura de alojamento turístico no país) (INE). Alemanha e Espanha são os principais mercados emissores, seguidos do Reino Unido, Holanda e França. De acordo com a EuroGites, o turismo em espaço rural na Europa representa atualmente um volume de negócios superior a 100.000 milhões de euros, gerando mais de 1,3 milhões de empregos, com base em mais de meio milhão de unidades de alojamento e mais de cinco milhões de camas disponíveis.

Neste sentido, importa compreender o conceito e as características distintivas do TER e relações estabelecidas com outras realidades turísticas e o impacto no desenvolvimento territorial, assim como a respetiva aderência às tipicidades dos territórios rurais, com base em exemplos nacionais e internacionais.

### 6.1. CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL

O turismo rural pode ser definido como o que se pratica em zonas rurais, envolvendo a exploração de recursos naturais e antropogénicos característicos desses territórios, que conduzem a atividades económicas e sociais que beneficiam as comunidades locais. A experiência turística rural baseia-se na interação entre alojamento e atividades rurais com serviços e infraestruturas de apoio construídas, combinando formas ativas e passivas de entretenimento e conhecimento, em relação próxima com outros produtos turísticos, como a cultura, a natureza, o desporto ou a saúde e bem-estar.

Quadro 4. Características distintivas do TER - turismo em espaço rural

<b>Características do TER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ localização em território de características rurais;</li> <li>✓ ligação funcional aos espaços abertos no mundo rural, relacionados com o contacto com a natureza, a história, a cultura, o património rural e as características específicas das suas formas de organização social;</li> <li>✓ desenvolvido em povoações de pequena dimensão (em regra com menos de 10.000 habitantes);</li> <li>✓ preocupação com a sustentabilidade, com o objetivo de contribuir para o reforço da ruralidade, em vez de constituir um impulso à urbanização.</li> <li>✓ ambiente natural, paisagem e vida selvagem;</li> </ul>
<b>Produtos associados ao TER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ processos agrícolas e florestais;</li> <li>✓ povoações, populações, formas de vida, atividades e culturas;</li> <li>✓ identidade das populações indígenas e relação específica com a terra e a natureza.</li> </ul>

O Quadro 5 sistematiza as principais diferenças entre o turismo rural e o turismo “clássico”, sendo ainda de salientar a proximidade entre os conceitos de “turismo em espaço rural” e de “ecoturismo”, tendo em conta, não só as atividades que os compõem, mas também as motivações dos turistas que as procuram, conforme resulta da comparação efetuada no Quadro 6 entre o turismo de massas e o ecoturismo, onde sobressaem importantes semelhanças deste último com o Turismo em Espaço Rural.

Esta proximidade do TER face ao ecoturismo pode ser alargada a outros segmentos alternativos aos grandes produtos turísticos de massas (como o sol e praia ou o turismo urbano), incluindo o turismo de saúde e bem-estar, o turismo cultural, o turismo de educação, o turismo ativo, o turismo de desporto, o turismo de aventura, ou o turismo religioso.

Quadro 5. Turismo clássico versus Turismo rural

Critério	Turismo clássico	Turismo rural
Atividades principais	Nível nacional ou internacional	Atividades familiares locais
Espaço construído	Alta densidade, escassez de espaço	Baixa densidade, espaço aberto.
População residente	Povoamento urbano, + de 10.000	Povoamento rural, — de 10.000
Infraestrutura	Planificada e adequada	Menos desenvolvida
Arquitetura	Nova e moderna	Velha e tradicional
Atividades turísticas	Emprego principal	Emprego complementar
Distância ao emprego	Elevada	Curta
Movimento turístico	Intenso, com vários segmentos	Baixo, com segmentos específicos
Sazonalidade	Baixa	Alta
Relação entre turistas e locais	Formal e impessoal	Pessoal
Gestão	Profissional	Não-profissional
Dimensão do estabelecimento	Grande	Pequena
Propriedade	Nacional	Local
Número de turistas	Elevado	Baixo
Atmosfera	Cosmopolita	Local
Princípios éticos	Preocupação com crescimento	Preocupação com conservação
Carácter comercial	Generalista	Especialista
Mercados	Generalistas	Nichos

Quadro 6. Turismo de massas versus ecoturismo: semelhanças do ecoturismo face ao TER

Turismo de massas	Ecoturismo
Grande número de turistas	Pequeno número de turistas
Urbano (ou resort)	Rural
Tendência para preços baixos	Tendência para preços altos
Elevado impacto ambiental	Reduzido impacto ambiental
Experiência turística controlada	Experiência turística difícil de controlar
Critérios socioeconómicos globais	Critérios socioeconómicos locais
Relação impessoal entre produtores e consumidores	Relação pessoal entre produtores e consumidores

Entre os motivos que explicam o crescimento do TER, encontram-se fatores como:

- subida dos níveis médios de educação, com reflexos no crescente interesse pela autenticidade, pelo património e pela herança cultural, de que o mundo rural constitui um repositório adequado à interpretação;
- aumento do rendimento disponível e dos tempos livres e de lazer, incluindo aumento dos períodos curtos de férias ao longo do ano, tornando-se o espaço rural um destino escolhido em segunda e terceira opção;
- envelhecimento populacional, com manutenção de rendimentos e preservação de níveis de atividade propícios ao usufruto dos conceitos de TER;
- desenvolvimento dos transportes, comunicações e processos de acesso à informação;
- crescente consciência da importância dos cuidados de saúde e bem-estar, em paralelo à também crescente valorização da paz e tranquilidade;
- crescente consciência ecológica;
- crescente interesse na gastronomia especializada;
- rejeição da massificação, com canalização das disponibilidades financeiras e de tempo livre para opções mais autênticas e genuínas;
- reforço da organização, comunicação e infraestruturas de apoio, que acompanham, ou mesmo antecipam, a crescente preferência dos turistas pela autonomia do planeamento e decisão quanto ao modelo de férias de que irão usufruir.

Do ponto de vista conceptual, o TER foi inicialmente encarado como uma atividade complementar em relação à agricultura, contribuindo para aumentar o rendimento dos agricultores através de atividades complementares, exercidas em tempo parcial e com baixo nível de profissionalização. No entanto, as abordagens internacionais mais recentes comprovam o sucesso de uma perspetiva diferente, orientada para uma visão holística do universo rural e da valorização dos seus diferentes elementos, implicando uma gestão profissionalizada, orientação para as necessidades do cliente e qualidade na prestação de serviços, ainda que mantendo a importância da preservação das características dos territórios locais e a reduzida escala de atividade.

Perante o panorama traçado, para promover adequadamente o TER e as correspondentes oportunidades de desenvolvimento nas áreas rurais, é necessário:

- compreender características e motivações dos visitantes;
- promover e comercializar produtos e serviços disponíveis;
- explorar os canais de comunicação disponíveis (internet, redes sociais) para desenvolver processos de cocriação de produtos e serviços turísticos.

Importa ter em consideração que, frequentemente, os territórios rurais dispõem de limitações quanto aos recursos (técnicos, financeiros, logísticos, de infraestruturas, atrações ou comunicação) necessários ao desenvolvimento turístico. Estas limitações podem ser ultrapassadas através de novas construções (alojamento), da regeneração de construções existentes ou através da entrada empresários e profissionais exteriores à região, o que pode pôr em causa os equilíbrios ecológicos e paisagísticos do lugar, por um lado, e as suas características sociais e culturais, por outro.

Assim, os processos de crescimento ou ganhos de escala devem ser planificados de forma a garantir a sustentabilidade do processo de desenvolvimento, através da preservação das características

ambientais e culturais do território e da apropriação de benefícios pela comunidade local. Deve ser dada prioridade à organização em rede dos agentes locais, de forma a garantir o seu controle da cadeia de valor do produto turístico, em detrimento da “importação” de recursos exteriores à região.

O TER pode ainda constituir-se como um importante veículo para a comercialização e exportação de produtos locais tradicionais, ligados ou não à agricultura. A proximidade dos turistas com os processos produtivos desses produtos pode contribuir para aumentar a sua apetência pelo seu consumo, quer durante a visita, quer após o seu regresso aos locais de origem, frequentemente no estrangeiro. Nesse sentido, o turismo em espaço rural pode tornar-se uma eficaz “montra” de produtos rurais tradicionais, facilitando a sua comercialização e exportação, quer através da venda direta durante a visita, quer através da possível distribuição em mercados mais distantes, em Portugal ou no exterior.

Quadro 7. Sinergias entre o TER e o desenvolvimento rural

Potenciais contributos do turismo para o desenvolvimento rural	Potenciais problemas
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ retenção de emprego (nas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras ou em serviços ligados ao comércio, transportes, alojamento ou cuidados de saúde);</li> <li>✓ criação de emprego (nos sectores referidos e ainda nas atividades desportivas e recreativas, informação e interpretação);</li> <li>✓ diversificação do emprego (conjugação dos anteriores);</li> <li>✓ pluriatividade (acumulação de diferentes trabalhos em tempo parcial);</li> <li>✓ retenção de serviços (nos sectores atrás referidos, contribuindo para a constituição de uma massa crítica que garante a sua viabilidade económica);</li> <li>✓ diversificação da estrutura económica, complementando as atividades agrícola e florestal;</li> <li>✓ conservação da paisagem, natureza, património e edifícios históricos;</li> <li>✓ preservação de pequenas povoações;</li> <li>✓ preservação da cultura e de formas de artesanato locais;</li> <li>✓ comercialização e exportação de produtos locais (ligados à agrícolas ou artesanato).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ ameaça a ecossistemas frágeis e ao ambiente;</li> <li>✓ adulteração de culturas locais tradicionais;</li> <li>✓ excesso de construção e especulação imobiliária;</li> <li>✓ congestão (tráfego automóvel);</li> <li>✓ dificuldade de mobilização da população local;</li> <li>✓ controle por empresários externos;</li> <li>✓ falta de competências técnicas (da mesma forma que não se espera que um gestor hoteleiro saiba de agricultura, não é de esperar que um agricultor saiba de hotelaria);</li> <li>✓ insuficiente formação;</li> <li>✓ insuficiente colaboração e organização em rede para superar limitações de escala e escassez de conhecimento.</li> </ul>
Objetivos do desenvolvimento do turismo rural	Fatores-chave de sucesso de um destino de turismo em espaço rural
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ retenção, criação e diversificação do emprego;</li> <li>✓ conservação de património e habitats tradicionais;</li> <li>✓ apoio à comunidade local;</li> <li>✓ desenvolvimento do sistema de transportes;</li> <li>✓ diversificação da estrutura económica local;</li> <li>✓ apoio à agricultura e floresta;</li> <li>✓ subida da qualidade de vida das populações locais;</li> <li>✓ criação de oportunidades para grupos desfavorecidos ou sub-empregados;</li> <li>✓ contributo para a qualidade de vida dos visitantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ valor cénico;</li> <li>✓ valor ecológico;</li> <li>✓ património cultural;</li> <li>✓ infraestruturas para desporto e recreio; fácil acesso;</li> <li>✓ capacidade de gestão, comercialização e promoção.</li> </ul>

Neste contexto, valorizar as oportunidades de desenvolvimento das áreas rurais que estão associadas ao desenvolvimento sustentável do TER recomenda que se assuma um processo de planeamento estruturado e que sejam incutidos princípios de desenvolvimento empresarial tendo em conta um conjunto de fatores-chave indispensáveis ao sucesso da estratégia de afirmação nesta área, tendo em atenção os seguintes aspetos:

- **o enquadramento legal e estratégico:** articulação com a legislação vigente nas mais diversas áreas e com os planos de desenvolvimento sustentável local/regional, entre os quais, o plano nacional para o turismo e os planos de desenvolvimento regional;
- **a proteção ambiental:** presença das questões associadas à sustentabilidade e à responsabilidade ambiental, abordadas numa perspetiva de longo prazo, respondendo a um mercado amadurecido que tem esse tipo de preocupação;
- **a cooperação e o apoio institucional:** aposta na flexibilidade e orientação para as empresas e agentes a operar nos locais e na formulação de uma estratégia unificada e coerente para um negócio desenvolvido por um conjunto alargado de empresas de muito pequena dimensão e com recursos técnicos, logísticos e financeiros limitados, incluindo a formação e o apoio aos negócios. Adiciona-se a importância da adequação a um ambiente humano e natural de grande fragilidade e a implementação de processos de monitorização e de avaliação para garantia da qualidade do produto turístico;
- **as condições de base:** garantia da qualidade do alojamento e da restauração, da preservação das atrações (naturais ou construídas) e a beneficiação de infraestruturas (transportes; informação; interpretação da paisagem, património e natureza; acessos para pedestres ou modos suaves de transporte; proteção e conservação ambiental).

Do ponto de vista do **planeamento estratégico**, devem ter-se em conta os elementos particulares do mundo rural, como a fragilidade dos ecossistemas ou das estruturas sociais, a multiplicidade de agentes económicos de pequena dimensão e uma perspetiva normativa de sustentabilidade. Nesse sentido, o conceito de “Turismo Rural Integrado” foi desenvolvido como uma ferramenta de apoio a esses processos de planeamento estratégico, assumindo em grande medida a conceptualização proposta por Michael Porter para a análise da competitividade das empresas, mas tendo em consideração o tipo de atores envolvidos e a singularidade dos recursos ambientais e socioculturais utilizados, numa perspetiva participativa e sustentável para as comunidades locais.

Esta formulação procura alcançar um equilíbrio entre diferentes princípios de sustentabilidade que se possam aplicar segundo os pontos de vista das empresas, dos recursos e das comunidades, procurando uma utilização ótima de recursos que, simultaneamente, os proteja e valorize, tendo em conta as ligações e interdependências que se estabelecem entre diferentes agentes, com diferentes motivações. Para isso, devem ser tidos em conta os princípios de sustentabilidade multidimensional; benefício de comunidades locais; utilização e controle endógeno de recursos; complementaridade entre atividades económicas; escala de desenvolvimento adequada; organização de atores em rede; enraizamento nos sistemas locais.

Esta abordagem estratégica consubstancia-se no conceito de Turismo Rural Integrado (TRI) que é utilizado para analisar os elementos subjacentes ao turismo rural, esquematizado na figura seguinte:

Figura 6. Abordagem estratégica do conceito de turismo rural integrado



## 6.2. BOAS PRÁTICAS NA VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO MUNDO RURAL

A valorização económica dos territórios de baixa densidade encontra base de concretização através do desenvolvimento de atividades distintas ligadas ao rural. Esta constatação pode ser comprovada por um número significativo de casos nacionais e internacionais, onde se identificam boas práticas de desenvolvimento do mundo rural através das atividades primárias, pelos serviços específicos oferecidos nestes territórios, ou pela presença de capital natural e cultural relevante e identitário, dos quais são exemplos os casos esquematizados.

Historicamente, as **atividades primárias são o setor económico preponderante no mundo rural** e, portanto, a principal fonte de riqueza. Os desafios lançados aos territórios de baixa densidade, conduziram, por um lado, à extensão da cadeia de produção assim como o desenvolvimento de atividades complementares como o agroturismo. De facto, a agricultura é vista como marco relevante da identidade dos territórios rurais o que lhe confere forte atratividade turística, como se poderá ver nas constatações que se seguem.

As pequenas e médias cidades assim como as Vilas, centralidades de pendur urbano em contexto rural, contribuem para o reforço da atratividade do turismo desenvolvido em ambiente rural. Aqui são providenciados os **serviços e recursos necessários à alavancagem da ruralidade**, numa lógica de complementaridade e equilíbrio de opções urbano-rurais. Por outro lado, reconhece-se a mais-valia da garantia de serviços apenas passíveis de serem obtidos em contexto rural, uma vez que dependem de condições de base aqui encontradas e que requerem a tranquilidade e o isolamento dos ambientes rurais.

O turismo em espaço rural encontra forte atrativo nos elementos que aqui são verdadeiramente distintos e inimitáveis noutros espaços territoriais. Entre esses elementos está a **herança patrimonial, cultural e paisagística**. Ilustrativo do valor turístico do património, cultura e da paisagem das áreas rurais, está o modo como estes recursos têm vindo a ser potenciados como instrumentos de desenvolvimento e argumentos de visitação na figura 7.

Figura 7. Boas práticas nacionais e internacionais de valorização económica potenciada por atividades



### AGROTURISMO COMO SEGMENTO TURÍSTICO QUE VALORIZA A AGRICULTURA

O agroturismo consiste no alojamento numa unidade de produção agrícola, com possibilidade de visitar ou participar em atividades relacionadas com a agricultura e outras atividades relacionadas com a natureza, cultura e envolvente paisagística. De acordo com o Stanford Research Institute, o agroturismo representou um volume de negócios global de cerca de 80 mil milhões em 2012.

Um exemplo significativo em Portugal é o das “Quintas do Douro”, que incluem, além da promoção do alojamento em quintas ligadas à produção vinícola, sugestões de atividades de lazer relacionadas com a paisagem e a natureza, incluindo cruzeiros no rio Douro. Outros exemplos em Portugal de promoção conjunta de unidades de alojamento turístico integradas em terrenos agrícolas, não envolvendo necessariamente atividades ligadas à agricultura, são os portais “Quintas e Herdades” ou “Casas no Campo”.

Um bom exemplo internacional deste tipo de oferta turística é a “Nekatur – Agroturismos e casas rurais do País Basco”, uma Associação regional orientada para o desenvolvimento turístico associado à agricultura de montanha característica da região, tomando como exemplos casos de sucesso em regiões semelhantes (Alpes suíços ou Valle de Aosta, em Itália). A Associação presta apoio técnico à gestão e promoção de produtos e serviços, procurando preservar as estruturas sociais locais e o controle local de recursos. Entre as funções da Associação estão o desenvolvimento, normalização e classificação de produtos (informação sobre processos, mostras de produtos e técnicas, hortas pedagógicas, etc.); controle de qualidade dos serviços; apoio à colaboração entre prestadores de serviços; gestão e promoção de produtos turísticos. A Associação é também a interlocutora dos membros da rede com os organismos públicos regionais. A oferta é baseada em empresas com estrutura familiar, com serviços de alojamento em casas típicas ligadas a explorações agro-pastoris, oferecendo-se produtos complementares associados à natureza (parques naturais), desporto e atividades físicas, bem-estar (spas), gastronomia e enologia.

Numa escala de maior dimensão, a “Austrian Farm Holidays” é hoje reconhecida a nível europeu como a mais dinâmica e eficiente agência de promoção do turismo em espaço rural a nível global. Criada em 1991 através da fusão de um conjunto de outras agências de menor dimensão, é financiada em 50% pelo governo austríaco e em 50% pelos seus 2750 membros. A oferta de 36.000 camas de alojamento representa quase 15% do total nacional e permite alojar mais de 2 milhões de turistas por ano. A agência desenvolve atividades de formação, comunicação e promoção.

### IDENTIDADE TERRITORIAL PELA AGRICULTURA E HORTICULTURA

Alguns produtos da agricultura e horticultura têm um significativo potencial para se tornarem símbolos de uma determinada região, potenciando a sua identidade e constituindo-se como elemento de referência na sua atratividade turística, quer através do seu consumo, quer através da sua utilização para a realização de eventos ou campanhas promocionais. Exemplos destes casos podem ser as laranjas do Algarve, as cerejas do Fundão, os melões de Almeirim ou alguns queijos (Serra, Serpa, Açores, por exemplo).

As tulipas são uma das imagens de marca internacionalmente reconhecidas em relação à Holanda, que apesar da reduzida dimensão do seu território (menos de metade da área de Portugal) é o segundo maior país exportador de produtos agroalimentares no mundo (apenas ultrapassado pelos Estados Unidos, com uma área 296 vezes superior). No caso particular das sementes e das flores, o país é mesmo o maior exportador mundial, sendo responsável por 52% das exportações a nível

mundial (24% do total das exportações se se considerar o conjunto das atividades hortícolas). Mais de 4 mil milhões de sementes de tulipa são produzidas por ano.

A Holanda é também o maior exportador mundial (em valor) de vegetais frescos, beneficiando dos avançados serviços de logística disponíveis no seu território e na facilidade de acesso aos mercados internacionais através do maior porto marítimo da Europa (Roterdão) e de um dos maiores aeroportos do continente (Amesterdão). O desenvolvimento tecnológico e empresarial da Holanda na área da horticultura permite ainda que o país tenha, neste sector, relevantes investimentos em países estrangeiros, como Portugal, França, Costa Rica, Quênia ou Etiópia. Este desenvolvimento assenta também numa estreita colaboração entre empresas e centros produtores de conhecimento, com prioridade para as atividades de investigação e desenvolvimento ligadas à produção, logística, infraestruturas e exportação. Atualmente, duas Universidades holandesas estão entre as 10 maiores do mundo quanto à produção de artigos científicos relacionados com a produção agroalimentar.

A importância das atividades agrícolas e hortícolas na Holanda traduz-se também na identidade e imagem externa do país, com importantes impactos no turismo, quer em áreas rurais, quer em zonas urbanas. Tratando-se de um país relativamente pequeno e plano (o ponto de maior altitude está a 323 m acima do nível do mar), torna-se bastante fácil visitar diferentes áreas num curto espaço de tempo, sendo também facilitada a criação de percursos pedonais ou para bicicleta em áreas rurais. Ainda que seja crescente a oferta de alojamento turístico em propriedades rurais (cerca de metade das quais mantém atividade agrícola), o alojamento continua a estar fortemente concentrado em zonas urbanas ou intermédias.

A curta distância de Amesterdão, mas já em território rural estão os jardins de Keukenhof, uma das principais atrações para os residentes e visitantes da cidade. Aberto ao público desde 1950, teve nesse ano 236 mil visitantes e ultrapassou os 800 mil em 2015. Especialmente orientado para a promoção internacional da horticultura holandesa, o parque inclui mais de 7 milhões de flores, o que lhe confere uma particular atratividade. Em cada ano, as flores são expostas em função de um tema, o que permite criar diferentes ambientes. Outro importante elemento de atração em espaço rural é a Rota das Tulipas em Noordoostpolder, na região de Flevoland (norte da Holanda), um percurso com mais de 100 quilómetros de comprimento com diferentes rotas de menor dimensão que podem ser efetuadas em bicicleta. Estas rotas permitem ainda conhecer outros produtos agrícolas da Holanda (como os queijos), além das diferentes formas do artesanato local e do contacto com a típica paisagem rural holandesa.

Outros exemplos do impacto turístico desta atividade no turismo urbano são os mercados de flores existentes em algumas cidades, como o mercado flutuante de Amesterdão ou os mercados de Utrecht e Aalsmeer. São ainda de destacar os eventos festivos relacionados com as flores que contribuem para a sua afirmação como símbolo da identidade nacional e para o reforço do mundo rural enquanto elemento identitário e, também, de promoção turística. Alguns exemplos são a celebração do Dia Nacional das Tulipas (16 de janeiro), a Parada Flutuante entre Aalsmeer e Amesterdão (no final de julho) ou a Parada das Flores de Lichtenvoorde (13 de setembro).

### CIDADES DE PEQUENA DIMENSÃO E SERVIÇOS TURÍSTICOS

A baixa densidade populacional típica dos territórios rurais implica também a relativa escassez de um conjunto de serviços que tradicionalmente se encontram em ambiente urbano e que são necessários, quando não indispensáveis, ao desenvolvimento do turismo. Entre esses serviços destacam-se as

atividades bancárias e financeiras, transportes, serviços de telecomunicações, serviços postais ou serviços médicos, mas também, eventualmente, serviços de restauração e alojamento que possam escassear nos territórios rurais. Neste sentido, a existência de uma rede de cidades de pequena e média dimensão situadas em territórios predominantemente rurais pode constituir um instrumento fundamental para o desenvolvimento do turismo nestas regiões, complementando a oferta de serviços de apoio ao turismo necessária para a satisfação das necessidades dos visitantes.

No caso português, apesar do escasso número de cidades de média dimensão, um conjunto alargado de cidades de pequena dimensão (ou vilas de maior dimensão) espalhadas por todo o país pode desempenhar este conjunto de funções, como são os casos de Covilhã, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Torres Novas, Mirandela, Vila Real, Régua, Caminha, Silves, Loulé, Vila Nova da Barquinha, Estremoz, Grândola, Elvas, Évora, Beja, Porto Santo, Ponta Delgada ou Vila Praia da Vitória.

Outra importante função que esta rede de cidades e vilas pode desempenhar é a de reforçar os elementos de atratividade turística existentes no mundo rural com elementos ligados ao património cultural (monumentos e museus passíveis de ser visitados, eventualmente integrados em roteiros locais e regionais), aos espetáculos e eventos culturais (cinema, teatro, concertos, festivais ou exposições), aos congressos e conferências ou às atividades desportivas.

Ainda que, por exemplo, no território espanhol exista uma rede de cidades situadas em áreas predominantemente rurais com uma dimensão mais significativa que podem desempenhar este papel com maior relevo (Córdoba, Granada, Toledo, Cáceres, Mérida, Salamanca, etc.), um eficaz aproveitamento dos recursos, equipamentos e infraestruturas existentes nas cidades portuguesas integradas em contexto rural pode contribuir decisivamente para o reforço do turismo nestas regiões e para a valorização das atividades agrícolas.

Assim, a ligação entre os serviços prestados nos polos urbanos e as amenidades e o ambiente do contexto rural podem reforçar-se mutuamente, contribuindo para a criação de uma experiência turística diferenciada, com maior valor acrescentado com maior impacto na economia regional.

### TERMALISMO E SERVIÇOS LIGADOS AO BEM-ESTAR E SAÚDE

As transformações contemporâneas nos cuidados de saúde, mais orientados para uma perspetiva holística, integrada e preventiva, têm contribuído significativamente para impulsionar o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos associados à saúde e bem-estar e para a renovação dos serviços e equipamentos termais, geralmente complementados com atividades ligadas ao exercício físico ou ao usufruto da paisagem e da natureza, mas frequentemente também associadas a práticas educativas e culturais.

Ainda que alguns serviços relacionados com a saúde e bem-estar possam oferecidos independentemente das características dos territórios (mesmo em espaços urbanos), outros requerem a tranquilidade e o isolamento dos ambientes rurais. O Stanford Research Institute estima que o turismo de bem-estar tenha representado um volume global de negócios de 325 mil milhões de euros em 2012.

Portugal dispõe de abundantes recursos termais no centro e norte do continente, além de uma longa tradição na sua utilização. De resto, o Hospital Termal das Caldas da Rainha, construído no século XV, é apontado como o primeiro da sua especialidade a nível mundial. A conjugação de serviços de saúde e bem-estar com elementos patrimoniais ou museológicos associados à utilização terapêutica das águas pode ser complementada com o usufruto do ambiente e da paisagem rural, os recursos naturais e os elementos culturais do território para desenvolver este segmento de mercado turístico em territórios rurais de Portugal.

A utilização de elementos históricos e museológicos é hoje frequente em locais da Europa com longa tradição termal (Bath em Inglaterra, Vichy em França, Spa na Bélgica ou Baden na Alemanha), com complexos integrados em zonas rurais e de grande interesse ecológico, eventualmente associados a outros equipamentos (como os centros de Congressos). Mesmo em zonas onde a tradição termal é mais recente (como Andorra, onde o termalismo é complementado com o turismo de natureza ou a prática de desportos de Inverno) existem museus que dão a conhecer a história dos processos terapêuticos baseados na utilização de água. No caso do Japão (e especialmente na região de Hokkaido, onde os recursos geotermais são extremamente abundantes), a utilização de águas termais está normalmente integrada em complexos hoteleiros que seguem a antiga tradição do alojamento no país (os ryokan) e associada à gastronomia e às características ambientais do território.

### ALDEIAS HISTÓRICAS

As pequenas aldeias que preservam características relevantes da identidade local ou regional (associadas a formas arquitetónicas, artesanato ou outras produções de pequena escala, culturas típicas e modos de vida, gastronomia, etc.) continuam hoje um importante elemento de atração turística. Situadas em espaços não-urbanos, permitem que a sua visita seja combinada com outras formas de turismo em espaço rural (como o turismo de natureza, o turismo de saúde e bem-estar ou o agroturismo).

França é um dos países onde esta forma de turismo está mais enraizada e popularizada, tendo sido constituída a rede “Les Plus Beaux Villages de France” (As mais belas vilas de França), que inclui 156 vilas classificadas como interessantes para a visita e que são objeto de promoção conjunta a nível internacional através de uma associação. Os objetivos da associação são os de contribuir para garantir a qualidade de serviços (Carta da Qualidade, segundo 30 critérios), a notoriedade (comunicação e publicidade) e o desenvolvimento (tendo em conta a importância da preservação das características de cada vila no longo prazo). Redes semelhantes foram implementadas na Valónia (Bélgica), Quebec (Canadá), Itália e Espanha.

Um exemplo semelhante em Portugal é o das “Aldeias do Xisto”, na região centro do país, abrangendo 27 aldeias que têm em comum a utilização do xisto na construção de casas. A rede é gerida pela ADXTUR, uma agência de desenvolvimento que envolve entidades públicas e privadas e que visa preservar e promover a paisagem cultural e o património arquitetónico construído no território através da dinamização do seu tecido socioeconómico e da renovação das artes e ofícios. As atividades turísticas são objeto de promoção conjunta e incluem, além de serviços de alojamento e gastronomia associada às características locais, atividades relacionadas com a observação e interpretação da natureza, atividades físicas (pedestres, fluviais ou em bicicleta) ou atividades ligadas ao património histórico e cultural da região.

A Rota das Aldeias Vinhateiras (região do Douro) é outro exemplo relevante em território português, combinando o roteiro pelas aldeias típicas da região com o agroturismo praticado em quintas orientadas para a produção vinícola e o turismo de natureza.

## NATUREZA — ECOTURISMO

Em Portugal existem atualmente cerca de 400 agentes de animação turística com reconhecimento para a prática de atividades de turismo de natureza, estando 21% do território nacional classificado e protegido em função da sua riqueza natural e biodiversidade. Passeios fluviais, pedestres, equestres ou em bicicleta, exercício físico, observação de pássaros ou da botânica são algumas das atividades que se podem praticar, geralmente com uma forte componente educativa e potenciais ligações aos aspetos culturais dos territórios onde se desenvolvem.

Um exemplo nacional particularmente relevante da diversidade de atividades que se podem associar ao turismo de natureza é o do Geoparque/Naturtejo, ocupando parte dos territórios do norte alentejano e do Ribatejo, classificado numa rede internacional de recursos geológicos de interesse. Atividades desportivas, educativas ou de interpretação da natureza e da paisagem são complementadas com outros elementos culturais da região, gastronomia local e alojamento.

A nível mundial, o ecoturismo é um segmento em significativa expansão, dispondo generalidade dos países europeus sistemas de acreditação e informação bastante exaustivos. Segundo o Stanford Research Institute, o volume de negócios associado ao ecoturismo era de cerca de 300 mil milhões de euros em 2012. Ambos os tipos de atividade turística são desenvolvidos em espaço rural e são suscetíveis de ser oferecidos e usufruídos de forma complementar.

Um exemplo internacional do desenvolvimento do ecoturismo é o do Parque Doñana (Espanha), um parque natural gerido pelo Governo regional da Andaluzia, que oferece diversas soluções de alojamento (casas rurais, pequenos hotéis ou campismo) e um conjunto alargado de atividades ligadas à interpretação da natureza, passeio, atividades físicas, atividades equestres ou eventos culturais. As visitas guiadas ao Parque são organizadas em exclusivo por uma cooperativa regional.

Ainda que ocupe um território com menor dimensão (pouco mais de metade do português), a Croácia partilha algumas características comuns a Portugal no que se refere à atratividade turística: além de do clima e dos ecossistemas característicos do Mediterrâneo, a Croácia dispõe de uma extensa faixa costeira, onde se concentram os principais polos urbanos, com grande proximidade de territórios predominantemente rurais. De resto, tal como em Portugal, a excessiva dependência do turismo de sol e mar (95% das camas disponíveis e das dormidas registam-se em zonas costeiras) e a sazonalidade (apenas 25% das dormidas de estrangeiros e 3% das dormidas de cidadãos croatas se revistam entre novembro e março) são preocupações centrais nas atuais políticas de desenvolvimento turístico.

O turismo em áreas rurais tem sido um dos elementos centrais para procurar combater a sazonalidade e diversificar a oferta turística, com a criação de programas associados ao património cultural, às rotas temáticas e ao artesanato local, além das valências mais tradicionalmente ligadas às atividades agrícolas e aos ecossistemas. Na realidade, seguindo as definições propostas pela OCDE para a distinção entre zonas urbanas e rurais, mais de 90% do território croata pode ser considerado rural, 88% dos aglomerados populacionais encontram-se em zonas rurais e 47% da população vive em território rural.

Ainda que a capacidade de alojamento (em hotéis, apartamentos e parques de campismo) em zonas rurais apresente valores superiores a 85 mil lugares disponíveis, cerca de 75 mil estão localizados em duas grandes áreas montanhosas associadas a parques naturais, sendo menos de 400 as camas disponíveis em estabelecimentos rurais que preservam atividade agrícola e oferecem outros

serviços, como provas de vinhos. Nesse sentido, mais do que as práticas e tradições agrícolas, são as características ecológicas e as áreas naturais protegidas o principal aspeto de atração do turismo em espaço rural na Croácia.

Importa ainda ter em conta que grande parte destas zonas rurais é, simultaneamente, uma zona costeira. Além da combinação entre serviços associados ao “sol e praia” e programas e atividades mais relacionados com o universo rural ou o usufruto da natureza (por exemplo, visitas a parques naturais), frequentemente disponíveis nos pacotes de viagem promocionais.

### **PATRIMÓNIO**

A existência de elementos reconhecidos como de interesse patrimonial em centros urbanos de média dimensão enquadrados num ambiente rural pode também contribuir para o desenvolvimento do TER e para a articulação da oferta de um leque diversificado de produtos e serviços em torno de um elemento central associado ao património histórico.

Um exemplo significativo em território nacional é o da vila de Sintra, com vários elementos de forte atratividade turística relacionada com o património (Palácio da Pena, castelo dos Mouros ou o próprio conjunto urbanístico da vila). Ainda que localizados em contexto urbano, estes elementos estão enquadrados num território de características marcadamente rurais, onde se desenvolvem práticas agrícolas e artesanais de relevo. Por outro lado, o parque Natural Sintra-Cascais garante ainda a possibilidade de desenvolver um conjunto alargado de atividades relacionadas com a interpretação da natureza e atividades físicas.

Neste tipo de contexto, o alojamento em unidades de turismo em espaço rural permite combinar diversas formas de lazer relacionadas com elementos muito diversos do território, ainda que nem todos sejam especificamente “rurais”.

A região de Versailles (França) apresenta características semelhantes às de Sintra, com um conjunto monumental reconhecido a nível mundial, integrado numa vila de dimensão relativamente reduzida e enquadrado por um território de características rurais, onde predominam as atividades agrícolas. Tal como acontece na zona de Sintra, é possível encontrar soluções de alojamento em unidades de turismo em espaço rural que permitem o usufruto dos diversos elementos (mais ou menos associados à ruralidade) disponíveis no território.

**AGENDA DE MÉDIO PRAZO  
PARA A VALORIZAÇÃO  
DO MUNDO RURAL**

## 7. ROTEIRO DE FUTURO PARA O MUNDO RURAL: 4 ALAVANCAS DE DESENVOLVIMENTO

### 7.1. DE UM PASSADO DE RUTURAS A UM FUTURO DE CONVERGÊNCIA URBANO-RURAL

A interpretação sobre os fatores que explicam o progressivo definhamento que o mundo rural tem vivenciado em Portugal, acompanhado ou, talvez, causado, por uma expressiva perda populacional, quer em volume de emprego afeto a atividades tradicionalmente ligadas ao setor primário quer em população residente em territórios de baixa densidade e rurais, é determinante na **abordagem a adotar** para a apresentação de propostas eficazes de desenvolvimento do mundo rural. Colocam-se três pressupostos essenciais a essa focalização:

- Situar a tónica central da abordagem no **problema português de coesão territorial**;
- Assumir que o território **híbrido urbano-rural é uma realidade**, que resulta da evolução e afirmação simultânea das realidades territoriais urbanas e rurais, quer seja por contacto ou proximidade quer seja por incorporação cruzada de características;
- Deriva das duas premissas anteriores que, ao considerar-se a existência de processos diferenciados de afirmação das realidades urbanas e das realidades rurais, o futuro do desenvolvimento territorial em Portugal é um **futuro de hibridização urbano-rural**.

Em primeiro lugar, é importante clarificar que este definhamento do rural em Portugal não reflete questões de **interioridade geográfica**, refletindo, antes, um grave problema de **coesão territorial**. Madrid, por exemplo, é uma cidade situada na zona de maior interioridade geográfica da Península Ibérica, e o seu desenvolvimento, crescimento e afirmação ibérica tem sido uma constante que a interioridade geográfica não travou.

Dois fatores devem ser perspetivados a propósito dos problemas de coesão territorial em Portugal, no equilíbrio das suas duas dimensões: a da coesão e a da competitividade, ambas encaradas na sua dupla leitura, económica e social. O **desafio da coesão económica e social** pressupõe um progresso coerente da economia nacional que incorpora a sua diversidade regional e territorial, não se podendo confinar em absoluto ao passado de cada uma das regiões. O **desafio da competitividade económica e social** pressupõe uma leitura do progresso no tempo da globalização em aprofundamento que se joga no plano da comparação com outros países e regiões, não se podendo confinar em absoluto ao passado nacional.

Em termos de Política Europeia de Coesão, os sucessivos quadros comunitários de apoio têm vindo, progressivamente, a acentuar esta dimensão europeia da competitividade e coesão das suas regiões, tentando fomentar **processos de dupla convergência**: face aos respetivos quadros de referência nacionais e face ao quadro global de referência das regiões europeias.

O desenvolvimento das regiões portuguesas, ao longo dos 30 anos de “Portugal na Europa”, após a entrada em 1986 na então Comunidade Económica Europeia (CEE), gerou **formas razoavelmente diferenciadas de “litoral” e de “interior”** transformando o país numa espécie de **grande arquipélago**, onde **algumas “ilhas”** (o número limitado de polos mais dinâmicos) se destacam num **“mar” de dificuldades** (territórios que perdem população, riqueza relativa e dinamismo económico). De facto:

- Os investimentos realizados em infraestruturas ambientais, sociais, culturais, empresariais, produtivas, comerciais e de transportes, com o apoio determinante dos fundos estruturais, bem como os investimentos realizados em habitação, com o apoio decisivo da queda histórica das taxas de juro, transformaram profundamente a configuração territorial do país, tornando-o **muito menos desigual nas condições básicas de acesso à qualidade de vida**.
- As três décadas de “*Portugal na Europa*” aproximaram as condições de vida propiciadas às populações nas regiões portuguesas em domínios tão importantes como na habitação e no acesso à energia, água e saneamento, na saúde e na educação ou nas distâncias “rodoviárias”, entre os principais centros urbanos do país.
- A orientação destes investimentos fez-se, no entanto, com um primado da coesão social sobre a competitividade económica e com um primado das condições potenciais sobre os resultados efetivos do desenvolvimento económico e social.
- Esta escolha veio a comprovar-se ter sido errada, **não permitindo que fossem construídas dinâmicas regionais de convergência cumulativa de igualdade de oportunidades**, quer para as **pessoas**, quer para as **empresas**, seja no acesso aos fatores mais avançados de criação de valor (conhecimento, cultura, criatividade), seja no acesso ao rendimento gerado fora do contexto da ação das políticas públicas, tornando o país **mais desigual em termos de capacidade de gerar riqueza e de atrair pessoas e empresas**.

O futuro da coesão territorial em Portugal só poderá ser positivo se for o da progressiva descoberta de que o acerto de contas necessário para o progresso **não pode ter sucesso “olhando para trás”**, para as assimetrias regionais do passado com base num referencial “doméstico”, **mas pode e deve ser tentado “olhando para a frente”**, participando mais ativamente num novo referencial assente na capacidade de aproveitar as oportunidades de desenvolvimento, na Europa e no mundo. Assim:

- O roteiro do futuro terá de ser, em primeiro lugar, o da valorização do princípio da **diferenciação territorial** como fator de sucesso na integração europeia e na globalização.  
O futuro das regiões portuguesas depende cada vez mais da respetiva capacidade em alimentar processos cumulativos de **povoamento humano, institucional e empresarial** na valorização aberta dos seus **recursos endógenos**, materiais e imateriais, naturais e patrimoniais e na realização de funções económicas específicas e distintivas na produção para o mercado doméstico e para o mercado mundial. Tal como nos fatores de atratividade (turística, residencial, produtiva, etc.) se têm vindo progressivamente a consolidar segmentações que refletem a valorização atribuída à experimentação, ao habitat, ao padrão de qualidade e à diversidade da envolvente, também se alarga o mercado potencialmente captado por esses produtos segmentados.
- O roteiro do futuro terá de ser, em segundo lugar, o da **colaboração supramunicipal** para garantir uma descentralização regional liberta dos limites físicos dos concelhos, mas ancorada na legitimidade democrática do poder local.

O futuro das regiões portuguesas depende em larga medida do abandono radical da fragmentação, implícita na reduzida escala concelhia, e da mimética de caminhos, combinando a procura da eficiência com a efetiva provisão, em qualidade e quantidade, dos serviços estratégicos de proximidade. Tal como são difusas as fronteiras para os recursos

naturais, ou como ganham homogeneidade os traços culturais de regiões dos dois lados de uma fronteira entre países, deverão também ser equacionadas questões de **atuação conjunta e de governação eficaz**, nos casos aplicáveis.

- O roteiro do futuro terá de ser, em terceiro lugar, o de uma **muito maior valorização do papel dos territórios** na renovação dos paradigmas competitivos em Portugal.
- O futuro das regiões portuguesas depende da construção de **sinergias territoriais** combinando **economias de aglomeração e de especialização suficientemente diferenciadas e descentralizadas**, capazes de articular e valorizar os trunfos existentes ou em construção em termos de capital humano, natural e patrimonial.

Um futuro positivo para a coesão territorial em Portugal só pode ser construído em torno da prossecução de **resultados centrados na melhoria das capacidades** humanas, empresariais e institucionais das regiões e no seu **acesso** aos serviços, aos conhecimentos e aos talentos que lhes permitam fazer parte de processos de desenvolvimento sustentável, não apenas à escala meramente doméstica, mas, também, à escala europeia e mundial. Assim:

- O roteiro do futuro da coesão territorial em Portugal deve permitir gerar um **novo consenso**, muito menos centrado nos meios financeiros, e muito mais **dominado pela qualidade das ideias e dos projetos** a prosseguir e a desenvolver. A coesão territorial não é uma questão de dinheiro, é uma questão de democracia, de inteligência coletiva e de boa afetação dinâmica de recursos.
- Os **fatores chave da coesão territorial** serão potenciados por reformas estruturais na organização e nos modelos de governação das administrações públicas - promover equidade inclui gerir o que é diferente com modelos diferentes, combinando diversidade e eficiência – e por regras e incentivos, para os mercados e a atividade empresarial, que favoreçam o investimento e promovam confiança na economia portuguesa.
- O roteiro do futuro deve garantir, por outro lado, a trajetória de **convergência da produtividade** através da competitividade e do reforço da eficiência económica.
- As estratégias de especialização devem valorizar os recursos das próprias regiões e o seu potencial de incorporação de conhecimento e inovação para **melhorar o posicionamento das empresas nas cadeias de valor em que se especializam**.
- O roteiro do futuro da coesão territorial em Portugal deve, finalmente, responder à crescente relevância dos **processos de recomposição demográfica** construindo respostas, tão ousadas quanto necessário, na atração de pessoas, com movimentos onde os ciclos de vida se tornam mais longos e as motivações mais diversificadas, valorizando a organização e qualidade do território.

Em segundo lugar, é preciso posicionar corretamente a abordagem sobre o perfil dos territórios. O **território híbrido urbano-rural é uma realidade**, relativamente espontânea, que resulta da evolução e afirmação simultânea das realidades territoriais urbanas e rurais, quer seja por contacto ou proximidade quer seja por incorporação cruzada de características.

Os argumentos que sustentam a atratividade do mundo urbano e do mundo rural são diferenciados entre si e conformam, eles próprios, processos de afirmação desses territórios com géneses diferentes. Perceciona-se uma **diferença substancial entre os motores do crescimento dos polos urbanos e dos polos rurais**, que evidencia, no caso dos **territórios urbanos**, a primazia da concentração de

peças a partir do construído pela ação do Homem e fortemente orientada por diferentes temáticas de trabalho e emprego, e que evidencia, no caso dos **territórios rurais**, concentrações mais ténues de pessoas com forte primazia ao conceito de ecologia (a ligação do Homem ao meio) e ao usufruto, contemplação, apropriação e utilização do natural e da natureza, quer seja com maior orientação produtiva quer seja com maior enfoque na preservação e conservação.

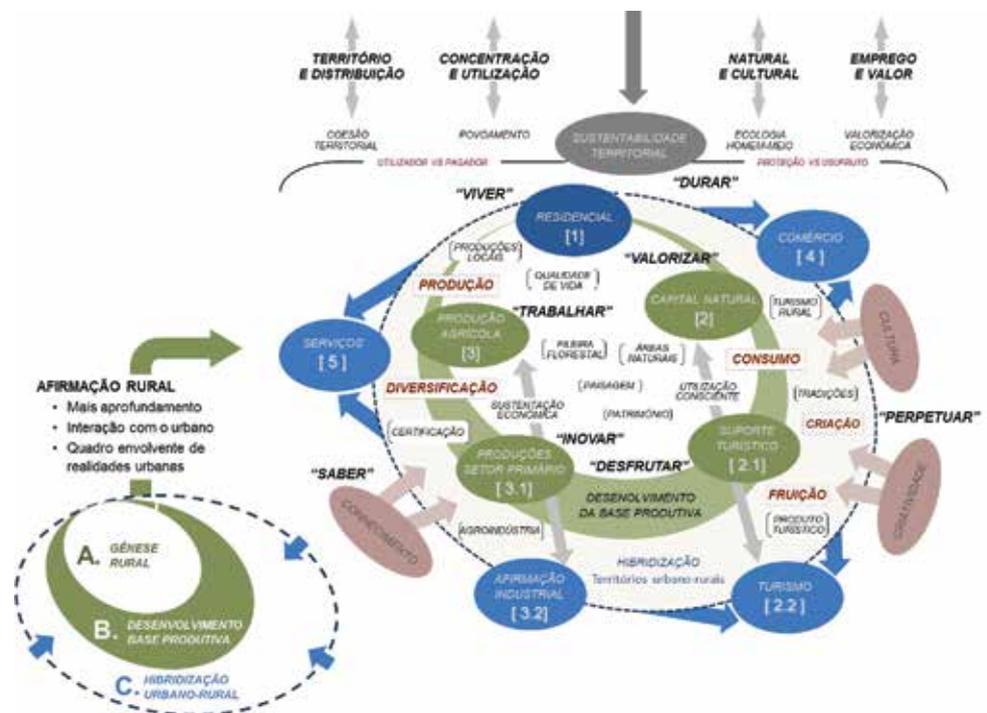
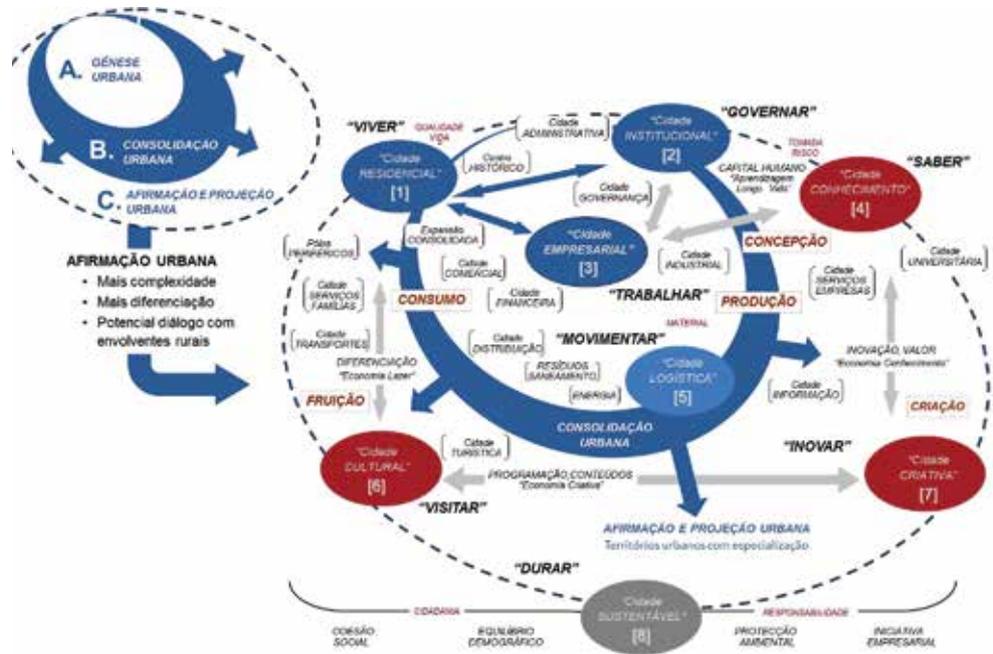
O **conceito de cidade** e os contornos do respetivo processo de consolidação implica uma abordagem complexa, de âmbito territorial e institucional, combinando transversalmente dimensões materializadas em **oito processos principais de desenvolvimento económico e social** (Figura 8) - residencial, empresarial, administrativo, logístico, cultural, conhecimento, criatividade e sustentabilidade. Esta teia de relacionamentos e sinergias de uma “mega-cidade” corresponde a um nível máximo de eficiência e complementaridade, em termos teóricos (económica, empresarial, social, cultural, institucional, tecnológica, entre outros), enquanto fatores de estabilização plena dos pilares de competitividade e coesão essenciais ao crescimento e ao progresso das sociedades.

Esta seria a conceção da “cidade ideal”, complexa do ponto de vista organizativo, auto-suficiente na perspetiva de potenciação de oportunidades e sustentada nas questões de desenvolvimento estratégico sendo que, cada território, numa afirmação “real” apresenta particularidades específicas em combinações de “cidades” adequadas ao perfil efetivo e potencial de desenvolvimento. Nova Iorque (EUA) é, talvez, a cidade que melhor exemplifica o equilíbrio no desenvolvimento paralelo de todas estas dinâmicas de crescimento.

Já o **conceito de território rural ou de baixa densidade**, padece das anteriormente referidas ambiguidades, quer quanto à sua correta delimitação, quer quanto a uma eficaz tipificação dos respetivos fatores de atratividade e de valorização económica. Este estudo estabelece uma tipificação em **três processos principais de desenvolvimento económico e social dos territórios rurais** – pela existência de capital natural, pela intensidade de atividades produtivas primárias e pela tendencial hibridização que sucede ao aprofundamento da sua base produtiva, por via da afirmação industrial, comercial e/ou de serviços.

Em terceiro lugar, finalmente, impõe-se uma clarificação quanto à **evolução desejada para cada um destes territórios**. Se, no caso dos territórios urbanos, isto é, das cidades, o processo de desenvolvimento se baseia em princípios de progressiva complexidade e diferenciação que têm associada uma de maior capacidade de afirmação e de projeção urbana, já no caso dos territórios ditos rurais, isto é, os territórios que abarcam desde cidades sede de concelho, vilas e pequenos aglomerados urbanos até aos diversos elementos naturais e paisagísticos existentes no território (floresta, rios, paisagens naturais, etc.), o processo de desenvolvimento se baseia em princípios de maior aprofundamento da capacidade de conferir sustentabilidade aos respetivos polos residenciais, pelo aprofundamento da valorização económica dos seus recursos naturais e patrimoniais, e em princípios de utilização consciente desses recursos. Se, no caso urbano, o desenvolvimento por complexidade e diferenciação pode ser considerada uma ambição de crescimento, que se pode isolar da potencial interação com o rural (reduzida, neste caso, a uma mera coincidência geográfica), já no caso rural, a tendencial aplicação de capacidade criativas, de conhecimento e culturais aos diversos patrimónios rurais constitui, por si só, uma “intrusão” de vetores tipicamente conotados com o urbano, geradores de territórios híbridos urbano-rurais, em particular, quando o aumento da concentração de pessoas irremediavelmente exige maior oferta de funções geradoras de emprego e estruturantes da qualidade de vida e conforto dessas populações (industriais, comerciais, de serviços, de turismo).

Figura 8. Articulação dos Processos de Desenvolvimento Económico e Social na afirmação dos territórios urbanos e rurais



Fonte: Augusto Mateus & Associados - Metodologia de Análise de Processos de Desenvolvimento Territorial.

No caso urbano pode afirmar-se que uma “cidade ideal” seja a que equilibra os oito processos de crescimento. No caso rural deve ficar claro que a evolução ideal não é transformar-se numa cidade, e que a hibridização dos territórios rurais não constitui uma etapa derradeira do processo de afirmação rural. O **território híbrido**, que não é urbano, que não é rural, e que se apresenta, muitas vezes, como uma combinação territorial de características urbanas em ambiente rural, e vice-versa, é uma inevitabilidade intrínseca ao processo de evolução de cada uma destas dimensões, em que à saturação da agitação urbana e do bucolismo rural, se evolui naturalmente para modelos mistos de combinação do melhor de dois mundos.

A afirmação e conseqüente diversificação dos territórios, quer urbanos, quer rurais, tem espelhado processos relativamente afastados entre si, com a agravante do reconhecimento dessa hierarquia de competitividade de se revelar, em Portugal, mais madura no mundo urbano do que no mundo rural. A formação das lideranças e das hierarquias, quer em matéria de competitividade urbana quer em matéria de competitividade rural, é explicada por processos de desenvolvimento económico e social que, sendo diferentes entre si, justificam que a fase inicial de afirmação de cada um destes mundos – o urbano e o rural – tenha resultado em Portugal num processo de afirmação pouco permeável à fusão entre estes dois mundos e, como tal, degenerado num passado de ruturas entre os espaços urbanos e os rurais.

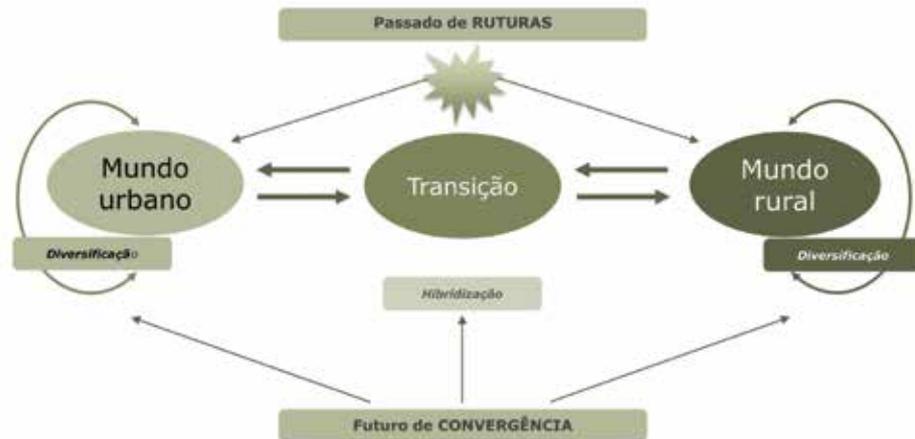
Argumentos de racionalidade económica, de povoamento e de coesão territorial sustentam que este passado de ruturas evolua para um **futuro de convergência**, em que à diversificação específica do mundo urbano e do mundo rural se siga um processo de **reconhecimento das realidades territoriais híbridas urbano-rurais** (Figura 9). Entre os argumentos apontados reúnem-se:

- A urgência de **romper os círculos viciosos**, traduzida em desequilíbrios crescentes e cumulativos, e que exigem o rompimento com os limites dos caminhos que produziram os problemas existentes, como seja, a perpetuação de imperativos de coesão sem acautelar a competitividade, a atuação dirigida à criação de condições (de trabalho, de produção, de produtividade) sem conseqüente reflexo em resultados, a sobreposição de soluções de ordenamento às preocupações de povoamento, a fragmentação de investimentos com tradução em escalas sub-ótimas, o primado da atuação pública nos territórios de baixa densidade (na preservação e na conservação dos recursos naturais, por exemplo) sem o necessário envolvimento do mercado e dos serviços empresariais (numa equilibrada, por exemplo);
- A urgência de **atuar sobre o definhamento económico e social** que tem afetado os territórios diminuídos, por via da progressiva perda de população (humana e empresarial) e da conseqüente limitação aos níveis de produtividade;
- A crucial necessidade de **ganhar margem de manobra** entre a dupla pressão que estes dois fatores – círculo vicioso e definhamento – introduzem sobre a capacidade de criação de riqueza dos territórios rurais e da baixa densidade, com reflexos num esforço progressivamente mais acentuado sobre as transferências públicas ex-post.

Os argumentos apontados em prol do reconhecimento das realidades territoriais híbridas urbano-rurais evidenciam a necessidade do mundo rural solidificar, de forma sustentada, do ponto de vista ambiental e económico, e de forma coerente (com as origens, com a identidade e com o respeito pelas gerações futuras), a sua capacidade de criar valor, riqueza, rendimento e emprego, a partir do seu património e dos seus recursos, por forma a continuar a “oferecer” ao País e aos próprios territórios urbanos, as características de apazibilidade e de beleza cénica que só o povoamento

garante, uma vez que só o povoamento perpetua as tradições e sustenta o mosaico das paisagens agrícola e florestal.

Figura 9. Os desafios de valorização territorial como alavanca de desenvolvimento rural: de um passado de ruturas a um futuro de convergência urbano-rural



Fonte: AM&A.

### ÀS ALAVANCAS DA MUDANÇA PARA A VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

A construção de um instrumento estratégico de valorização do mundo rural parte do reconhecimento do potencial dos ativos destes territórios no enriquecimento das sociedades modernas, nomeadamente ao nível das vivências, da diversificação económica e da qualidade ambiental. Pela sua amplitude e ambição, esta estratégia de proatividade ultrapassará, necessariamente, o horizonte do atual período de programação estrutural (2020).

Entende-se como **estratégia de valorização do mundo rural** a **definição das linhas gerais de um quadro de oportunidades do mundo rural em Portugal**, privilegiando uma atuação que valorize a complementaridade das dimensões distintivas dos territórios assim definidos, numa **perspetiva de autonomia** dando a primazia a uma afirmação *per se* e numa **perspetiva de complementaridade** entre territórios rurais diferenciados por elementos marcantes referentes ao perfil paisagístico, à vocação produtiva ou ao modelo de ocupação do território e do ponto de vista das amarrações que podem ser ambicionadas com os territórios urbanos. Abordam-se as seguintes dimensões:

- **Estratégica** – abordagem de desenvolvimento integrado para o mundo rural, baseado no potencial endógeno distintivo e assente em mecanismos que promovam um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável, sustentada pelas peculiares características dos diversos territórios rurais;
- **Organizativa** – modelo de implementação dos objetivos estrategicamente assumidos e a definição do modo de envolvimento dos agentes atuantes no mundo rural, nomeadamente, com delimitação de responsabilidades, do perfil de intervenções, do papel dos agentes envolvidos e o modo de capacitação institucional, empresarial e social;

- **Operacional** – otimização de orientações de atuação em função do quadro de instrumentos previstos em matéria de descentralização territorial estratégica e das prioridades assumidas pela arquitetura do Acordo de Parceria do Portugal 2020 e do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) 2014-2020 do Continente.

Parte-se de um **novo olhar sobre a ruralidade em Portugal**, positivo e otimista, que se sustenta, estratégica e operacionalmente, na convicção de que o mundo rural é um espaço de oportunidade, de desenvolvimento, de criação de riqueza e de emprego, cuja afirmação se enquadra nas ambições de desenvolvimento do país.

O **redescobrimto e a redefinição da geografia do mundo rural em Portugal** permitem pensar numa **estratégia de especificidades**, uma vez que o mundo rural, em si, é diverso, e numa **estratégia de complementaridades**, não de aproximação face à realidade urbana, mas de consolidação dos fatores competitivos que lhe são genuinamente atribuídos. São 262 os municípios portugueses distribuídos pelo continente e ilhas, com características de ruralidade, ou dito de outro modo, não puramente urbanos, que são vistos como espaços de oportunidade de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento do mundo rural tem de entrar numa nova fase, marcada pelo progresso e por um futuro sustentável, alicerçado em novas áreas de afirmação com forte acolhimento em termos nacionais e internacionais. O **mundo rural é-o “por que sim”**, valorizado pela sua autonomia, diferente do que tem sido, mais diverso do ponto de vista vocacional e promotor de um crescente interesse de empresários e empreendedores – que visionam as oportunidades e a distinção dos recursos endógenos disponíveis em meio rural – e de pessoas – que procuram experienciar novos modos de vida e disfrutar de novas realidades turísticas apenas alcançáveis em territórios de baixa densidade.

**Quatro grandes mudanças** são identificadas como necessárias ao desenvolvimento do mundo rural: colocar o povoamento no centro das preocupações do ordenamento do território; garantir uma efetiva e adequada valorização dos recursos endógenos; afirmar o turismo em espaço rural como uma nova oportunidade de desenvolvimento socioeconómico; e redefinir a organização municipal e as finanças locais. Subjacente à alteração das trajetórias prevaletentes, está a consciência de que o crescimento sustentável do país e a melhoria efetiva das oportunidades que oferece à população só é possível conquistando uma posição mais dinâmica e identitária nos mercados internacionais e valorizando os seus recursos endógenos, no contexto do qual preservação da ruralidade é decisivo.

A afirmação do mundo rural tem como elemento relevante a **atribuição de um protagonismo especial aos principais agentes do seu desenvolvimento**, no seu papel de porta-vozes de uma ideia clara do valor dos territórios de baixa densidade, daquilo que representam para o presente e para o futuro e na implementação de estratégias inovadoras que nascem a partir das comunidades locais.

São identificadas **quatro alavancas de valorização do mundo rural** (Figura 10), que adicionam inovação aos tradicionais desígnios e que incluem novas preocupações e áreas de intervenção. Estas alavancas estão orientadas para um objetivo global de valorização do mundo rural em coexistência e articulação plena com o mundo urbano, considerando as realidades territoriais híbridas existentes e reconhecendo a simbiose bem-sucedida que nelas se materializa. Para além dos fatores identitários que se reconhecem especificamente ao mundo urbano e que constituem a força motora da sua atratividade, importa mobilizar também os fatores identitários específicos do mundo rural, igualmente geradores e mobilizadores de fatores autónomos de atratividade.

As quatro alavancas definidas são as seguintes:

- A primeira alavanca foca-se na questão da **identidade e recursos endógenos**, com o objetivo de **povoar e atrair pessoas**, criando mais riqueza para mercados e procura mais vastos, a todos os níveis (local, regional, nacional, ibérico, europeu e mundial);
- Em segundo lugar, uma alavanca focada na **inovação e produção**, com o objetivo de **criar riqueza e atrair empresas e investimento**, por via da especialização/focalização das atividades para aumentar a produtividade combinando bens e serviços em soluções desenvolvidas por empresas mais eficientes e organizadas;
- A terceira alavanca mobiliza o **turismo, a cultura e o património**, para valorizar uma internacionalização com base na **resposta às procura de consumo centradas na cultura e no património** (consumo como plataforma avançada);
- A quarta alavanca está centrada na **sustentabilidade ambiental**, para explorar a **valorização do mundo rural** no desenvolvimento do capital natural, nos novos serviços públicos ambientais (onde devem ser pagos) e nos novos paradigmas do desenvolvimento sustentável.

Incontornável será a **atuação concertada** que se conseguir despoletar em torno destes objetivos, que lhe confere uma importante dimensão de governação e de trabalho em parceria. Assume um caráter de potenciação da capacidade de convergência que se conseguir atingir em relação aos objetivos a atingir, que ganha dimensão transversal às quatro alavancas assumidas, elas próprias já assumindo um caráter fortemente dirigido para objetivos que encontram evidentes pontos de contacto entre si.

Crucial neste processo é a **capacidade de implementar ações concretas**, ditados por objetivos de caráter ambicioso, que sejam abrangentes na sua capacidade de mobilização de agentes económicos e sociais e que permitam mobilizar os argumentos de atratividade do mundo rural para suportar a sua sustentabilidade económica e social.

Figura 10. Alavancas para o desenvolvimento do mundo rural



As **decisões dos diversos tipos de utilizadores do mundo rural**, à semelhança dos do mundo urbano, **incorporam diferentes critérios e segmentos de atratividade**, consoante o móbil da utilização pretendida, como seja a residência, o trabalho, o consumo, o investimento, o turismo ou a visitação. A correta valorização destes argumentos de atratividade constitui a chave para um desenvolvimento do rural que seja equilibrado quanto à sua proteção e salvaguarda, mas que seja dinâmico e eficaz na sua capacidade de gerar sustento, emprego e condições de vida às suas populações.

A grande mensagem que se pretende difundir através dos resultados deste Estudo é que o **progresso do mundo rural não é “transformar-se” numa cidade**. O progresso do mundo rural faz-se considerando a existência do mundo urbano, estabelecendo com este as necessárias articulações funcionais e temáticas, e sobretudo, atribuindo valorização económica e objetivos de coesão territorial (leia-se, de coesão económica e de coesão social) aos trunfos que o diferenciam do urbano.

Para cada uma das quatro alavancas de desenvolvimento do rural que são propostas, fixam-se **objetivos estratégicos** e propõem-se **iniciativas de referência**. Não se pretende apresentar uma elencação exaustiva de todas as iniciativas possíveis ou, até mesmo, necessárias, mas sim, atuar para oferecer o pragmatismo da exemplificação ao processo de mobilização de agentes económicos e sociais, aos quais importa envolver em torno de um motor de atuação conjunta nas quatro frentes de atuação identificadas. Equacionar um processo faseado para o desenvolvimento do mundo rural será, em tudo, proveitoso para o seu desenvolvimento efetivo, a partir de uma primeira fase com iniciativas de referência que sejam efetivamente concretizadas, e às quais posteriormente se deverá dar sequência, com alargamento do respetivo campo de intervenção e com extensão a outras iniciativas.

---

## 1. Turismo, cultura e património

---

A alavanca de desenvolvimento “Turismo, cultura e património” baseia-se nos ingredientes distintivos para a **estruturação de um produto turístico alternativo e específico dos territórios rurais**, enraizado na cultura e no património, principalmente, no património natural.

O turismo constitui um **instrumento de potencial valorização da autenticidade do mundo rural e da sua internacionalização**, uma plataforma de diálogo com a natureza e um produto competitivo, face às dinâmicas observadas no mercado onde o TER rural surge como setor em franco crescimento e cada vez mais apetecido. O **reconhecimento formal do TER e do alojamento local** exige uma eficaz capacidade de monitorização estatística, e uma rápida capacidade de introdução de mecanismos eficazes para essa monitorização. É, por isso, um elemento central na sinalização da relevância do setor a nível nacional e importante quando o objetivo é o estudo da respetiva evolução e reflexão estratégica.

O TER é uma atividade com **forte impacto na economia rural**<sup>13</sup>, quando considerado isoladamente, mas também como **contributo positivo para a afirmação de outras atividades económicas** localizadas a montante ou a jusante deste setor, alcançando dimensões como: a diversificação das atividades agrícolas e dos empregos; a possibilidade de sustentação do rendimento dos agricultores e de pequenos agregados populacionais; o desenvolvimento de novos serviços (de informação, de transporte, de comunicações, de animação, etc.); a conservação e a melhoria da natureza e do ambiente paisagístico; o apoio à arte e ao artesanato rural; a dinamização de iniciativas culturais; a recuperação do património histórico; e o incremento do papel da comunidade local na revitalização social, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas.

### **Objetivos estratégicos:**

- **Apostar nas valias patrimoniais e culturais dos territórios rurais** como argumento de criação de um produto turístico atrativo, diferenciador e alternativo face ao turismo em meio urbano;
- **Projetar e internacionalizar o mundo rural** colocando-o na rota dos fluxos turísticos adequados à matriz de fruição do território que se pretende e no centro de eventos de visibilidade e de prestígio.

### **Iniciativas de referência estratégica:**

- **Aprofundar o papel desempenhado pela Federação Portuguesa de Turismo Rural**, promovendo o conceito de associativismo no setor com representação das mais diversas entidades relevantes no seu desenvolvimento;
- **Promover uma fiscalidade positiva nas iniciativas turísticas e de valorização do património em espaço rural**, com inspiração possível no exemplo da Áustria, onde estas são taxadas como atividades agrícolas ou como unidades locais de produção, ou noutras soluções com maiores graus de flexibilidade, como é o exemplo do alojamento local na questão do licenciamento;
- **Diligenciar o reconhecimento e o tratamento estatístico** por parte do INE dos dados relativos ao TER e ao alojamento local.

---

## 2. Inovação e produção

---

A alavanca de desenvolvimento do mundo rural “Inovação e produção” parte do pressuposto da especificidade e diferenciação das atividades económicas aqui desenvolvidas, face às observadas noutras tipologias territoriais. Alicerçados em **recursos naturais distintivos e não relocizáveis**, os territórios rurais oferecem aos agentes económicos **vantagens de localização** associadas à proximidade das matérias-primas, retendo as indústrias que concedem peso significativo a esta condição no processo de decisão da localização.

O **primeiro vetor de rejuvenescimento económico do mundo rural** prende-se com o aprofundamento das atividades económicas tradicionalmente desenvolvidas nestes territórios, predominantemente associadas ao setor primário e derivados, como a agricultura, silvicultura, pesca, pecuária, agroflorestal, assim como a indústria agroalimentar e a extrativa.

Neste campo, o mundo rural deve afirmar-se como palco de inovação e do que há de mais avançado no setor onde é naturalmente competitivo e onde os agentes são incentivados a promover a sua apetência para a inovação e a promoção de uma economia baseada no conhecimento aplicada à dimensão produtiva do rural. A aceleração da investigação associada às produções primárias pela **fundação de um sistema nacional de inovação** vocacionado para as particularidades da ruralidade é fundamental e implica uma maior cumplicidade entre as entidades relevantes do ponto de vista empresarial e o sistema científico nacional e internacional (universidades, politécnicos, centros de investigação e de estudos de mercado). A **inovação dos processos, dos produtos e das organizações** deverá ser um compromisso assumido, assim como a gestão mais eficaz dos recursos naturais (gestão da floresta, regadio, energia, barragens, terras...).

O **segundo vetor de rejuvenescimento económico do mundo rural** passa pela captação de novas atividades, incluindo as que concedem especial primazia aos recursos naturais, mas também por cativar outras que valorizam condições que estes territórios podem garantir a médio-longo prazo, tal como, energia a custos mais reduzidos, recursos humanos qualificados, gestão eficiente das infraestruturas de escoamento rápido e a baixo custo das mercadorias, bases de inovação e investigação de excelência e a diferenciação dos produtos endógenos.

Entre estas atividades estão as balizadas nas novas tecnologias de informação e comunicação, onde a barreira física não é um constrangimento determinante, o setor energético (barragens, eólicas, ondas, biomassa...), a economia social que responde às necessidades prementes no domínio demográfico e social e os serviços às famílias e às empresas sediados nos pequenos aglomerados urbanos de territórios predominantemente rurais. Outros elementos poderão ser colocados como concretizações essenciais ao desenvolvimento rural, nomeadamente, o ganho de escala e a cooperação empresarial e com instituições públicas e privadas, essenciais à maximização da competitividade e à atração de população jovem, qualificada e empreendedora.

O **terceiro vetor de rejuvenescimento económico do mundo rural** prende-se com a abertura e modernização da imagem, apostando em setores transacionáveis, na qualidade ambiental como selo de referência e na internacionalização como mote de diálogo com a envolvente e como palco de projeção do respetivo valor.

### **Objetivos estratégicos:**

- **Reforçar**, de forma significativa, **as exportações, o emprego qualificado e o valor acrescentado** do mundo rural;
- **Transformar os territórios rurais em espaços de excelência na inovação e de partilha de conhecimento.**

**Iniciativas de referência estratégica:**

- **Desenvolver um sistema nacional de inovação associado ao mundo rural**, continuando a promover iniciativas semelhantes ao Fórum de Inovação Rural como espaço expositivo e de partilha de projetos empresariais inovadores de base rural, nacionais e internacionais;
- **Implementar uma plataforma de comercialização online** de produtos oriundos do mundo rural.

---

### 3. Sustentabilidade ambiental

---

A “Sustentabilidade ambiental” é uma alavanca de desenvolvimento do mundo rural que parte da importância concedida à **preservação ambiental** que se tornou decisiva nas últimas décadas e que surge em inevitável diálogo com as dimensões sociais, económicas e culturais.

O espaço rural, independentemente das fragilidades que lhe são atribuídas e que se têm manifestado nos diferentes quadrantes da vida socioeconómica, mantém as características que as distinguem dos restantes territórios e que se prendem com a **diversidade de paisagens, de culturas e dos modelos de vivência dominantes**. Atualmente, o mundo rural surge como um espaço privilegiado do ponto de vista das múltiplas potencialidades que oferece em áreas como a regeneração ambiental, o ecodesenvolvimento e a preservação dos valores civilizacionais e identitários mais ancestrais. No desenvolvimento rural a **sustentabilidade ambiental é condição necessária para o progresso**, na qual se incluem a componente ecológica e de valorização da paisagem e preservação da biodiversidade, que são tidos como elementos centrais na viabilização das estratégias a implementar neste contexto territorial.

A **especialização económica do espaço rural é um fator distintivo** que depende da utilização sustentada de recursos naturais (terra, água, biodiversidade, ...) e que hoje extravasa a componente meramente agrícola, caminhando para atividades transformadoras de maior valor acrescentado e serviços associados, e para uma reorganização do espaço rural para o acolhimento de novas funções socioculturais (de residentes a visitantes/turistas) e económicas (da produção à comercialização).

O reflexo da interação do Homem com o Meio, patente na **faceta ecológica destes territórios** e, em particular, nos mosaicos de paisagem que conjugam o meio natural no seu estado puro com a ação do homem (hortas, floresta de produção, caminhos rurais, ...), é uma **característica que deverá ser preservada e devidamente recompensada**, uma vez que providencia bens e serviços (ecológicos e ambientais) de natureza pública com forte impacto na descarbonização da economia, entre outras externalidades positivas, como seja a beleza cénica e o convite à contemplação. Tal ambição pressupõe uma reorganização na lógica de perspetivação e articulação do Estado com o mundo rural, assim com a promoção de novos bens públicos comprometidos com o ambiente e a sociedade, nomeadamente de pendor socioeconómico.

A componente energética é um fator relevante na atividade quotidiana das sociedades e das empresas e com forte peso na estrutura de custos e ambiental. Neste campo, o **papel desempenhado pelos territórios de baixa densidade na produção de energias renováveis** é de ter em consideração, no que diz respeito à sua disponibilidade permanente e inesgotável, baseada em fontes seguras e adequadas ao meio ambiente.

A **transição de uma economia linear para uma economia circular** é, por sua vez, uma opção que proporciona a eficiência na utilização de recursos, pela reutilização, a recuperação e a reciclagem do que até então, seria catalogado como desperdício. Os benefícios associados a este procedimento

são diversos e passam, nomeadamente, pela parte ambiental – minimização da pressão sobre as matérias-primas; – social – com a multiplicação de sinergias entre agentes, – e económica – com redução dos desperdícios, através do desenvolvimento de novas soluções e criação de emprego.

A **sensibilização para a mudança da atitude ambiental** nos vários segmentos das sociedades (empresas, pessoas, outras entidades públicas e privadas) é um processo demorado, no qual o mundo rural assume as maiores responsabilidades, a que está também associada a solidariedade com as gerações futuras.

**Objetivos estratégicos:**

- **Contribuir para as metas estipuladas na estratégia Europa 2020**, referentes à redução dos gases de efeito de estufa, ao aumento da produção de energias renováveis e à promoção da eficiência energética;
- **Promover a mudança do papel do mundo rural na refundação do paradigma ambiental**, dando visibilidade às resoluções a nível de alterações climáticas e da proteção da natureza.

**Iniciativas de referência estratégica:**

- **Desenvolver um índice de medição de desempenhos ambientais** para monitorizar e divulgar o papel do mundo rural nesta matéria;
- **Implementar um programa de certificação de práticas ambientalmente sustentáveis** em contexto rural.

---

#### 4. Identidade e funcionalidade

---

A alavanca de desenvolvimento do mundo rural apoiada na “Identidade e funcionalidade” beneficia do carácter genuíno implícito à **diversidade que marca os diferentes perfis rurais** e também aos pontos de **distinção e de complementaridade face aos perfis urbanos**, abordando o mundo rural como um todo coerente no qual se podem identificar múltiplas funções e fatores de atratividade, com mérito autonomizado face aos vetores clássicos da atratividade urbana. Estão intrínsecas as relações funcionais inter-rurais e urbano-rurais e a abertura do espaço rural português às exigências de afirmação no contexto mundial.

A pretensão do mundo rural não é a igualização das condições materiais e de densidade do mundo urbano, mas de **consolidação das complementaridades urbano-rurais** que se podem estabelecer. A interpenetração destas dimensões territoriais, cuja fronteira é complexa, é de crucial relevância para o desenvolvimento integrado dos territórios e justifica a combinação dos equilíbrios urbano e rurais nas estratégias de desenvolvimento.

O mundo rural, preservando a matriz distintiva que lhe atribui as características que o distingue da realidade urbana, deve aprofundar a possibilidade de atribuir carácter vinculativo aos exercícios de concertação e parceria em que participam as diversas entidades com intervenção e, eventualmente, tutela sobre o território. Para além da concertação quanto aos princípios de atuação, deverá ser abordada a forma de operacionalizar, com efeito prático, a capacidade de introduzir mecanismos de atuação envolvendo estes mesmos territórios, promovendo uma participação positiva (porque não impede de “fazer”, mas acautela limites) e ativa (porque permite “fazer”, sem imobilismo) destas entidades, com reflexos na passagem de uma postura fechada e condenada ao definhamento, sob argumentos de não adulteração da génese das tradições e valores culturais, a uma postura aberta de valorização dessas mesmas tradições e valores culturais de acordo com a evolução do contexto e das mentalidades.

Acresce a importância de **dotar o espaço rural de algumas novas funções**, correlacionadas com as necessidades urbanas, através do **redescobrimto de velhas complementaridades** e a oferta de serviços de proximidade aos principais centros mas, principalmente, com as **potencialidades de crescimento interno**, reforçando a massa crítica e as infraestruturas, aprofundando as lógicas de economias de escala e de gama e a garantia de maior eficiência na gestão de espaços patrimoniais de baixa densidade.

A **consolidação de condições de habitat de excelência** é de particular interesse no mundo rural, que verifica uma tendência forte de desertificação económica e social. A apresentação de uma proposta residencial e recreativa apelativa e cada vez mais diferenciada dos espaços urbanos, surgindo como argumento de inversão da evolução de perda populacional e de deslocalização económica. O **repovoamento para níveis sustentáveis** e adequados à densidade típica destes territórios é, de facto, uma ambição possível através da materialização do potencial de multifuncionalidade dos espaços rurais, incluindo novas formas de dinamização social e económica. A atração de novos públicos (reformados, jovens agricultores, turistas,...), atraídos pelas características civilizacionais é uma orientação legitimada quer para o mundo rural moderno, quer para o mundo rural tradicional. Com o envelhecimento da população, a gestão do ciclo de vida das populações é um dado a ter em conta, tornando-se central reter população e garantir que por aqui passam.

Os desafios de **melhoria e otimização da mobilidade e de infraestruturas de comunicação** são também um fator de desenvolvimento do mundo rural. A garantia de condições de acesso a equipamentos, serviços e competências conduz à importância da cooperação territorial e institucional e à garantia da deslocação de pessoas e bens, assim como a oferta de opções de resposta às necessidades numa base local. A mobilidade e o transporte são igualmente determinantes no reforço da atratividade empresarial, essencial no acesso a mercados consumidores e ao escoamento de produtos, a grande maioria perecíveis.

#### **Objetivos estratégicos:**

- **Promover a tráfego de benefícios entre o mundo rural e urbano**, potenciando complementaridades;
- **Promover o rejuvenescimento socioeconómico e civilizacional** do mundo rural.

#### **Iniciativas de referência estratégica:**

- Criar o **Instituto do Mundo Rural (IMR)** em colaboração com instituições de ensino superior e outras entidades do sistema científico e tecnológico nacional e internacional, comunidade empresarial, entidades públicas, organizações de produtores e associações de nível regional e nacional com o objetivo de implementar “um espaço de reflexão sobre temáticas sociais, económicas, culturais e outras relacionadas com o desenvolvimento sustentável do mundo rural”.
- Desenvolver um **site agregador e divulgador das valências do mundo rural** (alojamento, empresas, oportunidades de negócio, rede de museus, restaurantes, lendas e tradições, produtos locais e artesanato, locais de interesse para diversos tipos de atividades, ...), com faseamento do alargamento do leque de conteúdos.

### Governança e gestão territorial

O caráter transversal que a governança assume no desenvolvimento do mundo rural fica patente na importante dimensão de atuação concertada implícita às iniciativas de referência estratégica referidas nas quatro alavancas de desenvolvimento do mundo rural. Sem prejuízo de, conforma já foi referido, ser necessário implementar (diversas) outras iniciativas, a própria preparação da implementação destas iniciativas de referência sugere o exercício de diferentes modalidades de governança.

Iniciativas de referência estratégica		Dimensão de governança implícita						
		Associativismo (representação/concertação)	Político (representação/reivindicação)	Inovação (credibilidade/conhecimento)	Monitorização (sustentabilidade)	Acompanhamento (ajustamento)	Operacionalização (concretização/eficácia)	Mercado (escala/marketing)
Turismo, cultura e património	Aprofundar o papel desempenhado pela Federação Portuguesa de Turismo Rural, promovendo o conceito de associativismo no setor	■	■			■		
	Promover uma fiscalidade positiva nas iniciativas turísticas e de valorização do património em espaço rural		■					■
	Diligenciar o reconhecimento e o tratamento estatístico por parte do INE dos dados relativos ao TFR e ao alojamento local				■	■		
Inovação e produção	Desenvolver um sistema nacional de inovação associado ao mundo rural (exemplo de iniciativas como o Fórum de Inovação Rural)		■		■	■		
	Implementar uma plataforma de comercialização <i>online</i> de produtos oriundos do mundo rural	■		■			■	■
Sustentabilidade ambiental	Desenvolver um índice de medição de desempenhos ambientais para monitorizar e divulgar o papel do mundo rural nesta matéria				■	■		
	Implementar um programa de certificação de práticas ambientalmente sustentáveis em contexto rural	■		■			■	
Identidade e funcionalidade	Criar o Instituto do Mundo Rural (IMR) em colaboração com instituições de ensino superior e outras entidades do sistema científico e tecnológico nacional e internacional, comunidade empresarial, organizações de produtores, associações regionais/nacionais, entidades públicas (...)	■		■	■			■
	Desenvolver um <i>site</i> agregador e divulgador das valências do mundo rural	■					■	■

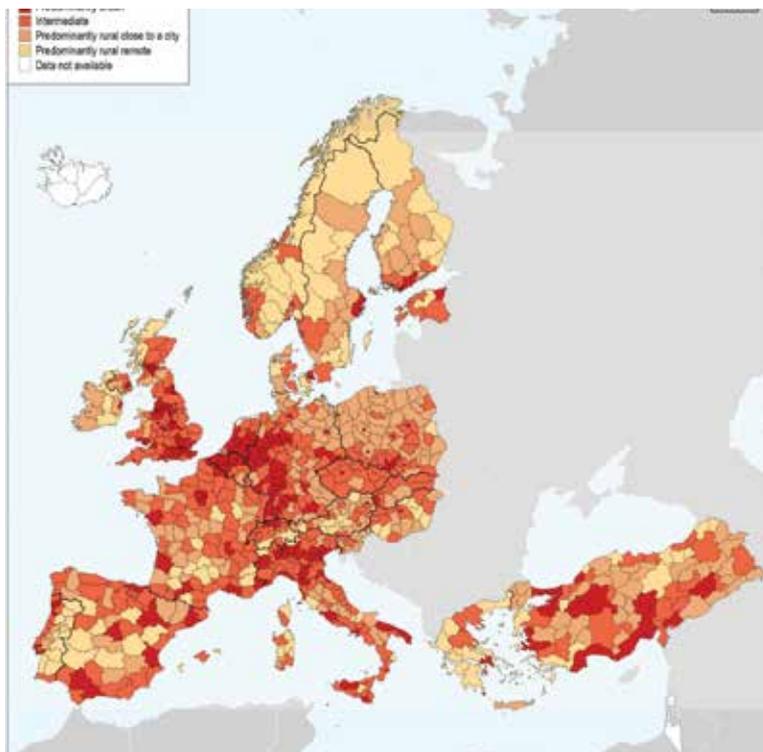
**ANEXOS**

## ANEXO 1.

### SISTEMATIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS LEITURAS DO MUNDO RURAL

#### METODOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA REGIONAL DA OCDE

Mapa 18. Classificação da tipologia regional da OCDE



Fonte: OECD, Directorate for Public Governance and Territorial Development, “OECD Regional Typology”, junho de 2011.

A metodologia de classificação regional urbano-rural da OCDE<sup>14</sup> começa por classificar as freguesias (menor divisão administrativa no caso português), tendo como 1º critério para a identificação de unidades rurais, uma densidade populacional < 150 habitantes/km<sup>2</sup> (500 habitantes para o Japão e Coreia, tendo em conta que a densidade populacional excede os 300 habitantes/km<sup>2</sup>).

Tendo por base um 2º critério referente à % da população residente em unidades rurais, classifica as NUTS III em três níveis:

- Região Predominantemente Rural (PR), se a % da população residente em unidades rurais > 50%;
- Região Intermediária (IN), se a % da população residente em unidades rurais varia entre 15% e 50%;
- Região Predominantemente Urbana (PU), se a % da população residente em unidades rurais < 15%.

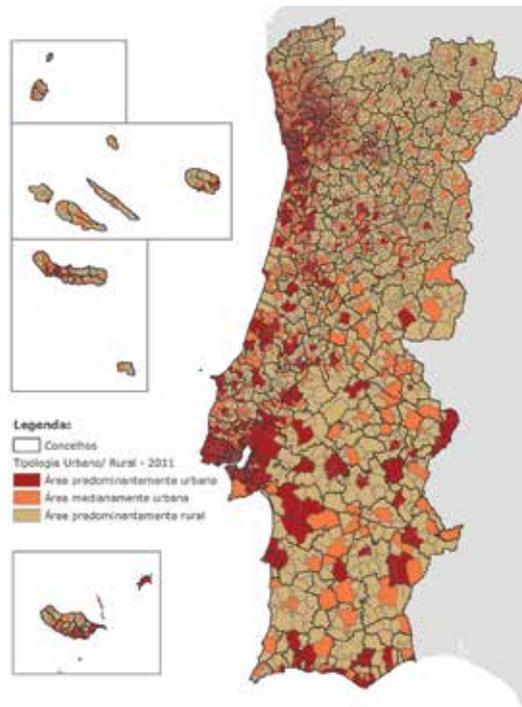
O 3º critério baseia-se na dimensão dos centros urbanos da região, onde:

- Uma região classificada como PR, com base na regra geral, é classificada como IN, caso possua um centro urbano com mais de 200.000 habitantes (500.000 para o Japão e a Coreia), representando pelo menos 25% da população da região;
- Uma região classificada como IN, com base na regra geral, é classificada como PU, caso possua um centro urbano com mais de 500.000 habitantes (1 milhão para o Japão e a Coreia), representando pelo menos 25% da população da região.

## TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS DO INE

A classificação das tipologias das áreas urbanas, segundo a metodologia do INE, segue os critérios seguintes:

Mapa 19. Tipologia de áreas urbanas do INE



Fonte: a partir da classificação de Tipologias de Áreas Urbanas do INE (versão de 2014, aplicada à geografia dos Censos 2011).

- **Área Predominantemente Urbana (APU):** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.
- **Área Medianamente Urbana (AMU):** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.
- **Área Predominantemente Rural (APR):** Freguesia não classificada como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Medianamente Urbana”.

## INDICADORES E DELIMITAÇÃO DOS TIPOS DE RURAL (ROLO E CORDOVID)

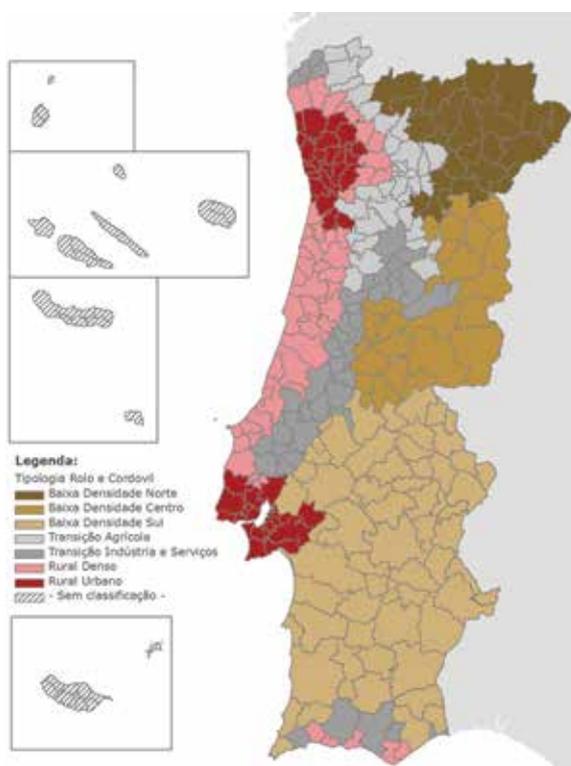
Partindo de um exercício desenvolvido por Rolo e Cordovil (2014)<sup>15</sup>, baseado na combinação dos critérios densidade populacional rural e peso da população ativa agrícola na população ativa total e considerando três dimensões de análise adicionais – potencial demográfico, capital humano e integração urbana – são apresentados os tipos de rural em Portugal sistematizados no quadro seguinte:

*Tipos de Rural - Indicadores de Caracterização*

Tipos de Rural	Densidade populacional		Índice de integração Urbana	% do primário na pop. Ativa rural	Índice de Potencial Demográfico*			Índice de Capital Humano*		
	Total hab./km <sup>2</sup>	Rural hab./km <sup>2</sup>			Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
Baixa Densidade Norte	25	16	12	21	25	15	48	33	16	62
Baixa Densidade Centro	24	16	13	9	23	12	51	31	13	64
Baixa Densidade Sul	22	10	15	15	35	24	46	39	22	54
Transição Agrícola	64	52	13	11	36	32	55	38	30	71
Transição indústria e serviços	97	62	20	4	41	35	52	46	37	61
Rural Denso	196	120	29	4	48	45	53	54	45	67
Rural Metropolitano	859	181	76	3	56	62	54	66	58	68
Continente	113	44	46	6	48	40	53	56	40	67

\*Valores patronizados, na base 100, onde 100 é o máximo concelhio. Fonte: Rolo, Joaquim C. e Cordovil, Francisco (2014) "Rural, Agriculturas e Políticas", Animar - Associação Portuguesa para o desenvolvimento Local

*Mapa 20. Delimitação dos tipos de rural por Rolo e Cordovil (2014)*



Fonte: Rolo, Joaquim C. e Cordovil, Francisco (2014) "Rural, Agriculturas e Políticas", Animar - Associação Portuguesa para o desenvolvimento Local.

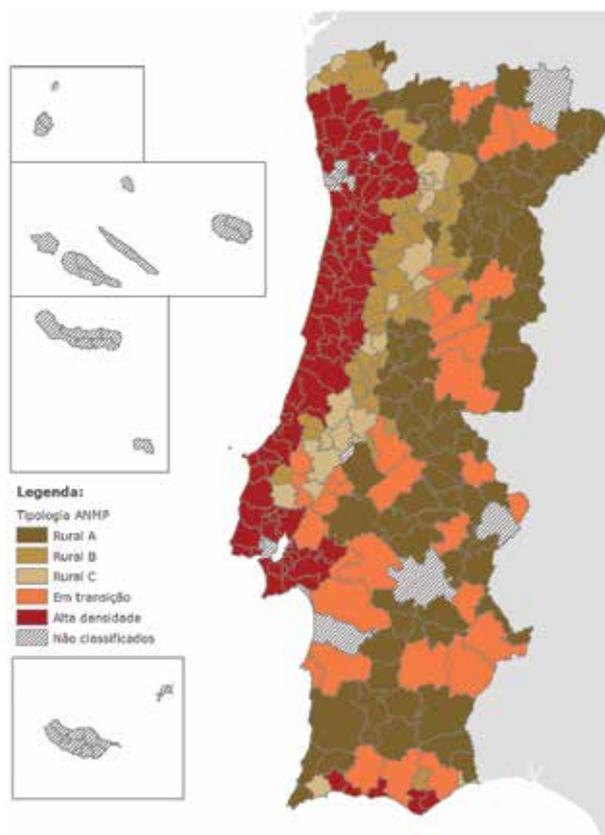
15 Fonte: Rolo, Joaquim C. e Cordovil, Francisco (2014) "Rural, Agriculturas e Políticas", Animar - Associação Portuguesa para o desenvolvimento Local.

Os resultados obtidos permitem efetuar notas de caracterização e distinção entre as diferentes tipologias do rural, destacando-se as seguintes considerações:

- Os três tipos de baixa densidade apresentam níveis médios de densidade populacional e de integração urbana muito inferiores às das restantes tipologias. Os índices de potencial demográfico e de capital humano são muito baixos, em especial na baixa densidade norte e centro;
- Face ao indicador % do primário na população ativa rural os valores mais altos ocorrem na baixa densidade norte (21%) e na baixa densidade sul (15%), situando-se o valor da baixa densidade centro num patamar inferior (9%) embora ainda superior à média do Continente (6%);
- No polo oposto à baixa densidade situam-se o rural denso e o rural metropolitano, ambos com valores muito superiores à média em quatro dos cinco indicadores (densidade populacional e índices de integração urbana, de potencial demográfico e de capital humano) e inferiores à média no indicador % do primário na população ativa rural, cabendo sempre ao rural metropolitano, no quadro de proximidade dos dois tipos, os valores extremos;
- A transição agrícola tem características semelhantes às dos diversos tipos de baixa densidade, mas a sua densidade populacional é maior e apresenta, também, índices de potencial demográfico e de capital humano mais favoráveis, embora inferiores à média do Continente;
- Por último, a transição indústria e serviços assemelha-se à transição agrícola nos valores de densidade populacional e dos índices de potencial demográfico e de capital humano, mas apresenta valores superiores no índice de integração urbana e valores nitidamente inferiores na % do primário na população ativa rural, sendo este último aspeto a justificação principal para as distintas qualificações destes dois tipos de rural de transição, respetivamente, como indústria e serviços e como agrícola.

## METODOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DA ANMP DOS MUNICÍPIOS RURAIS

Mapa 21. Classificação de municípios rurais da ANMP



Fonte: Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A hierarquização de concelhos rurais apresentado pela ANMP<sup>16</sup>, assenta nos critérios de densidade populacional (rural e global) e na dimensão dos aglomerados populacionais, com as seguintes métricas:

- Municípios rurais de baixa densidade se simultaneamente, a densidade rural = < 30 hab./km<sup>2</sup>, a densidade global < 50 hab./km<sup>2</sup> e sem aglomerados populacionais com mais de 5.000 habitantes.
- Municípios rurais de transição se, simultaneamente, a densidade rural > 30 a < 100 e densidade global > 35 a < 100 e sem aglomerados populacionais com mais de 5.000 habitantes.
- Municípios rurais de baixa densidade em transição (densidade rural e a densidade global < 100 hab./km<sup>2</sup>) com aglomerados populacionais com mais de 5.000 habitantes.
- Municípios de alta densidade, se densidade rural > 50 e densidade global > 100.

## TURISMO EM TERRITÓRIOS RURAIS E DE BAIXA DENSIDADE

O PENT é o documento orientador do setor do turismo, onde estão também contempladas particularidades associadas ao potencial turístico dos territórios rurais e de baixa densidade, que se materializam no apontamento acerca da Estratégia Nacional para o Turismo em Espaços de Baixa Densidade. Neste contexto, destaca-se a emergência do TER e TN, onde estes territórios apresentam uma vocação inequívoca, possuindo um papel de destaque no desenvolvimento do turismo em Portugal (Mapa 22), elencando-se um conjunto de produtos muito dependentes da baixa densidade, descritos da seguinte forma:

- **Touring** (cultural, religioso e paisagístico), “onde se incluem diversos nichos de mercado que se individualizam e que estão fortemente relacionados com o território regional, permitindo colocar em valor o relevante espólio existente ao nível do património classificado pela UNESCO, património, artístico, entre outros”;
- **Turismo de Natureza** “estruturado sob a crescente procura da tranquilidade, repouso e autenticidade proporcionada pelo turismo rural e que realiza múltiplas atividades no destino, tais como eco resorts, agroturismo e outras atividades de carácter cultural e/ou desportivo. Como nichos de mercado destacam-se os passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo, assim como a observação de aves”;
- **Gastronomia e vinhos** “considerado um produto turístico de nicho quando avaliado como motivação primária. Contudo, a maior parte dos turistas considera a gastronomia aquando do planeamento e organização da viagem, assumindo-se como importante fator de avaliação”;
- **Turismo de saúde** com o “objetivo de vocacionar a oferta do produto para os turistas cuja motivação primária é a obtenção de benefícios relacionados com os cuidados de saúde, articulando a valência médica com as valências turísticas que lhe estão direta e indiretamente associadas, desde o termalismo ao lazer e passando pelo bem-estar”.

A **Estratégia Nacional para o Turismo em Espaços de Baixa Densidade** corresponde a um apontamento específico a esta temática, reafirmando o rural como motor da estratégia nacional para o turismo e onde é destacado o potencial da baixa densidade para a afirmação de sete novos polos de desenvolvimento turístico com claras particularidades rurais (Mapa 23) que são:

- **Douro**, destino de excelência, vocacionado para segmentos upscale do turismo nacional e internacional, de alto valor acrescentado;
- **Leiria/Fátima**, destino cultural;
- **Oeste**, destino de resort’s de elevada notoriedade no contexto europeu;
- **Litoral Alentejano**, destino de turismo sustentável de referência internacional, vocacionado para os mercados nacional e espanhol;
- **Serra da Estrela**, destino de montanha para o turismo nacional;
- **Alqueva**, destino de qualidade reconhecida com a oferta de produtos de grande valor acrescentado para os mercados nacional e espanhol;
- **Porto Santo**, destino turístico de elevada qualidade e sofisticação para os mercados nacional e internacional.

Mapa 22. PENT



Mapa 23. Turismo de baixa densidade



Fonte: Turismo de Portugal, “PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo” (2007, 2012, 2013).

Fonte: Turismo de Portugal, “Estratégia Nacional para o Turismo em Espaços de Baixa Densidade” (2009).

Mapa 24. Estabelecimentos de TER – turismo em espaço rural e de TN – turismo de natureza



Fonte: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2008), “Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal.”

## PROVERE

O PROVERE é um programa específico de desenvolvimento rural é um exemplo de como as questões relacionadas com a ruralidade têm vindo a encontrar cobertura nas formulações de política pública.

Figura 11. Filosofia PROVERE

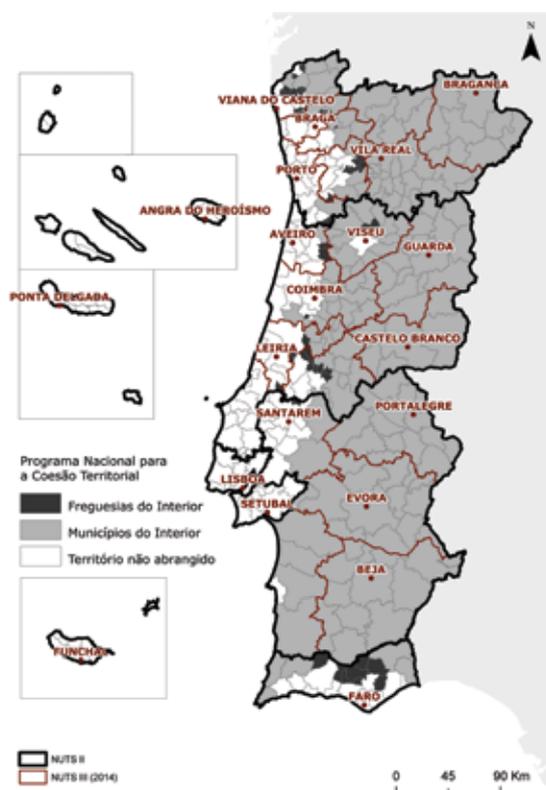
Baixa densidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Populacional</li> <li>• Urbana</li> <li>• Económica</li> <li>• Social</li> <li>• Relacional</li> </ul>
Valorização económica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos endógenos</li> <li>• Projeto inovador</li> <li>• Bens/serviços mercados extrarregionais</li> <li>• Efeito motor</li> </ul>

Fonte: “PROVERE - Programas de valorização económica de recursos endógenos”, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2008).

## DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIOS DO INTERIOR NO PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL

O Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT) foi aprovado pela RCM n.º72/2016, de 24 de novembro, tendo como objetivo central a definição de uma estratégia nacional para o desenvolvimento do interior e a coesão territorial (RCM n.º3/2016, de 14 de janeiro), a aplicar aos denominados territórios do interior. A necessidade de formular este Programa é justificada pelo reconhecimento dos desequilíbrios, diferenças, disparidades e assimetrias “continuadas entre o litoral mais povoado, mais jovem, mais rico e mais “acessível” (serviços, equipamentos e infraestruturas), e o interior envelhecido e com menos oportunidades”. Esse reconhecimento alarga-se à existência de um ciclo que é necessário quebrar, onde os constrangimentos dos territórios do interior conjugam fatores de perda e enfraquecimento.

Mapa 25. Os territórios do interior no PNCT (2016)



Fonte: PNCT, RCM n.º 72/2016, de 24 de novembro.

A identificação destes denominados territórios do interior segue a definição de “territórios de baixa densidade” assumida pela Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 (Deliberação n.º55/2015 de 1 de julho), a qual advém da classificação proposta pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses para Portugal Continental. São abrangidos 165 municípios aos quais se somam 73 freguesias em municípios não abrangidos (Mapa 25).

O PNCT é assegurado pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) e estabelece 164 Medidas e uma Agenda para o Interior com 8 iniciativas de carácter temático. O Programa assume dois pilares fundamentais: um orientado para a “transversalidade do plano”, que lhe imprime

um carácter interministerial sustentado por um trabalho de articulação e outro orientado para a “articulação de agentes presentes no território”.

As medidas propostas foram construídas em torno de 5 eixos de intervenção onde, no âmbito da sua operacionalização, a UMVI tem um papel de facilitação e articulação dos vários intervenientes:

1. Um Território do Interior + Coeso
2. Um Território do Interior + Competitivo
3. Um Território do Interior + Sustentável
4. Um Território do Interior + Conectado
5. Um Território do Interior + Colaborativo

Paralelamente, a Agenda para o Interior é sustentada por 8 iniciativas temáticas que resultam da leitura de desafios onde a UMVI terá um papel de dinamizador central: Envelhecimento com Qualidade; Inovação da Base Económica; Capital Territorial; Cooperação Transfronteiriça; Relação Rural-Urbana; Acessibilidade Digital; Atratividade Territorial; Abordagens, Redes e Participação.

O PNCT prevê ainda mecanismos de acompanhamento e monitorização permanente e avaliação sistemática da execução do Programa, permitindo a leitura de desvios e também a introdução de adequações que se revelem necessárias ao sucesso dos objetivos definidos.

## ANEXO 2. INDICADORES APLICADOS NA METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO TERRITORIAL URBANO-RURAL

Quadro 8. Variáveis explicativas da metodologia de classificação territorial urbano-rural

Indicador	Conceitos/Fórmulas	Fonte	Ano
1	<p><b>Emprego no setor primário:</b> bolsa de emprego gerada pelos concelhos no setor da “agricultura, silvicultura, pecuária e pesca” (ASPP), que pode ser preenchida por população residente e não residente.  <b>Fórmula:</b> [Emprego na ASPP/emprego total]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
2	<p><b>Emprego nos serviços avançados:</b> bolsa de emprego gerada pelos concelhos no setor dos “serviços avançados”, principalmente associado a serviços empresariais (consultoria, engenharia, informática, entre outros), que pode ser preenchida por população residente e não residente.  <b>Fórmula:</b> [Emprego nos serviços avançados / emprego total]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
3	<p><b>Taxa de analfabetismo, em percentagem</b>  <b>Taxa analfabetismo:</b> taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.  <b>Fórmula:</b> [(população residente com 10 e mais anos (“Não sabe ler nem escrever”)/População residente com 10 e mais anos)*100]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
4	<p><b>População residente:</b> Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.  <b>Fórmula:</b> [soma das idades da população residente/população residente]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
5	<p><b>Dimensão média da família:</b> Quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes.  <b>Fórmula:</b> [n.º de pessoas em famílias clássicas/n.º de famílias clássicas residentes].</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
6	<p><b>População residente:</b> Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.  <b>Nível de escolaridade:</b> Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.  <b>Fórmula:</b> [(população residente com idades entre 20-24 anos com ensino superior / população residente dos 20-24 anos)*100]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011

	Indicador	Conceitos/Fórmulas	Fonte	Ano
7	<p>Percentagem de edifícios com 1 alojamento (moradia)</p>	<p><b>Edifício:</b> Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins e construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.  <b>Fórmula:</b> [(edifícios com 1 alojamento/total de edifícios existentes)*100]</p>	<p>INE, Recenseamento da População e Habitação</p>	<p>2011</p>
8	<p>Percentagem de emprego no comércio e distribuição</p>	<p><b>Emprego no comércio e distribuição:</b> bolsa de emprego gerada pelos concelhos no setor do “comércio e distribuição”, que pode ser preenchida por população residente e não residente.  <b>Fórmula:</b> [emprego no comércio e distribuição/emprego total]</p>	<p>INE, Recenseamento da População e Habitação</p>	<p>2011</p>
9	<p>Percentagem da população residente com ensino superior</p>	<p><b>Ensino Superior:</b> Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.  <b>População residente:</b> Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.  <b>Fórmula:</b> [(população com ensino superior/população residente)*100]</p>	<p>INE, Recenseamento da População e Habitação</p>	<p>2011</p>
10	<p>Taxa de urbanização, em percentagem</p>	<p><b>Lugar:</b> Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.  <b>População residente:</b> Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.  <b>Fórmula:</b> [(população residente em lugares com 2.000 ou mais habitantes /população residente total)*100]</p>	<p>INE, Recenseamento da População e Habitação</p>	<p>2011</p>
11	<p>Densidade Populacional (hab./km<sup>2</sup>)</p>	<p><b>Densidade populacional:</b> Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).  <b>Fórmula:</b> [população residente/área total]</p>	<p>INE, Recenseamento da População e Habitação</p>	<p>2011</p>

Indicador	Conceitos/Fórmulas		Fonte	Ano
12 Porcentagem das famílias clássicas	<p><b>Família clássica:</b> Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.</p> <p><b>Família:</b> Conjunto de pessoas que reside num determinado alojamento, independentemente de quaisquer relações entre as pessoas, sejam elas de parentesco ou de interdependência económica</p> <p><b>Fórmula:</b> [Famílias clássicas/total de famílias]</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
13 Densidade Populacional corrigida (hab./km <sup>2</sup> )	<p><b>Densidade populacional corrigida:</b> Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície "habitável" desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).</p> <p><b>Fórmula:</b> [população residente/área "habitável" total]</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
14 Número de divisões por alojamento familiar clássico	<p><b>Divisão:</b> Espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m<sup>2</sup> de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m<sup>2</sup>.</p> <p><b>Alojamento familiar clássico:</b> Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).</p> <p><b>Fórmula:</b> [Divisões/Alojamentos familiares clássicos de residência habitual]</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
15 Porcentagem dos alojamentos sobrelotados	<p><b>Índice de lotação do alojamento:</b> Indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento. O cálculo é feito com base nos seguintes parâmetros considerados normais: uma divisão para sala de estar; uma divisão por cada casal; uma divisão por cada outra pessoa não solteira; uma divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas com menos de 7 anos.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(Alojamentos sobrelotados)/(com uma divisão em falta ou com duas divisões em falta ou com três ou mais divisões em falta)/Alojamentos familiares de residência habitual]*100]</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
16 Porcentagem dos edifícios com 10 ou menos anos	<p><b>Época de Construção do Edifício:</b> Período que pode corresponder à construção do edifício propriamente dito, à construção da parte principal do edifício (quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas) ou à reconstrução do edifício que sofreu transformação completa.</p> <p><b>Edifício:</b> Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(Edifícios construídos entre 1991-2011/(total de edifícios existentes em 2011))*100]</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011

Indicador	Conceitos/Fórmulas	Fonte	Ano
17 Porcentagem da população jovem (0-14 anos)	<p><b>População residente:</b> Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.</p> <p><b>População jovem:</b> população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(população residente com idades entre os 0-14 anos/população residente total)*100]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
18 Valor médio da renda (euros)	<p><b>Renda do Alojamento:</b> Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(Alojamentos com rendas inferiores a 20€ * 10€ + Alojamentos com rendas entre 20€ e 34,99€ * 27,5€ + Alojamentos com rendas entre 35€ e 49,99€ * 42,5€ + Alojamentos com rendas entre 50€ e 74,99€ * 62,5€ + Alojamentos com rendas entre 75€ e 99,99€ * 87,5€ + Alojamentos com rendas entre 100€ e 149,99€ * 125€ + Alojamentos com rendas entre 150€ e 199,99€ * 175€ + Alojamentos com rendas entre 200€ e 299,99€ * 250€ + Alojamentos com rendas entre 300€ e 399,99€ * 350€ + Alojamentos com rendas entre 400€ e 499,99€ * 450€ + Alojamentos com rendas entre 500€ e 649,99€ * 575€ + Alojamentos com rendas de 650€ ou mais * 780€)/Alojamentos arrendados]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
19 Duração média (minutos) dos movimentos pendulares	<p><b>Movimentos pendulares:</b> movimento realizado diariamente pela população residente em determinado concelho com motivações laborais ou de estudo.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(Total de indivíduos na classe j * ponto médio da classe j)/ População residente empregada ou estudante] Classes consideradas (respetivo ponderador): Nenhum (0); Até 15 minutos (7,5); 16 a 30 minutos (23); 31 a 60 minutos (45,5) e Mais de uma hora (90)</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
20 Peso do emprego na indústria transformadora	<p><b>Emprego na indústria:</b> bolsa de emprego gerada pelos concelhos no setor da “indústria”, que pode ser preenchida por população residente e não residente.</p> <p><b>Fórmula:</b> [emprego na indústria/emprego total]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
21 Nível de atividade da população, em percentagem	<p><b>População residente:</b> Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.</p> <p><b>População ativa:</b> Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíram a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).</p> <p><b>Taxa de atividade:</b> Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(população ativa/população residente)*100]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011

Indicador	Conceitos/Fórmulas		Fonte	Ano
22 Porcentagem de minifúndios (explorações < 5 ha)	<p><b>Exploração Agrícola:</b> Unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável.</p> <p><b>Fórmula:</b> [n.º de exploração agrícolas com menos de 5 ha/n.º de explorações agrícolas total]*100]</p>		INE, Estatísticas agrícolas de base	2009
23 Porcentagem de SAU na área total	<p><b>Superfície Agrícola Utilizada (SAU):</b> Superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(SAU/área total)*100]</p>		INE, Estatísticas agrícolas de base	2009
24 Porcentagem do VAB do setor primário no VAB total	<p><b>VAB:</b> Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos</p> <p><b>Nota:</b> o VAB a nível de <i>concelho</i> foi determinado, aplicando a estrutura de emprego dos censos 2011 dos <i>concelhos</i> ao VAB apurado para as NUTS III.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(VAB ASPP / VAB total)*100]</p>		INE, Contas Regionais e Censos 2011	2011
25 Porcentagem de solos agrícolas e agroflorestais	<p><b>Solos agrícolas e florestais:</b> inclui, de acordo com a Nomenclatura CORINE Land Cover – Culturas temporárias (Culturas temporárias de sequeiro, Culturas temporárias de regadio e Arrozais); Culturas permanentes (Vinhas, Pomares e Olivais); Pastagens permanentes e Áreas agrícolas heterogêneas (Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes; Sistemas culturais e parcelares complexos; Agricultura com espaços naturais e seminaturais e Sistemas agroflorestais).</p> <p><b>Fórmula:</b> [(solos agrícolas e agroflorestais/área total)*100]</p>		CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português	2006
26 Porcentagem de florestas e áreas naturais	<p><b>Florestas e áreas naturais:</b> inclui, de acordo com a Nomenclatura CORINE Land Cover – Florestas (Florestas de folhosas; Florestas de resinosas; Florestas mistas); Florestas abertas, vegetação arbustiva e Herbácea (Vegetação herbácea natural; Matos; Vegetação esclerofila; Florestas abertas, cortes e novas plantações); Zonas descobertas e com pouca vegetação (Praias, dunas e areais; Rocha nua; Vegetação esparsa; Áreas áridas; Neves eternas e glaciares).</p> <p><b>Fórmula:</b> [(florestas e áreas naturais/área total)*100]</p>		CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português	2006

Indicador	Conceitos/Fórmulas		Fonte	Ano
27 Porcentagem de zonas húmidas e corpos de água	<p>Zonas húmidas: inclui, de acordo com a Nomenclatura CORINE Land Cover – Zonas húmidas interiores (Pauis e Turfeiras) e Zonas húmidas litorais (Gapais; Salinas e aquicultura litoral e Zonas entre-marés).</p> <p>Corpos de água: inclui, de acordo com a Nomenclatura CORINE Land Cover – Águas interiores (Cursos de água; Planos de água) e Águas marinhas e costeiras (Lagoas costeiras; Desembocaduras fluviais e Oceano).</p> <p>Fórmula: [(zonas húmidas e corpos de água)/área total]*100]</p>		CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português	2006
28 Índice de envelhecimento	<p>Índice de envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10*2) pessoas dos 0 aos 14 anos).</p> <p>Fórmula: [(população com 65 ou mais anos/população com idades entre 0-14 anos)*100]</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
29 Porcentagem de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados	<p><b>Alojamento familiar clássico:</b> Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).</p> <p><b>Alojamento subarrendado:</b> Alojamento arrendado a uma pessoa que, por sua vez, o arrendou a terceiros, mediante o pagamento de uma renda.</p> <p><b>Residência principal/habitual:</b> Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.</p> <p>Fórmula: [(Alojamentos familiares clássicos arrendados (com contrato com prazo certo, contrato de duração indeterminada, com renda social ou apoiada ou subarrendados)/Alojamentos familiares clássicos de residência habitual]*100</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011
30 Porcentagem de alojamentos familiares clássicos de habitação própria	<p><b>Alojamento familiar clássico:</b> Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).</p> <p><b>Habitação própria:</b> Condição de ocupação do alojamento familiar, em que a família dispõe ou usufrui de um alojamento na totalidade ou em parte, de acordo com as seguintes modalidades de proprietário ou coproprietário.</p> <p>Fórmula: [(Alojamentos familiares clássicos em regime de propriedade ou copropriedade /Alojamentos familiares clássicos de residência habitual]*100</p>		INE, Recenseamento da População e Habitação	2011

Indicador	Conceitos/Fórmulas	Fonte	Ano
31 Porcentagem da população agrícola familiar na população total	<p><b>População agrícola familiar:</b> Conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) que trabalham ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.</p> <p><b>População residente:</b> Pessoas que, independentemente de no momento de observação — zero horas do dia de referência — estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(população agrícola familiar/população residente)*100]</p>	INE, Recenseamento agrícola	2009
32 Variação, em percentagem, da população residente	<p><b>Variação populacional:</b> movimento populacional (crescimento ou decréscimo) devido aos saldos resultantes da mortalidade, nascimentos ou migrações da população entre um período definido.</p> <p><b>Fórmula:</b> [(população residente 2011/população residente 2001) - 1]</p>	INE, Recenseamento da População e Habitação	2001 – 2011

Fonte: Metodologia AMBA de Classificação dos Territórios Urbanos e Rurais

## ÍNDICE DE ELEMENTOS GRÁFICOS

CAIXA 1. PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS ESPAÇOS RURAIS AGRÍCOLAS EM PORTUGAL .....	24
CAIXA 2. ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS EM SÍNTESE .....	31
CAIXA 3. FUMEIRO DE VINHAIS .....	62
CAIXA 4. INCUBADORA DE BASE RURAL (IDANHA-A-NOVA) .....	68
CAIXA 5. COMPANHIA DAS LEZÍRIAS .....	75
CAIXA 6. PROJETO QUERENÇA - VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ENDÓGENOS .....	77
CAIXA 7. GEOPARQUE AÇORES .....	81

FIGURA 1. QUADRO TEÓRICO DE EVOLUÇÃO DAS ABORDAGENS AO MUNDO RURAL .....	15
FIGURA 2. OBJETIVOS E LEITURA GLOBAL DO ESTUDO: METODOLOGIA E RESULTADOS OBTIDOS .....	32
FIGURA 3. ETAPA 1: SEGMENTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS - INDICADORES E REFERENCIAL DAS DIMENSÕES EXPLICATIVAS .....	35
FIGURA 4. ETAPA 2: APROFUNDAMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS - INDICADORES E REFERENCIAL DAS DIMENSÕES EXPLICATIVAS .....	37
FIGURA 5. ETAPA 3: APROFUNDAMENTO DOS TERRITÓRIOS URBANOS- INDICADORES E REFERENCIAL DAS DIMENSÕES EXPLICATIVAS .....	39
FIGURA 6. ABORDAGEM ESTRATÉGICA DO CONCEITO DE TURISMO RURAL INTEGRADO .....	97
FIGURA 7. BOAS PRÁTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA POTENCIADA POR ATIVIDADES LIGADAS AO RURAL .....	98
FIGURA 8. ARTICULAÇÃO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL NA AFIRMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS .....	110
FIGURA 9. OS DESAFIOS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL COMO ALAVANCA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: DE UM PASSADO DE RUTURAS A UM FUTURO DE CONVERGÊNCIA URBANO-RURAL .....	112
FIGURA 10. ALAVANCAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNDO RURAL .....	114
FIGURA 11. FILOSOFIA PROVERE .....	130

GRÁFICO 1. CLASSIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS EM PORTUGAL: O POSICIONAMENTO DOS 308 CONCELHOS PORTUGUESES EVIDENCIA TERRITÓRIOS DE TRANSIÇÃO .....	42
GRÁFICO 2. SEPARAÇÃO URBANO-RURAL NA REGIÃO NORTE .....	46
GRÁFICO 3. SEPARAÇÃO URBANO-RURAL NA REGIÃO CENTRO .....	47
GRÁFICO 4. SEPARAÇÃO URBANO-RURAL NA AML .....	48
GRÁFICO 5. SEPARAÇÃO URBANO-RURAL NO ALENTEJO .....	49
GRÁFICO 6. SEPARAÇÃO URBANO-RURAL NO ALGARVE .....	50
GRÁFICO 7. SEPARAÇÃO URBANO-RURAL NOS AÇORES .....	51
GRÁFICO 8. SEPARAÇÃO URBANO-RURAL NA MADEIRA .....	52
GRÁFICO 9. OS GRUPOS HOMOGÊNEOS DE TERRITÓRIOS RURAIS À ESCALA NACIONAL .....	56
GRÁFICO 10. MUNDO RURAL DA REGIÃO NORTE: TIPOLOGIA DOMINANTE, POR CONCELHOS .....	61
GRÁFICO 11. MUNDO RURAL DA REGIÃO CENTRO: TIPOLOGIA DOMINANTE, POR CONCELHOS .....	67
GRÁFICO 12. MUNDO RURAL DA AML: TIPOLOGIA DOMINANTE, POR CONCELHOS .....	71
GRÁFICO 13. MUNDO RURAL DA REGIÃO ALENTEJO: TIPOLOGIA DOMINANTE, POR CONCELHOS .....	74
GRÁFICO 14. MUNDO RURAL DA REGIÃO ALGARVE: TIPOLOGIA DOMINANTE, POR CONCELHOS .....	78
GRÁFICO 15. MUNDO RURAL DA REGIÃO AÇORES: TIPOLOGIA DOMINANTE, POR CONCELHOS .....	82
GRÁFICO 16. MUNDO RURAL DA REGIÃO MADEIRA: TIPOLOGIA DOMINANTE, POR CONCELHOS .....	84
GRÁFICO 17. POSICIONAMENTO URBANO-RURAL DAS CIDADES CAPITAIS DE DISTRITO E DOS RESPECTIVOS CONCELHOS DE ENQUADRAMENTO .....	86

QUADRO 1. IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO PIB E NO EMPREGO (%) .....	23
QUADRO 2. METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO TERRITORIAL URBANO-RURAL: INDICADORES USADOS .....	33
QUADRO 3. CONCELHOS URBANOS E RURAIS EM PORTUGAL, POR REGIÃO NUTS II E POR TIPOLOGIA/SUBTIPOLOGIA .....	58
QUADRO 4. CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DO TER - TURISMO EM ESPAÇO RURAL .....	92
QUADRO 5. TURISMO CLÁSSICO VERSUS TURISMO RURAL .....	93
QUADRO 6. TURISMO DE MASSAS VERSUS ECOTURISMO: SEMELHANÇAS DO ECOTURISMO FACE AO TER .....	93
QUADRO 7. SINERGIAS ENTRE O TER E O DESENVOLVIMENTO RURAL .....	95
QUADRO 8. VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DA METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO TERRITORIAL URBANO-RURAL .....	133

MAPA 1. UMA EVOLUÇÃO ESTÁVEL DAS CLASSIFICAÇÕES DO PERFIL DAS FREGUESIAS DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS QUE NÃO RETRATA A REALIDADE EFETIVA - 1989-2014 .....	18
MAPA 2. A OSCILAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS EM DIFERENTES ABORDAGENS: A URGÊNCIA DE ESTABILIZAÇÃO DE UMA METODOLOGIA CONSENSUAL E COERENTE .....	19
MAPA 3. OS TERRITÓRIOS PREDOMINANTEMENTE RURAIS: EVOLUÇÃO 1981-2011 .....	21
MAPA 4. OS TERRITÓRIOS PREDOMINANTEMENTE URBANOS: EVOLUÇÃO 1981-2011 .....	22
MAPA 5. PRESENÇA DE LUGARES COM 2.000 OU MAIS HABITANTES: EVOLUÇÃO 2001-2011 .....	22
MAPA 6. OS TERRITÓRIOS URBANOS, RURAIS E DE TRANSIÇÃO EM PORTUGAL: UMA CLASSIFICAÇÃO INSTRUMENTAL .....	44
MAPA 7. CLASSIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS EM PORTUGAL, POR TIPOLOGIA E SUBTIPOLOGIA .....	57
MAPA 8. OS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS DO NORTE DE PORTUGAL .....	61
MAPA 9. OS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS DA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL .....	67
MAPA 10. OS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS DA AML .....	71
MAPA 11. OS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS DA REGIÃO ALENTEJO DE PORTUGAL .....	74
MAPA 12. OS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS DA REGIÃO ALGARVE DE PORTUGAL .....	78
MAPA 13. OS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS DA REGIÃO AÇORES DE PORTUGAL .....	82
MAPA 14. OS TERRITÓRIOS URBANOS E RURAIS DA REGIÃO MADEIRA DE PORTUGAL .....	84
MAPA 15. O MAPA DOS TERRITÓRIOS URBANOS EM PORTUGAL .....	85
MAPA 16. AS 18 CAPITAIS DE DISTRITO PORTUGUESES .....	85
MAPA 17. ÁREAS URBANAS DAS CAPITAIS DE DISTRITO .....	88
MAPA 18. CLASSIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA REGIONAL DA OCDE .....	123
MAPA 19. TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS DO INE .....	124
MAPA 20. DELIMITAÇÃO DOS TIPOS DE RURAL POR ROLO E CORDOVL (2014) .....	125

MAPA 21. CLASSIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS RURAIS DA ANMP .....	127
MAPA 22. PENT .....	129
MAPA 23. TURISMO DE BAIXA DENSIDADE .....	129
MAPA 24. ESTABELECIMENTOS DE TER — TURISMO EM ESPAÇO RURAL E DE TN — TURISMO DE NATUREZA .....	129
MAPA 25. OS TERRITÓRIOS DO INTERIOR NO PNCT (2016) .....	131



• **Título**

• O mundo rural e o desenvolvimento económico  
• e social de Portugal:  
• Uma Agenda para o futuro

• **Autoria**

• Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados

• **Edição**

• Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

• **Projecto gráfico**

• cristinafatela@gmail.com

• **Impressão e acabamento**

• Gráfica do Tortosendo

• **Coordenação global**

• Augusto Mateus

• **Coordenação executiva**

• Vânia Rosa

• **Consultores**

• Ana Cristina Silva

• Ana Proença

• Márcio Negreiro

• Rui Guerreiro

• **Depósito Legal**

• 428989/17

• **ISBN**

• 978-972-8285-94-4

• 1ª edição, **Dezembro 2017**

**IDANHA-A-NOVA**  
TERRITÓRIO UNESCO





